



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

GABRIEL ROMERO LYRA TRIGUEIRO

MESTRADO

CRISE DE IDENTIDADE:

uma análise dos argumentos de *Dissent Magazine* sobre a Guerra do Afeganistão e a Guerra do Iraque (2000-2006)

Niterói, 2013

GABRIEL ROMERO LYRA TRIGUEIRO

CRISE DE IDENTIDADE:

uma análise dos argumentos de *Dissent Magazine* sobre a Guerra do Afeganistão e
a Guerra do Iraque
(2000-2006)

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em História Social
da Universidade Federal Fluminense, como requisito final para obtenção
do Grau de Mestre. Área de Concentração: Poder e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Cecilia da Silva Azevedo

Niterói
2013

GABRIEL ROMERO LYRA TRIGUEIRO

CRISE DE IDENTIDADE:

uma análise dos argumentos de *Dissent Magazine* sobre a Guerra do Afeganistão e a Guerra do Iraque
(2000-2006)

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito final para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Poder e Sociedade.

Banca Examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Cecília da Silva Azevedo – Orientadora
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Maurício Santoro
Fundação Getúlio Vargas

Prof^ª. Dr^ª. Sabrina Evangelista Medeiros
Universidade Federal do Rio de Janeiro – Instituto de História Comparada

Niterói
2013

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, sempre paciente, encorajadora e amorosa. A maior e melhor incentivadora que alguém poderia querer.

Ao meu pai, referência moral e intelectual. A quem tanto devo e sempre deverei. Esse mestrado é a tentativa mais honesta e amorosa que pude fazer para que nos tornássemos mais próximos.

Às minhas avós, que tanto amo e que sempre me criaram como filho. Sem elas nada disso teria sido possível.

Aos camaradas Rodrigo Farias, Luiz Salgado, Maurício Santoro e Bruno Borges, mestres queridos e amigos de verdade. Às nossas incontáveis conversas e às que ainda estão por vir.

À minha orientadora, Professora Cecilia da Silva Azevedo, que apostou desde o início nesta pesquisa e que sempre foi paciente e extremamente generosa comigo.

Aos inúmeros professores de quem tive a sorte de ser aluno.

À Cris e ao Lainister, melhores amigos e “família por opção”. Pessoas que me fizeram atentar, ainda na adolescência, para o quão apaixonante pode ser a discussão e o engajamento político.

A Orwell, Judt e Hitchens. Heróis intelectuais que sempre demonstraram que, por contraditório que possa soar, é a conjunção de paixão e racionalidade que gera os debates políticos mais interessantes e profundos.

À Sarah, meu grande e verdadeiro amor. Razão disso tudo desde o primeiro momento em que a conheci.

A Deus.

RESUMO

Este trabalho aborda as reações às guerras do Afeganistão e Iraque de diversos intelectuais envolvidos com a revista norte-americana de esquerda *Dissent Magazine*. Afinados com aquilo que chamo de campo *liberal-left*, parte substantiva desses intelectuais não hesitou em prover apoio às medidas militares adotadas pelo governo de George W. Bush. As causas originárias desse apoio são examinadas na presente pesquisa, bem como os argumentos daqueles que, no mesmo periódico, membros da mesma cultura política em questão, se puseram a criticar as ações de política externa do governo Republicano – bem como, por conseguinte, seus colegas de revista. A natureza desses embates e as consequências intelectuais para a cultura política *liberal-left* são investigadas a seguir.

Palavras-chave: *Dissent Magazine*. Liberalismo. Esquerda norte-americana. 11 de Setembro. Guerra do Afeganistão. Guerra do Iraque. Estados Unidos.

ABSTRACT

This paper discusses the reactions to the wars in Afghanistan and Iraq of many intellectuals involved with the U.S. left-wing magazine *Dissent*. Attuned to what I call the *liberal-left* field, a substantial part of these intellectuals did not hesitate to support the military measures taken by the George W. Bush government. The primary causes of this support are examined in this study, as well as the arguments of those who, in the same journal, members of the same political culture in question, began to criticize the foreign policy of the Republican government - and, therefore, their magazine colleagues. The nature of these conflicts and its intellectual consequences to the *liberal-left* political culture are investigated below.

Keywords: Dissent Magazine. Liberalism. American Left. September 11. Afghanistan War. Iraq War. USA.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. A IDEIA DE INTELLECTUAL PÚBLICO NOS EUA	13
PRÓLOGO.....	13
1.1 INTELLECTUAIS: ALGUMAS DEFINIÇÕES.....	14
1.2 INTELLECTUAL PÚBLICO: UMA ESPÉCIE SOB AMEAÇA?.....	21
1.3 NOTAS ACERCA DE ALGUNSPERSONAGENS DA CENA POLÍTICA E CULTURAL NORTE-AMERICANA: LIPPMANN, MENCKEN E STEINBECK.....	26
1.4 “HA HA HA TO PACIFISTIS”.....	33
1.5 GEORGE ORWELL: ANGÚSTIA DA INFLUÊNCIA.....	39
1.6 CONTRA O “RELATIVISMO MORAL”.....	42
1.7 OS GAROTOS DA HISTÓRIA.....	60
2. SOBRE MORAL, GUERRA E DISSENSO.....	69
2.1 OUTONO DE 2000: CONTRA O TRIUNFALISMO.....	69
2.2 OUTONO DE 2001: “QUEM SÃO ELES?”.....	76
2.3 INVERNO DE 2001: SOBRE GUERRAS JUSTAS E INJUSTAS.....	81
2.4 PRIMAVERA DE 2002: SOBRE A ESQUERDA, VIOLÊNCIA, MEIOS E FINS.....	89
2.5 OUTONO DE 2002: POR UM PATRIOTISMO DE ESQUERDA.....	119
2.6 INVERNO DE 2002: NOTAS SOBRE O TERROR.....	122
2.7 À GUIA DE BALANÇO ACERCA DA GUERRA DO AFGANISTÃO	136
3. SOBRE O IRAQUE E A AMBIGUIDADE DO IMPÉRIO.....	140
3.1 INVERNO DE 2002: QUESTÕES HUMANITÁRIAS, CRITÉRIOS E APLICAÇÕES.....	140
3.2 PRIMAVERA DE 2003: PAROQUIALISMO X COSMOPOLITISMO	146

3.3 VERÃO E OUTONO DE 2003: ESQUERDA E IMPÉRIO.....	151
3.4 INVERNO DE 2003: PERGUNTAS E RESPOSTAS.....	154
3.5 PRIMAVERA DE 2004: “VOCAÇÃO ANTITOTALITÁRIA”.....	161
3.6 INVERNO DE 2004: “OCUPAÇÕES JUSTAS E INJUSTAS”.....	166
3.7 VERÃO DE 2006: SOBRE “MUDANÇA DE REGIME”.....	171
3.8 À GUISA DE BALANÇO ACERCA DA GUERRA DO IRAQUE.....	173
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	177
FONTES.....	186

Introdução

Com o advento do 11 de Setembro, seguiu-se a tentativa de compreensão não somente das causas primárias dos ataques terroristas, mas também o mundo observava a reação política dos EUA frente ao que seria uma ameaça aterradora e inaudita. Para tal, seria preciso atentar às discussões intelectuais que seriam cada vez mais frequentes.

Para se examinar o modo de estruturação do debate público norte-americano, é imperativo que nos detenhamos na análise da arquitetura política desse país. Na verdade, interessa-me aqui, isto sim, o exame dos argumentos e reações de uma cultura política¹ norte-americana em específico: a cultura política *liberal-left*.

Aqui me refiro a alguns elementos de memória específicos mobilizados discursivamente – sobretudo tendo em vista a ação política. Refiro-me igualmente ao conjunto compartilhado de crenças, mitos, representações, práticas e tradições de determinados grupamentos políticos norte-americanos. No caso em questão, discorro acerca de segmentos que advogavam uma agenda política, em geral, de apelo progressista. Trata-se, em síntese, de homens e mulheres que, ao longo de suas trajetórias políticas, se pautaram por noções de solidariedade, igualdade social e pelo enfrentamento político das forças conservadoras.

O que denomino cultura política *liberal-left* diz respeito às coalizões históricas (ainda que intermitentes e aparentemente frágeis) costuradas entre basicamente duas tradições políticas progressistas norte-americanas: uma de caráter mais reformista (a liberal) e outra de apelo mais radical (os segmentos à esquerda dos liberais). O elemento de diferenciação mais pronunciado dos liberais foi aquilo que Kevin Mattson² chamou de “ética de reforma”. Ao contrário de parte da esquerda dos EUA que via com ceticismo os mecanismos formais da democracia americana – criticavam a falta de representatividade de grupos sociais, por exemplo –, e apostavam em rupturas radicais com a ordem vigente, os liberais criam que parte substantiva da agenda progressista só fora exitosa, ao longo da história dos EUA, devido a um impulso reformista.

Acerca da cultura política *liberal-left*, dois traços importantes podem ser destacados: um otimismo antropológico e a ideia de que a reforma do sistema político e econômico dos EUA

¹ O conceito de cultura política será explicitado mais adiante.

² Professor de História vinculado à Universidade de Ohio e membro do corpo editorial de *Dissent*. Cf. MATTSON, Kevin. **When America was Great: The Fighting Faith of Postwar Liberalism**. USA: Routledge, 2004.

deveria se dar sob uma rubrica americanista.

Com relação ao primeiro traço mencionado, é possível recorrer à Cheryl Greenberg, historiadora vinculada ao Trinity College. Ela argumenta acerca do comprometimento da cultura política *liberal-left* com aquilo que chamou de *globalismo* – outros, no entanto, chamam de *internacionalismo*.

Para Greenberg (2000)³, o desfecho da Segunda Guerra Mundial, juntamente com a Guerra Fria, impeliu o campo *liberal-left* a adotar uma atitude simpática com relação à ideia de que os EUA deveriam servir de modelo às demais nações ao redor do globo, bem como atuar como “polícia” do sistema internacional. O país passava, mais do que nunca, a ser visto como uma força moral para o bem, triunfante na batalha travada para a proteção da democracia e dos direitos humanos. Esse ponto de vista começou a motivar um comprometimento ainda maior com uma política externa ativa e intervencionista – sempre a fim de promover e proteger os chamados “valores americanos”.

Já com relação ao segundo traço mencionado, Mattson (2004)⁴ afirma que a agenda do campo *liberal-left* pode ser entendida como o uso sistemático de determinadas ideias e programas políticos testados ao longo da história dos EUA. Ele argumenta que em muitos momentos os liberais, e intelectuais de diversos segmentos da esquerda, recorreram a ideias e argumentos vindos dos Pais Fundadores, de Abraham Lincoln, Theodore Roosevelt e Franklin Delano Roosevelt. Intelectuais liberais como Schlesinger, Niebuhr e Galbraith invariavelmente se preocuparam em demonstrar que seus programas políticos estavam inscritos em uma longa tradição norte-americana. Esse é um ponto importante. Intelectuais identificados com o campo *liberal-left* se ocuparam em destacar que suas ideias possuíam um caráter intrinsecamente *americanista*. Não se tratava de advogar causas progressistas se valendo de um referencial discursivo e teórico exógeno. Segundo a versão desses intelectuais, seria a própria tradição política norte-americana que atuaria como bússola política e moral.

A partir do 11 de Setembro, notei que alguns intelectuais historicamente afinados com esse campo se puseram a tecer defesas às iniciativas de política externa do governo de George W. Bush. Notadamente às guerras do Afeganistão e Iraque. Isso, na época, me parecia um processo

³ GREENBERG, Cheryl. Twentieth-Century Liberalisms: Transformations of an Ideology. In: SITKOFF, Harvard. **Perspectives on Modern America: Making Sense of the Twentieth Century**, USA: Oxford University Press, 2000.

⁴ MATTSON, Kevin. Op. cit.

contra-intuitivo. Como intelectuais tradicionalmente pautados por valores humanitários e de esquerda poderiam promover uma aliança tácita com um governo beligerante e conservador?

A presente pesquisa é uma tentativa de se compreender em que bases se deu esse apoio. O que me leva aqui à *Dissent Magazine*.

O primeiro intelectual de esquerda que vi prestar apoio ao governo Bush foi Christopher Hitchens⁵, na *The Nation*, um periódico progressista. No entanto, embates como o que se deu entre ele e seus antigos colegas não ocorreu de modo frequente com outros intelectuais vinculados ao periódico. Foi procurando discussões análogas na imprensa norte-americana que me deparei com *Dissent*.

Trata-se de uma revista quadrimestral que se classifica politicamente como de esquerda. Surgiu em 1954, criada por Irving Howe (1920-1993) – intelectual público judeu norte-americano, crítico social e literário –, e desde o início se posicionou contrária tanto ao macarthismo que então vigorava na política doméstica dos EUA como aos segmentos da esquerda que se alinhavam à União Soviética – um regime totalitário, de acordo com a linha editorial da revista.

A escolha de *Dissent* se justifica na medida em que foi o periódico no qual encontrei de modo mais intenso e frequente as discussões políticas que procurava analisar. É bem verdade que o campo que aqui descrevo como *liberal-left* possui uma considerável representatividade na imprensa norte-americana, a despeito do que se possa pensar acerca de uma possível hegemonia conservadora neste ramo. É possível listar alguns dos referidos periódicos afinados ao que chamo de cultura política *liberal-left*: *The New Republic*, *The Nation*, *Mother Jones*, *Jacobin*, *Left Turn*, *New Politics* e *The Progressive*. Ainda que parcial, e desigual em influência (critério sempre difícil de aferir), trata-se de uma enumeração variada que ilustra bem a representatividade na imprensa norte-americana do campo ora analisado.

De todo modo, como afirmei anteriormente, foi em *Dissent* que me deparei com a melhor tipificação do fenômeno que procurei examinar. Refiro-me às inúmeras discussões acerca do papel do intelectual público, nos EUA, em um cenário de crise como o pós-11 de Setembro. Em momentos como esse que podemos observar a disputa de identidades (suas reafirmações ou mesmo suas obliterações) e atribuições de sentido histórico das tradições políticas norte-americanas. É a partir dessa premissa que desenvolvo o presente estudo. Acreditei que a observação e o exame dos aspectos discursivos dos agentes políticos envolvidos poderia elucidar

⁵ Deterei-me melhor neste ponto no capítulo subsequente.

o meu problema central. Agora é imperativo que passemos à estruturação da pesquisa.

No primeiro capítulo, discuto o conceito de intelectual público – uma vez que se trata do meu objeto.

No segundo capítulo, examino os artigos de *Dissent*. Analisarei as colunas publicadas no período compreendido entre 2000 e 2002. Tratar-se-á de uma unidade integralmente dedicada às reações favoráveis e contrárias à Guerra do Afeganistão.

O terceiro capítulo será análogo ao anterior. Todavia, contará com a análise das colunas publicadas entre 2003 e 2006. Neste momento, argumentarei acerca das reações dirigidas à Guerra do Iraque.

Após o terceiro capítulo, passo às considerações finais acerca do material analisado.

Com relação à metodologia empregada nos capítulos 2 e 3, tratar-se-á de uma investigação acerca da construção das formulações elaboradas pelos intelectuais da *Dissent*. Refiro-me aqui à análise do modo com que alguns argumentos tornaram-se correntes nas apologias das guerras do Afeganistão e Iraque. O tradicional recurso retórico de evocar as chamadas *lições da história* com o intuito de referendar uma posição política “x” ou “y” certamente será outro ponto interessante na presente investigação. Uma investigação histórica servirá para dirimir dúvidas, elucidar questões e deixar claro se o presente problema constitui algo historicamente inédito ou se algo análogo já ocorrera nos EUA.

Em resumo, pretendo ao longo deste trabalho conseguir descortinar as redes de sociabilidade, o imaginário evocado, os usos da História, as apropriações e leituras feitas em torno da mitologia política norte-americana – enfim, todos os elementos que, combinados, resultaram nesta ou naquela opinião e modo de ação do campo *liberal-left* em *Dissent Magazine*.

CAPÍTULO 1

A IDEIA DE “INTELECTUAL PÚBLICO” NOS EUA

Prólogo

*No time for indecision,
We've got to make a move,
I hope that were forgiven,
For what we got to.*

Neil Young

“I read New Republic and Nation / I've learned to take every view / You know, I've memorized Lerner and Golden / I feel like I'm almost a Jew / But when it comes to times like Korea / There's no one more red, white and blue / So love me, love me, love me, I'm a liberal.”

Os versos que acabo de destacar são da música “Love Me, I’m a Liberal”, do cantor de protesto Phil Ochs (1940-1976). Trata-se de uma canção satírica lançada em 1966, no álbum ao vivo “Phil Ochs in Concert”. Ochs participou ativamente de inúmeros eventos da esquerda norte-americana durante a década de 1960. Inicialmente, Ochs se definia politicamente como um social-democrata, porém, a partir dos tumultos ocorridos na Convenção de 1968 do Partido Democrata, em Chicago, passaria a se ver como um “revolucionário” e não mais um moderado. Correndo o risco de adotar um tom simplificador, mas a título de mera ilustração, pode-se afirmar que a referida Convenção plasmou um conflito que vinha se arrastando ao longo de toda a década de 1960: setores de base da esquerda, ávidos por mudanças sociais e políticas mais radicais, de um lado, e o *establishment* do Partido Democrata, conservador e afinado ao *status quo* de então, do outro.

O referido episódio histórico continha mais atores e camadas de significação do que as mencionadas acima. Todavia, a causa originária do quebra-quebra na Convenção foi a que citei anteriormente: uma colisão entre setores de base e o *mainstream* partidário.⁶

⁶ Para uma boa análise da Convenção de Chicago, ver MAILER, Norman. *O Super-Homem vai ao Supermercado: de Kennedy ao cerco de Chicago, Reportagens Clássicas sobre Convenções Presidenciais nos Estados Unidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Os versos de “Love Me, I’m a Liberal”, a exemplo do que viria a ocorrer na Convenção de 1968, tratam das acentuadas diferenças políticas observadas entre radicais de esquerda e liberais. Ochs, do seu ponto de vista radical, faz troça do que lhe parecem inúmeros maneirismos e cacoetes liberais – todos *excessivamente moderados*, segundo o compositor.

Quando Ochs canta “You know, I’ve memorized Lerner and Golden”, por exemplo, ele se refere a Max Lerner (1902-1992) e Harry Golden (1902-1981) – ambos jornalistas judeus e liberais. A ironia de Ochs está no fato de questionar as, digamos, credenciais de esquerda desses jornalistas. Max Lerner, por exemplo, foi um forte opositor do racismo dirigido à população afro-americana. Entretanto, não hesitou em apoiar a detenção arbitrária de japoneses em campos de concentração em território norte-americano, durante a Segunda Guerra Mundial. É precisamente essa ambiguidade presente nos liberais que Ochs questiona ao longo de sua canção.

Ochs é um personagem de grande destaque na cultura e na política norte-americana.⁷ Ainda que seja de grande interesse o estudo desse campo, sobretudo suas ramificações na política – isto é, o modo pelo qual ela influencia e é influenciada –, a presente pesquisa trata de tema discretamente diverso. Refiro-me aqui ao estudo dos intelectuais públicos norte-americanos. Passemos a ele, pois.

1.1 Intelectuais: algumas definições

Ao contrário do que se escuta e se lê com alguma frequência, a figura do grande intelectual público norte-americano não ficou circunscrita à década de 1960. Com a expressão “intelectual público”, me refiro ao intelectual que, independentemente de sua área de atuação, não hesita em tomar parte no debate das grandes questões de seu tempo. Refiro-me, portanto, a jornalistas, escritores, acadêmicos, entre outros. Contudo é necessário prestar alguns esclarecimentos conceituais antes de prosseguir.

Na presente pesquisa, reflito a respeito de inúmeros debates e confrontos travados entre intelectuais das mais diversas orientações políticas. Debates se dão através de interlocutores e de

⁷ Recomenda-se, ainda, *PHIL Ochs: There but for Fortune*. Direção de: Kenneth Bowser. First Run Features, 2010. 1 DVD (97 min) – interessante documentário sobre a vida do compositor que conta com a participação de personagens de renome na cena artística e política dos EUA (Christopher Hitchens, Tom Hayden e Sean Penn, por exemplo.). Alguns dados sobre o filme podem ser conferidos no *site* Internet Movie Database (IMDb): <http://www.IMDb.com/title/tt1597089/>

ideias. Ou, para colocar em outros termos, eles se dão por intermédio daquilo que Karl Popper chamou de “conjecturas e refutações”.⁸

É sempre fascinante examinarmos as inúmeras dinâmicas culturais e políticas presentes em uma sociedade tão complexa quanto os Estados Unidos. As críticas acerca de um anti-intelectualismo norte-americano imanente – ou pelo menos arraigado culturalmente –, são frequentemente presentes no senso comum de boa parte dos nossos interlocutores. Ainda que haja alguma verdade nessa afirmação – como, aliás, é possível afirmar que todas as meias-verdades soam, de um jeito ou de outro, factíveis e persuasivas –, também é verdade que o argumento do “anti-intelectualismo imanente” não se sustenta se for examinado com atenção. É o que faremos de modo sintético a seguir.

Há tempos o Partido Republicano tem investido em cargas pesadas de anti-intelectualismo e populismo cultural. Não é por outro motivo, afinal, que nas eleições de 2008, a então governadora do estado do Alaska, Sarah Palin, fora indicada como candidata ao cargo de vice-presidente, na chapa de John McCain – considerado como excessivamente moderado, pelos setores de base mais conservadores⁹. Sim, é igualmente verdade que expressões como *liberal elite*, *liberal media* e menções à *hidden agenda* da imprensa como um todo, certamente se adequam àquilo que Richard Hofstadter caracterizou como “o estilo paranóico na política americana”¹⁰. Porém, é preciso salientar que há o risco de tomar um dado traço meramente conjuntural como imanente, ou mesmo congênito. Fazer este tipo de ilação é pensar de modo aistórico – o que seria um grave erro, se quisermos verdadeiramente compreender a sociedade norte-americana.

De acordo com o sociólogo Neil Gross, da Universidade de British Columbia, foi com o Macarthismo que a crítica conservadora de extração mais populista se voltou contra o que se

⁸ POPPER, K. *Conjecturas e Refutações. O desenvolvimento do conhecimento científico*. Ed. Arco de Almedina. Coimbra. 2006

⁹ Para o melhor estudo acerca dos bastidores da corrida presidencial de 2008, ler HEILEMANN, J. e HALPERIN, M. (2010) *Game Change: Obama and the Clintons, McCain and Palin, and the Race of a Lifetime*, New York: Harper Collins.

¹⁰ HOFSTADTER, Richard. (2008) *The Paranoid Style in American Politics: And Other Essays*, New York: Vintage Books. Especificamente sobre a mobilização do antiintelectualismo como categoria retórica política, recomenda-se a leitura de HOFSTADTER, Richard. (1966) *Anti-intellectualism in American Life*, New York: Vintage Books.

passou a denominar “elitismo liberal”¹¹. É bem verdade que, como aponta Ben Alpers¹², já durante o governo de Franklin Delano Roosevelt havia um inequívoco tom antielitista presente na retórica da direita anti-New Deal. Alpers argumenta que alguns dados demográficos auxiliam na compreensão acerca do uso desse tipo de retórica. Segundo ele, em 1940, apenas 6% dos homens e 4% das mulheres possuíam formação universitária nos EUA. Com a afluência advinda do pós-guerra nos anos 1960 o quadro foi alterado: 10% dos homens e 6% das mulheres haviam concluído o ensino universitário. Na década de 1980, os números iriam aumentar para 21% e 14%, respectivamente.

Na análise de Alpers, precisamente quando a educação superior passava a uma parcela cada vez maior da população, as acusações de elitismo e esnobismo se tornavam mais frequentes. Ademais, o argumento de Alpers é basicamente o de que o anti-intelectualismo conservador se estruturou de modo a explorar o *gap* geracional norte-americano. Isto é, tratava-se de um discurso essencialmente divisivo. Como ele afirma, a sociedade estava dividida em “uma classe media mais velha, basicamente sem curso superior; e americanos mais jovens, normalmente possuidores de curso superior”.

Em verdade, é facilmente observável um tom anti-intelectual presente no discurso de conservadores para além dos EUA. É possível pensarmos no livro *Os Intelectuais*, do historiador britânico Paul Johnson, como o exemplo mais bem acabado do que aqui argumento. Em que pese o fato de ele mesmo ser, sem qualquer sombra de dúvida, um intelectual, seu livro é um desfile de investidas contra o que Johnson julga ser a pretensão moral e narcisística dos intelectuais em criar prescrições e conselhos para a humanidade.

¹¹ Seus argumentos podem ser vistos em:

http://www.nytimes.com/2012/03/04/opinion/sunday/college-doesnt-make-you-liberal.html?_r=1&hp

Acessado em: 12 de maio de 2012.

¹² O texto de Alpers pode ser encontrado no *blog U.S. Intellectual History*, no link que segue:

<http://us-intellectual-history.blogspot.com.br/2012/03/on-origins-of-anti-elitist-critique-of.html>

Acessado em: 12 de maio de 2012.

Todavia, como argumentava, ainda que de fato exista um discurso anti-intelectual excessivamente presente no léxico político dos EUA, também não podemos nos furtar a reconhecer que é lá o local no qual se localizam seis das dez melhores universidades do mundo¹³.

Além disso, não é difícil notar que a própria história dos EUA se confunde com a história de intelectuais e de algumas ideias. O que eram os Pais Fundadores senão “intelectuais em ação”, para usarmos a feliz expressão do historiador (2002),¹⁴ com um singular projeto de república? O próprio debate promovido por liberais e conservadores, com relação ao tamanho do Estado, não é algo que era recorrente nas discussões travadas entre Federalistas e Antifederalistas? O ambiente da *intelligentsia* oitocentista norte-americana (especialmente o dos intelectuais vinculados ao Pragmatismo) não foi tão bem descrito e analisado por Louis Menand, em seu *The Metaphysical Club: A Story of Ideas in America?* Mesmo um movimento mais afinado com uma natureza mais estética e artística, como o dos escritores *beats*, não pode ser lido como a ação de intelectuais na sociedade norte-americana? Bem, talvez. Mas o fato é que é preciso delimitar um significado mais preciso para o termo “intelectual”.

A expressão “intelectuais”, ao ser adotada de modo indiscriminado, parece ter se esvaziado semanticamente. Não é por outro motivo, portanto, que recorro a Jean-François Sirinelli, em seu artigo “Os intelectuais”.¹⁵

Colocando em perspectiva o estudo dos intelectuais durante a renovação historiográfica da História Política francesa em 1970, Sirinelli afirma:

Com frequência se destacou o caráter polissêmico da noção de intelectual, o aspecto polimorfo do meio dos intelectuais, e a imprecisão daí decorrente para se estabelecer critérios de definição da palavra, de tanto que esta noção e esta palavra evoluíram com as mutações da sociedade francesa. Por esta última razão, é preciso, a nosso ver, defender uma definição de geometria variável, mas baseada em invariantes. Estas podem desembocar em duas acepções do intelectual, uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e “mediadores” culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento. No primeiro caso, estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito. Nos degraus que levam a esse primeiro conjunto postam-se uma parte dos estudantes, criadores ou

¹³ Cf.: <http://www.topuniversities.com/university-rankings/world-university-rankings/2011>

Acessado em: 12 de maio de 2012.

¹⁴ MATTSON, K. (2002) *Intellectuals in Action: The Origins of the New Left and Radical Liberalism, 1945-1970*, United States of America: The Pennsylvania State University Press.

¹⁵ SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais* in: RÉMOND, René. *Por uma história política*: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

“mediadores” em potencial, e ainda outras categorias de “receptores” da cultura. É evidente que todo estudo exaustivo do meio intelectual deveria basear-se numa definição como esta.¹⁶

Em que pese o tom taxativo da tipologia acima apresentada por Sirinelli, ele prossegue e aponta uma abordagem adicional para a utilização dos intelectuais como objeto de estudo:

A abordagem extensiva do feudo intelectual, de qualquer modo, constitui apenas uma faceta do estudo dos intelectuais. Estes últimos também podem ser reunidos em torno de uma segunda definição, mais estreita e baseada na noção de engajamento na vida da cidade como ator – mas segundo modalidades específicas, como por exemplo a assinatura de manifestos –, testemunha ou consciência. Uma tal acepção não é, no fundo, autônoma da anterior, que são dois elementos de natureza sociocultural, sua notoriedade eventual ou sua “especialização”, reconhecida pela sociedade em que ele vive – especialização esta que legítima e mesmo privilegia sua intervenção no debate da cidade –, que o intelectual põe a serviço da causa que defende. Exatamente por esta razão, o debate entre as duas definições é em grande medida um falso problema, e o historiador do político deve partir da definição ampla, sob a condição de, em determinados momentos, fechar a lente, no sentido fotográfico do termo.¹⁷

É ainda Michel Winock¹⁸ quem argumenta a respeito do estudo dos pequenos grupos de intelectuais que se unem em torno de uma determinada publicação. Segundo Winock:

A emergência dos intelectuais, no despontar do século XX, e sua função na difusão dos modelos políticos atraem o interesse de um número cada vez maior de pesquisadores. O estudo dos pequenos grupos atuantes, em torno de um jornal ou uma revista, pertence a um gênero antigo: aos saint-simonianos de um Charléty seguiram-se trabalhos como os de Jean-Louis Loubet Del Bayle sobre *Les non-conformistes des années 30* ou o estudo que pessoalmente fiz sobre a revista *Esprit*, abordagens que misturam a análise de um meio e de uma ideologia.¹⁹

Voltando a Sirinelli, outra contribuição interessante foi sua definição daquilo que chamou de “estruturas elementares da sociabilidade”. Ele argumenta:

O meio intelectual constitui, ao menos para seu núcleo central, um “pequeno mundo estreito”, onde os laços se atam, por exemplo, em torno da redação de uma revista ou do conselho editorial de uma editora. A linguagem comum homologou o termo “redes” para definir tais estruturas. Elas são mais difíceis de perceber do que parece.

¹⁶ Ibid., p. 242.

¹⁷ Ibid., p. 243.

¹⁸ WINOCK, Michel. *As ideias políticas*. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

¹⁹ Ibid., p. 286-287.

Entre as estruturas mais elementares, duas, de natureza diferente, parecem essenciais. As revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão – pelas amizades que as subtendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem – e de exclusão – pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas. Ao mesmo tempo que um observatório de primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais, elas são aliás um lugar precioso para a análise do movimento das ideias. Em suma, uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão.²⁰

A definição acima destacada será de grande validade metodológica para a presente investigação – uma vez que irei lidar com os intelectuais vinculados à *Dissent Magazine*, uma das revistas políticas de maior destaque nos EUA. Entretanto, pretendo me deter nesse assunto mais adiante.

À guisa de um breve parêntese informativo, trabalharei com diversos artigos e ensaios dos intelectuais que ora pesquiso. A ideia é analisar com atenção o léxico político, bem como os elementos retóricos e discursivos empregados por eles. Winock comenta as ambiguidades da aplicação do método, ainda que sua análise seja inegavelmente simpática à “abordagem léxica”:

Sem dúvida, essa abordagem léxica muitas vezes é apenas a confirmação quantitativa da análise empírica; mesmo nesse caso, ela assenta a pesquisa tradicional em dados sólidos. Pode fazer mais que isso: dar sentido a discursos emaranhados ou incoerentes, descobrir as linhas de força sob uma aparente confusão, identificar melhor o que muda e o que permanece nas ideias em curso. Essa disciplina está ainda na infância; o estudo lingüístico das ideias não pode limitar-se aos trabalhos lexicológicos.²¹

São nesses momentos que creio ser imprescindível recorrer a George Orwell. Afinal, não foi ele quem mais advertiu quanto ao potencial político da linguagem escrita? Investigando as analogias históricas empregadas e a mitologia evocada, é possível compreendermos o repertório mobilizado e algo da intencionalidade dos agentes que são objeto desta pesquisa. No final deste capítulo, exemplificarei minha metodologia com a análise de um artigo escrito por David Halberstam, no qual ele esquadrinha os discursos e argumentos (com analogias históricas, mitologias evocadas etc.) de alguns membros do governo de George W. Bush. Funcionará como um estudo de caso e prenúncio do que irei fazer nos capítulos subsequentes.

²⁰ SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais* in: RÉMOND, René. *Por uma história política*: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996. p.248-249

²¹ WINOCK, Michel. *As ideias políticas*. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996. p.289.

Retornando a Sirinelli e às suas considerações acerca do estudo dos intelectuais, ele apresenta ainda outras perspectivas na compreensão das diversas dinâmicas históricas que os cercam. O historiador argumenta, por exemplo, a respeito do campo de estudo ainda incipiente da aculturação das ideias no meio dos intelectuais. Como ele enuncia:

Como salientava com razão Jacques Julliard, “é tempo de lembrar, contra os excessos de um comparatismo intelectual hoje muito em moda, que as ideias não passeiam nuas pela rua; que elas são levadas por homens que pertencem eles próprios a conjuntos sociais”. Na verdade, na fronteira entre a história das ideias políticas, evocadas em outro capítulo, e a história dos intelectuais, um vasto campo de pesquisa, o da aculturação dessas ideias no meio dos intelectuais, se abre ao pesquisador. E a exploração desse campo se fará pela reinserção dessas ideias no seu ambiente social e cultural, e por sua recolocação em situação num contexto histórico.²²

A questão proposta por Sirinelli é: como se dá o processo de aclimação de uma dada ideologia em um determinado meio intelectual? Tendo em vista os elementos identitários da ideologia, o que explica o fato de que ela “adquire vigor em certos terrenos e se enfraquece em outros momentos”?

Além disso, outra hipótese interessante de estudo levantada por Sirinelli é a tentativa de mapear o processo pelo qual determinadas ideias são produzidas por uma cúpula, por uma *intelligentsia*, e são assimiladas pelas culturas políticas²³ da época e ganham proeminência na sociedade civil. Isto é, a questão que emerge diz respeito à responsabilidade dos intelectuais. Nada menos que isso.

Outro *insight* de Sirinelli que tomarei como importante consideração metodológica a ser adotada, é a observação que vem a seguir:

Num primeiro estágio de análise, limitemo-nos a observar uma certa defasagem entre o despertar das gerações intelectuais sucessivas e a “atmosfera” política da maioria da sociedade em uma determinada data. Esta defasagem está ligada especialmente à natureza do campo estudado, o meio intelectual. Este meio é, em essência, o domínio do metapolítico (os confrontos ideológicos) mais que do

²² SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais* in: RÉMOND, René. *Por uma história política*: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996. p.258.

²³ Trata-se de uma expressão demasiado polissêmica, é verdade. Todavia, para fins do presente estudo, utilizo a significação adotada por Rodrigo Patto Sá Motta. Segundo ele: “Uma definição adequada para cultura política (...) poderia ser: conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.” MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argumentum Editora, 2009, pág. 21.

político (as disputas eleitorais, sobretudo). E entre os dois níveis, há uma defasagem, e portanto um fosso, quase constantes.²⁴

Sirinelli recorda de uma imagem interessante utilizada por Maurice Agulhon. Segundo Agulhon, a “história das mentalidades coletivas parece diferir das opiniões, das ideias e dos programas políticos, um pouco como o inconsciente do consciente”²⁵.

Nesta pesquisa irei explorar as tensões entre os dois domínios definidos por Sirinelli: o metapolítico e o político. Ou, nos termos de Agulhon: entre inconsciente e consciente. Interessa-me a passagem dos “confrontos ideológicos” a políticas concretas, sobretudo.

1.2 Intelectual público: uma espécie sob ameaça?

Feitas algumas considerações teóricas acerca das definições de “intelectual”, creio ser premente nos determos aqui na discussão do termo: “intelectual público”.

Em primeiro lugar, estou ciente da ambiguidade presente na expressão “intelectual público”. Se uma das definições de “intelectual” dada por Sirinelli leva em conta o “engajamento na vida da cidade”, então estaríamos diante de um pleonasma, quando nos referimos à expressão “intelectual público”? Um dos elementos mais importantes para qualificar um dado ator como intelectual não é precisamente seu engajamento no debate público? Bem, em parte. Tomemos como exemplo, a mero título de ilustração, o grosso da produção universitária de um modo geral – seja ela norte-americana ou não.

A primeira pergunta que podemos nos fazer é a seguinte: quantos debates iniciados no meio universitário conseguem de fato obter ressonância junto à sociedade em geral? Ou, por outra, qual será a parcela de intelectuais presentes na academia que de fato almeja influenciar o debate público? Ainda que, em tese, universidades e *think tanks* tenham sua razão de ser justificada na intervenção no debate público, o fato é que parte relevante da produção intelectual surgida daí não obtém qualquer repercussão significativa. Nesse caso, estaríamos falando certamente de intelectuais, mas não de intelectuais *públicos*. Aqui, entretanto, cabe um adendo. Estou ciente de que a minha assertiva a respeito da ausência de “repercussão significativa” da produção intelectual universitária pode, e deve, ser relativizada. Trata-se de uma verdade parcial, uma vez que não é possível ignorar o impacto na longa duração que a universidade exerce na

²⁴ SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais* in: RÉMOND, René. *Por uma história política*: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996. p.261.

²⁵ Segundo Sirinelli, a citação é de Maurice Agulhon, *Leçon inaugurale*, loc. Cit., p. 15,25 e 27.

formação de profissionais que se tornarão, nos termos de Sirinelli, *mediadores* – isto é, agentes que atuarão na renovação da cultura histórica escolar vigente, bem como nos usos do imaginário social sobre o passado e suas ramificações com o presente.

Com relação à definição de “intelectual público”, não a deixaremos circunscrita à mera análise impressionista. É preciso dizer que alguns autores se ocuparam do estudo desse objeto, e é com interesse que podemos recorrer a algumas definições enunciadas por eles. Algumas obras são especialmente relevantes. Adiante lançaremos mão de algumas delas no auxílio da presente investigação.²⁶

Daniel C. Brouwer e Catherine R. Squires escrevem acerca da origem da expressão intelectual público.²⁷ Segundo eles:

O termo “intelectual público” parece ser uma invenção moderna. Muitos estudiosos localizam sua primeira iteração no fim do século 19, na França, quando o termo “intelectual engajado” surgiu como resultado do caso Dreyfus para descrever os intelectuais que externaram suas críticas sobre a conduta do Estado em relação ao julgamento e a reação da sociedade civil (Sadri, 2000). Tal envolvimento com assuntos políticos era, aparentemente, uma novidade para os intelectuais, que deveriam se preocupar somente com ideias filosóficas. Nos Estados Unidos, o termo “intelectual público” tem sido atribuído a um pronunciamento de 1958 de C. Wright Mills (Jacoby, 1987), embora alguns escritores tenham erroneamente dado a Russel Jacoby créditos pela invenção do termo em seu livro “Os últimos intelectuais”. Apesar de 1958 ser a data mais citada, ensaios anteriores de Mills mostraram sua preocupação com o papel dos intelectuais na vida pública. Em 1944 ele escreveu o ensaio “O papel público do intelectual”, baseando-se no desafio pragmático de John Dewey (1935/1963) a intelectuais liberais e de esquerda para que convertessem seu trabalho científico e social em conhecimento público e útil. (...) ²⁸

Embora creditando a Russell Jacoby a criação da expressão “intelectual público” – o que seria um erro histórico, de acordo com Brouwer e Squires, como vimos acima – John Patrick Diggins expõe sua própria definição da expressão²⁹. Segundo ele:

²⁶ Refiro-me aqui, por exemplo, às antologias: MELZER, Arthur M. *et al* (ed.), (2003), *The Public Intellectual: Between Philosophy and Politics*. United States of America: Rowman & Littlefield Publishers INC. .; BOWDITCH, Alyssa e ETZIONI, Amitai. (ed.), (2006), *Public Intellectuals: An Endangered Species?*. United States of America: Rowman & Littlefield Publishers INC. .e REID, Donald M. *et al* (ed.) (1996), *Intellectuals and Public Life: Between Radicalism and Reform*. United States of America: Cornell University Press.

²⁷ BROUWER, Daniel C. e SQUIRES, Catherine R. Public Intellectuals, Public Life, and the University. In: BOWDITCH, Alyssa e ETZIONI, Amitai. (ed.), (2006), **Public Intellectuals: An Endangered Species?**. United States of America: Rowman & Littlefield Publishers INC. cap. 1, p. 31-49.

²⁸ *Ibid.*, p. 33.

²⁹ DIGGINS, John Patrick. The Changing Role of the Public Intellectual in American History. In: MELZER, Arthur M. *et al* (ed.), (2003), **The Public Intellectual: Between Philosophy and Politics**. United States of America: Rowman & Littlefield Publishers INC. p.91-108.

(...) O termo deveria distinguir uma espécie quase perdida dos recentes estudiosos acadêmicos em ascensão. O antigo intelectual público escrevia para o público em geral e geralmente se tornava um bom orador falando sobre temas de interesse popular. Muitas dessas figuras trabalhavam no jornalismo e acreditavam que a comunicação acessível era tão importante quanto uma análise rigorosa. O estudioso acadêmico, entretanto, optava por se especializar e escrever uma prosa reforçada por jargões técnicos e sobre assuntos que somente alguns especialistas considerariam interessantes. Jacoby tinha em mente o período anterior à Segunda Guerra Mundial, quando ele viu o surgimento de intelectuais como Walter Lippmann e Reinhold Niebuhr. Entretanto, o papel do intelectual como figura pública tem raízes mais profundas na história norte-americana, tanto que se poderia sugerir que, no início, a história e o pensamento norte-americano eram inseparáveis.³⁰

É precisamente a isto que me referi há pouco: trabalhos que sejam acessíveis a um grande público e, mais, que versem acerca de conhecimentos *aplicáveis* – talvez não *aplicáveis stricto sensu*, mas, pelo menos, que sejam úteis ao maior número de pessoas possível. Em suma, o que deveria ser evitado é o divórcio entre produção intelectual e sociedade civil.

Também é interessante notarmos uma breve definição da noção de intelectual público dada por Amitai Etzioni:

Existe uma concordância a respeito das várias atribuições chave do intelectual público, mas também há divergências entre aqueles que os estudam, acerca do que exatamente os qualifica. É acordado que os intelectuais públicos opinam sobre uma grande variedade de temas, são mais generalistas que especialistas, preocupam-se com assuntos de interesse do grande público e não guardam seus pontos de vista para si. Pessoas que “são viajadas e amplamente educadas, capazes de falar de uma miríade de assuntos, ouvidas por importantes setores do público, capazes, portanto, de moldar a opinião pública e, se obtiverem acesso a políticos influentes, a política pública” – é como dois professores de comunicação, Daniel C. Brouwer e Catherine R. Squires os definem.³¹

Em que pese a polissemia da expressão “intelectual público”, é seguro adotarmos a definição acima enunciada por Etzioni. Estamos nos referindo, afinal, a generalistas, e não a especialistas. Estamos nos referindo aos que argumentam tendo a sociedade civil como uma interlocutora legítima, e não aos que se ocupam em encastelar seus saberes em cátedras e hermetismos intelectuais. Estamos nos referindo aos que se preocupam com a clareza da linguagem e procuram evitar o jargão que a tudo obscurece. Em resumo, estamos nos referindo aos que direcionam seus conhecimentos aprofundados (ainda que dispersos e genéricos) à resolução das chamadas grandes questões (*grand issues*).

³⁰ Ibid., p. 92.

³¹ BOWDITCH, Alyssa e ETZIONI, Amitai. (ed.), (2006), *Public Intellectuals: An Endangered Species?*. United States of America: Rowman & Littlefield, p. 1-2.

É bem verdade que se pode argumentar que essa definição de intelectual público guarda em si um tom um tanto nostálgico; nostálgico de uma época na qual grandes homens, portadores de um saber incomum, eram capazes de intervir no debate público com sabedoria inaudita, bem como de alterar o curso da história com seus diagnósticos precisos e singulares. Se é verdade que uma compreensão como esta nunca se verificou na prática – ciente que estamos da complexidade das sociedades, com sua multiplicidade de atores etc. –, é igualmente verdade que hoje em dia seria mais improvável ainda crer na ação intelectual decisiva desses poucos privilegiados. Basta que se atente à difusão de informação cada vez mais abrangente, para fazer cair por terra qualquer suposição dessa natureza.

No entanto, quando me refiro à expressão “intelectual público”, não estou versando acerca da *excepcionalidade* de qualquer indivíduo que seja. Estou, isto sim, me referindo a um determinado tipo de intelectual – aquele que, como argumentei anteriormente, tem na sociedade civil sua principal interlocutora. Ainda que soe evidente, não é demais recordarmos: intelectuais são falíveis. Em certa medida, o século XX é permeado por essas falhas.³²

A seguir, passarei à análise de alguns nomes que tipificam à perfeição o que quero dizer quando digo “intelectual público”. É preciso, entretanto, justificar as escolhas que se seguem.

No item subsequente, irei examinar brevemente a trajetória de alguns intelectuais públicos norte-americanos de renome: Walter Lippmann, H.L. Mencken e John Steinbeck. É possível identificarmos alguns elementos comum aos três.

Em primeiro lugar, todos eles exerceram papéis de destaque na imprensa norte-americana. Lippmann, por exemplo, se notabilizou como editor-fundador, e um dos principais colunistas, da prestigiosa revista norte-americana *The New Republic*. Mencken, por exemplo, escreveu de modo prolífico em revistas de relevo de sua época, como *Smart Set* e *American Mercury*, por exemplo. Com relação a Steinbeck, em meados da década de 1930 ele publicava em mais de trinta jornais diferentes – incluindo o francês *Le Figaro*. Além de inúmeros jornais, Steinbeck publicava artigos em uma série de revistas de caráter mais popular. Na introdução de *A América e os Americanos e ensaios selecionados*, afirma-se:

Com sua circulação de milhões de exemplares, *Collier's*, *Holiday* e *The Saturday Evening Post* visavam ao americano comum, fornecendo a Steinbeck uma base

³² É instrutivo, neste sentido, lermos JUDT, Tony. *Passado Imperfeito*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. – acerca de como a intelectualidade francesa do pós-guerra flertou com o terror comunista e, sob o pretexto de punir o colaboracionismo, abriu mão, domesticamente, de seus ideais humanitários e incorreu em toda a sorte de manobras moralmente questionáveis.

perfeita para a expressão de suas ideias. Embora não fosse rigorosamente um intelectual, ele era um homem de ideias que reagia de forma ponderada e muitas vezes com paixão aos problemas que via à sua volta.³³

Aqui é preciso manifestar minha discordância com a classificação de Steinbeck como alguém que não era “rigorosamente um intelectual”. Ora, se ele “era um homem de ideias que reagia de forma ponderada e muitas vezes com paixão aos problemas que via à sua volta”, logo, segundo Sirinelli, ele pode sim ser qualificado como um intelectual – já que a “noção de engajamento na vida da cidade” o habilitava para tanto.

Outro motivo pelo qual justifico a escolha desses três personagens é o fato de que todos eles se envolveram em questões morais de dimensões significativas. Lippmann esteve excessivamente próximo de algumas das presidências mais controversas dos EUA: a de Woodrow Wilson, Franklin D. Roosevelt, John F. Kennedy e Lyndon Johnson. Todos esses presidentes se envolveram em guerras variadas. Wilson, com a Primeira; Roosevelt, com a Segunda e Kennedy e Johnson com a Guerra do Vietnã. A proximidade de Lippmann com a presidência norte-americana, sobretudo em períodos nos quais guerras estavam sendo travadas, é um aspecto que possui uma confluência inequívoca com o tema desta pesquisa.

H.L. Mencken se notabilizou por seus inúmeros ataques dirigidos ao *establishment* político e cultural dos EUA. Sua maior contenda foi travada contra os criacionistas³⁴ do Sul norte-americano – o que atesta a atualidade de boa parte de seus argumentos. Ademais, Mencken aliou verve literária e iconoclastia no debate de uma miríade de assuntos – sempre utilizando a imprensa como plataforma indispensável.

Com relação a Steinbeck, é preciso dizer que ele vivenciou com algumas décadas de antecedência, a experiência que ora analiso na presente pesquisa. Isto é, refiro-me ao seu apoio, como intelectual de esquerda, à Guerra do Vietnã. Ainda que essa tomada de posição tenha lhe rendido alguma animosidade entre seus antigos camaradas políticos, Steinbeck foi até o fim no seu apoio às iniciativas militares norte-americanas. Ainda que o contexto histórico diverso nos recomende cautela ao traçar analogias e paralelismos, certamente é possível encontrar alguns pontos em comum com a reação dos intelectuais de *Dissent Magazine* ao 11 de Setembro.

Examinando, ainda que brevemente, essas três trajetórias intelectuais, ilustraremos aquilo

³³ BENSON, Jackson J. e SHILLINGLAW, Susan. *A América e os Americanos e ensaios selecionados*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002. p.13.

³⁴ Isto é, aqueles que negam os pressupostos científicos do Evolucionismo, tal qual esboçado por Charles Darwin.

que até agora só enunciamos no campo teórico e, ademais, teremos subsídios para compreender as reações dos liberais que teceram loas às intervenções militares norte-americanas que se seguiram ao 11 de Setembro.

1.3 Notas acerca de alguns personagens da cena política e cultural norte-americana: Lippmann, Mencken e Steinbeck

É possível conceder que aqueles que sucederam a geração de Norman Mailer, Gore Vidal e Noam Chomsky (se nos restringirmos aos nomes mais evidentes da cena política e intelectual da esquerda dos EUA daquela época) dificilmente conseguiram lhes ombrear em argúcia e relevância. Todavia o meu argumento aqui é o de que é preciso desmistificar a aura inaugural que frequentemente imputam à década de 1960 no que diz respeito à presença de intelectuais de estatura no debate público daquele país. As décadas pré-1960 foram prolíficas nesse quesito.

Walter Lippmann, por exemplo, foi um intelectual de singular destaque ainda no início do século passado. Na juventude, de estudante socialista de Harvard passou a apoiador do Partido Democrata e da candidatura de Woodrow Wilson em 1917. Lippmann foi editor-fundador da prestigiosa revista norte-americana *The New Republic*. Foi, a propósito, sua atuação como jornalista que o alçou ao cargo de assistente de Newton Baker, ninguém menos que o Secretário de Guerra de Wilson. É interessante notar a proximidade, quase sempre ambígua, que intelectuais como Lippmann cultivaram com o poder. Com efeito, Lippmann viria a atuar como conselheiro informal de diversos outros presidentes ao longo do século XX – Franklin D. Roosevelt, John F. Kennedy e Lyndon B. Johnson, por exemplo.

Também no início do século XX, mais precisamente na década de 1920, os EUA assistiram à crueza dos ataques e polêmicas lançadas pelo jornalista e crítico cultural iconoclasta H.L. Mencken, “o selvagem de Baltimore”³⁵. Mencken fora certa vez apresentado por Lippmann como “a influência pessoal mais importante nesta geração de pessoas educadas.”³⁶ Seus escritos, publicados nas revistas *Smart Set* e *American Mercury*, foram contribuições essenciais para a

³⁵ Aqui no Brasil, pelo menos dois livros bem interessantes escritos por H.L. Mencken podem ser encontrados: MENCKEN, H.L. O Livro dos Insultos de H.L. Mencken. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. e MENCKEN, H.L. O Diário de H.L. Mencken. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1995. O primeiro, com seleção, tradução e prefácio de Ruy Castro, é uma amostra representativa das ideias do jornalista de Baltimore. O segundo contém inúmeras anotações e pensamentos a respeito de uma infinidade de questões abordadas pelo jornalista.

³⁶ Como pode ser visto em: <http://docsouth.unc.edu/southlit/mencken/bio.html>

Acessado em: 08 de abril de 2012.

cultura literária e política dos EUA daquele período histórico³⁷. Foram as críticas literárias de Mencken, por exemplo, uns dos principais elementos responsáveis pela aclamação artística do escritor F. Scott Fitzgerald.³⁸ Por outro lado, foram seus escritos políticos, sobretudo aqueles dirigidos ao chamado Sul Profundo (*Deep South*), que obtiveram imensa ressonância em seus dias. Mencken habitualmente criticava com virulência aquilo que cria ser o principal motivo do “atraso cultural” do sul norte-americano: uma conjunção de provincianismo cultural com excesso de religiosidade. Mencken foi ainda um dos principais responsáveis pela divulgação da obra filosófica de Friedrich Nietzsche nos EUA³⁹.

Um episódio particular se tornou o mais conhecido em sua carreira como jornalista. Refiro-me aqui ao chamado *Scopes Trial*. Formalmente conhecido como *The State of Tennessee v. John Thomas Scopes*, e informalmente como *Scopes Monkey Trial*, trato aqui do julgamento de John Scopes, professor de ciências em uma escola secundarista do Tennessee que violou uma lei local: o chamado *Butler Act*, que tornava ilegal o ensino da teoria evolucionista nas escolas públicas daquele estado. Em pouco tempo, uma questão que era local, acabou adquirindo reverberação nacional. Basta recordarmos que William Jennings Bryan, um dos políticos de maior prestígio no Partido Democrata de então, adotou a causa do criacionismo e se posicionou de forma contrária a Scopes. Do ponto de vista cultural, o julgamento ganharia uma dimensão extremamente popular – houve uma peça de teatro baseada no evento (1955); que logo em seguida foi adaptada para o cinema (1960): *Inherit the Wind*⁴⁰.

Mencken participou ativamente dos debates intelectuais de relevo de sua época. Ademais, quando pensamos nas disputas recentes travadas entre liberais e conservadores nos EUA,

³⁷ Um episódio que vale ser mencionado é a tentativa de colaboração que ocorrera entre Gilberto Freyre e H.L. Mencken. Para tanto, consultar PALLARES-BURKE, M. L. G. Gilberto Freyre: Um Vitoriano dos Trópicos. São Paulo: UNESP, 2005. O trecho no qual a autora discorre a respeito pode ser conferido no link que se segue:

<http://goo.gl/S9GQC>

Acessado em: 11 de abril de 2012.

³⁸ Aqui (<http://fitzgerald.narod.ru/critics-eng/mencken-gg.html>) é possível conferir uma resenha de O Grande Gatsby, escrita por Mencken e publicada no Baltimore Evening Sun, em 1925.

Acessado em: 08 de abril de 2012.

³⁹ Como pode ser atestado em RATNER-ROSENHAGEN, Jennifer. American Nietzsche: a History of an Icon and His Ideas. United States of America: The University of Chicago Press, 2011. – um estudo acerca da recepção da obra filosófica de Nietzsche nos EUA.

⁴⁰ Curiosamente na adaptação de 1960, o artista que interpretou H.L. Mencken foi o renomado ator Gene Kelly. *Inherit the Wind* ganharia ainda mais três adaptações: um filme feito para a TV (1965) e mais dois filmes lançados no cinema – um em 1988 e outro em 1999.

sobretudo no que diz respeito a questões de cunho moral e social (*social issues*), fica difícil não notar que sua relevância na cultura norte-americana ecoa até os dias de hoje. Basta recordarmos das inúmeras contendas travadas entre o jornalista de Baltimore e o *establishment* intelectual e cultural do Sul norte-americano.⁴¹

Ainda na primeira metade de século XX, os EUA conheceram muitos outros nomes de relevo no cenário político e cultural nacional. Para ficarmos com mais um personagem de destaque, podemos recorrer ao nome do escritor californiano John Steinbeck. Façamos a seguir algumas breves considerações acerca de sua trajetória, tão representativa do que entendo ser o projeto mais bem acabado de um “intelectual público nos EUA”.

Nascido em 1902, na cidade de Salinas (estado da Califórnia), Steinbeck ganharia notoriedade artística ao publicar em 1939 seu trabalho mais famoso: *As Vinhas da Ira*. Trata-se de um romance que narra o percurso de uma família de meeiros que se vê obrigada a deixar sua terra natal, o estado de Oklahoma, após a Depressão de 1929 – quando um novo regime de propriedade torna obsoleta a atividade manual que até então desempenhavam. A família julga apropriado rumar para o estado da Califórnia, onde novas oportunidades poderiam ser encontradas.

Do ponto de visto histórico, talvez seja complicado utilizarmos a noção de *zeitgeist* – uma vez que os estudos culturais há muito demonstraram a pluralidade de vozes dissonantes, concorrentes, presentes em um mesmo grupamento social. No entanto, é difícil não crer na adequação de *As Vinhas da Ira* a um determinado tipo de mentalidade dominante que rondava a sociedade norte-americana naquele momento. Correndo o risco de minimizar os aspectos estéticos da obra de Steinbeck, creio que a força de sua obra literária se deva menos à sua engenhosidade estilística e mais ao fato de ter conseguido captar empaticamente determinados

⁴¹ Para o leitor interessado em investigar a relevância e atualidade dos debates acima mencionados, sugiro duas leituras sequenciais. Em primeiro lugar, HOBSON, Fred C. *Serpent in Eden: H.L. Mencken and the South*. United States of America: The University of North Carolina Press, 2010. – no qual Hobson analisa a complexa e conturbada relação de Mencken com o Sul. O jornalista não se limitava a criticar o que cria ser o excesso de moralismo religioso, provincianismo e anticientificismo sulista. Mencken também atuou como grande incentivador de algumas publicações literárias como *Reviewer* e *Double Dealer*, por exemplo. A obra de Hobson dá conta de toda a ambiguidade desta relação. Acerca do que argumentei anteriormente – isto é, a respeito da atualidade dos debates travados por Mencken com o Sul dos EUA, durante a década de 1920 –, aconselha-se a leitura de LIND, Michael. *Made in Texas: George W. Bush and the Southern Takeover of American Politics*. New York: Basic Books, 2002. No estudo de Lind, é evidenciada toda a influência exercida pelo estado do Texas no governo de George W. Bush. O interessante é que o autor coloca seu objeto em perspectiva histórica e demonstra como a importância do Sul na política norte-americana é algo que está em curso há um bom tempo. Mais que isso: Lind demonstra que aquilo que chama de “Old Testament religiosity” sulista não possui qualquer prazo definido de arrefecimento. Nada muito diferente daquilo que Mencken pensava acerca do Cinturão Bíblico (*Bible Belt*), portanto.

sentimentos comuns ao período histórico no qual escreveu. É claro que a transposição desses sentimentos comuns se deu de forma formidável, com a criação de um enredo e de personagens a um só tempo simples e profundos.

Mas a questão que quero destacar aqui é a de que a força da prosa de Steinbeck reside, sobretudo, na agudeza de suas observações acerca da realidade social norte-americana. Em *As Vinhas da Ira*, por exemplo, o escritor consegue demonstrar à perfeição o estado de desagregação social das famílias norte-americanas frente à nova realidade econômica que então se empunha. Em 1962, Steinbeck seria laureado com o Nobel de Literatura. A principal justificativa dada pelo comitê julgador fora a qualidade literária de *As Vinhas da Ira*. Além disso, a obra ganharia uma versão para o cinema, dirigida por ninguém menos que John Ford, no ano seguinte ao seu lançamento. No entanto, gostaria aqui de me ocupar brevemente acerca de uma faceta menos conhecida de Steinbeck. Refiro-me aos seus textos jornalísticos de não-ficção. Um bom ponto de partida é o livro *A América e os Americanos e ensaios selecionados*, organizado por Susan Shillinglaw e Jackson J. Benson. Logo na introdução há um trecho digno de nota:

(...) embora seus romances sejam familiares a muitos, sua não-ficção é pouco conhecida. De 1936 a 1966, Steinbeck escreveu dezenas de textos curtos não-ficcionais publicados em várias revistas e jornais nos Estados Unidos e no exterior. Em sua maioria foram muito lidos na época e depois gradualmente esquecidos. Em geral, contudo, esses textos são curiosamente modernos e relevantes. Steinbeck era um escritor totalmente engajado nas correntes sociais, na política e na história. Aborda questões vitais para o século XX – o meio ambiente, a pobreza e a falta de moradia, o declínio moral da América, as grandes guerras, o racismo, a etnicidade. Outros ensaios contam sua vida, suas viagens, suas ideias, seus projetos. A diversificação é impressionante, o estilo sem enfeites e envolvente e o tom notavelmente variado – jornalístico, espirituoso, impressionista, apaixonado.⁴²

Aqui gostaria de sublinhar um aspecto interessante da carreira de Steinbeck. Em que pese a inegável identificação do autor com a esquerda norte-americana⁴³, algo inusitado viria a ocorrer quando ele fora convidado a cobrir a Guerra do Vietnã *in loco*. Steinbeck, além de ter passagem pela *League of American Writers* (uma organização vinculada ao Partido Comunista Americano), sofreu perseguição política de J. Edgar Hoover (na época, diretor do FBI) – inequívocas

⁴² BENSON, Jackson J. e SHILLINGLAW, Susan. *A América e os Americanos e ensaios selecionados*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004. p.9.

⁴³ Refiro-me à conjunção de um projeto ético e estético na obra de Steinbeck. Isto é, há um mesmo *ethos* político a percorrer tanto sua produção ficcional quanto suas colunas de opinião e reportagens publicadas na imprensa diária. A mesma disposição em se insurgir contra as desigualdades sociais e se posicionar a favor dos trabalhadores, do americano médio e dos desvalidos de modo geral, se refletiu na totalidade de sua obra (ficcional ou não).

credenciais de esquerda, portanto. Entretanto, não hesitou em tecer loas à intervenção norte-americana no Vietnã, o que lhe rendeu a hostilidade de antigos camaradas políticos.

Mesmo ainda se identificando com o ideário de esquerda, Steinbeck se tornou um intelectual extremamente crítico da experiência comunista. O foco de sua crítica era, sobretudo, a intolerância do regime soviético para com qualquer tipo de dissidência. No entanto, é interessante notar que mesmo em atrito com parte da esquerda, Steinbeck ainda se via como um *revolucionário*. Podemos examinar seus argumentos logo a seguir:

Li um texto sobre mim escrito recentemente para garantir aos meus leitores que não sou um revolucionário. Ao mesmo tempo, o Partido Comunista me condena nos mesmos termos. Apresso-me a informar tanto à extrema direita quanto àquela pseudodireita que se intitula esquerda que ambas estão erradas. Sou um revolucionário perigosíssimo.

Os comunistas de nosso tempo são quase tão revolucionários quanto as Filhas da Revolução Americana⁴⁴. Depois de realizarem seu golpe e estabelecerem seu império, a revolução é seu pesadelo. Tiveram de caçar e eliminar todos os que apresentassem a mais leve tendência revolucionária, até aqueles que os ajudaram a realizar a sua revolução. Onde têm poder absoluto, estabeleceram os governos mais reacionários do mundo, governos tão temerosos da revolta que têm de transformar cada homem em informante contra seus colegas e cobrir a sociedade com a polícia secreta. E como a maioria das organizações inseguras, devem ampliar-se constantemente para esconder o fato de que não são sólidas. (...)

De mim e de meu trabalho eles não gostam e o eliminaram onde puderam. Meus livros têm entrada proibida nos centros soviéticos não por não serem revolucionários, mas porque o são. Na verdade, qualquer crítica é considerada revolta pelas duas grandes alas da reação.⁴⁵

Steinbeck prossegue acerca da natureza de seu esquerdismo anticomunista:

Qualquer traço de surgimento do indivíduo é esmagado instantaneamente e a doutrina do partido e do Estado acima de tudo ocupou o lugar da teoria dos homens libertados.

A vítima deste sistema aplicado com selvageria é o indivíduo. A individualidade deve ser destruída porque é perigosa para todos os planos reacionários, já que o indivíduo é criativo e a criatividade, fora do padrão estreito do *status quo*, não pode ser tolerada. A criatividade tem seu alicerce na inspeção, na crítica e na reorganização e tudo isso é anátema para a reação. (...)

A maior e mais permanente revolução que conhecemos aconteceu quando todos os homens finalmente descobriram que têm almas individuais, individualmente importantes. Este conceito mudou para sempre a face do mundo. Mas há outro passo

⁴⁴ Transcrevo a seguir a nota da tradutora, presente na edição de *A América e os Americanos e ensaios selecionados*: “Batizada de *Daughters of the American Revolution*, esta entidade, formada por mulheres capazes de provar que descendem diretamente de algum ancestral que tenha ajudado os Estados Unidos a conquistarem sua independência, tem como objetivo estimular o patriotismo, promover a educação e lutar pela preservação histórica de tudo o que diga respeito à Revolução Americana. Nada ameaçadora, portanto.”

⁴⁵ BENSON, Jackson J. e SHILLINGLAW, Susan. *A América e os Americanos e ensaios selecionados*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004. p.119.

a dar. A libertação da mente individual para a percepção não só de seu valor como também de sua preciosidade causará mudança ainda maior. Esta revolução está a caminho. Nenhum sistema de policiamento e condicionamento pode sobreviver por muito tempo. E coloco-me a serviço desta causa revolucionária. A mente dos homens como indivíduos deve ser e será livre.⁴⁶

Com relação ao Vietnã, convém examinarmos a natureza da reação esboçada por Steinbeck. Certamente ele não fora o único intelectual norte-americano a prestar apoio à guerra. Mesmo no meio artístico e literário dos EUA, permeado majoritariamente por ideias difusas de esquerda, havia quem concordasse com a invasão ao Vietnã. Escritores com destaque na cena cultural norte-americana não hesitaram em fazê-lo. Refiro-me a nomes como Vladimir Nabokov, John dos Passos, James T. Farrel, Ralph Ellison e John Updike⁴⁷.

Com relação às motivações de Steinbeck, cabe o exame das hipóteses lançadas por Shillinglaw e Benson:

É preciso ter várias coisas em mente ao ler estes relatos. Primeiro, Steinbeck odiava o comunismo, como fica claro em tudo o que escreveu sobre os efeitos entorpecedores do totalitarismo sobre o indivíduo. Depois de duas décadas de paralisação da Guerra Fria, partilhava com muitos americanos a crença de que o engajamento passara para o Terceiro Mundo, onde “o grande plano fora frustrado e detido” pelo envolvimento dos Estados Unidos. Estava convencido de que Pequim e Moscou, ao vender armas aos norte-vietnamitas, estavam por trás da frente de batalha do Vietnã do Norte; tinha certeza de que a Ásia cairia nas mãos dos comunistas; (...) Em segundo lugar, Lyndon Johnson era seu amigo, Lady Bird fora colega de escola de Elaine na Universidade do Texas e o próprio John era ferozmente leal aos amigos, e ainda mais determinado quando se tratava de seu presidente e do ideal de democracia americana. Em terceiro lugar, suas palavras pungentes sobre os que protestavam contra a guerra nos Estados Unidos vinham de um homem que tinha profundo senso de dever e de responsabilidade individual – ele se forçara a produzir durante toda a sua vida e não tinha tolerância com oponentes que choramingavam sobre a paz, como dizia, sem oferecer alguma solução. (...) Qualquer opositor consciencioso da guerra podia e devia, em sua opinião, apresentar-se como voluntário para ajudar nos hospitais – envolver-se numa ação humanitária. Em quarto lugar, essas cartas foram escritas em 1966 e no início de 1967, antes que o movimento antibélico tomasse impulso e atraísse grande quantidade de estudantes e intelectuais. Além disso, Steinbeck ficou entusiasmado com a maquinaria de guerra porque há muito tempo fascinava-se com armas – armas esquisitas, história da guerra, prática de tiro ao alvo com os filhos. A prosa beletrista é, em parte, puro entusiasmo pelo progresso tecnológico.⁴⁸

⁴⁶ Ibid., p. 120.

⁴⁷ Para a compreensão em detalhes da posição de Updike, recomenda-se a leitura de seu longo ensaio *On Not Being a Dove*: <http://www.commentarymagazine.com/article/on-not-being-a-dove/>

Acessado em: 15 de abril de 2012.

⁴⁸ BENSON, Jackson J. e SHILLINGLAW, Susan. *A América e os Americanos e ensaios selecionados*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004. p.323-324.

Além dessa miríade de motivações, Shillinglaw e Benson ainda destacam o “mais alto respeito” que Steinbeck nutria pela figura do soldado raso. Não bastasse essa simpatia natural, na época seu filho, John IV, estava servindo como soldado raso no Vietnã. John IV havia decidido escrever cartas ao pai, contando suas impressões pessoais acerca do conflito. Ele pediria a Steinbeck que seus relatos fossem passados adiante. Shillinglaw e Benson argumentam que o senso de comprometimento moral de Steinbeck para com seu filho atuaria como um imperativo decisivo em sua tomada de posição pró-Guerra do Vietnã. Segundo eles: “Que pai, carregado de culpa quanto aos filhos e à paternidade, resistiria ao apelo feito aqui? Com a viagem ao Vietnã, Steinbeck fez seu último esforço, talvez ineficaz, para ser um pai bom e consciencioso.”⁴⁹

É sempre prudente nos mantermos a uma distância segura dos psicologismos em nossas análises históricas. Por esse motivo, creio que o papel do filho de Steinbeck, no que diz respeito à posição que o autor passaria a adotar com relação à Guerra do Vietnã, não pode ser desprezado, porém também não deve ser superestimado. Shillinglaw e Benson argumentam que a posição de Steinbeck não se dava de forma acrítica. Segundo eles, o autor possuía certas reservas com relação à guerra – sobretudo ao modo com o qual ela era conduzida. Não raro essas reservas se manifestavam de modo privado, circunscritas a um número limitado de amigos e colaboradores. Podemos examiná-las de modo resumido a seguir:

Ao abordar os textos de Steinbeck sobre a Guerra do Vietnã, é preciso ter em mente que o escritor fazia reservas à guerra, em sua maior parte expressas em particular. Para Harry Guggenheim escreveu em agosto de 1966 que era a “posição desleixada” dos Estados Unidos na guerra – que na época não era chamada de guerra, é claro – que causava tanta “gritaria dissidente”. “Como um país pode negociar a paz quando em suas próprias palavras nunca esteve em guerra?” (22 de agosto de 1966). Indo do Vietnã para Bangcoc em janeiro de 1967, escreveu a Guggenheim que ficara desapontado com o discurso do Estado da União de Johnson, pela “falta de clareza que deixou as pessoas sem saber qual é exatamente nossa política: ‘Queremos derrotar o Vietnã do Norte mas não destruir sua nação.’ Isso não faz sentido nenhum. A menos que nos livremos de Ho Chi Minh, temos uma guerra. Se ele fizer a paz, vai perder o emprego” (19 de janeiro de 1967). Mais tarde, confidenciou a Guggenheim que tinha certeza de que o cessar-fogo viria logo, imaginava que no verão. Contudo, como Elaine Steinbeck observou com tristeza, “John mudou totalmente de ideia sobre o Vietnã quando estava lá, voltou para casa para escrever isso e passou todo o resto do tempo morrendo. Esta não é apenas uma desculpa para John. É a verdade.”⁵⁰

⁴⁹ Ibid., p. 325.

⁵⁰ Ibid.

Se menciono o caso de Steinbeck é porque ele é análogo, ao menos sob certos ângulos, aos casos que irei expor a seguir. Refiro-me aos intelectuais identificados com a esquerda política norte-americana que apoiaram a Guerra do Afeganistão em 2001 e a Guerra do Iraque de 2003.

Para fazer jus à cronologia das coisas, o primeiro contato que tive com um intelectual de esquerda tecendo apologias ao referido conflito foi quando Christopher Hitchens travou o já histórico embate com seus antigos camaradas da *The Nation*. Examinaremos agora o caso em questão, bem como o desenlace dos argumentos iniciais adotados por Hitchens.

1.4 “Ha ha ha to pacifists”

The real test of a radical or a revolutionary is not the willingness to confront the orthodoxy and arrogance of the rulers but the readiness to contest illusions and falsehoods among close friends and allies.

Christopher Hitchens, *For the Sake of Argument*, 325-26

Durante anos, acompanhei atentamente a produção de Christopher Hitchens (1949-2011)⁵¹, ensaísta inglês radicado nos EUA. Intelectual com uma verve singular e dono de uma gama de interesses e talentos, sua prosa de tom combativo foi comparada por alguns comentaristas à de George Orwell – uma de suas mais destacadas influências políticas e literárias⁵².

Hitchens se notabilizou por travar duras polêmicas com figuras públicas tão díspares

⁵¹ Em 2007 Hitchens adquiriu cidadania norte-americana. Veio a falecer quando comecei a escrever esta pesquisa, em 15 de dezembro de 2011. É com interesse que se lê o obituário – a um só tempo informativo e tocante –, redigido pelo escritor Christopher Buckley e publicado no *site* da revista *New Yorker*. Disponível em: <http://www.newyorker.com/online/blogs/newsdesk/2011/12/postscript-christopher-hitchens.html>

Acessado em: 8 de janeiro de 2012.

⁵² Neste sentido é interessante destacarmos a biografia de Orwell escrita por Hitchens: HITCHENS, Christopher. *A Vitória de Orwell*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Um paralelo bem evidente do parentesco intelectual de ambos é a trajetória política. Embora os dois possam ser descritos como homens de esquerda, não foi sem tumulto que se relacionaram com os demais intelectuais progressistas que os cercavam. Os ataques desferidos por Orwell ao terror stalinista lhe granjearam a inimizade de muitos intelectuais da esquerda – que passaram a vê-lo como um *inocente útil* das forças conservadoras. Ao mesmo tempo, as opiniões de Hitchens acerca da reação dos EUA ao 11 de Setembro lhe custaram a amizade de antigos companheiros de esquerda (como Noam Chomsky e Edward Said, por exemplo). Para uma interessante analogia entre a trajetória intelectual e política de Hitchens e Orwell, ver: <http://thehumanist.org/july-august-2012/prick-the-bubbles-pass-the-mantle-hitchens-as-orwell%E2%80%99s-successor/>

Acessado em: 8 de julho de 2012.

quanto Madre Teresa, Bill Clinton e Henry Kissinger⁵³. Todavia, o embate de maior intensidade a que Hitchens daria início seria com seus companheiros da esquerda, após os atentados ocorridos em 11 de setembro de 2001.

Articulista prolífico, sempre colaborou com inúmeros periódicos políticos e culturais norte-americanos. Hoje em dia são conhecidas do grande público suas colunas em revistas de grande circulação como *Vanity Fair* e *Slate*. Porém, a consolidação de seu nome como um dos intelectuais mais proeminentes da esquerda norte-americana se deu com suas inúmeras colunas publicadas em *The Nation* – a revista semanal mais longeva dos EUA.

Não foi sem interesse que li, por exemplo, uma coluna escrita por Hitchens pouco mais de uma semana após os atentados do 11 de Setembro, intitulada sugestivamente “Contra a racionalização”⁵⁴. Nela, o ensaísta cita nominalmente Noam Chomsky, Howard Zinn e Norman Finkelstein como intelectuais da esquerda sempre prontos a “racionalizar” os atentados sofridos pelos EUA. Para esses intelectuais, segundo Hitchens, os atentados do 11 de Setembro só podem ser compreendidos como a consequência final de políticas ocidentais equivocadas para o Oriente Médio – com destaque aqui para o sionismo. Hitchens argumenta que esses intelectuais propõem uma falsa questão. Ou melhor, uma questão de falsa simetria, tanto no plano moral quanto no político. Ele discorre:

É pior do que inútil propor as mesmas trocas que podem estar escondidas em algum lugar nas mentes fechadas de assassinos em massa. O povo de Gaza vive sob toque de recolher, humilhação e expropriação. Isso é notório. Muito bem: alguém imagina que uma retirada de Israel de Gaza poderia ter impedido o massacre em Manhattan? Precisaria ser um cretino moral para sugerir algo assim; os quadros da nova jihad deixam muito claro que seu confronto é com o judaísmo e o secularismo por princípios, não com (ou não apenas com) o sionismo. Eles vêm [*sic*] o regime saudita não como uma teocracia extremamente autoritária que é, mas como algo frouxo e leniente. As forças do Talibã perseguem impiedosamente a minoria xiita do Afeganistão. Os fanáticos muçulmanos da Indonésia tentam extirpar as minorias infiéis dali; a sociedade civil na Argélia mal consegue respirar depois do ataque fundamentalista.

Este é um tempo tão bom quanto qualquer outro para visitar a história das Cruzadas, ou a triste história da divisão da Cachemira, ou os infortúnios de

⁵³ Ver HITCHENS, Christopher. *The Missionary Position*. New York: Verso, 1995. (título com duplo sentido de conotação sexual), contendo duras críticas à Madre Teresa e à Igreja Católica. Ver também HITCHENS, Christopher. *No One Left to Lie To: The Triangulations of William Jefferson Clinton*. New York: Verso, 1999. – acusando Clinton de oportunismo eleitoral e manipulação política. Também ver HITCHENS, Christopher. *O Julgamento de Henry Kissinger*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. – uma extensa peça de acusação na qual o homem que havia sido Secretário de Estado dos EUA figurava agora como um criminoso de guerra, passível de ser julgado em Haia.

⁵⁴ A coluna foi originalmente publicada na *Nation*, em 20 de setembro de 2001, e integra a antologia HITCHENS, Christopher. *Amor, Pobreza e Guerra: ensaios e viagens pela cultura e o mundo de hoje*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

chechenos e kosovares. Mas os terroristas de Manhattan representam o fascismo com um rosto islâmico, e não há sentido em usar eufemismos sobre isso. O que eles abominam no “Ocidente”, para resumir em uma frase, não é o que os liberais ocidentais não gostam e não podem defender em seu próprio sistema, mas o que eles gostam nele e precisam defender: suas mulheres emancipadas, sua pesquisa científica, sua separação entre religião e Estado. (...) Assassinato indiscriminado não é um julgamento, mesmo que de forma oblíqua, sobre as vítimas ou seu estilo de vida, ou o nosso. Qualquer leitor decente e preocupado desta revista poderia estar em um daqueles aviões, ou em um daqueles prédios – sim, mesmo no Pentágono.⁵⁵

Mais adiante, em uma coluna publicada na versão *on-line* da *The Nation*, Hitchens prosseguiu com sua condenação da postura da esquerda norte-americana quanto aos atentados do 11 de Setembro⁵⁶. O ensaísta se voltou desta feita contra um argumento evocado por Noam Chomsky. Segundo Hitchens, Chomsky havia proposto uma simetria moral entre o 11 de Setembro e o ataque norte-americano a Cartum, em 1998⁵⁷. Segundo Hitchens:

Mencionar essa degradação dos Estados Unidos em república de bananas no mesmo fôlego com um plano, elaborado durante meses, de infligir máximo horror sobre inocentes é abandonar qualquer padrão que torna possível a discriminação intelectual e moral. Reduzindo ao nível mais baixo, e mais elementar, pelo menos os mísseis lançados por Clinton não estavam repletos de passageiros.⁵⁸

Se Hitchens menciona os métodos da Al-Qaeda, ele também não se furta a destacar seus alvos. Ele acentua, por exemplo, que “Houve, talvez, setecentos seguidores fiéis do Profeta Maomé queimados vivos em Nova York em 11 de setembro. Ninguém que tenha estudado a

⁵⁵ Ibid., p. 304-305.

⁵⁶ A coluna intitulada “Sobre pecado, a esquerda e o fascismo islâmico” foi publicada originalmente em 08 de outubro de 2001. É interessante notar mais uma vez a utilização da expressão “fascismo islâmico”, por parte de Hitchens. Não foi sem contestação por parte da comunidade acadêmica que a expressão “fascismo islâmico” (ou ainda, “islamofascismo”) foi recebida. Hitchens chegou a ensaiar uma defesa de sua precisão como categoria analítica. Disponível em:

http://www.slate.com/articles/news_and_politics/fighting_words/2007/10/defending_islamofascism.html

Acessado em: 08 de janeiro de 2011.

⁵⁷ Como reação aos ataques realizados em 1998 pela Al-Qaeda às embaixadas norte-americanas na Tanzânia e no Quênia, o governo dos EUA ordenou um bombardeio direcionado conjuntamente ao Afeganistão e Sudão. Segundo fontes do governo americano, o laboratório farmacêutico Al-Shifa, localizado em Cartum, teria ligações próximas com a Al-Qaeda – sobretudo no que tange ao fornecimento de armas químicas. O problema é que os ataques à Al-Shifa foram cercados de suspeição e controvérsias. Ironicamente intelectuais como Chomsky e Hitchens estiveram de acordo quanto à falta de legitimidade do governo Clinton em retaliar um laboratório farmacêutico que era responsável pelo fornecimento de remédios à quase totalidade da população civil sudanesa. Para Hitchens, tratava-se de uma manobra política do governo Clinton com o intuito de desviar as atenções do caso Lewinsky, tão em voga na época. Todavia, os dois passariam a divergir quanto à possível simetria que este episódio teria com relação ao 11 de Setembro.

⁵⁸ Ibid., p. 309.

região-alvo poderia ter qualquer dúvida de que um número como este é pelo menos provável.”

Ele prossegue:

E, como o Islã não faz distinção de cor e tom de seus membros, havia bons motivos para pensar que qualquer avião carregado de civis poderia igualmente incluir alguns muçulmanos. Eu pessoalmente não chamo atenção para isso com menos ênfase do que daria às várias centenas de meus colegas ingleses (alguns deles também sem dúvida muçulmanos) que pereceram. Insisto nisso porque reforça minha tese sobre o fascismo. Para os sectários de doutrinação wahhabista da Al-Qaeda, apenas os mais puros e mais fanáticos merecem consideração. Os ensinamentos e as proclamações publicadas por esse culto nos apresentaram à ideia de que os tolerantes, os de mente aberta, os apóstatas ou os seguidores de diferentes ramos da Fé servem apenas para a morte e o desprezo. E isso antes mesmo que cristãos e judeus, quanto mais ateus e secularistas, tenham sido contabilizados. Como antes, o feito anuncia e revela sua “causa básica”.⁵⁹

Também é interessante a menção de Hitchens a um dos argumentos recorrentes dos críticos das guerras – refiro-me aqui tanto ao Afeganistão quanto ao Iraque. Trata-se de recordar que sem a ajuda norte-americana, o Talibã não teria tomado o poder no Afeganistão e tampouco possuiria condições para mantê-lo. A essa proposição, Hitchens lança a seguinte refutação: “Bem, isso não duplica ou triplica nossa responsabilidade de retirá-lo do poder?”⁶⁰ Fica patente, portanto, um contra-argumento que seria fundamentado em basicamente uma asserção: *responsabilidade moral*.

Também é possível afirmar que esse mesmo contra-argumento se opõe à ideia de *blowback* – tão utilizada pelos críticos das guerras do Afeganistão e Iraque. A noção de *blowback* frequentemente refere-se a uma consequência imprevista (e frequentemente negativa) ocorrida no presente, de uma opção diplomática tomada no passado, no campo da política externa.⁶¹ Hitchens

⁵⁹ Ibid., p. 309-310.

⁶⁰ Ibid., p. 310.

⁶¹ Para uma refutação interessante da noção de *blowback*, ver MEAD, Walter Russel. Hitler Invades Hell: Blowback Reconsidered.

Disponível em: <http://blogs.the-american-interest.com/wrm/2009/12/23/hitler-invades-hell-blowback-reconsidered/>

Acesso em: 23 de setembro de 2011. Mead argumenta, por exemplo, que a Guerra Fria pode ser pensada como um *blowback* (uma consequência negativa) da cooperação dos Aliados com Stálin. É verdade. Mas uma pergunta que pode ser formulada é a seguinte: se não houvesse essa cooperação, a Alemanha Nazista teria sido derrotada? Não se trata aqui de propor um exercício de história contrafactual, ciente que estou das ambiguidades metodológicas deste tipo de especulação. Todavia não deixa de ser interessante notar o sem-número de cenários possíveis decorrentes de uma dada ação política. Diagnósticos dados *a posteriori* e argumentações *ad hoc* são sempre fáceis de serem produzidos, afinal.

prosegue em seu argumento a respeito da *responsabilidade moral* norte-americana no Afeganistão:

Há bons motivos para pensar que uma derrota do Talibã encheria as ruas de Cabul de alegria. Mas no momento o governo Bush parece refém dos vassallos paquistaneses e sauditas que são os patrocinadores e “protetores” que o presidente alega publicamente estar procurando! Mas o grosso da esquerda, sempre tropeçando nos próprios pés, teme apenas o desconforto que possa resultar de repudiar uma postura tão indefensável e humilhante. Muito bem então, camaradas. Não finjam que desejam compensar os crimes passados da América na região. Aqui está um crime que pode ser admitido e desfeito – o patrocínio ao Talibã pode ser redimido pela demolição de seu regime e a libertação de suas vítimas. Mas eu não vejo estômago para tal projeto. Melhor então – mais decente e reticente – não fingir tal preocupação com “nossos” crimes passados. Este não é um artigo sobre grande estratégia, mas a mim parece subentendido dizer que um compromisso sincero com os elementos seculares ou reformistas do mundo muçulmano automaticamente alteraria o equilíbrio do até agora muito questionável envolvimento da América.⁶²

É interessante observar no trecho destacado acima que o apoio à Guerra do Afeganistão por Hitchens não se dá de modo meramente acrítico ou laudatório. Seu discurso não é um simples reflexo da propaganda oficial norte-americana. Não fosse assim, ele jamais criticaria a relação de Washington com os regimes saudita e paquistanês. Agora, entretanto, é preciso que se retorne ao seu argumento central.

Mesmo adiante, no debate que antecedeu a Guerra do Iraque, foi possível encontrar uma discussão estruturada de modo semelhante. Se por um lado havia quem acusasse a hipocrisia norte-americana em se voltar naquele momento contra Saddam Hussein – ditador que fora tão útil aos EUA, durante o que parecia ser a ascensão da influência do Irã revolucionário naquela região – Hitchens argumentava que era precisamente este tipo de relacionamento espúrio, ocorrido entre os dois países no passado, que gerava um *débito moral* por parte dos EUA para com o povo iraquiano – que deveria ser saldado naquele momento a qualquer custo.

A propósito, cabe aqui um parêntese com relação à questão EUA-Iraque. É Samantha Power quem descreve com argúcia a postura norte-americana com relação ao Iraque de Saddam, em meados da década de 1980⁶³:

Os Estados Unidos horrorizavam-se com a perspectiva de as reservas de petróleo iraquianas caírem nas mãos do aiatolá Khomeini; temiam que o Islã radical desestabilizasse os governos pró-americanos na Arábia Saudita e emirados do Golfo. Assim, a cada vitória iraniana no campo de batalha, os Estados Unidos

⁶² Ibid., p. 310-311.

⁶³ É interessante neste sentido a leitura do oitavo capítulo de POWER, Samantha. *Genocídio: A Retórica Americana em Questão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. – intitulado *Iraque: “Direitos humanos e uso de armas químicas à parte”*.

aproximavam-se mais do Iraque – uma aproximação que influiu tremendamente na resposta americana às atrocidades subsequentes de Hussein contra os curdos. (...) os Estados Unidos acabaram por aliar-se ao genocida. Receando ver uma vitória iraniana, o governo Reagan começou, em dezembro de 1982, a intervir para contrabalançar os ganhos do Irã. No que o secretário de Estado George Schultz denominou “uma forma limitada de política de equilíbrio de poder”, os Estados Unidos forneceram ao Iraque inicialmente 210 milhões de dólares em crédito agrícola para comprar grãos, trigo e arroz dos EUA por intermédio da CCC. Esse valor logo aumentou para 500 milhões de dólares por ano. Os créditos eram essenciais porque a péssima classificação de crédito do Iraque e sua alta taxa de inadimplência tornavam os bancos relutantes a emprestar dinheiro ao país. Os Estados Unidos também deram ao Iraque acesso a créditos de importação-exportação para compra de produtos industrializados fabricados nos EUA. Depois que Bagdá expulsou o grupo terrorista Junho Negro de Abu Nidal, os Estados Unidos tiraram o Iraque de sua lista de países patrocinadores do terrorismo. Em novembro de 1984, Estados Unidos e Iraque reataram relações diplomáticas, que haviam sido cortadas durante a guerra árabe-israelense de 1967. Autoridades americanas tinham conhecimento detalhado da prática de tortura e execuções por Hussein, mas os Estados Unidos não podiam dar-se o luxo de permitir que o Irã o derrotasse.⁶⁴

Todavia, o ponto aqui é o seguinte; Christopher Hitchens (bem como outros intelectuais identificados com a esquerda norte-americana, como veremos adiante) justificou seu apoio à Guerra do Iraque de modo análogo ao apoio que havia prestado à Guerra do Afeganistão. Isto é, se os Estados Unidos possuíam seu quinhão de responsabilidade – e não é arriscado afirmar que sem dúvida alguma possuíam –, naquele estado de coisas, havia uma responsabilidade moral para que o erro fosse reparado.

Em termos seculares, até porque não podemos esquecer que Christopher Hitchens se destaca por seu ateísmo militante⁶⁵, podemos afirmar que a ideia de responsabilidade moral se fundamenta na dicotomia pecado e redenção. É quase como que se para cada pecado cometido historicamente pela política externa norte-americana, fosse imperativo obter a respectiva expiação. É claro que se trata de mera especulação filosófica⁶⁶, todavia não deixa de ser um modo interessante de se ler a postura intelectual de Hitchens.

⁶⁴ Ibid., p. 211-212.

⁶⁵ Cf. HITCHENS, Christopher. *Deus não é grande: como a religião envenena tudo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

⁶⁶ Talvez descrever esse ponto de vista como “mera especulação filosófica” não faça jus a interessantes estudos que procuraram dar conta do processo de secularização de determinados impulsos (políticos, culturais etc.) que surgiram de uma matriz cristã. Não é muito diferente, afinal, do que vemos em MORONE, James A. *Hellfire Nation: The politics of sin in American History*. United States: Yale University Press, 2003.

Ao longo de inúmeros artigos, Hitchens prosseguiu com sua crítica veemente da esquerda “anti-intervencionista”, organizadora de “vigílias pacifistas”. Segundo ele:

Se houver agora uma intervenção internacional, seja ela inteligente e humana, seja brutal e estúpida, contra o Talibã, algumas pessoas irão tomar as ruas ou pelo menos organizar vigílias pacifistas “Candle in the Wind” ou “Strawberry Fields”. Elas não tomaram as ruas, ou sequer ficaram excitadas e musicais, quando o governo apoiou o Talibã. Mas aquela certamente não foi igualmente uma intervenção? Uma intervenção, ademais, que não podia sequer fingir ser humana e democrática? Eu tive a mesma preocupação com aqueles que não objetaram quando os Estados Unidos protegeram Milosevic, mas protestaram quando eles finalmente se viraram contra ele. Eu não devo perceber que esses dois grupos de “anti-intervencionistas” são na verdade as mesmas pessoas?⁶⁷

Na verdade, aqui Hitchens parte de uma suposição bem clara: anti-intervencionistas iriam fornecer oposição à Guerra do Afeganistão independentemente da natureza dessa intervenção. O problema, entretanto, é que se trata de uma argumentação axiomática – isto é, Hitchens nos convida a aceitar suas premissas como dispensáveis de prova. Não há, contudo, qualquer base concreta que lhe faculte a possibilidade de lançar essa inferência. Como saber de antemão a reação de qualquer segmento que seja acerca da Guerra? Trata-se de um expediente inviável, é evidente.

1.5 George Orwell: angústia da influência

É interessante neste momento recordar um ponto de aproximação entre Orwell e Hitchens. É possível notar em ambos uma mesma urgência quanto à adoção de uma posição política (e artística, no caso de Orwell) de “clareza moral” – e uma consequente intransigência com todos aqueles dispostos a lançar mão de argumentos “relativistas”, e com os que advogam uma postura de neutralidade quanto às questões morais do momento. Não é à toa que após o 11 de Setembro não foi incomum encontrar menções ao texto clássico *Pacifism and the war* – um golpe de Orwell, desferido naqueles que argumentavam a favor do pacifismo, durante a Segunda Guerra Mundial⁶⁸. Na verdade, as menções à obra de Orwell, no pós-11 de Setembro, não ficavam

⁶⁷ HITCHENS, Christopher. *Amor, Pobreza e Guerra: ensaios e viagens pela cultura e o mundo de hoje*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. p. 318.

⁶⁸ Disponível em: http://www.orwell.ru/library/articles/pacifism/english/e_patw

Acesso em: 25 de setembro de 2011.

Muito embora a utilização do texto de Orwell não tenha sido totalmente dissociada de propósitos propagandísticos – e, para tanto, retirada de seu devido contexto. O jornalista Andrew Sullivan explicou bem esse ponto (e realizou um *mea culpa*) aqui: <http://www.theatlantic.com/daily-dish/archive/2010/02/-pacifism-is-objectively-pro-fascist/189950/>

circunscritas aos seus argumentos acerca do pacifismo. O escopo era bem maior⁶⁹.

Em *A Vitória de Orwell*, por exemplo, Hitchens discorre a respeito da apropriação retórica de Orwell por parte de alguns intelectuais de direita. Hitchens menciona especificamente o caso de Norman Podhoretz (proeminente intelectual neocon), para quem, se Orwell estivesse vivo no ano de 1984, este haveria se convertido ao neoconservadorismo. Segundo Hitchens:

Às vésperas de 1984, o ano arbitrário que inevitavelmente se tornou uma ocasião comemorativa, uma avalanche de livros e ensaios trouxe 1984 de volta à berlinda. Entre essas obras está uma célebre matéria de capa da revista nova-iorquina *Harper's*, ilustrada com um retrato de Orwell e o cabeçalho: “Se Orwell estivesse vivo hoje”. O artigo foi escrito por Norman Podhoretz, então editor da revista *Commentary* e um vociferante convertido ao reaganismo e sionismo extremos – uma combinação conhecida como neoconservadora no vernáculo americano vigente. Em 1950, no lançamento de 1984, a revista *Life*, de Henry Luce, louvou a obra por expor o totalitarismo intrínseco do *National Recovery Act* e da Autoridade do Vale do Tennessee do governo de Franklin D. Roosevelt, e usou o livro para desancar “os fervorosos new dealers dos Estados Unidos, muitos dos quais pareciam acalentar secretamente a esperança de que a mentalidade da depressão imperante nos anos 1930, fonte de seu poder e desculpa para seus experimentos, nunca desapareceria”. Essa imagem – dos sapatos sóbrios de Eleanor Roosevelt pisando num rosto humano – não era mais absurda do que a ideia do Sr. Podhoretz de que George Orwell, se estivesse vivo, estaria de braços dados com ninguém menos do que ele próprio (com William Buckley no outro braço e Henry Kissinger potencialmente espreitando mais atrás).

Esse ensaio deixou-me boquiaberto por duas razões. Primeira, porque ele admirava Orwell sobretudo por suas deficiências (citando com aprovação seus impertinentes comentários sobre homossexuais, por exemplo, mas não seus ocasionais deslizes sobre os judeus). Segunda, porque o autor não foi capaz de citar Orwell de modo acurado, e muito menos justo. Exatamente como Raymond Williams, Podhoretz não teve escrúpulos de citar uma observação que Orwell fez na segunda pessoa como se a tivesse feito na primeira. Por exemplo, quando Orwell descreveu certa visão tosca sobre a guerra moderna – “se alguém jogar uma bomba na sua mãe, jogue duas bombas na mãe dele” –, Podhoretz pôs esses dizeres na boca do próprio Orwell. Aconteceu-me ser escolhido pelo editor da revista para redigir uma réplica, e comentei, sobre essa distorção, que seria engraçado ler uma resenha de Podhoretz para *Uma modesta proposta*, de Jonathan Swift, pois ele sem dúvida encontraria ali farta aprovação à ideia de cozinhar e comer os bebês irlandeses.⁷⁰

Segundo Hitchens, a estratégia conservadora daquele momento era persuadir os indecisos na adesão ao programa antimísseis Guerra nas Estrelas, bem como combater o ceticismo europeu.

Acesso em: 25 de setembro de 2011.

⁶⁹ Como pode ser atestado em instigante estudo de Philip Goldstein: *Orwell as a (Neo)conservative: The Reception of 1984*, que pode ser encontrado aqui: <http://mmagsig11.files.wordpress.com/2010/01/orwell-as-neo-conservative.pdf>

Acessado em: 21 de abril de 2012.

⁷⁰ Cf. HITCHENS, Christopher. *A Vitória de Orwell*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 102-103.

Para tanto, Podhoretz “recrutou Orwell”, citando assim um ensaio escrito em 1947 “a respeito dos que se viam diante de um confronto entre duas superpotências”.⁷¹ Hitchens, no entanto, viria a apontar as “desajeitadas elipses”, as incongruências e a “distorção” dos argumentos levantados por Podhoretz. Segundo o autor inglês:

No caso de Orwell, porém, o roubo de cadáver é uma tarefa bem mais especializada e provavelmente não deveria ser tentado por nenhuma facção conhecida. Muito menos, talvez, por conservadores de qualquer vertente. George Orwell foi conservador em muitas coisas, mas não em política.⁷²

Com relação à posição de Orwell a respeito do pacifismo, cabe recordar que mesmo em 1946, quatro anos após a publicação de *Pacifism and the war*, já com uma posição bem mais matizada e transigente quanto aos méritos do pacifismo⁷³, Orwell escreveu:

A teoria toda do pacifismo, se supormos que significa renúncia total à violência, está aberta a objeções muito sérias. É óbvio que qualquer governo que não esteja disposto a usar a força ficará à mercê de outro governo, ou até mesmo de um indivíduo que seja menos escrupuloso, de tal modo que a recusa de usar a força tende simplesmente a tornar impossível a vida civilizada.⁷⁴

Orwell prossegue e aponta o contra-argumento pacifista à proposição que acabara de esboçar:

Porém, há pessoas que podem ser descritas como pacifistas que são inteligentes o bastante para ver e admitir isso e que, ainda assim, têm uma resposta. E embora existam diferenças de opinião entre elas, essa resposta é mais ou menos a seguinte. É claro que a civilização depende agora da força. Depende não somente de canhões e aviões bombardeiros, mas também de prisões, campos de concentração e do cassetete da polícia. E é bem verdade que, se as pessoas pacíficas se recusam a se defender, o efeito imediato é dar mais poder a gângsteres como Hitler e Mussolini. Mas também é verdade que o uso da força torna impossível o verdadeiro progresso. A sociedade boa é aquela em que os seres humanos são iguais e em que cooperam uns com os outros de bom grado e não por medo ou compulsão econômica. Esse é o objetivo que buscam socialistas, comunistas e anarquistas, cada um a sua maneira. Obviamente ele não pode ser alcançado num instante, mas aceitar a guerra como instrumento é se afastar dele.⁷⁵

⁷¹ Para o leitor curioso acerca dos argumentos utilizados por Podhoretz e Hitchens, sugiro a leitura atenta do terceiro capítulo (Orwell e a direita), *Ibid.* .

⁷² *Ibid.* p.105.

⁷³ Trata-se de seu texto *Pacifismo e Progresso* – publicado originalmente no *Manchester Evening News*, em 14 de fevereiro de 1946. É um texto interessante, porque vemos aqui Orwell dialogar filosófica e politicamente com intelectuais apologistas do pacifismo, pensadores tão díspares como: Tolstói, Gandhi, Aldous Huxley, John Middleton e Herbert Read.

⁷⁴ ORWELL, George. *Como morrem os pobres e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 241.

⁷⁵ *Ibid.*

O problema, no entanto, é que se Orwell é capaz de reconhecer méritos no argumento pacifista, ele permanece ainda muito reticente quanto à sua eficácia política. Isso fica patente quando ele discorre que:

A tendência do pacifismo, portanto, é sempre enfraquecer os governos e sistemas sociais que são mais favoráveis a ele. Não há dúvida de que, durante os dez anos anteriores à guerra, a predominância de ideias pacifistas na Grã-Bretanha, na França e nos Estados Unidos estimulou a agressão fascista. E mesmo em seus sentimentos subjetivos, os pacifistas ingleses e americanos parecem mais hostis à democracia capitalista do que ao totalitarismo. Mas, num sentido negativo, suas críticas foram úteis. Elas enfatizaram com razão que a sociedade atual, mesmo quando os canhões estão calados, não é pacífica, e mantiveram viva a ideia – de algum modo esquecida desde a Revolução Russa – de que o objetivo do progresso é abolir a autoridade do Estado e não fortalecê-la.⁷⁶

Veremos adiante que esse ceticismo dirigido à alternativa pacifista foi igualmente frequente nos intelectuais de *Dissent* que forneceram apoio à Guerra do Afeganistão e à Guerra do Iraque.

1.6 Contra o “relativismo moral”

Voltando aos argumentos de Hitchens, é interessante notar a importância conferida por ele ao modo com que certo segmento da esquerda norte-americana se referiu ao 11 de Setembro. Aqui podemos conferir destaque ao seu combate à ideia de equivalência moral entre os atentados e os crimes cometidos historicamente ao redor do globo pelos governos norte-americanos. Em artigo intitulado *Culpando primeiramente Bin Laden*⁷⁷, é possível distinguirmos os pontos de maior destaque na argumentação de Christopher Hitchens:

Eu mesmo poderia subscrever em qualquer momento qualquer uma das seguintes afirmações:

- Uma criança árabe nascida em Nablus não deve ter menos direitos em sua terra que uma criança judia nascida em Flatbush.
- Os Estados Unidos da América foram patronos de regimes predatórios em cinco continentes.
- Os Estados Unidos da América exportam violência por intermédio de vendas de armas e prepostos maus.

Você provavelmente pode fazer algumas mais por conta própria. Contudo, nenhuma das afirmações anteriores significa a mesma coisa se antecedida das palavras: “Como Osama Bin Laden e seus devotos seguidores nos lembraram recentemente...” Elas não significariam a mesma coisa politicamente e não

⁷⁶ Ibid. p.244.

⁷⁷ Publicado originalmente na *The Nation* em 22 de outubro de 2001.

significariam a mesma coisa moralmente. É uma desgraça que tanta gente na periferia desta revista precise do que Noam Chomsky em outra situação chamaria de educação sobre o elementar.⁷⁸

A principal crítica de Hitchens é à noção de causalidade, enunciada por certo segmento da esquerda. Podemos recorrer a alguns argumentos de Chomsky, para dar conta de uma leitura dos atentados (e a reação norte-americana a eles) que talvez seja o simétrico oposto daquilo que foi defendido por Hitchens. Por exemplo, uma fonte bibliográfica que dá conta deste propósito é o livro *11 de Setembro*⁷⁹.

Em uma das entrevistas que integram o livro – concedida ao *Il Manifesto* (Itália), em 19 de setembro de 2001 –, Chomsky critica, por exemplo, a noção de “Guerra ao Terror” evocada pelo governo Bush. Ele argumenta que os atentados do 11 de Setembro sequer deveriam ser considerados atos de guerra. Segundo ele:

(...) mesmo o pretexto de “intervenção humanitária”, não pode ser usado aqui. Assim, restou-nos a “guerra”.

O termo mais apropriado seria “crime”, talvez “crime contra a Humanidade”, como destacou Robert Fisk. Mas há leis para punir crimes: deveríamos identificar os autores e responsabilizá-los pelo que fizeram, justamente o caminho que vem sendo enfaticamente recomendado pelo Oriente Médio, Vaticano e muitos outros.⁸⁰

Chomsky também apontou o sistema de *dois pesos, duas medidas* adotado pelos EUA quando se trata de lidar com um ato de terrorismo. Ele recorda o caso de Oklahoma:

Quando um edifício federal foi explodido na cidade de Oklahoma, logo houve um clamor defendendo que se bombardeasse o Oriente Médio, o que provavelmente teria acontecido se a origem do atentado estivesse lá. Mas, quando se descobriu que ela era doméstica, com articulações de milícias de extrema direita, ninguém disse nada a respeito de destruir os Estados americanos de Montana e Idaho. Em vez disso, deflagrou-se uma caçada aos responsáveis pelo atentado, que foram presos,

⁷⁸ HITCHENS, Christopher. *Amor, Pobreza e Guerra: ensaios e viagens pela cultura e o mundo de hoje*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. p. 321.

⁷⁹ Até para efeitos de clareza discursiva e metodológica, considero de suma importância transcrever aqui a íntegra do texto localizado na contracapa do referido livro. Utilizei a 4ª edição, publicada pela editora Bertrand Brasil em 2002. A tradução é de Luiz Antonio Aguiar. Segue o texto: “Este livro reproduz uma série de entrevistas feitas com Noam Chomsky por diversos jornalistas no período de um mês que se seguiu aos atentados de 11 de setembro de 2001 ao World Trade Center e ao Pentágono. Grande parte das entrevistas foi conduzida por *e-mail*, e muitas com jornalistas estrangeiros que falavam e escreviam o inglês como seu segundo idioma. Embora algumas das entrevistas tenham sido realizadas logo nos oito dias que se seguiram aos atentados, os textos foram reeditados, aumentados e revistos, sempre considerando as informações que iam sendo divulgadas, até o livro ser liberado para impressão, em 15 de outubro. Assim, algumas entrevistas datadas de setembro podem conter referências a episódios ocorridos em outubro. Além disso, no processo de edição do texto, alguns trechos, que repetiam perguntas ou respostas já incluídas em outras entrevistas, foram cortados, embora, vez por outra, a menção repetida a um determinado fato tenha sido mantida, intencionalmente, como ênfase.”

⁸⁰ CHOMSKY, Noam. *11 de Setembro*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2001. p.16-17.

levados a julgamento e sentenciados, e empreenderam-se esforços para entender o ressentimento que estava por trás desses crimes, assim como para dirimir o problema. Praticamente todo crime – seja um assalto na rua ou uma atrocidade de proporções colossais – tem sua razão, e o mais usual é entendermos que essas razões devem ser levadas em conta e que precisamos resolver o problema.⁸¹

As principais críticas de Hitchens certamente não foram direcionadas ao argumento acima enunciado. O problema principal foram assertivas como a que segue⁸²:

Um ataque contra o Afeganistão, muito provavelmente, matará um número enorme de civis inocentes e também, provavelmente, fará muitas outras vítimas, um imenso número delas, na verdade, pois se trata de um país em que milhões de pessoas já estão morrendo de fome. Uma matança desenfreada de civis é terrorismo, e não uma guerra contra o terrorismo.⁸³

Além de, por exemplo, argumentos deste tipo:

O ódio é a maneira de se expressar dos islâmicos radicais mobilizados pela CIA e seus associados. Os EUA se dispuseram a apoiar, com satisfação, o ódio e a violência deles quando era dirigida contra os inimigos dos EUA; e ficaram contrariados quando o ódio que ajudaram a gerar foi dirigido contra eles próprios e seus aliados, como tem acontecido, repetidamente, há vinte anos.⁸⁴

Também é eloquente a resposta de Chomsky à seguinte pergunta: *Os EUA não “pediram” por estes atentados? Eles não são uma consequência das políticas americanas?*⁸⁵ Ele argumenta:

Os atentados não são uma consequência direta da política americana. Mas, indiretamente, são: não há a mínima controvérsia a esse respeito. Parece haver pouca dúvida quanto ao fato de os responsáveis virem de uma rede de terrorismo que tem suas raízes nos exércitos mercenários que foram organizados, treinados e armados pela CIA, Egito, Paquistão, pela inteligência francesa, pelos fundos provenientes da Arábia Saudita e similares.⁸⁶

Além de considerar os atentados efeito, ainda que indireto, das políticas anteriores do governo norte-americano, interpretação que julgo não estar longe da realidade, Chomsky chega determinado momento a utilizar a expressão “genocídio silencioso” para se referir às políticas dos

⁸¹ Ibid. p.26.

⁸² Trata-se de entrevista dada à mídia européia, ainda em setembro de 2001.

⁸³ Ibid. p.87.

⁸⁴ Ibid. p.93.

⁸⁵ Ibid. p.94.

⁸⁶ Ibid.

EUA adotadas no Afeganistão ainda no início da guerra – o que se trata de um exagero retórico.

Segundo ele:

Com sua peculiar sensibilidade, o plano da administração será prosseguir em seu programa, já em curso, de silencioso genocídio, combinado com gestos humanitários que terão como objetivo levantar aplausos dos habituais coros dos contentes, que sempre são convocados a tecer louvores aos nobres líderes tão dedicados a “princípios e valores”, como nunca outros existiram na História, e que estão levando o mundo a uma “nova era” de idealismo e compromisso com o “fim da desumanidade” em todo o planeta.⁸⁷

Em artigo intitulado *The Pursuit of Happiness Is at an End*, publicado no tablóide britânico *London Evening Standard*, pouco depois de uma semana dos atentados do 11 de Setembro (19/09/2001), Hitchens argumentou a respeito do histórico pouco democrático da política externa norte-americana e como esse passado se relacionava com os atentados do 11 de Setembro. Mais uma vez fica patente sua disposição em desfazer a relação de causalidade, proposta por alguns intelectuais de esquerda. Segundo ele:

É preciso ser assertivo aqui. Eu tenho escrito mais críticas à política externa dos Estados Unidos do que a maioria das pessoas. Não tenho tempo para a maneira com que os Sharons e Pinochets deste mundo lucram com suas conexões com Washington. (Foi apenas quatro meses atrás que a administração Bush repassou aos Talibãs um subsídio de U\$43 milhões por seu apoio gentil e fundamentalista na guerra contra as drogas.) Quando Clinton bombardeou uma fábrica farmacêutica no Sudão, para dar um salto nas pesquisas de opinião, eu escrevi neste jornal que aquilo foi um crime de guerra, e achei os aplausos tão nauseantes quanto as imagens da semana passada de refugiados miseráveis festejando diante das notícias vindas de Nova Iorque.

Mas o assassinato em massa da última terça-feira não é uma reprise ou uma vingança por crimes como esse ocorridos no passado. As pessoas que destruíram o World Trade Center, e usaram civis como acessórios, não estão lutando para libertar Gaza. Eles estão brigando pelo direito de jogar ácido nos rostos de mulheres de Cabul e Karachi que andam descobertas. Eles não apenas destruíram o templo da modernidade, usaram artilharia pesada para despedaçar estátuas antigas de Buda em Bamiyan no começo deste ano e, no Egito, planejaram demolir as Pirâmides e a Esfinge porque elas eram profanas e contrárias ao Islã. Veja o que eles fazem com suas próprias sociedades, da Argélia ao Afeganistão, e então imagine os planos que eles têm para as nossas. O masoquismo liberal não é de nenhuma utilidade em uma época como essa, muito menos a autopiedade dos muçulmanos. A autopreservação e o respeito próprio se fazem necessários para reconhecer e nomear um inimigo mortal quando se vê um.⁸⁸

⁸⁷ CHOMSKY, Noam. *11 de Setembro*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2001. p. 124.

⁸⁸ COTTEE, Simon e CUSHMAN, Thomas. (ed.). *Christopher Hitchens and His Critics: Terror, Iraq, and the Left*. New York: New York University Press, 2008. p.43-44.

Não é possível compreender as argumentações dirigidas à Guerra do Iraque se tão somente nos detivermos neste episódio. É imperativo que se coloquem os fatos históricos no devido *continuum* a que pertencem, se a ideia aqui é a consecução do quadro analítico mais preciso possível. Voltemos, pois, à argumentação de Hitchens.

Christopher Hitchens, discípulo de Orwell que é, dá sempre grande atenção à linguagem empregada por seus interlocutores. Não é sem algum sentido de ironia que, em uma coluna publicada no prestigiado jornal britânico *The Guardian*, em 14/11/2001, ele se põe a escarnecer daqueles que então argumentavam a favor de uma solução pacífica.

Houve uma época de minha vida em que eu fiz alguns trabalhos para a impetuosa Lucretia Stewart, então editora da *Departures*, a revista de viagens da American Express. Juntos, nós fizemos uma paródia inofensiva do estilo levemente infantilizado que é usado por jornalistas de turismo. “Uma terra de contrastes” era a frase que mais usávamos. (“Jerusalém: uma mistura cativante do novo e do antigo.” “África do Sul: harmonia em preto e branco.” “Belfast, onde o antigo encontra o moderno.”) Não era, como se pode ver, uma tarefa difícil. Comecei a me dar conta algumas semanas atrás que meus inimigos dos movimentos de “paz” decidiram pegar emprestado esse estilo. O mantra, em especial nas cartas enviadas a este jornal, era: “Afeganistão, onde o país mais rico do mundo despeja bombas sobre o país mais pobre da Terra.”

Pobres idiotas. Eles nunca deveriam ter tentado me derrotar nesse jogo. Então, que tal “Afeganistão, onde a sociedade mais aberta do mundo confronta a mais fechada da Terra?” “Onde pilotas norte-americanas matam os homens que escravizam mulheres.” “Onde o maior número de miseráveis aplaude os bombardeios de seu próprio governo.” Eu poderia continuar. (...)

Me lembro de uma época quando os movimentos pacifistas não auxiliavam ditadores e agressores em apuros. Olhando para alguns dos tolos de mentes podres que vão para a cama dizendo: o que eu fiz por Saddam Hussein ou pelo bom e velho Slobodan ou pelos Talibãs hoje? (...)

Era óbvio desde o início que os Estados Unidos não tinham alternativa a não ser fazer o que fizeram. É claro também que a derrota era impossível. Os Talibãs logo vão acabar. A Al Qaeda vai demorar mais um pouco. (...) Mas se, como os “peaceniks” gostam de resmungar, mais bin Ladens surgirão para tomar o lugar do original, posso garantir uma coisa: se for esse o caso, também vão surgir mais pessoas para matá-lo de novo. Existem outros que pensam como eu e nós somos mais inteligentes, mais gentis e surpreendentemente insistimos que nossa cultura também exige respeito.⁸⁹

Além do uso intencional de um tom sarcástico, fica patente a ironia *involuntária* presente nos argumentos de Hitchens. Segundo sua coluna escrita em novembro de 2001, em breve o Talibã seria história. O problema é que escrevo em abril de 2012, e há pouco mais de uma

⁸⁹ COTTEE, Simon e CUSHMAN, Thomas. (ed.). *Christopher Hitchens and His Critics: Terror, Iraq, and the Left*. New York: New York University Press, 2008. p.52-53-54.

semana o Talibã coordenou aquela que foi considerada uma das maiores ofensivas desde 2001.⁹⁰ Os ataques atingiram Cabul e várias outras províncias do país, e foram cercados por uma dimensão teatral. Explico. Na capital do país, o prédio do Parlamento foi atingido, além do bairro responsável por abrigar as representações diplomáticas ocidentais, bem como a sede da OTAN. A sucessão de ataques visava obter um efeito intimidatório análogo, de uma forma ou de outra, ao que ocorrera com a Ofensiva do Tet, durante a Guerra do Vietnã⁹¹. Fica claro, pois, que os argumentos de Hitchens estão providos da conjunção de um quinhão de otimismo com *húbris* política

É interessante também nos determos em um curioso argumento pró-Bush saído da pena de Hitchens. Mesmo tendo se notabilizado como um dos ateus mais midiáticos de sua época⁹², Hitchens julgou que, no embate que estava sendo travado com o terror islâmico, o governo de George W. Bush, ainda que apoiado por um poderoso *lobby* cristão, poderia ser seu aliado circunstancial. Segundo seu ponto de vista, a esquerda norte-americana era hesitante quanto ao combate às formas mais extremadas do islamismo. Hitchens argumenta:

Eis o que quero falar sobre o secularismo, um assunto absolutamente crucial. Somente uma facção na política norte-americana foi capaz de criar desculpas para o tipo de fanatismo religioso que nos ameaça no presente. E fico furioso e triste ao dizer que essa facção é a esquerda. Desde o primeiro dia da imolação ocorrida no World Trade Center até agora, uma galeria de pseudointelectuais vem se dispondo a representar o pior lado do Islã como a voz dos oprimidos. Como essas pessoas suportam reler a propaganda que fazem? Assassinos suicidas na Palestina – desonrados e denunciados pelo novo líder da OLP – descritos como vítimas do “desespero”.

As forças da Al Qaeda e o Talibã representados como porta vozes equivocados da antiglobalização. Os bandidos sanguinários do Iraque, que preferem martirizar seu povo a dar a eles o direito do voto, retratados gentilmente como

⁹⁰ Algumas informações acerca da série de ataques desferida pelo Talibã podem ser conferidas aqui: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/04/taliba-lanca-onda-de-ataques-no-afeganistao-e-promete-mais-violencia.html>

Acessado em: 23 de abril de 2012.

⁹¹ Para algumas informações sintéticas acerca deste episódio, bem como a respeito da construção de uma memória histórica baseada na relevância deste evento, é possível consultar a reportagem que segue:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u368943.shtml>

Acessado em: 23 de abril de 2012.

⁹² Basta recordarmos que seu livro *Deus não é Grande: Como a Religião Envenena Tudo*, em uma semana após sua estreia, ocupava o segundo lugar na lista dos livros mais vendidos na *Amazon.com* (talvez interesse ao leitor saber que a obra de Hitchens ficou atrás apenas de um dos livros da franquia Harry Potter). Também é importante destacar que, três semanas após seu lançamento, *Deus não é Grande* conseguiu o primeiro lugar da prestigiosa lista de best-sellers do *New York Times*.

“insurgentes” ou, segundo Michael Moore, como o equivalente moral aos nossos Pais Fundadores. Se isso é secularismo liberal, prefiro o sujeito batista de Kentucky, modesto, temente a Deus e caçador, desde que ele não queira impor a mim seus princípios (o que a nossa Constituição o proíbe de fazer). (...)

George Bush pode subjetivamente ser um cristão, mas ele – e as forças armadas dos EUA – tem objetivamente feito mais pelo secularismo do que toda a comunidade agnóstica norte-americana combinada e duplicada. A demolição dos Talibãs, o grande mal infligido à rede da Al Qaeda e o confronto com os sabotadores teocráticos no Iraque representam grandes avanços para as forças não fundamentalistas em muitos países. A facção antiguerra até reconhece esse avanço, mesmo que indiretamente, resmungando sobre como conseguiram enfurecer os extremistas da religião islâmica ao redor do mundo. Mas, aceita o aparente corolário – que deveríamos seguir uma política a qual os fanáticos não fizessem objeções?⁹³

Ainda em outubro de 2002, meses antes de ocorrer a invasão do Iraque, Hitchens escreveu uma coluna a respeito da recepção do discurso proferido por George W. Bush sobre o Eixo do Mal. Mais especificamente, Hitchens argumentava acerca da recepção por parte da esquerda norte-americana, com relação ao referido discurso. Segundo ele:

George Bush cometeu um erro quando se referiu ao regime de Saddam Hussein como “perverso”. Todos os liberais e esquerdistas dão risada de tamanho absolutismo moral preto no branco. O que o presidente deveria ter feito, no improvável evento em que buscava o apoio dos pacifistas americanos, era ter descrito o confronto com Saddam como algo “menos perverso”. Esse é um termo apreciado pela esquerda. De fato, “menos perverso” faz parte da retórica tática essencial da esquerda atual, e foi implantado para servir de pretexto ou omitir os pecados dos democratas liberais, do bombardeio do Sudão feito por Clinton ao veto de Madeleine Albright ao resgate internacional em Ruanda quando ela era a embaixadora dos EUA na ONU. Entre os desejos por nuances e relativismo moral – a disposição de usar o termo “perverso”, quando combinada com a disposição de criar um espaço para isso – é a coisa certa a ser feita: é muito mais sofisticada do que a linguagem dos “cowboys”.⁹⁴

Para Hitchens, a esquerda deveria possuir uma ideia acerca da “mudança de regime” (*regime change*) no Iraque que fosse orientada por princípios internacionalistas de solidariedade. Ele recorda, a propósito deste argumento, que o partido Baath iraquiano só conseguira consolidar seu poder por intermédio da destruição dos movimentos comunistas e trabalhistas iraquianos. Após a aniquilação destes movimentos, os curdos se tornaram os alvos preferenciais do regime de Saddam. Hitchens recorda ainda o caso dos curdos, “whose cause, historically, has been one of

⁹³ COTTEE, Simon e CUSHMAN, Thomas. (ed.). *Christopher Hitchens and His Critics: Terror, Iraq, and the Left*. New York: New York University Press, 2008. p.83-84.

⁹⁴ *Ibid.* p.104-105.

the main priorities of the left in the Middle East (...)”. Daí decorre seu estranhamento com o que julga ser o silêncio e as omissões da esquerda. Como ele recorda:

Quando me tornei socialista, o imperativo da solidariedade internacional era essencial, senão definitivo, fosse a causa popular, arriscada ou não. Eu não vi um encontro antiguerra em todo aquele ano em que se podia sequer imaginar a existência de uma oposição curda ou iraquiana a Saddam, uma oposição que lutava por uma “mudança de regime” em que republicanos e democratas bajulavam Bagdá por ser um cliente lucrativo e aliado geopolítico. O movimento “pacifista” não só ignora a oposição civil a Saddam, mas envia missões para consolar os membros do partido Baath em seu isolamento, e fala do invasor do Kuwait e do Irã e do açougueiro do Curdistão como se ele fosse a vítima e George Bush o agressor.⁹⁵

Ainda com relação ao Iraque, é interessante observar o contra-argumento que Hitchens lança na refutação de duas questões usualmente levantadas pelos críticos da intervenção norte-americana naquela região. Como ele discorre:

(...) Dizem que devemos tentar a dissuasão ou a contenção – os dois termos mais ridiculamente usados pela esquerda durante a Guerra Fria. O que dizer sobre o fato de que “nós” apoiávamos Saddam? E, finalmente, não há outros vilões na região, e esse não é um padrão duplo?
As últimas duas perguntas têm seu peso, mesmo que sejam feitas sem compromisso. Uma resposta séria à primeira seria que, na medida em que os EUA deram segurança a Saddam no passado, isso dobra nossa responsabilidade em anular esse débito moral enxotando-o de seu posto. A resposta à segunda envolveria notar que as oligarquias sauditas e turcas se opõem à “mudança de regime” na região. E desde quando a esquerda deve discutir pela preservação do *status quo*? Mesmo um Iraque emancipado só em parte fez aos curdos a promessa de uma vida melhor (o que irrita os turcos). Seus recursos petrolíferos, uma vez liberados, poderiam minar o atual monopólio da Arábia Saudita. Excelente. Isso é aparentemente incompreensível para aqueles que dizem “chega de sangue por petróleo”, como se fosse uma questão de indiferença de quem controla as reservas da região ou pode ameaçar ou mesmo inflamar as reservas se tivessem a oportunidade.⁹⁶

Christopher Hitchens evidencia em diversos momentos que a Guerra do Iraque é um imperativo moral de qualquer esquerda que se pretenda democrática. É interessante lermos sua defesa da intervenção no Iraque sendo precedida das críticas à costumeira ação predatória norte-americana no que concerne à sua política externa. Hitchens se apresenta como um intelectual que sempre fora crítico dessas ações, estratégia retórica que lhe garante um capital de legitimidade ao debater com seus interlocutores. Como ele discorre:

⁹⁵ COTTEE, Simon e CUSHMAN, Thomas. (ed.). *Christopher Hitchens and His Critics: Terror, Iraq, and the Left*. New York: New York University Press, 2008. p.105.

⁹⁶ *Ibid.* p.107.

Como alguém que já teve sua época de marchar e discursar pelo Vietnã, Chile, África do Sul, Palestina e Timor Leste (e que faria tudo de novo), só posso dar uma sugestão do quanto desprezo a esquerda que pensa que Osama bin Laden é um anti-imperialista um pouco equivocada.

(Ele na realidade diz que quer restaurar o antigo califado imperial e condenou o resgate do Timor Leste comandado pela Austrália como uma trama cristã contra os muçulmanos da Indonésia). Ou a esquerda que pensa que Milosevic e Saddam são vítimas.

Em vez de internacionalismo, encontramos na esquerda atual uma variedade de isolacionismo neutro e frio. Nesse universo moral, as ideias do corrupto e conservador Jacques Chirac – que construiu para Saddam Hussein um reator nuclear sabendo o que o ditador pretendia – têm um peso maior do que as dos perseguidos democratas do Iraque. Nesse universo moral, a figura de Jimmy Carter – que incitou Saddam a atacar o Irã em 1980 sem consultar o congresso ou a ONU, pelo que me lembro – é considerado incontestavelmente um estadista maior do que Bush.

Mais cedo ou mais tarde, de um jeito ou de outro, os iraquianos e curdos se verão livres de Saddam Hussein. Quando chegar esse dia, terei reuniões em Bagdá com vários companheiros que viveram um verdadeiro inferno. Não convidaremos nenhuma pessoa que passou esse tempo precioso insistindo que os países democráticos deveriam dar outra chance a ele.⁹⁷

Em 18 de fevereiro de 2003, em coluna publicada no periódico britânico *Mirror*, Hitchens volta a dirigir duras críticas ao movimento pacifista. Em artigo intitulado *I Wanted It Rain on Their Parade*, o articulista escarnece de uma marcha a favor da paz que havia ocorrido há pouco, dizendo que gostaria que houvesse chovido nesse dia (“I had hoped that it would pour with rain during last Saturday’s march for ‘peace’.”⁹⁸) Ele justifica o descrédito que devota aos pacifistas da maneira que se segue:

Por quê? Exatamente há uma semana, no norte do Iraque, um corajoso ministro do governo autônomo curdo foi morto de modo abominável por um bando de clones de bin Laden que se autodenominavam membros do Ansar al-Islam. Shawkat Mushir foi atraído por uma bandeira branca que, na realidade, era uma emboscada em que ele e outros diversos espectadores inocentes – incluindo uma menina de 8 anos – foram assassinados. (...) ⁹⁹

Aqui fica patente outro pilar da argumentação pró-Guerra do Iraque, de Hitchens: sua inequívoca afinidade política com a experiência curda. Ele menciona, por exemplo, a organização pluripartidária do Curdistão: os “21 jornais, a presença de quatro juízas mulheres e uma Constituição secular”. Ademais, Hitchens argumenta que:

⁹⁷ COTTEE, Simon e CUSHMAN, Thomas. (ed.). *Christopher Hitchens and His Critics: Terror, Iraq, and the Left*. New York: New York University Press, 2008. p.108.

⁹⁸ Ibid.

⁹⁹ Ibid. p.108-109.

Nessa área de um país antes aterrorizado e miserável, os dividendos do petróleo são gastos em escolas e hospitais em vez de manter uma oligarquia cruel e parasita.¹⁰⁰

Também é com interesse que observamos Hitchens se valer de uma analogia histórica nada incomum na retórica daqueles que teceram apologias à Guerra do Iraque. Refiro-me aqui às frequentes alusões à Segunda Guerra Mundial. No caso ora analisado, Hitchens trata especificamente do Pacto Molotov-Ribbentrop. Ainda se referindo aos curdos, ele discorre:

Eles estão lutando tanto contra as forças da Al Qaeda quanto contra a tirania de Saddam Hussein, que operam numa aliança óbvia, ainda que não aparente. É como um pacto entre Hitler e Stálin.¹⁰¹

Aqui a intenção retórica é muito clara. Hitchens evoca a Segunda Guerra Mundial porque se trata de um episódio histórico presente no imaginário norte-americano e britânico como o arquétipo mais bem acabado de uma “guerra justa”¹⁰² – embora a realidade seja algo mais complexa do que esse tipo de formulação.

Hitchens lamenta que a esquerda de um modo geral, e em específico a inglesa e a norte-americana, tenha deixado esvanecer seu apelo internacionalista. Ele argumenta, ainda, que a questão curda sempre gozara de intenso prestígio para com seus camaradas progressistas. Contudo, o jornalista inglês cria que estava em curso uma drástica mudança na escala de valores da tradição política de que sempre fizera parte. A respeito disso, ele enuncia:

Os sobreviventes da limpeza étnica, das torturas e dos gases venenosos e armas químicas – táticas genocidas que custaram a vida de pelo menos 200 mil civis – estão reconstruindo. (...) Em minha opinião, esses curdos corajosos e seus amigos entre a oposição do Iraque estão lutando e morrendo por nós – e enfrentando nossos inimigos por nós.

Deveria ser motivo de orgulho o fato dos pilotos da Força Aérea Real terem patrulado os céus do norte do Iraque, protegendo o experimento de uma década em uma bem-sucedida mudança de regime.

Durante os muitos anos que passei fazendo parte da esquerda, o motivo da autodeterminação do Curdistão era um dos primeiros na lista de princípios e

¹⁰⁰ Ibid.109.

¹⁰¹ Ibid.

¹⁰² Qualquer sociedade é composta pela confluência de um sem-número de vozes e opiniões dissonantes. O eminente comentarista conservador Pat Buchanan, por exemplo, foi o autor da obra revisionista BUCHANAN, Patrick. *Churchill, Hitler e A Guerra Desnecessária*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. Ainda que talvez soe ambíguo ou imprudente lidar com generalizações no que diz respeito aos EUA, assim também seria ao falar sobre qualquer outra sociedade, é sem dúvida possível argumentar que sua atuação na Segunda Guerra Mundial ocupa um lugar honorífico no imaginário norte-americano. O mesmo pode ser observado na Inglaterra, a propósito.

prioridades – existem muito mais curdos do que palestinos e eles têm sido combatentes leais na luta pela democracia na região.¹⁰³

Se é verdade que a atuação histórica dos EUA no Iraque não foi regida por princípios virtuosos, muito pelo contrário, aliás, como Hitchens não hesita em admitir, também é verdade que outros Estados travaram relações espúrias com o governo iraquiano. O jornalista inglês cita o caso da França e da Rússia, por exemplo. Como ele argumenta:

(...) Saddam deve bilhões de dólares aos franceses por sua ajuda em fornecer os recursos para combater o Irã, o Kuwait e o Curdistão. O governo da Rússia, do mesmo modo, tem buscado contratos lucrativos no mercado iraquiano e tem sido recompensado com esses contratos por seu comportamento “escorregadio” na ONU. Com licença, companheiros, mas isso é “sangue por petróleo.”¹⁰⁴

Após tecer essa crítica, Hitchens emenda no mesmo fôlego a defesa de uma determinada tradição da esquerda de que, inequivocamente, ele se vê como parte. Ele se refere à esquerda de extração anti-stalinista. Não à toa cita o nome de Václav Havel, em sua exemplificação de como a esquerda deveria se comportar com relação ao Iraque.

Enquanto isso, 14 ou mais governos europeus, incluindo a maioria dos que recentemente foram emancipados do Stalinismo, e também o único Estado muçulmano europeu (a Albânia) assinaram uma declaração em que apoiam a causa do fim do regime ameaçador, conspirador e cruel comandado por Saddam. Creio que preferiria ter Václav Havel no meu time do que o grotesco, corrupto e cínico dândi Jacques Chirac.¹⁰⁵

Um aspecto certamente perigoso da retórica de Hitchens é quando observamos sua argumentação ecoar o discurso oficial de Washington. Não obstante, suas ideias a respeito da defesa da Guerra do Iraque não eram mero produto acrítico e irrefletido, consequência de uma propaganda do governo norte-americano. Ao contrário. Certamente um dos principais objetivos desta pesquisa é refutar a “tese da manipulação”. Explico. Quando me refiro à tese da manipulação, quero indicar aquilo que alguns analistas insistiram em argumentar um sem-número de vezes: a imprensa norte-americana teria sido manipulada por falsos dados das agências de inteligência do governo americano e os intelectuais liberais que anuíram com a Guerra do Iraque

¹⁰³ COTTEE, Simon e CUSHMAN, Thomas. (ed.). *Christopher Hitchens and His Critics: Terror, Iraq, and the Left*. New York: New York University Press, 2008. p.109.

¹⁰⁴ Ibid. p.110-111.

¹⁰⁵ COTTEE, Simon e CUSHMAN, Thomas. (ed.). *Christopher Hitchens and His Critics: Terror, Iraq, and the Left*. New York: New York University Press, 2008. p.111.

seriam meros “idiotas úteis” do presidente George W. Bush¹⁰⁶, na formulação do eminente historiador Tony Judt (1948-2010). O apoio prestado majoritariamente pela imprensa e por parte significativa dos liberais se deu de modo mais complexo.

Como argumentava acima, não creio que seja adequado tomar Hitchens como mero porta voz da posição adotada pelo governo norte-americano. Entretanto o que quero demonstrar, é a proximidade excessiva de intelectuais (mesmo aqueles de esquerda, como é o caso ora abordado) com o poder estabelecido, com o *status quo*. É possível ilustrar minha argumentação com o trecho que se segue, de Hitchens:

Tenho notado ultimamente uma tendência dolorosa da parte daqueles que apoiam a intervenção no Iraque de se basear principalmente em boas notícias que não são 100% verdadeiras. Agora, é verdade, há uma liberdade muito maior para celebrar no novo Iraque. A restauração da ecologia dos pântanos do sul, a liberdade para seguir a religião da maioria – os xiitas – a explosão das novas mídias impressas e eletrônicas, a emancipação das escolas e universidades e a consolidação da autonomia curda são fatos magníficos. Mas aqueles que querem levar o crédito por isso devem incontestavelmente aceitar a culpa pela sua falha em antecipar lacunas enormes na provisão de luz, água e segurança.

Deve-se estar preparado para apoiar uma campanha – ou uma causa – que vai mal. O presidente tem sido ridicularizado (...) por dizer que o aumento da violência não é necessariamente uma causa para se desesperar e que pode mesmo ser uma prova de tração. Ele está, na verdade, certo em adotar esse ponto de vista, expressado primeiramente pelo general John Abizaid. Aqueles que matam os oficiais das Nações Unidas e da Cruz Vermelha, incendiam oleodutos, explodem reservatórios de água e atiram em clérigos respeitados do lado de fora de templos estão sem dúvida impondo sua opinião. Não existe um motivo justificável para que um país tão populoso e importante quanto o Iraque seja deixado à mercê de tais pessoas. E – eis o meu ponto crucial – nunca houve.¹⁰⁷

Hitchens também lança uma invectiva contrária aqueles que se posicionavam contra a Guerra do Iraque e advogavam mais prudência nas relações externas dos EUA. É conveniente

¹⁰⁶ Na verdade, foi o célebre artigo de Judt que lançou as primeiras perguntas que motivariam o início desta pesquisa. Talvez não seja adequado utilizar esta breve nota, todavia registro aqui todo o débito à sua figura de intelectual público. Poucos tiveram a conjugação de coragem moral, honestidade intelectual e paixão pelo ofício do historiador, como Judt. A título de breve parêntese informativo, recomendo imensamente a leitura de um artigo de ninguém menos que Eric Hobsbawm, sobre sua relação com e a carreira de Judt. Cf. <http://www.lrb.co.uk/v34/n08/eric-hobsbawm/after-the-cold-war>

Acessado em: 29 de abril de 2012.

Quanto ao artigo de Judt, acerca dos liberais, pode ser acessado em sua integralidade no *link* a seguir: <http://www.lrb.co.uk/v28/n18/tony-judt/bushs-useful-idiots>

Acessado em: 29 de abril de 2012.

¹⁰⁷ COTTEE, Simon e CUSHMAN, Thomas. (ed.). *Christopher Hitchens and His Critics: Terror, Iraq, and the Left*. New York: New York University Press, 2008. p.115-116.

recordarmos que aqui havia também uma forte crítica à guerra vinda da direita política.¹⁰⁸ Ele menciona, por exemplo, a atitude de George H. Bush e Brent Scowcroft, seu então Conselheiro de Segurança Nacional, em deixar Saddam Hussein no poder, e não marchar do Kuwait até Bagdá e depô-lo, ao final da Guerra do Golfo, no início da década de 1990. Para Hitchens, havia sido exatamente esse tipo de atitude “prudente” que permitira o massacre dos iraquianos que se insurgiram contra a ditadura do Partido Baath. De acordo com Hitchens, a atitude “prudente” do governo dos EUA havia gerado um imenso débito moral para com o povo iraquiano. Para o jornalista inglês, era chegada a hora de saldar este débito.

O problema é que se Hitchens estava correto com relação à responsabilidade moral dos EUA na opção pela manutenção do *status quo* iraquiano, na década de 1990, ele incorreu em alguns frequentes exageros retóricos, para dizer o mínimo, com relação ao grau de poder e influência do regime liderado por Saddam. Por exemplo, ele menciona que, após a Guerra do Iraque, Saddam deu “(...) support and encouragement to jihad forces around the world”¹⁰⁹ e que a política iraquiana “were becoming ever more demented and extreme and ever more Islamist in tone. The flag of Iraq was amended to include a verse from Quran, and gigantic mosques began to be built in Saddam’s own name”.¹¹⁰

Ele prossegue:

Fico satisfeito em perceber o desaparecimento do argumento “peacenik” de (...) que Saddam era “secular demais” para ter algo a ver com as forças jihad. A aliança entre seu assassino fedayeen e os jihadistas é agora evidente para todos – talvez haja alguns que ainda estejam prontos para acreditar que essa ligação começou somente neste ano.

Enquanto isso, um volume crescente de revelações mostra que os Mukhabarat iraquianos buscaram e conseguiram fazer contato com as forças de bin Laden nos anos 1990 e subsequentemente.¹¹¹

¹⁰⁸ Como pode ser visto em *The Right War?: The Conservative Debate on Iraq* – livro que demonstra a pluralidade dos argumentos conservadores. A Guerra do Iraque obteve amplo apoio da direita norte-americana, porém parcela significativa desta tradição política não hesitou em condená-la. Também fica evidente a rejeição da guerra, por parte da direita, se analisarmos a argumentação de Pat Buchanan – isso pode ser observado em BUCHANAN, Patrick. *A Republic, Not an Empire: Reclaiming America’s Destiny*. Washington: Regnery Press, 2002. e BUCHANAN, Patrick. *Where the Right Went Wrong: How Neoconservatives Subverted the Reagan Revolution and Hijacked the Bush Presidency*. New York: St. Martin’s Griffin, 2005., por exemplo. Outra crítica à mentalidade política que engendrara a guerra pode ser encontrada em RAIMONDO, Justin. *Reclaiming the American Right: The Lost Legacy of the Conservative Movement*. Wilmington: ISI Books, 2008.

¹⁰⁹ COTTEE, Simon e CUSHMAN, Thomas. (ed.). *Christopher Hitchens and His Critics: Terror, Iraq, and the Left*. New York: New York University Press, 2008. p.116.

¹¹⁰ Ibid.

¹¹¹ Ibid.118.

O problema é que consensualmente não se crê na cooperação dos dois agentes, Saddam e Al Qaeda. Não há evidência factual que algo sequer próximo a isso teria ocorrido. E quando utilizo a expressão “consensualmente”, me refiro a atores tão diversos como: a *9/11 Commission* (independente – operou de 27/11/2002 a 22/07/2004), e as investigações do *United States Senate Select Committee on Intelligence*¹¹² (que examinou os dados de inteligência utilizados no período pré-Guerra do Iraque) etc. A propósito, não foi ninguém menos que George Tenet (diretor da CIA de 1997-2004) quem falou em rede nacional, em entrevista ao prestigiado programa jornalístico *60 minutes*, em 29 de abril de 2007: “We could never verify that there was any Iraqi authority, direction and control, complicity with al-Qaeda for 9/11 or any operational act against America, period.”¹¹³

Com relação às analogias históricas, há uma que foi bastante utilizada no que diz respeito à Guerra do Iraque. Não foram poucas as pessoas que se referiram a esse conflito como “um novo Vietnã”. Não é por outro motivo que Hitchens buscou desconstruir esse argumento que, afirmava, se tratava apenas de má analogia. Segundo ele, em coluna intitulada *Vietnam?*, publicada em 12 de abril de 2004, na revista *Slate*:

Se os EUA fossem o país que seus inimigos pensam que é, poderia perfeitamente “balcanizar” o Iraque, deixar que as diversas facções tirassem o seu pedaço e fazer uma barganha “dividir e governar” (...). O esforço continua, porém, em tentar criar algo que é simultaneamente federalista e democrático. Em resumo, ainda que faltem outras coisas, deve-se continuar o esforço para manter o Iraque longe dos demagogos, assassinos e charlatões. Não consigo ver como isso se compara à tentativa de dividir e subjugar o Vietnã, bombardear suas cidades, encharcar suas florestas com “agente laranja” e entregar o sul do país a uma sucessão de militares brutais. O Vietnã, mesmo no auge do stalinismo, jamais invadiu ou ocupou países vizinhos (ou não até que o Khmer Vermelho assumisse o poder no Camboja), nunca usou armas de genocídio dentro ou fora de suas fronteiras e nunca bancou gangues itinerantes de terroristas niilistas. (...)¹¹⁴

¹¹² Aqui vale destacarmos o lançamento do documento, em duas etapas, intitulado *The Senate Report on Iraqi WMD Intelligence* – sua primeira fase foi publicada em 9/07/2004; e a segunda fase, em 25/05/2007.

¹¹³ As duas primeiras partes da entrevista podem ser vistas aqui: <http://www.cbsnews.com/video/watch/?id=2739654n> e aqui:

<http://www.cbsnews.com/video/watch/?id=2739673n>

Acessado em: 29 de abril de 2012.

¹¹⁴ COTTEE, Simon e CUSHMAN, Thomas. (ed.). *Christopher Hitchens and His Critics: Terror, Iraq, and the Left*. New York: New York University Press, 2008. p.129.

Em artigo intitulado *A War to be Proud Of*, publicado em 5 de setembro de 2003, é instrutivo destacarmos alguns aspectos interessantes acerca da referida coluna assinada por Hitchens. Em primeiro lugar, deve-se notar o veículo no qual foi publicada: a revista neoconservadora *The Weekly Standard*.

Por ora, basta dizer que há aí um ponto de inflexão política significativo na trajetória de Hitchens. Para alguém que construíra uma *persona* cultural inequivocamente afinada com o ideário de esquerda – não nos esqueçamos de que esta *persona* fora a consequência direta de anos (1982-2002) de atuação como colunista da *The Nation* –, era, para dizer o mínimo, surpreendente que estivesse sendo publicado em uma revista situada no oposto do espectro ideológico de sua antiga publicação. É bem verdade que Hitchens nunca passara a ser parte do quadro efetivo da *Weekly Standard*. Entretanto, mesmo sua publicação ocasional não pode ser considerada como algo secundário.

Nesse artigo, Hitchens argumenta convenientemente que não era preciso discorrer acerca das “falhas, erros e crimes” cometidos pelos EUA na Guerra do Iraque. Segundo o jornalista, as falhas, os erros e os crimes “falavam por si”. É interessante notar essa presunção de eloquência própria dos elementos passíveis de crítica, adotada aqui por Hitchens, uma vez que sua carreira como polemista se deveu a lançar luz, sublinhar e reverberar “as falhas, os erros e crimes” de seus desafetos e antagonistas. Não foi outro seu *modus operandi* direcionado à Madre Teresa, a Henry Kissinger, ao ex-presidente Clinton e aos críticos da Guerra do Iraque. Flagramos aqui um caso patente de contradição. Ou, pior, a aplicação de critérios de dois pesos, duas medidas.

O importante, todavia, é salientar a relação de aspectos positivos, segundo Hitchens, claro, da intervenção liderada pelos EUA em solo iraquiano. Segundo ele:

1. A derrubada dos Talibãs e do Partido Baath e a divulgação de ligações altamente sugestivas entre os dois elementos deste pacto Hitler-Stalin. Abu Musab al Zarqawi, que mudou-se do Afeganistão para o Iraque antes da intervenção da coalizão, chegou a se dar ao trabalho de nomear sua organização Al Qaeda na Mesopotâmia.
2. A subsequente capitulação da Líbia de Qaddafi no tópico das armas de destruição em massa – capitulação que não foi oferecida a Kofi Annan ou a ONU, mas a Blair e Bush.
3. A subsequente descoberta da rede de A.Q.Khan para a transferência ilícita de tecnologia nuclear para a Líbia, Irã e Coreia do Norte.
4. O acordo das Nações Unidas de que é necessária uma reforma interna e o desmascaramento de uma rede de quase criminosos dentro de sua elite.
5. A covarde confissão do presidente Chirac e do chanceler Schröder, quando confrontados com provas irrefutáveis de fraude e dissimulação, respeitando tratados solenes, da parte do Irã, que nem mesmo isso alteraria seu

- compromisso com a neutralidade. (Já havia desconfianças no caso do Iraque.)
6. A habilidade de confirmar que o Iraque encontra-se mesmo desarmado e não confiar na palavra de um autocrata psicopata.
 7. Os ganhos imensos do maior grupo apátrida da região – os curdos – e a disseminação desse exemplo por outros estados.
 8. O incentivo relacionado da democracia e dos movimentos da sociedade civil no Egito, Síria e, em destaque, no Líbano, que recuperou uma versão de sua autonomia.
 9. As mortes violentas e infames de milhares de homens de Osama bin Laden infiltrados no Iraque e Afeganistão e a possibilidade real de expandir esse número.
 10. A formação e endurecimento de milhares de militares (homens e mulheres) dos Estados Unidos numa batalha contra as forças do niilismo e absolutismo – que serão de grande serventia em batalhas futuras.¹¹⁵

Aqui é necessário examinarmos alguns tópicos enunciados por Hitchens. O primeiro já foi discutido acima. Não haviam ligações entre o Talibã e o Partido Baath iraquiano. Ou por outra, *tentativas de contato* haviam sido feitas, entre ambos. No entanto, não havia nada remotamente parecido com uma parceria ou cooperação entre as duas facções. E nenhuma evidência factual apontava que isso ocorreria a curto, médio ou longo prazo. E aqui me refiro à posição consensualmente adotada pela imensa maioria das agências de inteligência que se ocuparam desta questão. Ademais, Hitchens utiliza novamente a analogia com o pacto celebrado entre Hitler e Stálin. Já me ocupei igualmente desta questão. Adiante.

No segundo tópico, Hitchens celebra a então desistência de Kadafi no desenvolvimento de armas de destruição em massa. O problema, no entanto, é que neste particular, a realidade é algo bem diversa do que cria Hitchens. A desistência de Kadafi no desenvolvimento de armas pode ser muito melhor compreendida como uma sinalização de aproximação com o Ocidente, visando à suspensão das sanções que então estavam em vigor. E não mera consequência (um efeito benéfico, diria Hitchens) da Guerra do Iraque. Ademais, fica patente o modo de enxergar a História quase hegeliano do jornalista. Explico. Ele se refere a um fato histórico positivo, e a partir daí projeta um futuro unidirecional e evolutivo. Isto é, Hitchens ignora a complexidade histórica das coisas – os avanços e recuos, as idas e vindas, o progresso e retrocesso capaz de experimentar uma dada realidade social durante um dado período histórico. Por exemplo, no início de 2011 a Líbia entraria em um processo de guerra civil que culminaria em uma guerra

¹¹⁵ COTTEE, Simon e CUSHMAN, Thomas. (ed.). *Christopher Hitchens and His Critics: Terror, Iraq, and the Left*. New York: New York University Press, 2008. p.159-160.

envolvendo Estados estrangeiros e a morte do próprio Kadafi nas mãos de rebeldes armados por ocidentais.

O sexto item, por exemplo, é uma ironia involuntária. Hitchens enumera a descoberta do fato de que Saddam não possuía as armas de destruição em massa como uma consequência benéfica da Guerra do Iraque. O problema é que aí um problema em sua argumentação. Qual seja: Hitchens toma *premissa* por *consequência*. Isto é, uma das formas utilizadas pelo governo Bush de viabilizar a guerra foi o argumento da posse das armas de destruição em massa pelo Iraque. No entanto, essa foi uma das premissas que sustentavam o arcabouço intelectual que justificava a guerra. Quando os EUA estão em solo iraquiano e não encontram as referidas armas, Hitchens não crê que isso mine a credibilidade dos apologistas da guerra. Ao contrário. Seu argumento é o de que *graças* à intervenção no Iraque, a comunidade internacional pôde ter acesso à verdadeira informação com relação ao *status* da condição militar do Iraque.

Com relação ao sétimo item, ironicamente Hitchens antecipa um argumento que seria utilizado por intelectuais norte-americanos de direita (usualmente neoconservadores), no que se refere ao evento que ficou conhecido como Primavera Árabe. Mas se trata de um argumento, no mínimo, bastante controverso.¹¹⁶

Por fim, é interessante observar o exercício de especulação lançado por Hitchens no décimo item. Ele argumenta que o investimento e o treinamento de tropas na Guerra do Iraque (“combatendo as forças do niilismo e absolutismo”) se provarão de grande valia no futuro. O questionamento que surge é: qual a base de sustentação de seus argumentos para que isso possa

¹¹⁶ Sugiro aos interessados no assunto a leitura dos argumentos neoconservadores acerca da Primavera Árabe. Aqui pode ser encontrado um artigo de Elliott Abrams, fazendo esta reivindicação: http://www.foreignpolicy.com/articles/2012/01/23/a_forward_strategy_of_freedom?page=full

Acessado em: 01 de maio de 2012.

Também é possível acessar uma entrevista do conceituado historiador britânico Niall Ferguson a respeito da “vitória neocon”, plasmada na Primavera Árabe: <http://www.wrko.com/blog/todd/ferguson-neo-cons-big-winners-arab-spring>

Acessado em: 01 de maio de 2012.

Para uma contra-argumentação hábil, recomendo a leitura da refutação do artigo de Abrams, escrita por Stephen M. Walt:

http://walt.foreignpolicy.com/posts/2012/01/24/yes_you_can_be_a_neocon_and_still_be_wrong

Acessado em: 01 de maio de 2012.

ser afirmado com tamanha assertividade? Trata-se de uma especulação, e como tal, não tem amparo em dados sólidos do presente, apenas se assenta em meras expectativas.

Além de estudarmos os argumentos de Hitchens, é interessante que se examine a tradição política com a qual ele se identifica. Dado seu apoio à Guerra do Iraque, muitas vezes o caracterizaram como um intelectual convertido à direita. Nada mais diverso de sua auto-imagem. Em entrevista concedida à revista *Frontpage*, em 10 de dezembro de 2003 ele afirma:

A figura de Trotski como o líder da “oposição de esquerda” à Stalin tem muitas deformidades. Mas ainda creio que ele ainda é o grande modelo do dissidente corajoso e engajado do século XX, e da mistura de intelecto e atitude. Em meus escritos, eu tento respeitar as figuras literárias e intelectuais associadas a essa tradição, de CLR James a Victor Serge. O nome mais popular desse grupo é, é claro, George Orwell, embora ele não seja frequentemente celebrado por esse motivo.

Estou antecipando sua próxima pergunta, mas não existe uma “linha vermelha” que ainda conecte meus pontos de vista do presente e do passado. Em discussões com camaradas curdos e iraquianos na última década, por exemplo, eu fiquei impressionado com quantos deles passaram a lutar contra Saddam Hussein fazendo uso das mesmas memórias, livros e tradições que eu. O melhor dos autores iraquianos dissidentes, Kanan Makiya, cujos livros devem ser lidos por todos aqueles que querem fazer parte da discussão, é o maior exemplo.¹¹⁷

Também é interessante lermos a resposta de Hitchens a Jamie Glazov (o entrevistador), quando este pergunta quando exatamente havia ocorrido o rompimento de Hitchens com a esquerda de um modo geral (supondo que de fato ele havia ocorrido). O interessante é a ausência de menção ao 11 de Setembro como a possível grande ruptura. Hitchens recorda, isto sim, do *fatwa* recebido por seu amigo Salman Rushdie, quando este publicara *Os Versos Satânicos*. Hitchens argumenta:

(...) os meus “momentos de decisão” não são exatamente aqueles que alguns podem imaginar. A compreensão de que estávamos numa guerra política e cultural com a teocracia islâmica me veio não em 11 de setembro de 2001, mas, em 14 de fevereiro de 1989, quando o aiatolá Khomeini ofereceu seu próprio dinheiro para comprar o assassinato de meu amigo Salman Rushdie. Na ocasião, como alguns podem ter esquecido, os movimentos conservadores e neoconservadores agiram de modo estúpido e neutro, sobretudo o *establishment* de Bush, devido a revelação de que ele era um cliente de Khomeini no escândalo Irã-contras e no caso de muitos neocons que pensavam que Salman era um aliado das rebeliões do terceiro mundo, especialmente a palestina.¹¹⁸

¹¹⁷ COTTEE, Simon e CUSHMAN, Thomas. (ed.). *Christopher Hitchens and His Critics: Terror, Iraq, and the Left*. New York: New York University Press, 2008. p.202-203.

¹¹⁸ *Ibid.* p.203.

Além do ocorrido com Rushdie, Hitchens também recorda da importância que teve a intervenção ocidental em Sarajevo, e como esse episódio histórico moldou sua percepção no tocante ao exercício do poder militar norte-americano. Segundo ele:

Compreendi que o poder americano podia e devia ser usado na defesa do pluralismo e como uma punição para o fascismo em Sarajevo um ou dois anos depois. Aqui, a coalizão de forças que salvou a antiga Iugoslávia da agressão e do etnocídio foi formada por alguns esquerdistas, muitos judeus e muçulmanos dos EUA e Europa, muitos, se não a maioria dos neoconservadores e pelo governo trabalhista de Tony Blair.

A massa dos conservadores tradicionais nos EUA e na Grã-Bretanha se mantiveram indiferentes, quando não abertamente hostis, e, claro, muitos pacifistas mantiveram seu discurso habitual de que a intervenção só levaria a um atoleiro. Essa foi uma discussão inicial entre mim e muitos dos meus colegas da *Nation* e foi também a primeira vez que me encontrei no mesmo lado de pessoas como Paul Wolfowitz e Jeanne Kirkpatrick: um choque que eu tive que superar.¹¹⁹

Findo o exame dos argumentos esgrimidos por Christopher Hitchens, passaremos, agora, à análise de David Halberstam acerca das apropriações retóricas da história norte-americana, por parte do governo de George W. Bush. Como argumento adiante, trata-se de uma forma de aclimatar o leitor com a metodologia que irei lançar mão nos capítulos subsequentes. Prossigamos, portanto.

1.7 Os garotos da História

Como havia mencionado anteriormente, creio ser de grande valia fazer um breve estudo de caso a fim de ilustrar o modo com o qual analisarei os argumentos dos intelectuais de *Dissent* acerca da Guerra do Afeganistão e da Guerra do Iraque. Um elemento recorrente em seus discursos, são as inúmeras apropriações da história norte-americana – sempre se adequando a esta ou aquela tradição política, segundo a intencionalidade de quem fala.

A propósito, quanto aos usos e abusos da história, cabe salientar que foi David Halberstam¹²⁰ quem enunciou com maior precisão as tentativas do governo de George W. Bush em equiparar-se ao governo Truman (1945-1953). O artigo a que me refiro foi publicado na revista *Vanity Fair*, em agosto de 2007, com o título *The History Boys*¹²¹. É interessante examinar

¹¹⁹ Ibid. p.203-204.

¹²⁰ Halberstam (1934-2007) foi um dos mais notórios jornalistas norte-americanos da segunda metade do século passado. Seu livro sobre a influência ativa de intelectuais e tecnocratas do governo Kennedy na Guerra do Vietnã – *The Best and the Brightest* (1972) – é lido ainda hoje com interesse.

¹²¹ Disponível em: <http://www.vanityfair.com/politics/features/2007/08/halberstam200708>

brevemente o referido artigo, pois ficará claro para o leitor que sua abordagem analítica e metodológica influenciou minha pesquisa. A exemplo de Halberstam, darei atenção à linguagem empregada pelos diversos atores presentes neste estudo, bem como às analogias históricas evocadas pelos mesmos.

Acerca do argumento da administração Bush, Halberstam enuncia:

Em sua opinião, o Iraque de Saddam era como a Europa dominada por Hitler, e os democratas e os críticos nos meios de comunicação são comparados aos apaziguadores da década de 1930. O povo iraquiano, despojado de sua história extremamente complicada, se torna ou os europeus ansiosos para serem libertados dos alemães, ou uma pequena nação que deve ser protegida por países mais poderosos. Mais recentemente (...) – e, talvez, surpreendentemente – é que Bush se tornou Harry Truman.¹²²

Segundo Halberstam, alguns membros do governo Bush – ele cita nominalmente, além do próprio presidente, o vice-presidente Dick Cheney, a Secretária de Estado Condoleezza Rice e o primeiro Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld – como atores sempre prontos a se valerem de racionalizações travestidas de exemplos históricos a serem seguidos. É com interesse que notamos que ainda que o conceito de *Historia magistra vitae* não se aplique na historiografia corrente, trata-se de um recurso retórico frequentemente utilizado pelos mais variados atores políticos e sociais.

De acordo com Halberstam, a ideia usual da administração Bush era a de que um julgamento correto de suas políticas teria lugar apenas no futuro, “e a história as absolveria”. O autor ainda prossegue:

Ironicamente, foi o presidente, um homem notoriamente descuidado, na realidade quase indiferente aos fundamentos intelectuais de suas ações, que veio alardear seu exame minucioso das lições do passado. Embora, antes, ele tenha se gabado de suas decisões críticas tomadas por instinto ou fé, ele agora fala mais e mais de mandatos históricos. Normalmente ele o faz no mais amplo – e mais vago – sentido: a história nos ensina... O que aprendemos com a história... O que a história nos mostra. Em um de seus discursos em março de 2006, em Cleveland, eu enumerei quatro referências à história (...)¹²³

Halberstam devota atenção à linguagem utilizada pelo governo Bush, e, a partir daí, depreende a significação histórica buscada pelo discurso oficial. Tomemos como exemplo a expressão “Eixo do Mal” [*axis of evil*, no original]. Halberstam recorda que a expressão fora

Acesso em: 20 de dezembro de 2011.

¹²² Ibid.

¹²³ Cf. <http://www.vanityfair.com/politics/features/2007/08/halberstam200708>

Acesso em: 20 de dezembro de 2011.

criada por David Frum, então *speechwriter* do presidente George W. Bush. Se a ideia era criar uma analogia imediata com o Eixo da Segunda Guerra Mundial, e, portanto, evocar a mesma carga de clareza moral, a expressão acabou provocando mais confusão conceitual e ambiguidade do que qualquer outra coisa. A ideia de incluir Estados tão díspares quanto Coreia do Norte, Irã e Iraque sob uma mesma tipologia atesta a dificuldade em conferir credibilidade a esse tipo de denominação. David Frum não hesitou em ignorar, por exemplo, as rivalidades históricas entre Irã e Iraque. Se o objetivo do governo era obter uma eficiente peça de propaganda, o sacrifício da precisão histórica era um preço tolerável a ser pago. Como atesta Halberstam:

Quando David Frum, que escrevia os discursos do presidente, apresentou a Bush a expressão “o eixo do mal”, caracterizando assim a Coreia do Norte, o Irã e o Iraque, a intenção era lembrar o Eixo da 2ª Guerra Mundial. Frum foi aclamado por sua frase, perfeita para a Madison Avenue. Esse novo Eixo terminou por conter, aparentemente para nossa surpresa, dois países, o Irã e o Iraque, que eram inimigos. Voltar-se contra o Iraque acabava desestabilizando-o e fortalecendo involuntariamente o Irã, sem dúvida o país mais perigoso da região. Enquanto o “eixo do mal” foi planejado para servir como uma bandeira histórica, representando a mais alta visão moral que se possa imaginar, ele acabou apenas ajudando a nos enfraquecer.¹²⁴

É também Halberstam quem adota uma posição de parcimônia e mesmo de suspeição com relação à forma com a qual as chamadas “lições da história” são evocadas pelo governo Bush. De acordo com Halberstam:

Portanto, quando ouço o presidente citar a história tão casualmente, ouço tocar um alarme. Aqueles que conhecem a história tendem a ser tentados por ela. Eles raramente se referem a ela de modo tão amplo e com tamanha confiança. (...) Suas mais importantes lições às vezes vêm envoltas em uma amarga ironia. De nenhum modo ela caminha em linha reta rumo ao resultado desejado, e nem sempre os mocinhos saem vencedores. Ocasionalmente ela é como um esporte com suas viradas, em que os fracos e pequenos derrotam os gigantes poderosos – observe, por exemplo, os revolucionários norte-americanos vencendo o exército britânico, ou os comunistas do Vietnã, com seus recursos limitados, criando um impasse para o exército americano.¹²⁵

Halberstam argumenta, por exemplo, a respeito do esforço feito por parte da equipe do governo Bush em comparar seu governo com o de Truman (1945-1953). Segundo esta narrativa, as ações políticas do governo Bush um dia seriam reinterpretadas de forma mais positiva pelos futuros historiadores. Apesar dos baixos índices de aprovação no final do segundo mandato

¹²⁴ <http://www.vanityfair.com/politics/features/2007/08/halberstam200708>

Acesso em: 20 de dezembro de 2011.

¹²⁵ Ibid.

de George W. Bush, o futuro seria mais benevolente que o presente, tal como sucedera com Truman. Ao menos era assim que parecia crer parte significativa do governo Bush. Halberstam afirma:

Sim, como Bush, Truman estava em apuros e, sim, sua popularidade despencou no final de seu mandato, e, sim, ele governou durante uma guerra cada vez mais impopular. Mas as semelhanças param por aí.¹²⁶

Halberstam crê que uma boa chave de compreensão das diferenças entre os dois governos é a análise de como estes se envolveram em guerras importantes e as travaram. O jornalista acentua o que crê ter sido o caráter forçoso da Guerra da Coreia em oposição aos traços discricionários da Guerra do Iraque. Segundo ele:

Truman foi forçado a entrar em guerra contra a Coreia em 1950, quando os chineses autorizaram os norte-coreanos a cruzar o 38º paralelo e atacar a Coreia do Sul. Mas MacArthur não aceitou a visão do presidente de uma guerra limitada a Coreia, e queria uma maior, contra os chineses. Truman não queria nada disso. Ele pode ter sido o último presidente dos EUA a não ter um diploma de universidade, mas, possivelmente era o presidente mais letrado. A história estava sempre com ele. Com MacArthur pressionando-o por uma guerra mais ampla contra a China, Truman gostava de citar Napoleão, que escreveu o seguinte sobre sua desastrosa aventura russa: “Eu os venci em todas as batalhas, mas isso não me levou a lugar nenhum”.¹²⁷

Halberstam ainda acentua outra incongruência presente na analogia Truman-Bush. Para ele, enquanto o primeiro presidente fora capaz de dirimir uma severa crise constitucional, o segundo foi responsável pelo agravamento de uma. Halberstam refere-se, no caso de Truman, à insubordinação do General Douglas MacArthur. Segundo o jornalista:

Truman herdou o general Douglas MacArthur, um “intocável”, (...) um homem que era até então visto como uma lenda e um mito. Mentor da vitória dos Estados Unidos no Pacífico, MacArthur era, sem dúvida, talentoso, mas era também vaidoso, altamente político e partidário. Truman o convidou duas vezes a voltar do Japão, onde, como o Comandante Supremo das Potências Aliadas, ele supervisionava a reconstrução, para que fizessem um discurso em uma sessão conjunta do Congresso. MacArthur recusou os dois convites, embora um convite residencial fosse mais uma ordem. MacArthur queria voltar para casa num momento mais dramático, que só aconteceria durante a corrida presidencial. Ele não só subestimou a personalidade de Truman; ele nunca aceitou a primazia do presidente na hierarquia constitucional.

¹²⁶ Ibid.

¹²⁷ <http://www.vanityfair.com/politics/features/2007/08/halberstam200708>

Para um presidente tentando governar durante um momento extremamente difícil na política internacional, isso era uma equação política monstruosa.¹²⁸

A despeito do considerável prestígio que MacArthur possuía, Truman não hesitou em afastá-lo de seu cargo. Halberstam prossegue:

Na época, MacArthur fez um desafio aberto a Truman, criticando-o na imprensa, quase desafiando o presidente a livrar-se dele. (...) Truman, no entanto, o demitiu. Foi uma grave crise constitucional – nada menos do que o conceito de controle civil do poder militar estava em questão. Se havia uma ironia nessa situação, era que MacArthur e seus aliados na imprensa, como o dono da revista *Time*, Henry Luce, sempre viram MacArthur como o maioral, o oposto de Truman. (“MacArthur era a personificação de um grande homem, com admiradores que o viam como um líder... Truman era quase um homenzinho profissional”, foi o relato da *Time* no momento da demissão) Mas foi Truman que decidiu responder ao desafio de MacArthur. Mesmo sabendo que teria perdas a curto prazo, a atitude elevaria seu moral como presidente.¹²⁹

Com relação ao governo Bush, Halberstam acentua a inabilidade com a qual o presidente lidou com a Guerra do Iraque. Para Halberstam, a intransigência, desta feita, partiu não de qualquer militar, e sim do próprio presidente. O general Tommy Franks, responsável pela liderança não só do ataque ao regime Talibã, no Afeganistão, como também da campanha de mudança de regime no Iraque, em 2003, teria sido pressionado por Washington na adoção de uma agenda que na verdade não se coadunava com a sua própria. Halberstam recorda:

O relacionamento de George W. Bush com seu comando militar era exatamente o contrário. Ele lidava com o maleável general Tommy Franks, um homem que, embora fosse o dono de uma medalha presidencial da liberdade ou não, ainda tinha dificuldade em explicar aos seus companheiros de forças armadas o que tinha acontecido no Iraque e como ele havia concordado em entrar numa empreitada tão grande com um efetivo tão pequeno. Era o presidente, não os militares ou o público, que queria uma guerra no Iraque, e Bush usou a influência que havia obtido com o 11 de setembro para provocá-la. Seu pessoal habilmente manipulou a inteligência do público para fazer com que o conflito parecesse essencial (...). O nome principal nisso tudo era o vice-presidente Cheney, do alto de sua arrogância, o mais habilidoso dos burocratas, o mais durão de todos, mas enfim revelado como um homem que nada sabia do país que quisera invadir e que desconhecia as consequências dessa invasão.¹³⁰

¹²⁸ Ibid.

¹²⁹ Ibid.

¹³⁰ <http://www.vanityfair.com/politics/features/2007/08/halberstam200708>

Ele menciona ainda um discurso proferido por Bush, em Riga, capital da Letônia, em maio de 2005. No discurso, o presidente dos Estados Unidos citou, a fim de justificar a intervenção no Iraque, a Conferência de Yalta.

Ele citou Yalta, a cúpula de 1945 em que Roosevelt, Stálin e Churchill se encontraram. (...) Ele disse “seguindo a tradição injusta de Munique e do pacto Molotov-Ribbentrop. Mais uma vez, quando governos poderosos negociavam, a liberdade das nações menores não era imprescindível. Ainda assim, essa tentativa de sacrificar a liberdade em nome da estabilidade deixou um continente dividido e instável. O aprisionamento de milhões de pessoas no centro e leste da Europa será lembrado como um dos maiores erros da história”.¹³¹

Se examinarmos a assertiva de Bush, notamos que a um só tempo são evocados dois momentos históricos distintos: (i) o Tratado de Munique (cedendo a Tchecoslováquia a Hitler em 1938) e (ii) o pacto Molotov-Ribbentrop (permitindo que a Alemanha nazista invadisse a Polônia e que a União Soviética se movesse nos países bálticos). Ademais, há um esforço retórico no sentido de urdir um fio narrativo coerente unindo esses dois fatos à própria Conferência de Yalta – segundo o autor do artigo afirma, “Bush implies, the two great leaders of the West casually sat by and gave away vast parts of Europe to the Soviet Union.”.

O interessante é que Halberstam situa essa narrativa como parte do tradicional léxico político da direita norte-americana. É observando esta tradição política conservadora, bem como sua retórica, que Halberstam é capaz de descrever com argúcia como se dão esses usos da história.

Segundo ele, a utilização da Conferência de Yalta foi o principal, e um dos primeiros, golpes desferidos pelo conservadorismo norte-americano em seus antagonistas políticos. A Conferência de Yalta serviria à direita norte-americana, ao longo da história política dos EUA, para se referir a três elementos bem específicos: a) ao que consideravam como a inépcia do governo Roosevelt; b) ao que sustentavam ser a inabilidade do governo Truman e c) à ideia de que o Partido Democrata agia de modo pouco assertivo com o comunismo.

Com relação ao terceiro item, é notável a analogia estabelecida por Halberstam. Segundo ele, esse tipo de crítica não iria diferir tanto das investidas recorrentes de Republicanos a afirmar, neste século XXI, que Democratas não são “duros” o bastante ao lidar com o terrorismo internacional. Notamos um ou outro discreto ajuste retórico, todavia a substância da crítica

¹³¹ Ibid.

permanece inalterada. De acordo com Halberstam, uma provável justificativa para a adoção desse tipo de retórica reside no fato de que:

A direita se safou dessa porque, de todas as frentes da Segunda Guerra Mundial, a menos conhecida neste país – não costumamos nos interessar por batalhas nas quais não estivemos – é ironicamente a mais importante: a frente do Leste, onde ocorreu a batalha entre alemães e russos e onde foi decidido o resultado da guerra. Tudo começou com um ato clássico de arrogância – a invasão da Rússia por Hitler, em junho de 1941, três anos antes de nossas tropas pousarem na Normandia.

Cerca de três milhões de tropas alemãs estiveram envolvidas no ataque e, nos primeiros meses, as entradas eram rápidas e decisivas. Minsk foi tomada rapidamente, os alemães atravessaram o rio Dniepre em 10 de julho e o Smolesnk caiu logo em seguida. Cerca de 700 mil homens do exército vermelho, cujas lideranças estavam devastadas com os expurgos de Stálin, foram capturados na metade de setembro de 1941. As tropas russas recuaram e moveram suas indústrias de volta para o leste o máximo que conseguiram. (...) A virada ocorreu na batalha de Stalingrado, que começou no fim de agosto de 1942. Ela foi a batalha mais brutal da guerra, com quase dois milhões de homens dos dois lados mortos ou feridos, mas, no fim, os russos tomaram a cidade e capturaram o que restava do exército alemão no local.

No início de 1943 o Exército Vermelho estava no ataque e os alemães se retraíam. Na metade de 1944, os russos tinham 120 divisões rumo ao oeste e 2,3 milhões de homens contra o exausto exército alemão, que mal chegava a 800 mil soldados. Na metade de 1944, enquanto os aliados ainda tentavam escapar das sebes da Normandia, o Exército Vermelho estava na fronteira entre a Polônia e a Rússia. Quando Yalta foi realizada, eles se aproximavam de Berlim. Um mês antes, em janeiro de 1945, Churchill reconheceu a inabilidade dos países do ocidente de impedir a expansão soviética no centro e leste da Europa. “Sem dúvida, os Balcãs, com exceção da Grécia, serão dominados pelos bolcheviques, e não há nada que eu possa fazer. Do mesmo jeito que não posso fazer nada pela Polônia”.¹³²

A visão do governo Bush residiria, portanto, na crença em um papel salvífico e *excepcional*¹³³ dos Estados Unidos. Esse tipo de narrativa, um híbrido um tanto complexo de mantra oportunista e otimismo ingênuo, contribuiu para que Washington lidasse com outros Estados na crença mais pia de que estes possuíam, no mínimo, um sentimento de gratidão ou admiração para com a América. Halberstam dá conta dessa perspectiva:

Um dos conceitos prediletos de Bush, usado repetidamente em seus discursos, é que as democracias são pacíficas e não entram em guerra umas com as outras. Boa parte dos cidadãos do Ocidente aceita essa ideia sem questioná-la, mas, não é assim que pensa a maioria dos habitantes da África, Ásia, América do Sul e do Oriente Médio, que sentiram o peso do colonialismo do homem branco nos últimos dois séculos. O

¹³² <http://www.vanityfair.com/politics/features/2007/08/halberstam200708>

Acesso em: 20 de dezembro de 2011.

¹³³ Para uma leitura crítica dessa visão, ver por exemplo HODGSON, Godfrey. *The Myth of American Exceptionalism*. United States of America: Sheridan Books, 2009. e KAGAN, Robert. *Dangerous Nation*. New York: Alfred A. Knopf, 2006.

mundo não ocidental não faz uma ligação entre o Ocidente e pacifismo e generosidade, e muitas pessoas no Departamento de Estado norte-americano e nas diferentes agências de inteligência (e até os militares) entendem os ressentimentos e desconfianças quanto nossas intenções que existem nessas regiões.¹³⁴

Halberstam não se furta a destacar a incongruência da argumentação do governo Bush quando cita o exemplo histórico do Vietnã. Para o jornalista, ainda que o governo conservador frequentemente se utilizasse de exemplos históricos passíveis de fornecer justificativas às suas ações, alguns outros episódios históricos eram convenientemente esquecidos – ou lembrados de forma parcial. Halberstam afirma que o caso do Vietnã ilustra de modo claro o excessivo otimismo com o qual, historicamente, os Estados Unidos creem que os outros povos os veem. Segundo ele, não à toa o presidente George W. Bush preferia não recorrer retoricamente ao exemplo do Vietnã. Trata-se de um silêncio que convém ser analisado:

Se ele tivesse feito algum estudo sério de nosso envolvimento nesse local, teria entendido que a ferocidade de nosso poder de fogo fez com que pessoas que até então estavam à margem se tornassem inimigos e passassem a fazer o recrutamento de nossos inimigos para eles. Ainda hoje, nossa incapacidade de concentrar tamanho “choque e pavor” exatamente naqueles em que gostaríamos – causando o que agora se chama de dano colateral – gera um crescente ressentimento entre os civis, que podem decidir que quaisquer que sejam os valores que trazemos, eles não valem a pena, porque com eles vieram uma dose enorme de matança e destruição.¹³⁵

Halberstam exemplifica a *húbris*¹³⁶ norte-americana quando menciona a postura de ambivalência dos pretensos aliados dos EUA no Iraque. Segundo ele, afinal: “Our allies—the good Iraqi people the president likes to talk about—appear to be more and more ambivalent about the idea of a Christian, Caucasian liberation, and they do not seem to share many of our geopolitical goals.”

O jornalista avança, ainda, para um argumento que julgo ser interessante. De acordo com sua interpretação, uma das principais falhas na administração Bush foi tecer uma analogia

¹³⁴ Para um discussão acerca da Teoria da Paz Democrática – isto é, a ideia de que democracias são intrinsecamente mais pacíficas do que outras formas de governo (e que, portanto, não guerreiam entre si) –, é de grande valia consultar BROWN, Michael E.; LYNN-JONES, Sean M.; MILLER, Steven E. *Debating the Democratic Peace*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1996.

¹³⁵ <http://www.vanityfair.com/politics/features/2007/08/halberstam200708>

Acesso em: 20 de dezembro de 2011.

¹³⁶ É igualmente sobre a *húbris* presente historicamente na política externa dos EUA que Peter Beinart discorre em seu *The Icarus Syndrome: A History of American Hubris*. United States of America: Harper, 2010.

histórica equivocada entre a queda da União Soviética e o momento em que atuavam. Halberstam cita nominalmente Donald Rumsfeld e Dick Cheney – então Secretário de Defesa e Vice-Presidente, respectivamente – como membros de destaque no governo Bush que compartilhavam uma interpretação essencialmente triunfalista da história norte-americana. Isto é, ao crer na derrota da URSS pelos EUA – e ao descartar por completo a hipótese da derrocada da União Soviética ter se dado por intermédio das contradições internas de seu próprio regime político e econômico –, alguns membros do governo Bush tomaram um evento de natureza contingente por algo previsível e que poderia, segundo eles, ser facilmente replicável.

De acordo com Halberstam, o governo Bush incorria na adoção de uma ideologia, a um só tempo, prescritiva e anacrônica – dois pecados igualmente nocivos se dirigidos à análise histórica.

É com interesse que notamos uma argumentação análoga a de Halberstam em Fukuyama – o autor da polêmica tese do fim da História¹³⁷. Em *O Dilema Americano: Democracia, poder e o legado do neoconservadorismo*, ele argumenta, por exemplo, que:

No antigo mundo comunista houve amplas diferenças nos resultados da transição, que vão de uma passagem rápida para a democracia e a economia de mercado, nos casos da Polônia e da Estônia, à sobrevivência do governo autoritário, nos casos da Bielo-Rússia e de muitos Estados da Ásia central. Líderes, história, cultura, geografia e outros fatores contextuais variavam entre os países do antigo mundo comunista e afetaram grandemente o sucesso das mudanças políticas. Como veremos a seguir, as transições democráticas são em geral de difícil realização e o desenvolvimento econômico é igualmente difícil de ser promovido. Isto sugere que as transformações explosivas que vimos no mundo comunista e que acabaram com a Guerra Fria constituem provavelmente exceções, e não a regra.¹³⁸

Ao contrário do sugerido pelo governo Bush e por intelectuais neoconservadores¹³⁹, Fukuyama argumenta que o otimismo advindo das inúmeras transições democráticas ocorridas no

¹³⁷ A bem da verdade, Fukuyama apenas se valeu de um argumento, em sua origem, hegeliano. Para uma boa crítica das proposições contidas em seu *O fim da história e o último homem*, recomendo o texto do crítico cultural norte-americano Roger Kimball, em sua revista *The New Criterion*: <http://www.newcriterion.com/articles.cfm/Francis-Fukuyama-and-the-end-of-History-4501>

Acessado em: 08 de janeiro de 2012.

¹³⁸ FUKUYAMA, Francis. *O Dilema Americano: Democracia, poder e o legado do neoconservadorismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006. p.62-63.

¹³⁹ Ainda na mesma obra, Fukuyama enumera algumas características distintivas da agenda política neoconservadora. Segundo ele, há pelo menos quatro eixos de sustentação na argumentação neoconservadora que são dignos de nota: 1) “a crença de que o caráter interno do regime tem importância e que a política externa deve refletir os valores mais profundos das sociedades liberais democráticas.”; 2) “a crença de que o poder americano tem sido e pode ser usado para fins morais e que os Estados Unidos precisam permanecer envolvidos nos assuntos

final da década de 1980 e início da década de 1990 não se sustentava se fosse precedido por uma análise detida dos fatos. Ele recorda:

Novas democracias deixaram de se consolidar no Haiti, no Camboja e na Bielorrússia; a Moldávia e a Ucrânia afundavam na corrupção; e democracias estabelecidas enfrentavam reveses na Venezuela, na Bolívia, no Equador e no Peru, ao passo que as reformas liberalizantes da Argentina enfrentaram uma crise econômica em 2001. A Rússia, sob o presidente Vladimir Putin, estava claramente começando a desfazer muitas das reformas liberais da era Yeltsin, enquanto muitos experimentos democráticos na África mostraram ser passageiros (mais notavelmente o do Zimbábue). Embora tenham sido realizadas eleições democráticas em muitos países nos anos 1990, o domínio da lei liberal e o respeito aos direitos humanos fizeram menos progressos e, em muitos casos, sofreram muitos reveses. Thomas Carothers, um estudioso da promoção da democracia, afirmou que a opinião comum a tantas pessoas nos anos 1990, de que a maioria dos países do mundo vivia uma “transição para a democracia”, estava equivocada; muitas partes do antigo mundo comunista não estavam em transição para coisa nenhuma, e sim atoladas numa zona cinzenta semi-autoritária.¹⁴⁰

É interessante observarmos Fukuyama, tão conhecido pelo tom triunfalista de seu liberalismo em *O Fim da História e o Último Homem*, criticar o excesso de *húbris* neoconservadora. No capítulo que segue, a propósito, me aprofundarei na análise dos argumentos pró-Guerra dos intelectuais agrupados na *Dissent Magazine*.

CAPÍTULO 2

SOBRE MORAL, GUERRA E DISSENSO

2.1 Outono de 2000: contra o triunfalismo

My hands are tied
The billions shift from side to side
And the wars go on with brainwashed pride
For the love of God and our human rights

Guns and Roses, “Civil War”

Claro que haverá sempre aqueles que exigem um silêncio obediente. Esperamos sempre isso da ultradireita, e todo aquele com alguma familiaridade com a História poderá esperar a mesma coisa de alguns intelectuais de esquerda, às vezes até de um modo ainda mais virulento. Mas é importante não nos intimidarmos com uma

internacionais.”; 3) “a desconfiança em relação a projetos ambiciosos de engenharia social. As consequências desagradáveis de esforços ambiciosos em planejamento social é um tema consistente no pensamento neoconservador (...) e 4) “(...) o ceticismo a respeito da legitimidade e da eficácia das leis e instituições internacionais para conseguir segurança ou justiça. (...)”. (p. 56-57)

¹⁴⁰ Ibid. p.64-65.

retórica histórica e com mentiras, e nos mantermos tão próximos quanto possível do curso da verdade, honestidade e preocupação com o aspecto humano de nossas ações ou omissões. Tudo isso são truísmos, mas é importante mantê-los em mente.

Noam Chomsky

Após o fim da Guerra Fria, os EUA atravessaram uma onda inaudita de otimismo político. Do célebre livro de Francis Fukuyama, *O Fim da História e o Último Homem*, eulogia hegeliana ao *modus liberal*¹⁴¹, ao ensaio *The Unipolar Moment*¹⁴², de Charles Krauthammer, na prestigiada revista *Foreign Affairs*, parecia que poucos estavam dispostos a assumir uma posição contrária ao excesso de confiança presente no discurso da maioria dos analistas. É claro que aqui me refiro ao tom adotado pelo *mainstream* político norte-americano. No entanto, é preciso destacar a presença de uma tradição de dissenso nos EUA, certamente tão típica na história norte-americana quanto as narrativas de tom triunfalista e excepcionalista.

Cabe aqui um breve parêntese. É justamente sobre essa tradição de dissenso que Todd Gitlin discorre em seu ensaio *Varieties of Patriotic Experience*, que integra a antologia *George Orwell: Into the Twenty-First Century*¹⁴³. De acordo com Gitlin, uma mentalidade muito recorrente pode ser verificada na esquerda norte-americana que, digamos, se “alfabetizou politicamente” no combate à Guerra do Vietnã, nas marchas dos direitos civis e nas manifestações contrárias às armas nucleares. A mentalidade a que ele se refere é a crença, por parte desses militantes de esquerda, de que a única tradição política digna de nota, nos EUA, é aquela que dá conta das intervenções imperialistas em outros países, do apoio a regimes tirânicos e das flagrantes ações predatórias do ponto de vista econômico e ambiental, ao redor do globo. O problema é que para Gitlin, não é possível ignorar historicamente a presença de outra tradição subjacente: de dissenso e de esquerda.

É bem verdade que a expressão “tradição de dissenso” não é, em si, imune a ambiguidades. Quando nos referimos à esquerda política como a “tradição de dissenso” norte-americana, automaticamente, ainda que involuntariamente, alinhamos a direita política à mera

¹⁴¹ Ainda que o próprio Fukuyama já tenha afirmado que o modelo mais bem acabado daquilo que advogara (em termos de organização social e política) seria algo análogo à União Européia, e nada semelhante aos EUA. Para ele, a América do Norte possuiria alguns traços culturalmente arraigados que, somados, comprometeriam um possível *status* de democracia liberal plena: o peso do nacionalismo, o papel proeminente da religião e a presença de uma política externa excessivamente beligerante.

¹⁴² “The Unipolar Moment”, *Foreign Affairs*, (v.70, n.1, 1991), p.23-4.

¹⁴³ GITLIN, Todd. *Varieties of Patriotic Experience*. In: CUSHMAN, Thomas. e RODDEN, John. (ed.) *George Orwell: Into the Twenty-First Century*. United States: Paradigm Publishers, 2004.

defesa do *status quo* de turno. Certamente a arquitetura política dos EUA é algo mais complexa que isso. A direita, a exemplo da esquerda, é composta de um sem-número de vozes dissonantes. Não é apropriado, portanto, procurarmos por meros defensores do *status quo*. A pluralidade de vozes invariavelmente se chocará com este ou aquele interesse dominante – nem que seja para sucedê-lo em influência e hegemonia. Não à toa que Edmund Burke, o político irlandês do século XVIII responsável por estabelecer as bases filosóficas e estéticas nas quais o moderno conservadorismo ira se assentar (com seu *Reflexões sobre a Revolução em França*), se insurgira contra o domínio imperial britânico na Índia e nas 13 Colônias. De qualquer modo, é interessante recorrermos ao que Gitlin discorre acerca da esquerda norte-americana:

A ortodoxia era que “o sistema” impedia a reforma – não importa que o movimento contra a guerra houvesse demonstrado que uma reforma era impossível. Os direitos humanos, o feminismo, o ambientalismo – essas iniciativas globais, americanas em sua concepção, fluindo não do “establishment”, mas, dos nossos próprios movimentos americanos, não estavam no cenário.

Os Estados Unidos que faziam parte desse cenário eram os Estados Unidos de riqueza e de armamento – as empresas, o Pentágono, a CIA. De acordo com o dogma anti-imperialista, (...) o anticomunismo indiscriminado que levou à derrubada dos governos no Irã, Guatemala, Nicarágua, Chile, El Salvador e em outros lugares era a América essencial, a inevitável consequência de uma história envenenada em sua raiz.¹⁴⁴

Com relação às tradições políticas norte-americanas que se ocuparam de pensar as questões de política externa, é importante examinarmos os argumentos de Robert V. Daniels (1926-2010), professor de História da Universidade de Vermont¹⁴⁵.

Segundo ele, em artigo intitulado *Home Alone: Can America Play the Superpower Role?*, publicado na edição de outono da *Dissent Magazine*¹⁴⁶, a posição relativa dos EUA, no cenário internacional pós-Guerra Fria, era análoga à ocupada pelo Império Romano.

Mesmo reconhecendo a miríade de posições dissonantes presentes nos Estados Unidos, acerca da condução das questões relativas à política externa, Daniels mira em uma corrente ideológica específica: os neoconservadores. Na verdade, em William Kristol e Robert Kagan, especificamente.

Comentando *Present Dangers*, artigo escrito por Kristol e Kagan na *Foreign Affairs*,

¹⁴⁴ Ibid., p.134-135.

¹⁴⁵ Daniels se notabilizou como especialista em União Soviética e quadro histórico do Partido Democrata. Chegou a ser eleito senador pelo Estado de Vermont em 1973 – sendo reeleito inúmeras vezes, até o ano de 1982.

¹⁴⁶ Cf. <http://dissentmagazine.org/article/?article=1437>

Acessado em: 23 de junho de 2012.

Daniels aponta para as implicações nocivas do excesso de otimismo da dupla. Discorrendo sobre os EUA, ainda no início do artigo, ele elucida:

Mas a liderança política do país não podia chegar a um acordo sobre o que fazer com esse poder, e o público americano talvez não quisesse ou pudesse suportá-lo. “O perigo presente”, como escreveram Robert Kagan e William Kristol na *Foreign Affairs* no início desse ano, “é que os Estados Unidos... vão encolher suas responsabilidades”, assim, “(...) a oportunidade de fortalecer e estender uma ordem internacional favorável unicamente aos Estados Unidos.” Mas não basta apenas fazer pressão por mais gastos militares e por uma doutrina de intervenção mais rigorosa, como fazem esses autores. É preciso considerar a “fadiga de batalha” norte-americana pós-Guerra Fria, como definiu Stanley Hoffman em *World Disorders*: “fadiga de batalha, uma fadiga tanto com intervenções unilaterais e com agências multilaterais e operações não controladas pelos EUA.”¹⁴⁷

Aqui uma boa chave de compreensão do ponto de vista de Daniels é a expressão que, se apropriando de Stanley Hoffmann, ele utiliza: “fadiga de batalha”. Ainda que os EUA, sob certa ótica, houvessem emergido da Guerra Fria como vitoriosos, haveria que ser levado em conta o nada desprezível ônus da referida vitória. É imperativo, nesse sentido, identificarmos de onde vem o ceticismo de Daniel com relação ao ponto de vista esboçado por Kristol e Kagan. É instrutivo atentarmos à argumentação do historiador.

Com relação à compreensão das tradições políticas norte-americanas e de seus respectivos reflexos no campo da política externa, é interessante levarmos em conta o esquema explicativo proposto por Daniels. Segundo ele, basicamente duas grandes experiências formativas haviam moldado as percepções dominantes dos norte-americanos no tocante à política externa.

Em primeiro lugar, Daniels faz menção à Guerra de 1812 – a Segunda Guerra de Independência, na qual os EUA, uma república ainda infante, confrontaram o Império Britânico. A autopercepção dos EUA como uma terra virtuosa, em oposição à decadência moral do Velho Mundo, segundo Daniels, teria se plasmado neste momento histórico.

Em seguida, a segunda experiência formativa mencionada por Daniels é o evento histórico conhecido como o Segundo Grande Despertar, em suas palavras: “Esse foi o chamado Segundo Grande Despertar, o renascer religioso ocorrido nas décadas de 1820 e 1830 que afirmou aos princípios de retidão evangélicos estimulou a atividade missionária norte-americana ao longo do mundo.”¹⁴⁸

Segundo Daniels, seriam essas duas experiências históricas que proveriam os paradigmas (opostos) mais frequentes nas respostas dos EUA às questões internacionais.

¹⁴⁷ Ibid.

¹⁴⁸ Ibid.

Segundo o autor, o conflito de 1812 contribuiria para a construção de um imaginário norte-americano baseado na existência de um sistema internacional extremamente perigoso e hostil aos EUA. Hostilidade esta dirigida não somente aos seus supostos valores primários, mas à sua própria existência enquanto nação. Segundo Daniels, este seria o principal substrato filosófico presente no isolacionismo norte-americano¹⁴⁹.

Já de acordo com o segundo paradigma, aquele que se refere ao Segundo Grande Despertar, o resto do mundo não seria uma ameaça aos EUA, mas sim uma oportunidade para a exportação de seus valores e modo de vida. Ainda sobre o segundo paradigma, Daniels discorre:

Esse é o modelo para a intervenção moralista (...) dos EUA em assuntos internacionais, o “autoproclamado papel dos Estados Unidos no mundo, a missão democrática”, conforme disse Tony Smith em *America's Mission: The United States and the Worldwide Struggle for Democracy in the Twentieth Century*, ou simplesmente “A visão Wilsoniana de salvar o mundo”, nas palavras de McDougall. Embora essa missão nacional tenha sido concebida primeiramente em termos religiosos, com o passar do tempo ela se tornou progressivamente secularizada em cruzadas pela democracia e agora pelo que passa como o mercado livre.¹⁵⁰

Segundo Daniels, durante quase todo o século XX, com o advento das duas Grandes Guerras Mundiais e a Guerra Fria, ocorreu a convergência dos dois paradigmas em torno da presunção de uma “superioridade moral” dos EUA. Nas palavras de Daniels, o que ocorreu foi a fusão do senso de sobrevivência de 1812 com a urgência de “salvar o mundo do demônio” – trata-se do amálgama do primeiro e segundo paradigmas, portanto.

Não é por outro motivo, aliás, que Daniels destaca uma citação feita por Kristol e Kagan. A citação a que me refiro é a de James Forrestal, secretário de defesa norte-americano no momento em que os EUA entravam na Segunda Guerra Mundial: “A América precisa ser o poder dominante do século XX”. É preciso recordar que, no mesmo período, o magnata da imprensa norte-americana, Henry Luce¹⁵¹, advogava a construção de uma “ordem moral internacional” –

¹⁴⁹ Aqui é importante destacar a disputa acerca da validade histórica do termo “isolacionismo”. Há uma diversidade de obras contestando sua precisão analítica. Cf. MCDUGALL, Walter A. *Promised Land, Crusader State: The American Encounter With The World Since 1776*. United States of America: Mariner Books, 1998. p.40: “(...) Então, nossa tão propalada tradição de “isolacionismo” não é uma tradição na verdade, mas sim uma ofensa que intervencionistas, especialmente desde Pearl Harbor, lançam a qualquer um que questione suas políticas.”

¹⁵⁰ DANIELS, Robert V. Op. Cit.

¹⁵¹ Henry Luce é consensualmente apontado como o principal nome a revolucionar o jornalismo norte-americano na primeira metade do século XX. As revistas *Time*, *Fortune* e *Life* estão entre suas maiores criações.

pavimentada pelos EUA, é evidente.¹⁵²

Aqui não deixa de ser interessante observarmos dois conservadores Republicanos (Kristol e Kagan) lançando mão do resgate de uma figura histórica completamente associada ao *establishment* liberal Democrata – James Forrestal foi secretário de defesa de Harry S. Truman, afinal.

É Daniels também quem argumenta que a soma dos dois paradigmas teve como consequência algo nocivo aos EUA: a acentuação de uma inequívoca *húbris* política. Nesse sentido, é com interesse que podemos observar a exemplificação que Daniels faz, acerca dessa *húbris*, e a presença dela em obras de tom apologético e triunfalista de alguns autores que se ocuparam em escrever acerca do papel da política externa norte-americana:

No triunfo pós-Guerra Fria dos americanos, a combinação dos paradigmas de 1812 e do Grande Despertar geraram uma nova explosão de orgulho nacional. Joshua Muravchik, por exemplo, deu o título de *Exporting Democracy: Fulfilling America's Destiny* à sua história de defesa da guerra política americana durante a Guerra Fria. Buscando uma *pax americana*, baseada em “a ideia humana nascida no experimento americano”, Muravchik escreveu, “nós estávamos em triunfo... alcançando por nosso modelo e nossa influência o objetivo visionário estampado pelos pais fundadores no selo dos Estados Unidos: *novus ordo seclorum*, uma nova ordem dos tempos.” Ainda mais incisivamente, William Shawcross (em *Deliver Us from Evil: Peacekeepers, Warlords and a World of Endless Conflict*) cita a justificativa do general John Shalikashvili, ex-presidente do comitê dos Chefes de Estado-Maior, sobre a ação da OTAN fora da Europa Ocidental: “Não estamos mais em um mundo em que você se limita a interesses vitais. Hoje, protegemos nossos interesses quando eles são colocados em risco para moldar o ambiente, para assegurar que o que se desenvolve está de acordo com nossas metas, usando as forças armadas em situações quando interesses menores são ameaçados, para que eles não cresçam.”¹⁵³

O argumento de Daniels é o de que os “triunfalistas” falharam em perceber os limites para o exercício do poder norte-americano. Segundo ele, tais limites são de natureza interna. De natureza interna e de ordem psicológica, e não material. Muito embora seu artigo tenha sido escrito em 2000, e fosse tentador ler a afluência da década de 1990 como algo não contingente, mas talvez dotado de uma natureza algo mais perene, o autor soa quase presciente ao alertar para

¹⁵² Para compreender a argumentação de Luce, no que concerne ao papel que os EUA deveriam desempenhar na arena externa, é aconselhável a leitura de seu artigo clássico: *American Century*, publicado na edição de 17 de fevereiro de 1941, da revista *Life*. Ele pode ser encontrado na íntegra no *link* a seguir (inicia na página 61):

<http://goo.gl/83gZN>

Acessado em: 02 de junho de 2012.

¹⁵³ DANIELS, Robert V. Op. Cit.

a fragilidade econômica norte-americana – fragilidade esta que, sabemos, teria como uma de suas graves consequências a crise financeira de 2008. Segundo Daniels:

Embora a economia americana pareça no momento acima de qualquer desafio, ocupando uma posição de comando nos negócios mundiais e nas instituições financeiras internacionais, uma visão de longo prazo traz preocupações. Americanos são obcecados com gratificações imediatas e lucro anual; as poupanças sumiram, os débitos privados continuam a crescer e o corte de impostos desafiam uma formidável dívida pública. O déficit comercial crônico e crescente depende de financiamento estrangeiro e agrava a desindustrialização dos Estados Unidos, que vem ocorrendo há duas décadas. Essas não são tendências que caracterizam uma grande nação.¹⁵⁴

Outro problema apontado por Daniels é o fator de ordem educacional. Em uma nação democrática como os EUA, é imperativo que a sociedade civil possua bons níveis de informação, pois, de modo direto ou indireto, é ela quem influencia as diretrizes de política externa do governo neste ou naquele sentido. Daniels afirma:

Tecnologicamente, o futuro está em risco porque os estudantes norte-americanos não querem saber de assuntos difíceis. As escolas de engenharia têm metade de suas vagas ocupadas por alunos estrangeiros, e empresas de alta tecnologia estão desesperadas para importar as habilidades de que precisam – adicionando um desequilíbrio cerebral ao desequilíbrio comercial crônico do país. Pior: nesta era de competição por superioridade tecnológica, os Estados Unidos sofrem do que pode ser chamado de atraso mental. A cultura pop baseada em superexcitação sensorial substitui a realização educacional. O fundamentalismo religioso e a superstição estimulada pela mídia ficam no caminho do pensamento científico. Se houver alguma mudança a esse respeito, trata-se somente de misticismo inédito ou revisto: as pessoas conhecem mais sobre astrologia do que sobre astronomia. (...) A educação americana é a culpada por essa deficiência de conhecimento e atitude. A pós-graduação nas universidades de elite conta com educação e pesquisa de boa qualidade, mas, a base da pirâmide é porosa e instável. Mesmo durante a graduação, os estudantes norte-americanos são famosos por sua ignorância em geografia básica e história. Viagens para outros países podem estar em voga, mas, estudar idiomas estrangeiros não.¹⁵⁵

Aqui, entretanto, é necessário que se faça uma crítica. Se é louvável o esforço do autor em refutar a *húbris* presente na argumentação daqueles denominados por ele de “triumfalistas”, é preciso que se tenha igualmente a devida atenção para não cometer erro semelhante: argumentar como um, digamos, “declinista”. É precisamente esse equívoco no qual Daniels incorre que acaba por subtrair a potência de seus argumentos.

Também é com interesse que assistimos Daniels aplicar seu modelo dos dois paradigmas

¹⁵⁴ Ibid.

¹⁵⁵ Ibid.

no governo de George W. Bush. É preciso recordar que o artigo fora escrito no outono de 2000 – uma compreensão pré-11 de Setembro, portanto.

A retórica de Bush e sua equipe estava, na época, muito mais relacionada a uma aversão ao que classificava como os excessos de intervencionismo liberal dos anos Clinton. Tratava-se de uma disposição direcionada à política externa muito mais afinada com a noção de pragmatismo, de *realpolitik*.

Sob o impulso das suposições de 1812, fortalecidas pelo novo poder dos EUA, os Republicanos agora inclinam-se na direção do unilateralismo global – ninguém pode nos dizer o que fazer, somos nós que ditamos as regras para os outros. Como exemplificado pela conselheira de assuntos internacionais de George W. Bush, Condoleezza Rice, na *Foreign Affairs* de janeiro-fevereiro, existe o desejo de por fim ao idealismo Wilsoniano e colocar o “interesse nacional” a frente de qualquer “interesse humanitário” ou “comunidade internacional”. Não há uma definição de “interesse nacional”, pois, grosso modo, o interesse nacional se resume a fazer do mundo um lugar seguro para as corporações multinacionais.¹⁵⁶

Robert Daniels conclui tecendo um prognóstico negativo da influência global norte-americana. Para ele, os EUA não possuíam a vontade política e tampouco a capacidade de resistência psicológica para arcar com os custos exigidos por sua posição de destaque no sistema internacional. E, segundo ele, este era um diagnóstico completamente diverso daquele obtido pelos “triumfalistas”.

Após esta breve análise da argumentação de Daniels, passemos à primeira edição pós-11 de Setembro de *Dissent*.

2.2 Outono de 2001: “Quem são eles?”

Na edição de outono do ano de 2001, é possível observarmos alguns traços identitários bastante evidentes na esquerda da *Dissent Magazine*. Não é por outro motivo que comecei destacando alguns dos argumentos contidos no editorial da referida edição, acerca da busca pela definição da natureza do terror empregado no 11 de Setembro. O editorial discorre, especificamente, a respeito dos terroristas envolvidos nos atentados. Passemos a ele, pois:

Quem são eles? Eles dizem agir pelos oprimidos, contra os opressores, pelo “Sul”, contra o “Norte”, pelos miseráveis do mundo, contra as forças do capitalismo global. Todas essas alegações são falsas. Há muitas pessoas no mundo hoje que precisam de uma política de esquerda, mas o terrorismo não é essa política. Não há a intenção de ser uma política de esquerda, e homens e mulheres da esquerda devem repudiar ativamente os que dão desculpas para o terrorismo – aqueles que dizem

¹⁵⁶ Ibid.

“Claro que é errado matar inocentes, mas é preciso considerar a frustração dessas pessoas...” Chega de “mas”. Terroristas são parasitas da opressão, não aliados dos oprimidos.

Esses terroristas são um novo tipo de força. Eles representam as mais baixas emoções políticas e religiosas. Doutrinariamente, eles são reacionários, fundamentalistas, repressores; são hostis aos valores liberais e aos direitos humanos universais. No entanto, eles fazem um uso brilhante das tecnologias mais avançadas e, apesar de seus compromissos paroquiais, operam efetivamente num ambiente global.

Organizam-se em células e redes, não em brigadas e hierarquias. Fazem planos coordenados e sofisticados, mas não precisam de seu próprio Pentágono para isso; bastam alguns porões, algumas salas e computadores para que funcionem. Assim, o terrorismo deve ser combatido célula por célula: é necessária resolução e resistência; inteligência e trabalho policial, não postura militar.¹⁵⁷

Aqui é imperativo destacarmos alguns pontos significativos na retórica dos editores da *Dissent*. Em primeiro lugar, ao lançar a indagação acerca de quem afinal são os terroristas perpetradores do 11 de Setembro, há um esforço nítido no sentido de desmistificar possíveis racionalizações que os tomassem como anti-imperialistas ou meros agentes reativos às políticas ocidentais (em especial às norte-americanas).

Em segundo lugar, é preciso que se destaque a inequívoca enunciação política do editorial: trata-se da esquerda política norte-americana em ação, não há dúvidas. Há o reconhecimento expresso de que existem pessoas necessitando do auxílio de políticas de esquerda: “There are plenty of people in the world today who need a left politics (...)”¹⁵⁸. Não há qualquer ambiguidade na linguagem empregada.

Em terceiro lugar, há uma dupla caracterização política dos terroristas envolvidos no 11 de Setembro. Ao mesmo tempo em que são classificados como “um novo tipo de força”, são igualmente classificados como “reacionários” e “hostis aos valores liberais e aos direitos humanos universais” – além de repressivos e fundamentalistas.

Meu argumento aqui é o de que, muito embora não lhes seja negado o *status* de “novidade”, ao mesmo tempo há uma adequação discursiva dos terroristas ao léxico político liberal preexistente. Eles são chamados de reacionários e hostis aos valores liberais, afinal. Nada muito diferente do que ocorre com a direita política, que tradicionalmente é identificada como a *nêmesis* da esquerda.

Em quarto e último lugar, é preciso que se atente à menção feita ao modo de combater o

¹⁵⁷ Cf. <http://www.dissentmagazine.org/article/?article=890>

Acessado em: 24 de junho de 2012.

¹⁵⁸ *Ibid.*

terrorismo responsável pelo 11 de Setembro. Os editores de *Dissent* listam as formas de combate que julgam legítimas: basicamente o uso de inteligência e ações de polícia. Todavia advogam pela abstenção de força militar. Isso é interessante, uma vez que ao longo da Guerra ao Terror (utilizo esta terminologia porque me refiro tanto à Guerra do Afeganistão quanto à Guerra do Iraque) houve uma profusão de opiniões dissonantes acerca da legitimidade ou da ausência dela, para que se fosse iniciado um conflito armado.

Com relação à utilização da diplomacia, é instrutivo atentarmos para o trecho que se segue logo adiante:

Diplomacia é necessária também. Essa não deve ser uma guerra só dos Estados Unidos; precisamos da ajuda de nossos amigos – até de nossos quase amigos, rivais políticos e dos que competem conosco na economia. Temos que trabalhar para estabelecer a coalizão mais ampla possível, para que assim os Estados que deem refúgio e apoio às redes terroristas sejam ostracizados, embargados e bloqueados. Nos dias que se seguiram ao 11 de Setembro, líderes políticos em todo o mundo fingiram que o terrorismo não tinha defensores. Na verdade, há sim quem o apoie, e nós devemos dizer quem eles são, unir países, partidos, movimentos e homens e mulheres civis contra eles.¹⁵⁹

No editorial ora analisado, fica patente o incentivo político à formação de coalizões no combate ao terror. Muito embora a Guerra do Afeganistão tenha tido a chancela do Conselho de Segurança da ONU e tenha se dado segundo as regras do direito internacional, o mesmo não pode ser dito a respeito da Guerra do Iraque. A propósito, não foi por outro motivo que um dos argumentos mais recorrentes dos críticos da guerra de 2003 foi o fato de ela ter se dado de modo unilateral. É bem conhecido o desdém neoconservador dirigido às instituições internacionais – sobretudo à ONU¹⁶⁰. No entanto, é possível vermos os intelectuais de *Dissent* advogarem a defesa de outro tipo de abordagem: multilateral e de coalizão.

Se conseguimos identificar um ponto de divergência entre a esquerda de *Dissent* e neoconservadores – não acerca da Guerra do Iraque, especificamente, mas com relação à própria ideia de guerra *per se* –, iremos adiante destacar um ponto de convergência. Segue um breve trecho do editorial que servirá como ilustração do meu argumento:

Temos que defender nossas vidas; temos também que defender nosso modo de vida. Todos dizem isso, porém é verdade. Os terroristas se opõem e odeiam o nosso modo de vida.¹⁶¹

¹⁵⁹ Ibid.

¹⁶⁰ Cf. FUKUYAMA, Francis. *O Dilema Americano: Democracia, poder e o legado do neoconservadorismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

¹⁶¹ Cf. <http://www.dissentmagazine.org/article/?article=890>

Esses argumentos não diferem tanto da retórica neoconservadora. Explico. É possível identificar, de um modo geral, um determinado padrão discursivo na direita norte-americana. Atente agora, leitor, para a mudança de termos que acabo de empregar. Não falei acerca de neoconservadores, mas da “direita norte-americana”. Não utilizo aqui as duas expressões de modo intercambiável. Embora neocons estejam circunscritos à tradição política da direita norte-americana – salvo exceções, como podemos recordar agora do sociólogo Daniel Patrick Moynihan, figura proeminente do movimento neoconservador e, no entanto, político vinculado ao Partido Democrata – há uma miríade de segmentos da direita nos EUA para além dos neoconservadores. E é precisamente nesta seara que agora irei entrar, a título de um breve parêntese informativo.

Gostaria de recuar algumas décadas, a fim de demonstrar o modo como se estrutura, há tempos, a retórica da direita nos EUA. Pois bem, em 9 de fevereiro de 1950, em Wheeling, Virgínia Ocidental, o senador republicano Joseph McCarthy proferiu um discurso que daria o tom de parte significativa das invectivas conservadoras que se seguiriam ao longo da história norte-americana.¹⁶² O discurso em Wheeling se tornou conhecido por consolidar as bases do discurso anticomunista conservador¹⁶³. Trata-se de uma argumentação baseada em *valores*.

Logo no início do discurso, já fica patente o tom religioso da argumentação de McCarthy. Por exemplo, ele não hesita em caracterizar o momento político de sua época como “a batalha final”. Ademais, ele se refere à disputa travada entre “comunismo ateu” e “cristandade”. Aqui é interessante notar a dicotomia evocada por McCarthy. Sua manobra retórica é muito clara. Ele poderia opor comunismo a capitalismo – mas seu alvo não é o sistema econômico comunista *per se*. Seu alvo não é o modo de produção adotado na União Soviética. Quando McCarthy adjetiva o comunismo como ateu, ele inicia uma cruzada espiritual, e não uma mera disputa política.

Outro expediente adotado pelo senador é caracterizar-se como alguém que fala pelo

Acessado em: 24 de junho de 2012

¹⁶² O discurso em questão pode ser lido aqui: <http://historymatters.gmu.edu/d/6456>

Acessado em: 03 de junho de 2012.

¹⁶³ Aqui é importante sublinhar a existência de sua contraparte de matriz liberal. Podemos pensar agora, por exemplo, na argumentação contida em SCHLESINGER Jr., Arthur *The Vital Center: The Politics of Freedom*. United States of America: Transaction Publishers, 1997. Igualmente instrutivo é ler MCAULIFFE, Mary Sperling. *Crisis on the Left: Cold War and American Liberals, 1947-1954*. United States of America: The University of Massachusetts Press, 1978. Para um estudo a respeito de como esse mesmo anticomunismo liberal derivou no que passamos a conhecer como neoconservadorismo, ler EHRMAN, John. *The Rise of Neoconservatism*. New Haven: Yale University Press, 1996.

“mundo cristão democrático”. Isto é, a um só tempo há o somatório de uma forma de governo com a fé expressa pelo povo governado.

Há também que se atentar para o tom de urgência, que permeia todo seu discurso. Por exemplo:

(...) Será que existe alguém aqui esta noite que seja tão cego ao ponto de dizer que não está havendo uma guerra? Alguém que não consiga entender que o mundo comunista disse “a hora é agora”, que essa é a hora para o confronto entre o mundo democrático e cristão e o mundo comunista e ateu? A não ser que encaremos esse fato, iremos todos pagar o preço que deve ser pago por aqueles que esperam demais.¹⁶⁴

O interessante é notarmos que a urgência do apelo de McCarthy é análoga à encontrada na retórica dos apologistas das guerras do Afeganistão e Iraque – à esquerda e à direita do espectro ideológico, bem entendido. Não é difícil entender o porquê do emprego dessa manobra retórica. Se o perigo é iminente, o poder persuasivo das propostas de combate aumenta exponencialmente. Assim ocorrera antes mesmo de McCarthy, durante o governo de Franklin D. Roosevelt. Os críticos conservadores de seu governo argumentavam que seu *New Deal* era nada menos que um programa de controle político e social que precipitaria os EUA rumo a um caos totalitário. Se a ameaça é iminente, medidas extremas não são apenas aconselháveis – elas passam a ser as *únicas possíveis*.

O fato é que um sem-número de arbitrariedades governamentais foram cometidas valendo-se desse tipo de justificativa. Da coalizão conservadora anti-*New Deal*, passando pelo macartismo até chegar às guerras do Afeganistão e Iraque, a variedade retórica empregada é bastante similar. Dizendo isso não quero afinar sob um mesmo diapasão discursos e argumento que, sem dúvida, variam de empregos e significações de acordo com o período histórico, é claro. Todavia, minha argumentação é a de que o léxico político da direita norte-americana possui alguns traços distintivos que, de um jeito ou de outro, são evocados e podem ser observados com grande frequência na história dos EUA.

Fechando o parêntese que abri há pouco, é preciso que se note a semelhança discursiva entre o editorial da *Dissent* e a retórica conservadora. Há um descrédito com relação a uma possível existência de alvos políticos pontuais e objetivos por parte daqueles que seriam os inimigos do Ocidente. Quando se argumenta que o objetivo do inimigo é a destruição “do nosso modo de vida”, estamos falando de uma oposição aos “nossos valores” e não de uma agenda política pragmática e orientada segundo critérios racionais. Quando se argumenta que o que move

¹⁶⁴ MCCARTHY, Joseph. Op. Cit.

o inimigo é nada menos que a eliminação “do nosso modo de vida”, logo se elimina a possibilidade de barganha, de diálogo. Trata-se de uma manobra retórica sumamente eficaz, se o efeito desejado é a radicalização do debate público, bem como das ações políticas¹⁶⁵.

2.3 Inverno de 2001: sobre guerras justas e injustas

Na edição do inverno de 2001, a *Dissent Magazine* publicou um artigo intitulado *Violence and Hipocrisy*¹⁶⁶, escrito por Laurie Calhoun – estudiosa de ética e retórica¹⁶⁷. Seu artigo merece uma leitura atenta, uma vez que nele ela lança duras críticas à perspectiva filosófica da Guerra Justa – da qual Michael Walzer, um dos editores da *Dissent*, é um estudioso e proponente.

Calhoun já inicia seu artigo desferindo um ataque à noção de “dano colateral”. Trata-se de linguagem empregada na justificativa de baixas civis, que ocorrem involuntariamente, em um dado conflito ou guerra.

A autora cria três situações hipotéticas, a fim de ilustrar sua crítica à moralidade da noção de “dano colateral”. Chamemo-las de situações a, b e c.

Na situação “a”, você votou no candidato de oposição. Seu candidato foi derrotado. O candidato vitorioso deu início a uma campanha de crimes e abusos de poder.

Na situação “b”, você de fato votou em alguém que está sendo responsável por abusos de poder e violações humanitárias. Quando você optou em votar nesse candidato, no entanto, as coisas não estavam exatamente claras. Você cria ser um líder imbuído de visão moral, retidão e justiça. Você estava errado.

Na situação “c”, você votou no candidato que hoje comete abusos de poder e um sem-número de arbitrariedades. Seu líder explicou cuidadosamente a você e a seus concidadãos que a anexação de territórios é um imperativo justificado pelo interesse nacional e a manutenção da honra de seu povo. Você continua a apoiá-lo.

¹⁶⁵ A propósito, a respeito desse tema é instrutivo lermos o artigo “The Evil & Irrational Enemy”, escrito por Laurie Calhoun – a intelectual que terá seus argumentos analisados logo a seguir. Cf. <http://www.leftcurve.org/lc31webpages/Enemy.html>

Acessado em: 24 de julho de 2012

¹⁶⁶ Cf. <http://dissentmagazine.org/article/?article=1053>

Acessado em: 24 de julho de 2012.

¹⁶⁷ Outros artigos de Calhoun, ainda sobre moralidade e guerra, podem ser encontrados aqui: http://www.independent.org/aboutus/person_detail.asp?id=588

Acessado em: 24 de julho de 2012.

Na situação “a” é evidente que você não possui absolutamente qualquer relação com as arbitrariedades e eventuais crimes cometidos pela liderança do seu país. Na situação “b”, um erro de avaliação igualmente não cria qualquer elo de responsabilidade entre você e os crimes cometidos pela liderança do seu país. Na situação “c”, é razoável supor que ser bombardeado por tropas de outros países pode implicar no aumento do poder de persuasão dos argumentos evocados pelo líder do seu país. Em algum momento ele discorreu acerca do inimigo à espreita, prestes a agredir sua nação. Agora caem bombas do céu. Rajadas são disparadas. Conhecidos seus são mortos por invasores. O governo do seu país estava certo todo esse tempo. Você enfim vê coerência em cada palavra do discurso oficial.

Mesmo que você esteja implicado diretamente em qualquer tipo de crime dirigido por seu governo, digamos que você seja um soldado, existe aí uma cadeia de comando. Há uma estrutura hierárquica rígida, que normalmente é seguida sem maiores questionamentos. Ainda que você esteja diretamente envolvido em qualquer crime militar, a consequência esperada é um julgamento transparente e idôneo – e não bombardeios e invasões. Como Calhoun argumenta:

Mas a sua atitude em relação ao seu governo não parece ser particularmente relevante para determinar a culpa pelas circunstâncias infelizes em que você atualmente se encontra. Você está preso entre escombros, ferido, assustado, traumatizado e não sabe se sairá dessa vivo. Ainda assim, pelo que sabe, você não cometeu crime nenhum. Se você é um soldado, você tem a obrigação legal de seguir as ordens do seu superior. Se você acreditou nas mentiras de seu líder, parece irrelevante questionar se você foi injustiçado. Como a resposta para essa pergunta pode ser dada em função de suas crenças pessoais? O que as ações do seu líder têm a ver com o que foi feito com você? Certamente você tem uma interpretação, verdadeira ou falsa, plausível ou não, das ações de seu líder, pelo menos daquelas que você conhece. Mas, o que a sua interpretação tem a ver com os reais erros da política praticada por ele?

Mesmo se você estiver entre os soldados que cometeram crimes contra outras pessoas, o que tem sido feito a você agora, no momento em que você está deitado de pijamas, meses depois de seguir as ordens de seu líder, não parece certo. Se você é o culpado de um crime, deveria ir a julgamento. Mas, o que a sua culpa tem a ver com as crianças gritando ao seu redor, ainda que essas sejam as suas crianças, e mesmo se você cometeu (involuntariamente, já que soldados não seguem ordens “para assassinar”) crimes?¹⁶⁸

Em seguida, Calhoun discorre acerca da fundamentação teórica da Guerra Justa. Ela argumenta:

A guerra tem sido apoiada pelas sociedades humanas, por meio da fundação de instituições militares e da produção de armas mortais. Muitas pessoas, portanto, presumem que a guerra é às vezes justa e admissível, ou mesmo obrigatória. As guerras acontecem, e a questão premente, de acordo com muitos intelectuais, é como distinguir as que são justas das injustas. Os princípios básicos da “teoria da Guerra

¹⁶⁸ Ibid.

Justa” foram articulados por um grupo de pensadores medievais, que sustentaram que as guerras deveriam ser moralmente justificadas somente se ocorressem sob algumas condições. Embora tenha havido discordâncias em relação à articulação precisa dessa teoria, a tradição da Guerra Justa tem feito a distinção entre dois amplos conjuntos de condições, *jus ad bellum*, para o início justo de um conflito, e *jus in bello*, pela condução justa de uma guerra.

A tradição diz que uma guerra justa deve ser travada com intenções certas/morais e que deve ter um objetivo, não uma meta egoísta ou meramente subjetiva. A gravidade da situação deve assegurar as medidas extremas da guerra e deve existir uma chance razoável de sucesso. Uma guerra deve ser publicamente declarada por uma autoridade legítima e só se deve recorrer à força em último caso. Uma vez que a guerra tenha sido travada, aplicam-se os seguintes preceitos adicionais: Os meios empregados não devem exceder o que é justificado pela causa. (...) Aqueles que não estão combatendo estão imunes aos ataques beligerantes.¹⁶⁹

Segundo Calhoun, discorrendo ainda sobre “danos colaterais”, é interessante atentarmos para a real significação da imunidade de não-combatentes – um dos princípios que qualificam uma guerra como justa. No entanto, ao contrário de ser entendida como uma liberdade negativa (dever de não fazer), o referido princípio acaba atuando como uma liberdade positiva (dever de fazer), conferindo legitimidade às guerras. Explico. A moderna tecnologia militar, quando empregada em um dado conflito, usualmente faz vítimas fatais entre a população civil. Se levássemos de fato em consideração o princípio da imunidade de não-combatentes, todas as guerras teriam sua base de justificação solapada. O problema teórico é que aqui ocorre precisamente o inverso. Na prática, para os teóricos da Guerra Justa, o que difere o assassinato deliberado do “dano colateral” é a *intenção manifesta* do agressor. Não é sem ironia que Calhoun pontifica:

Se as vítimas dos “efeitos colaterais” foram injustiçadas é uma função das intenções daqueles que atiraram as bombas e o peso relativo da devastação frente a frente com os objetivos militares alcançados. De modo suspeito, a resposta dada pelas autoridades militares parece sempre ser “não”.¹⁷⁰

Calhoun atenta, ainda, para o problema da “proporcionalidade moral” – uma questão de suma importância para aqueles que se ocupam em esgrimir argumentos baseados nos preceitos da Guerra Justa.

Em resumo, a questão que emerge é: como mensurar a proporcionalidade moral de uma dada causa? Ou ainda: como mensurar a proporcionalidade moral de uma ação ou campanha militar x ou y? Entramos aqui em uma zona de argumentos difusos. Entramos aqui, na verdade,

¹⁶⁹ Ibid.

¹⁷⁰ Ibid.

em um terreno de inequívoca ambiguidade moral. Como Calhoun discorre, recorrendo dessa vez a Michael Walzer:

Ao enfatizar a importância dos objetivos alcançados, os teóricos da Guerra Justa sublinham a condição da proporcionalidade, como explicou Robert Philips em *War and Justice*: “a permissão do dano colateral deve ser justificada por considerações de peso moral proporcional.” Mas essa condição é problemática, como Michael Walzer admite abertamente em *Just and Unjust Wars*: “Certamente queremos que os líderes políticos e militares se preocupem com os custos e benefícios. Mas eles devem se preocupar, não podem calcular, porque os valores em jogo não são mensuráveis – pelo menos não podem ser manifestados ou comparados matematicamente, como sugere a ideia de proporção. Como medimos o valor da independência de um país contra o valor das vidas que podem ser perdidas quando se defende essa causa?”

A questão mais importante levantada por Walzer (aparentemente de forma não voluntária) é esta: custos para quem? Séculos atrás, quando a teoria da Guerra Justa se originou, líderes políticos eram simultaneamente líderes militares cuja disposição para lutar corajosamente junto com seus soldados demonstrava a sinceridade deles em relação às suas causas. Em contraste, os líderes modernos não correm riscos verdadeiros quando travam guerras convencionais contra outras nações. Hoje são os civis e soldados de baixa patente que suportam o peso das decisões de seus líderes quando envolvem seus países em conflitos.¹⁷¹

Calhoun aponta ainda para a origem histórica da doutrina da Guerra Justa. Trata-se de um conceito essencialmente cristão, desenvolvido por pensadores proeminentes como: Santo Agostinho, São Tomás de Aquino e Francisco Suárez.

Inicialmente, a noção de Guerra Justa era um conceito indissociável de uma metafísica cristã. Sobretudo da noção de que há uma pós-vida. Agostinho, por exemplo, afirmava que o que importava de fato era a “pureza de consciência” – ações humanas só poderiam ser de fato julgadas por Deus, uma vez que sua onisciência lhe permitiria ser justo e apreender a real natureza das ações das pessoas. Algo que, claro, não era facultado a meros humanos. Não importava se uma batalha campal havia feito alguma vítima civil. O que importava era a intencionalidade daquele que havia tirado a vida da vítima. Segundo os teóricos da Guerra Justa, apenas Deus poderia alcançar a verdade com relação à intencionalidade do ato. Não é preciso dizer que essa doutrina serviria de arcabouço intelectual ao monarca europeu medieval, que argumentava que possuía Deus ao seu lado.

Com a secularização do Ocidente, as justificativas de embasamento da Guerra Justa se afastaram da metafísica cristã, é preciso dizer. É sobre esse processo de secularização que Calhoun disserta a seguir:

¹⁷¹ Ibid.

O que é peculiar sobre a influência da teoria da Guerra Justa nos últimos séculos é a medida em que seus princípios foram mantidos enquanto a metafísica foi abandonada. Hoje uma versão secularizada da teoria da Guerra Justa é construída dentro do protocolo militar. Líderes de todas as nações apelam para alguma versão da teoria da Guerra Justa para motivar a população a entrar em guerra quando “o dever chama”. Na verdade, o que sobrevive como a teoria da Guerra Justa é uma poderosa arma retórica, envolvendo apelos falaciosos à autoridade e tradição e jogando com a fragilidade humana, especialmente com a necessidade de acreditar que nós somos bons e que nossos adversários são maus. Através de apelos à “justiça”, os líderes milagrosamente galvanizam suas tropas a matar pessoas que nada têm a ver com as ações criminosas que justificam a guerra. No mundo Ocidental moderno, o desenvolvimento contínuo de armas de destruição em massa progressivamente exacerbam o perigo que as decisões de travar uma guerra trazem para os civis. Se os primeiros expositores da teoria da Guerra Justa estivessem vivos hoje, alguns poderiam declarar que seus requisitos não poderiam ser satisfeitos, devido à natureza da guerra moderna. Os combates não acontecem mais em espaços distantes de onde vivem os civis, nem os combatentes são cavaleiros armados com lanças e protegidos por escudos.¹⁷²

Calhoun argumenta também acerca de uma das principais modernas justificativas para o início de guerras: a noção de que o inimigo é um ente irracional, a ideia de que ele está aquém de qualquer interlocução diplomática viável. Ela argumenta:

As desculpas por “danos colaterais” sugerem uma lição lamentável: os não combatentes civis das nações inimigas, incluindo crianças, têm menos direitos de serem poupados da violência e da destruição do que os civis dos países em ataque. Enquanto mortes acidentais ainda são consideradas atos criminosos dentro das fronteiras de um país, mortes de civis de outras nações, consideradas “danos colaterais”, são brevemente mencionadas em tom de pesar e depois esquecidas. Os líderes democráticos podem pregar que “todos os homens são criados iguais”, mas, na prática, o uso de força militar contra nações inimigas, que sempre resultam na morte de inocentes (inclusive crianças) traem o fato de que eles não acreditam no que dizem. Os líderes presumem que seja preferível matar a convencer soldados e civis que habitam um país inimigo de que o líder deles está errado em suas alegações. O uso de força mortal e destrutiva contra outras nações revela uma crença implícita de que “O Mal e o Inimigo Irracional” e todos os que habitam a sua terra estão além do alcance da razão. Embora os líderes frequentemente digam que estão travando uma guerra em nome dos valores democráticos, eles recorrerem a essas forças mortais frequentemente e a despeito do que falam.¹⁷³

Ainda é de especial força o argumento feito por Calhoun, de que os limites que separam “os danos colaterais” de uma suposta guerra justa e, por exemplo, uma ocasião na qual ocorram vítimas fatais de um ataque terrorista, são especialmente ambíguos. Segundo ela:

¹⁷² Ibid.

¹⁷³ Ibid.

Uma vítima de terrorismo é arbitrariamente rotulada, não por ter cometido um crime, mas porque ele ou ela tem azar o bastante para estar no lugar errado na hora errada. Quando países fazem campanhas de bombardeio, os civis não combatentes são submetidos ao som de bombas caindo e ao enervante som dos alarmes nos arredores. Mesmo quando esses civis acreditam que não estão numa área de risco, sabem que as bombas nem sempre atingem seus alvos. Em nações sob ataque, os civis aguardam (...) com medo, sabendo que podem ser os próximos a morrer. Considere, por exemplo, o bombardeio da embaixada da China em Belgrado em 1999, durante a campanha da OTAN ao regime de Slobodan Milosevic. Os líderes políticos e aqueles que apoiavam a guerra perdoam os homens de uniforme pelos erros que resultaram na morte de civis, alegando que os soldados não tiveram a intenção de matar pessoas que não eram combatentes. Mas as vítimas de um bombardeio não são menos vítimas de terrorismo que os passageiros que estavam num avião sequestrado por fanáticos. Se é sempre errado punir os inocentes pelos crimes dos culpados, então aqueles que morrem por um “dano colateral” não são menos vítimas dos atos imorais do que são os arbitrariamente mortos por facções terroristas menores e menos estáveis.

Para os teóricos da Guerra Justa, a declaração por “legítima autoridade” é o critério que distingue atos individuais de assassinato ou atos renegados de terrorismo de instâncias justificadas de violência militar. Aqui, o conservadorismo da teoria da Guerra Justa se manifesta. É alegadamente admissível para nações estabelecidas usar forças mortais para alcançar seus objetivos, mas o mesmo não vale para grupos menores, embora eles possam às vezes, de modo plausível, ser interpretados como nações incipientes. Certamente, as organizações políticas representam os interesses de um grupo de pessoas não menos do que o porta-voz de uma nação estabelecida. Na realidade, as nações pelas quais as pessoas matam e morrem são temporais e transitórias. Pessoas conseguem se encontrar em países, em lugares que eles presumem ser estáveis e persistentes, mas está claro (...) que eles não são. As nações de hoje não são as mesmas que existiam há 50 anos, muito menos do que as que existiam há 500 anos.¹⁷⁴

Calhoun argumenta ainda que, na doutrina da Guerra Justa, o conceito de “responsabilidade moral” é um tanto problemático. Segundo ela, há uma inferência frequente de que, se determinada população escolheu uma determinada liderança que comete abusos humanitários, essa mesma população compartilha em maior ou menor grau algum quinhão de responsabilidade com aquele estado de coisas. O problema é que em boa parte dos cenários, o líder não foi eleito democraticamente e trata-se de um déspota. Ademais, é igualmente problemático falarmos em “responsabilidade compartilhada” mesmo em nações democráticas. Isto porque mesmo as lideranças eleitas raramente conseguem unanimidade. Como lidar com algo dessa natureza?

Em suma, Laurie Calhoun não crê que exista qualquer validade na expressão “responsabilidade moral”. Para ela, responsabilizar, ainda que de modo oblíquo, tangencial, a população civil, tendo em vista crimes perpetrados por seu governante, é análogo moralmente a responsabilizar os filhos pelos pecados dos pais. Ainda que os filhos sejam beneficiários de

¹⁷⁴ Ibid.

cuidados providos pelos pais (alimentação e abrigo, por exemplo) não é possível imputá-los o que quer que seja.

Ainda na mesma edição de *Dissent*, há a réplica de Michael Walzer¹⁷⁵. Sua resposta é estruturada em três tópicos. Vamos a eles.

No primeiro tópico, Walzer analisa a crítica que Calhoun tece acerca da “retórica da Guerra Justa”. Walzer argumenta que, em essência, o comentário de Calhoun acerca do emprego hipócrita de elementos discursivos embasados pela teoria da Guerra Justa é correto. Ao menos em parte. Segundo ele, de fato muitos governos utilizam-na na racionalização de atos de agressão arbitrários. O problema é que, para Walzer, aqui não se trata de um problema inerente ao léxico da Guerra Justa. Segundo ele, trata-se de algo que ocorre com qualquer “linguagem moral”. Ele argumenta:

Ela está certa, é claro, mas essa é a verdade de toda linguagem moral, incluindo a dela própria. Não temos que desistir da compaixão porque George W. Bush chamou o seu conservadorismo de “compassivo” - embora esteja claro que a palavra pode ser usada do modo que ele o fez. A linguagem é assim. O fato de que falar de amizade seja frequentemente a máscara para uma traição não significa que a amizade não seja uma categoria moral significativa. É o mesmo caso da Guerra Justa.¹⁷⁶

Ademais, Walzer lança um argumento ainda mais preciso com relação à assertiva de Calhoun, de que o discurso da Guerra Justa é frequentemente utilizado tão somente para servir de suporte instrumental para atos internacionais de agressão. Ele concede que isso muitas vezes pode ser verdade (e de fato é), mas que o inverso também é possível. Isto é, a crítica à retórica da Guerra Justa pode ser utilizada igualmente como suporte instrumental (e muitas vezes é) a fim de blindar Estados desrespeitadores dos direitos humanos e das liberdades individuais de qualquer medida coerciva.

No segundo tópico, Walzer se opõe à analogia entre política externa e política doméstica, traçada por Calhoun. Ele pontifica:

¹⁷⁵ Cf. <http://dissentmagazine.org/article/?article=1054>

Acessado em: 24 de junho de 2012.

Walzer é coeditor de *Dissent* e um renomado intelectual público judeu e liberal. Vinculado ao *Institute for Advanced Study*, em Princeton, sua principal obra é *Guerras Justas e Injustas* (1977) – na qual discute ética política e filosofia aplicada a conflitos militares ao longo da história. Walzer é um dos intelectuais que aparecerá com maior recorrência na presente pesquisa.

¹⁷⁶ Ibid.

Outro tema do trabalho de Calhoun é que essencialmente não há diferença entre sociedade internacional e doméstica. Ela parece acreditar que nós podemos e devemos aplicar os parâmetros legais de uma democracia liberal sobre todos os limites políticos. Antes de um soldado atirar com sua arma, ele deve ler para suas possíveis vítimas seus direitos de Miranda. Essa não é uma ideia inteiramente absurda: se os soldados não o fizerem, como poderão evitar matar ou ferir ou aterrorizar pessoas que são inocentes? Na verdade, é claro, eles não podem – às vezes. A teoria da Guerra Justa é um esforço para determinar limites nos ferimentos causados a pessoas inocentes; nenhum teórico da Guerra Justa que eu conheça pretende superar as injustiças que são uma parte íntima da guerra em si. Em meu livro, escrevi sobre “o crime de guerra” e só depois disso eu discuti a relevância da justiça para a decisão de entrar em guerra e sobre todas as outras decisões de lutar. Palavras como justiça e inocência não têm o mesmo significado na sociedade internacional como têm na lei doméstica. Os perigos da sociedade internacional são totalmente diferentes dos da sociedade doméstica, e não há polícia para telefonar quando o perigo aparece. Não há um regime global de justiça, e não se pode chamar tal regime à existência só desejando-o. (Na verdade, pode ser necessário lutar por isso.)¹⁷⁷

No terceiro tópico, Walzer discorre acerca do que crê ser uma postura pacifista esboçada por Calhoun. Ele argumenta a respeito da crítica que a autora faz com relação à noção de “dano colateral”. Walzer leva, uma vez mais, a discussão para o terreno da moral e formula algumas indagações acerca dos argumentos feitos por Laurie Calhoun. A principal questão que ele estabelece é: como a autora lidaria com regimes criminosos? Neste particular, é preciso dizer que a argumentação de Walzer é eloquente. O artigo de Calhoun de fato é essencialmente reativo e, infelizmente, pouco propositivo. Ele prossegue:

Como ela responderia às agressões militares? Como responderia ao massacre doméstico e à limpeza étnica? Considerando um caso particular, que foi discutido o bastante ao longo dos anos para que todos tivéssemos conhecimento sobre ele: os campos de matança do Camboja, a política de assassinato em massa concebida e praticada pelo regime de Pol Pot. Os campos de matança foram destruídos pelos vietnamitas, que invadiram o Camboja, depuseram Pol Pot e ocuparam boa parte do país. A invasão exigiu luta, e estou certo de que no curso dessa luta houve consideráveis “danos colaterais”. Os teóricos da Guerra Justa apresentam critérios para julgar cada ação militar em que houve civis feridos. Eu presumo que poderíamos criticar algumas e defender outras. Mas, certamente a invasão foi justificada. Baseada em seu argumento, no entanto, Calhoun teria que negar a justificativa (...). Mas ela teria permitido que a matança prosseguisse? Como ela poderia ler os relatos publicados por sobreviventes e não concluir que tinha sido necessário lutar contra o Khmer Vermelho? Mas ela não parece viver em um mundo em que existem tais necessidades.¹⁷⁸

Em sua argumentação, Walzer sugere que Calhoun falha ao substituir a real natureza do sistema internacional por uma abstração idealizada, que só existiria para fins retóricos. É de tal

¹⁷⁷ Ibid.

¹⁷⁸ Ibid.

sorte que ele questiona Calhoun acerca de quais seriam as soluções propostas por ela no caso concreto do Camboja. Infelizmente não há uma tréplica, certamente seria útil para a compreensão mais apurada das ideias esboçadas pela autora. A propósito, se o argumento central de Walzer é o de que é preciso levar prioritariamente em conta a experiência concreta dos Estados, em detrimento de assertivas baseadas tão somente em conceitos e idealizações, é com grande interesse que analisaremos, a seguir, a edição de *Dissent* publicada na primavera de 2002 – edição esta dedicada à compreensão das responsabilidades decorrentes de uma intervenção humanitária. Passemos a ela, pois.

2.4 Primavera de 2002: sobre a esquerda, violência, meios e fins

De modo sintético, o editorial da edição publicada na primavera de 2002 anunciava seus eixos de discussão do modo que se segue:

Ao redor do mundo, neste momento, esquerdistas de todos os tipos estão engajados em argumentos sobre o uso da força. Em nossa última edição, nos concentramos na questão da intervenção humanitária, e todos os nossos escritores, embora fossem um grupo diverso, discutiram a necessidade de uma resposta militar ao genocídio e à limpeza étnica. Nesta edição, publicamos um grupo de artigos que falam sobre o que acontece depois que os campos de matança, de um jeito ou de outro, foram fechados. Como é possível restaurar algum tipo de ordem política? Como é possível fazer justiça? Quem podem ser os responsáveis por essas ações? De quem são as vozes e mãos que podem ter essa autoridade? Como o resto de nós pode ajudar nisso? Não podemos responder todas essas questões, apenas começar a pensar sobre elas. Para todos os que apoiam o uso da força (às vezes), essas perguntas são essenciais. Uma vez que há uma intervenção, é preciso assumir a responsabilidade.¹⁷⁹

Logo de início é interessante notarmos que o editorial é assinado por Walzer. Trata-se de algo significativo, tendo em vista que muitas vezes não há qualquer assinatura editorial na *Dissent*.

O primeiro artigo sai da pena de Kanan Makiya¹⁸⁰. Em seu artigo intitulado *The Arab*

¹⁷⁹ Cf. <http://dissentmagazine.org/article/?article=595>

Acessado em: 24 de junho de 2012.

¹⁸⁰ Escritor iraquiano dissidente, autor de *Cruelty and Silence: War, Tyranny, Uprising, and the Arab World*. United States of America: W. W. Norton & Company, 1994. e *Republic of Fear: The Politics of Modern Iraq*. California: University of California Press, 1998. – alguns dos livros mais importantes para o escrutínio da natureza política do regime Baath iraquiano.

*World After Sept. 11*¹⁸¹, o autor discorre acerca da recepção do 11 de Setembro pela comunidade árabe. Logo no início, ele descreve um diálogo travado com um amigo árabe, acerca dos atentados.

Mais ou menos uma semana depois da queda das torres do World Trade Center e do ataque ao Pentágono, eu tive uma conversa com um amigo cujo nome não revelarei.

“Isso não pode ter sido coisa de árabes,” ele disse.

“É claro que foi. Leia a lista dos nomes. Olhe para as fotos.”

“Nenhum árabe seria capaz de planejar uma operação dessas.”

Meu amigo era árabe. Ele era, na juventude, um ativista do partido Al Da'wa, uma organização islâmica árabe que travou uma guerra clandestina nos anos 80 contra o regime baathista de Saddam Hussein depois que todas as formas de oposição seculares, nacionalistas, militares e liberais sucumbiram. A tirania de seu próprio governo o levou à política islâmica na época em que o Iraque declarou guerra à República Islâmica do Irã, guerra essa que foi apoiada, da metade dos anos 80 em diante, pelos EUA. Para ele, naquela ocasião, essas duas coisas estavam ligadas – a intolerância brutal do regime de Saddam e o apoio dos americanos a ele. Perseguido no Iraque, ele passou quinze anos como um refugiado, indo de país a país. (...) Ele próprio poderia ter sido um dos homens envolvidos no sequestro dos aviões no 11 de Setembro.

Falo isso não para julgar meu amigo. Por uma boa variedade de razões, ele não se identifica com os responsáveis pelo atentado. Eu também não chamaria suas ações contra o regime iraquiano nos anos 80 de terrorismo – ele não é muito específico sobre o que fez naquele período, mas, suponho que ele fazia parte do plano islâmico para assassinar Saddam, e foi um dos poucos que tiveram a sorte de fugir para o Irã depois da descoberta desse plano. Hoje ele é um homem casado e feliz e se ele me ouvisse dizer que, numa encarnação anterior, poderia ter sido um dos terroristas do 11 de Setembro, ficaria profundamente chateado.¹⁸²

Segundo Makiya, seu amigo nutria um ódio direcionado aos EUA, porque os associava com o *status quo* iraquiano. Isto é, segundo ele, após a Guerra do Golfo, o exército norte-americano deveria ter marchado até Bagdá e deposto Saddam Hussein. O próprio Makiya, na verdade, também cria na responsabilidade moral do governo norte-americano com aquele estado de coisas. Em março de 1991, durante a insurgência de alguns iraquianos contra Saddam Hussein, Makiya participou de um simpósio público, organizado pelo Centro de Estudos do Oriente Médio, vinculado à universidade de Harvard. É particularmente interessante notar que, já neste momento, Makiya advogava uma mudança de regime (no original, *regime change*) no Iraque. Ele conclamava aos aliados para que substituíssem o regime Baath por um governo transicional. Segundo ele:

¹⁸¹ Cf. <http://dissentmagazine.org/article/?article=596>

Acessado em: 24 de junho de 2012.

¹⁸² Ibid.

A escalada da derrota do Iraque carrega consigo uma oportunidade histórica para um recomeço, que pode moldar a política da região em menos de uma geração. Mas primeiro as forças aliadas devem reconhecer e trabalhar com os insurgentes iraquianos... e marchar rumo a Bagdá... (Um) salto estratégico político igual à escalada da guerra em si é necessário. O que teria acontecido se os EUA tivessem se retirado da Europa depois da 2ª Guerra Mundial, sem compromisso com a democracia e com a reconstrução econômica?¹⁸³

A analogia com a ação norte-americana durante a Segunda Guerra Mundial é significativa. Além disso, é interessante notar que Makiya foi um dos mais fervorosos apologistas da Guerra do Iraque de 2003. Apesar da leitura feita por seus opositores, o fato é que não houve qualquer incoerência de sua parte. Pelo menos desde a década de 1990 que ele dirigia esforços no sentido de denunciar as iniquidades cometidas pelo governo de Saddam. Ademais, Makiya sempre deixou claro que o foco do problema residia na natureza *per se* do regime Baath. Não se tratava apenas de circunscrever a questão ao ditador de turno. Tratava-se, pois, como já mencionado, de uma questão sistêmica.

Com relação à responsabilidade norte-americana na condução da primeira Guerra do Golfo, seu argumento é claro. Ele reconhece que, a princípio, os EUA não possuíam qualquer tipo de obrigação em deslocar soldados para qualquer região do Oriente Médio que não representasse uma ameaça imediata aos cidadãos americanos. O autor argumenta inclusive que, em outros momentos, segundo a conveniência de Washington, a relação dos EUA com o Iraque de Saddam fora tão amistosa quanto possível. No entanto, uma vez que havia sido iniciada uma intervenção militar, a consequência disto, para Makiya, seria o comprometimento norte-americano com a liberação do povo iraquiano. Expulsar Saddam do Kuwait soava como uma solução meramente parcial do problema. A questão, na verdade, era algo mais complexa.

Outro ponto destacado por Makiya, diz respeito a um elemento cultural adicional que pode ser apreendido através da análise da negação de seu interlocutor árabe. Segundo ele, trata-se aqui de um traço autodepreciativo frequentemente identificável na retórica árabe. Seu argumento é o de que:

Em face disso, a afirmação de que os sequestradores não poderiam ser árabes porque nenhum árabe seria capaz de planejar tamanha operação soa simples, um comentário ingênuo sobre o que houve. Mas não é nada disso. Se nós apenas soubéssemos desfazer tudo o que levou a isso – o que não é de jeito nenhum uma tarefa simples – Eu digo que iríamos encapsular tendências na política árabe que estão acontecendo há anos. Observe, por exemplo, o elemento de autodepreciação e de derrotismo que está implícito na ideia de que os árabes não são capazes de tal proeza de planejamento e organização; isso tem que ser coisa de gente como os israelenses,

¹⁸³ Transcrito na edição de 27 de março de 1991 do New York Times.

que querem nos fazer parecer ruins e que são, como todos sabem, muito inteligentes. O que está acontecendo aqui? É apenas o meu amigo que ficou tão horrorizado com o ocorrido que seu primeiro instinto foi o de ficar longe dele? Isso seria um impulso político razoável e positivo, mas infundado. Em outras palavras, a negação de meu amigo levantou um sentimento de vergonha e de profunda ansiedade de que os responsáveis pelo atentado poderiam ser árabes ou muçulmanos?¹⁸⁴

O problema com a argumentação acima destacada é o de que vemos Makiya enumerar uma série de inferências, sem qualquer tipo de embasamento mais concreto. Por exemplo, observamos ele imputar ao seu interlocutor uma antipatia dirigida ao Estado de Israel que, até onde fica claro em seu texto, não é razoável. De onde vem essa inferência? Para o leitor, infelizmente, não fica claro em nenhum momento. Algo igualmente problemático é o salto retórico dado pelo autor ao caracterizar o que crê ser um elemento proeminente do imaginário coletivo presente no mundo árabe: o antiamericanismo. Segundo ele:

O “antiamericanismo” da suposta “Rua Árabe” que vimos manipulado por bin Laden é construído nesse senso de vitimização e abdicação da responsabilidade de que tenho falado; não é um fenômeno novo no Oriente Médio, mas o mais recente e mais virulento de uma ideia nutrida originalmente por intelectuais árabes nacionalistas e seculares como eu mesmo no que se seguiu da guerra entre árabes e Israel em 1967. Naquele tempo foram criados uma série de rótulos diferentes: anti-imperialismo, antissionismo, socialismo Árabe, pan-arabismo. Não importa o que se diga sobre esses rótulos, pelo menos eles possuíam queixas genuínas como ponto de partida. Algumas delas, é claro, eram mais legítimas que as outras.¹⁸⁵

Não é possível igualar sob um mesmo denominador movimentos de natureza histórica e política tão díspares quanto: anti-imperialismo, antissionismo, socialismo e pan-arabismo. É bem verdade que, vez por outra, alguns atores políticos não hesitaram em instrumentalizar e, eventualmente, unificar traços programáticos desses movimentos sob uma mesma agenda política. Foi o caso, para nos valermos de apenas um exemplo histórico, da experiência política do partido Baath iraquiano. Todavia, insisto, estamos falando aqui de apropriações e usos políticos estratégicos. Tomar essa diversidade de movimentos como equivalentes, é solapar suas respectivas bases filosóficas e históricas. É, a propósito, incorrer na mera retórica estéril e a-histórica, em detrimento da diferenciação e apreciação analítica. Neste particular, em que pese a formação política de esquerda de Makiya, aqui seu discurso soa quase como o de um conservador norte-americano. Quando digo isso, me refiro ao frequente artifício retórico da direita norte-americana de igualar desiguais, para fins discursivos. Explico. É bastante usual, e isso pelo

¹⁸⁴ Ibid.

¹⁸⁵ Ibid.

menos desde o início do século XX, a direita dos EUA igualar progressistas, socialistas, comunistas e liberais. É a partir da observação desse *modus operandi* particular, que compreendemos, por exemplo, o porquê das frequentes menções conservadoras ao suposto socialismo do presidente Barack Obama. Um bom exemplo, ainda que anedótico, da suposta confusão conservadora com os diversos segmentos da esquerda norte-americana é a piada que reproduzo a seguir:

O exemplo clássico dessa confusão é a piada em que um policial ouve a seguinte frase de um homem cuja cabeça ele está prestes a quebrar com seu cassete enquanto dispersa uma reunião comunista: “Seu guarda, eu sou anticomunista”. E o policial grita de volta: “Não estou nem aí para o tipo de comunista que você é” (...).¹⁸⁶

Ainda que notemos essa semelhança discursiva entre Makiya e alguns conservadores norte-americanos, é no parágrafo seguinte que sua argumentação toma outro direcionamento – ele soa, enfim, como um intelectual de esquerda crítico à sua própria trajetória intelectual, bem como a de sua geração política, como um todo. Segundo ele:

Entre as queixas legítimas, a prioridade de lugar deve ser dada à profunda injustiça causada pelas desapropriações de milhões de palestinos que se seguiram ao nascimento e consolidação do estado de Israel em 1948. Nas mãos dos nacionalistas árabes e dos anti-imperialistas de esquerda da minha geração (eu era um deles), o sentimento de injustiça não era canalizado no duro trabalho de construir sociedades civis e expandir as liberdades civis em oposição aos regimes tirânicos existentes – como aconteceu na América Latina nos anos 80. A democratização teve início e até decolou em algumas partes daquele continente na época, mas não no Oriente Médio. Por quê?

Poderia ser porque, ao contrário dos latino americanos, nós continuamos presos a uma “questão nacional”, uma situação em que os direitos coletivos de autodeterminação de um povo ainda eram negados na teoria e na prática, pelo menos até o acordo fechado em Oslo. Isso certamente é uma parte da resposta. A verdade é que a minha geração falhou até em perseguir temas de liberdade civil e individual desde os anos 60 até os anos 80. Nosso fracasso deixou um vácuo que foi cada vez mais preenchido por uma visão conspiratória da história, reforçada por regimes tirânicos como o de Saddam Hussein ou de Hafez al-Assad, uma visão da história que atribuía todos os males de nosso mundo ou ao grande Satã, que eram os Estados Unidos, ou ao pequeno Satã, Israel.¹⁸⁷

A argumentação central de Makiya é a de que a visão política *mainstream* no mundo árabe pode ser explicada pelo vácuo de poder deixado pela esquerda árabe dos anos 1960, logo ocupado por uma visão conspiratória da História, sempre prestes a demonizar os EUA e Israel, e

¹⁸⁶ PODHORETZ, Norman. *Ex-friends: Falling Out With Allen Ginsberg, Lionel and Diana Trilling, Lillian Hellman, Hannah Arendt, and Norman Mailer*. San Francisco: Encounter Books, 2000. p.224.

¹⁸⁷ MAKYIYA, Kanan. Op.Cit.

a servir de suporte discursivo para os mais diversos ditadores de turno. Esse já era o argumento de Makiya em seu *Cruelty and Silence: War, Tyranny Uprising and the Arab World*. Trata-se daquilo que o autor chamou de “política de silêncio”.

Em que pese as atrocidades cometidas pelo regime Baath (tanto domesticamente quanto no plano externo), Makiya argumenta que poucos intelectuais árabes se insurgiram contra aquele estado de coisas. Para exemplificar a postura intelectual que condena, ele cita, por exemplo, o famoso livro escrito por Edward Said: *Orientalismo*. Segundo Makiya, a importância da análise dos argumentos contidos em *Orientalismo* reside, sobretudo, no fato de que o livro de Said influenciou um sem-número de obras que surgiram em seguida. De acordo com Makiya:

O Orientalismo como um projeto intelectual influenciou toda uma geração de jovens estudiosos árabes e moldou a disciplina dos estudos do Oriente Médio moderno na década de 1980. O livro original não foi concebido para ser uma crítica da política contemporânea árabe, no entanto, alimentou uma política populista profundamente enraizada de ressentimento contra o Ocidente. As distorções que analisou vieram dos séculos XVIII e XIX, mas eles foram enfileirados pelos jovens árabes e pelos intelectuais “pró-árabes” numa agenda política e intelectual que estava fora de sintonia com as necessidades reais dos árabes que viviam em um mundo caracterizado pela rápida escalada da crueldade (...). A trajetória do “Orientalismo” de Said à “Covering Islam: How the Media and the Experts Determine How We See the Rest of the World” se baseia na ideia moralmente errada de que o Ocidente deve ser responsabilizado aqui e agora pela sua longa e nefasta associação com o Oriente Médio. Assim, sem querer, houve um desvio dos problemas reais do Oriente Médio, e ao mesmo tempo uma contribuição de mais amargura para o arsenal de árabes jovens e impressionáveis quando já estava longe demais de tudo aquilo. (MAKIYA, 1993, p.317-318.)

Makiya argumenta que Said e diversos intelectuais frequentemente incorreram em um mesmo equívoco: superestimar a influência do Ocidente. Referindo-se sobretudo aos EUA, o autor enumera o que crê representar o inequívoco declínio gradual do poder norte-americano de ingerência no sistema internacional. Como o autor recorda:

Há um Ocidente envelhecido e em declínio aí fora, não uma cruzada, imperialista. A política externa norte-americana foi decisivamente derrotada no Vietnã, derrotada por Khomeini no Irã e pareceu ter sido feita por palhaços no Líbano (quando um único homem bomba liquidou mais de duzentos fuzileiros numa explosão). Israel foi retirada do Egito. O Irã “se perdeu” do Ocidente por todo um período histórico. O poder financeiro árabe não tinha precedentes. Nessas condições, a questão intelectual mais interessante para se refletir não era mais sobre o quão onipotente e onisciente era o poder norte-americano sobre o mundo, mas o quão ineficiente ele tinha se tornado quando fez algo (que era raro) em face da dificuldade de tratar os problemas dos países politicamente independentes do Oriente Médio. O exemplo clássico disso, ironicamente, é a guerra do Golfo, uma guerra financiada por estados árabes para resolver um conflito inter-árabe. (MAKIYA, 1993, p.318)

No argumento acima destacado, o autor se ocupa em tomar resultados finais de determinados episódios históricos em detrimento da compreensão do processo em sua totalidade.

Makiya argumenta que o Ocidente (os Estados Unidos, especificamente) não exerce o acentuado grau de influência no Oriente Médio que alguns intelectuais árabes creem exercer. A fim de dar sustentação à sua tese, o autor recorre a alguns exemplos históricos. Todavia a questão é algo mais complexa. Por exemplo, mencionar a derrota dos EUA no Vietnã e a Revolução Iraniana não dá conta de responder ao seguinte questionamento: Se a ameaça que os Estados Unidos representam no plano internacional é de fato superestimada, o que explica a Guerra do Vietnã? Uma guerra que durou 20 anos e que gerou mais de um milhão de mortos dificilmente poderia ser tomada como algo banal. Quanto ao Irã, de fato a Revolução Iraniana deu um novo direcionamento ao relacionamento mantido com os EUA. Todavia Makiya ignora em sua análise o *status quo* pré-revolucionário. Por que o autor não discorre a respeito do regime xá Reza Pahlavi? Um regime, como sabemos, que durou quase quarenta anos e que contou, ainda, com a simpatia e apoio norte-americanos. Tomar a retirada norte-americana do Vietnã (em 1975) e realinhamento do Irã (em 1979) como um sinal do declínio dos EUA é uma compreensão parcial dos processos históricos.

É até compreensível, e algo louvável, o esforço empreendido por Makiya no sentido de persuadir intelectuais árabes a assumirem a responsabilidade moral pelo destino de seus países. É sempre contraproducente tomar a trajetória histórica de um Estado ou região como mero reflexo de políticas externas imperialistas. O dualismo sujeito-passivo, sujeito-ativo é um modo reducionista de se enxergar a política. O problema, no entanto, é que Makiya parece combater aqueles que superestimam o papel do Ocidente, minimizando excessivamente o papel exercido por ele ao longo de boa parte do século passado. Ademais, o autor imputa algumas características distintivas à obra de Said, mas, no entanto, não se alonga propriamente em qualquer argumento que seja. Ora, se Makiya pretendia sustentar que os argumentos de Said são representativos de uma determinada mentalidade nociva da *intelligentsia* árabe, caberia então um exame menos superficial e de caráter mais minucioso.

Também é interessante notar que, diferentemente da análise neoconservadora, intransigentemente pró-Israel, Makiya é capaz de lançar um olhar crítico ao comportamento israelense no que concerne à questão da palestina. Mais que isso, ele enxerga aí algumas simetrias nas criações das identidades palestina e judaica, por exemplo. O elemento de interseção entre essas identidades, segundo a análise de Makiya, é a vitimização política e cultural. Ele prossegue:

O perigoso e não declarado corolário dessa visão era a noção de que “nós árabes” não tínhamos nenhum ou quase nenhum agente para mudar a maneira

terrivelmente injusta como o mundo funciona. Cada vez mais os árabes começam a se ver como as eternas vítimas da segunda metade do século XX, entregues a uma luta de Sísifo contra a injustiça satânica ou absoluta. Foi perdido o senso de nós mesmos como agentes políticos autênticos, capazes de visar ganhos concretos e graduais na arena política.

É importante lembrar que os árabes não são os únicos a se enrolarem no reconfortante manto da vítima; o senso de identidade moderno dos israelenses foi, afinal, forjado sobre as bases do Holocausto tanto quanto a identidade palestina foi forjada pelo duro tratamento que os israelenses dispensaram a eles durante a ocupação. Tais simetrias (e existem muitas outras) criaram um poderoso complexo de vítima que mina os esforços de reconciliação como houve em Oslo, e isso se aplica de um degrau a outro a todos os povos do Oriente Médio (palestinos, israelenses, curdos, armênios, cristãos caldeus, turco otomanos, xiitas e sunitas). É difícil estabelecer a paz entre povos que em algum nível primal ainda competem uns com os outros para decidir quem sofreu mais e quem tem a causa mais justa.¹⁸⁸

Ainda com o intento de explicar a natureza do sentimento de antipatia dirigida aos EUA, nutrido por seu interlocutor aludido no início do texto, Makiya incorre em um expediente retórico de que já estamos familiarizados. Ele saca da algibeira uma analogia histórica com o contexto político europeu, pré-Segunda Guerra Mundial. Manobra discursiva previsível, é evidente. No entanto, é importante que analisemos o modo de estruturação argumentativa utilizado por Makiya. Segundo ele:

A extraordinária profundidade do sofrimento humano no Iraque de hoje, depois de duas guerras do Golfo e dez anos de sanções, é simplesmente um caso especial em um oceano de miséria. O problema é que em todos os índices – econômico, político e social – os problemas tornam-se piores na década após a guerra do Golfo. Quando se pensa no surgimento de bin Laden nos anos 90 no Oriente Médio desse ponto de vista, deve-se pensar no aparecimento de Hitler dos escombros da Alemanha depois da 1ª Guerra Mundial. A economia da Palestina em média hoje está em pior estado do que quando começou o processo de paz em Oslo. Nada simboliza o quanto esses problemas pioraram desde os dias cheios de esperança na capital da Noruega do que a sobrevivência do regime de Saddam Hussein. O regime não é mais capaz de projetar seu poder além de suas próprias fronteiras, talvez, mas recebeu, para todos os propósitos práticos, um passe livre para fazer o que desejar com a sua própria cidadania. E essa licença foi dada sob o olhar hipócrita de todo o mundo, que se senta passivamente e assiste. É de se admirar que meu amigo iraquiano, como tantos de seus contrterrâneos, tenha crescido tão amargo?¹⁸⁹

Na verdade, mais que problemas circunscritos às instituições políticas iraquianas, o argumento de Makiya se refere ao que caracteriza como uma falha moral da *intelligentsia* árabe em se insurgir contra o *status quo* não-democrático de parte substancial do mundo árabe. De

¹⁸⁸ Cf. <http://dissentmagazine.org/article/?article=596>

Acessado em: 24 de junho de 2012.

¹⁸⁹ Ibid.

acordo como Makiya, seu argumento pode ser ilustrado com a reação intelectual árabe à invasão iraquiana ao Kuwait, no início da década de 1990:

Minha posição veio diretamente da experiência de escrever sobre o regime Baathista em *Republic of Fear*, publicado em 1989. Meus colegas palestinos, libaneses ou da Jordânia, por outro lado, estavam compreensivelmente preocupados com Israel e suas políticas na região; eles não se sentiam ameaçados pela anexação do Kuwait pelo Iraque (...). Um tirano local não era o centro absoluto de seu universo. Talvez, grandes quantidades de intelectuais árabes se permitiram pensar, a tão propalada força militar do Iraque serviria como um contrapeso à arrogância israelense, forçando Israel a fazer concessões que o país não faria de outro modo. Há aqueles que argumentaram que não valia a pena lutar pelo Kuwait, por ser uma criação das empresas petrolíferas. Tipos mais tecnocráticos se convenceram de que Saddam poderia prevalecer sobre a Liga Árabe para sair por vontade própria. Eles tendiam a pensar que as negociações sobre a retirada do Iraque antes do início das hostilidades fracassou somente por causa da perfídia americana e do desejo de seguir uma estratégia de guerra a qualquer custo. Neste país, Noam Chomsky, entre outros, argumentou o mesmo.¹⁹⁰

Makiya argumenta ainda que Saddam não contava na época com a coalizão liderada pelos EUA, durante a Guerra do Golfo. Segundo o autor, a imagem norte-americana de então estava associada à fraqueza e à hesitação. Ele argumenta:

Hussein, entretanto, estava contando com tais sentimentos, com a aquiescência de um mundo que ele sabia estar psicologicamente derrotado. Ele não deixou o Kuwait porque não acreditava que ninguém o colocaria para fora. Quem poderia ter previsto a coalizão que Bush pai armou em 1990? Os Estados Unidos que Saddam conhecia eram a nação derrotada no Vietnã; que tinha sido humilhada no Irã; e quando o país, sob o comando de Reagan, tentou intervir no Líbano, bastou um único carro bomba para fazer com que todos os fuzileiros voltassem para seus navios. Esse era um país aparentemente fraco e hesitante aos olhos de Saddam. Então ele apostou tudo nessa inação sobre o Kuwait.¹⁹¹

Esse argumento acerca da suposta aura de fraqueza projetada pelos EUA, não difere substancialmente da perspectiva esboçada por neoconservadores. Não é por outro motivo, afinal, que neocons advogaram (no final do século XX e início do XXI) tão entusiasticamente por aumentos exponenciais no orçamento de Defesa – algo que viabilizaria uma inserção militar ainda mais vigorosa ao redor do globo.

O artigo subsequente ao de Makiya é o de Michael Walzer. Em título provocativo, *Can*

¹⁹⁰ Ibid.

¹⁹¹ Ibid.

*There Be a Decent Left?*¹⁹², lança uma dura carga dirigida à esquerda contrária à Guerra do Afeganistão. De acordo com ele:

A oposição da esquerda à guerra do Afeganistão acabou em novembro e dezembro do ano passado, não só pelo triunfo da guerra mas também pelo entusiasmo com que tantos afegãos comemoraram esse sucesso. As fotos de mulheres mostrando seus sorrisos para o mundo, de homens raspando suas barbas, das garotas indo à escola, de meninos jogando futebol: tudo isso era, sem dúvida, um tapa na cara dos esquerdistas teóricos do imperialismo norte-americano (...). Havia (e ainda há) muito com o que se preocupar: refugiados, fome, a presença mínima de lei e de ordem. Mas ficou subitamente claro, mesmo para muitos que faziam oposição à guerra, que o regime Talibã tinha sido o maior obstáculo a qualquer esforço sério de resolver a crise humanitária e que foi a guerra americana que removeu esse obstáculo. Era quase como uma guerra de libertação, uma intervenção humanitária.¹⁹³

Embora conceda que parte significativa do apoio da esquerda norte-americana às guerras do Afeganistão e Iraque não tenha se dado de modo acrítico, é difícil afirmar o mesmo de Walzer, ao ler um trecho como o acima destacado. É possível argumentar, entretanto, que a posição do autor não tenha sido influenciada pela propaganda oficial ou qualquer coisa semelhante. Todavia, o mais provável é que tenha ocorrido uma convergência de expectativas entre a retórica humanitária do governo de George W. Bush e a agenda política de Walzer. Adiante.

O autor sumariza os argumentos da esquerda que se opôs à Guerra do Afeganistão, da maneira que se segue: (i) a ONU deveria ser consultada; (ii) a culpa da al-Qaeda deveria ser apurada e, só então, o caso deveria ser resolvido segundo as normas do direito internacional; (iii) se a guerra tivesse que necessariamente ser travada, ela deveria ocorrer sem ferir civis. Bom, aqui é irônico constatar que a Guerra do Afeganistão ocorreu levando em consideração os dois primeiros argumentos elencados. Ainda que Walzer pareça caracterizar todos os três principais argumentos como desprovidos da devida razoabilidade, não é demais constatar que, se não fosse a pressão exercida justamente pelo segmento da esquerda norte-americana que ele critica, não é arriscado dizer que a Guerra do Afeganistão teria ocorrido em termos ainda piores.

Quanto ao terceiro argumento, impressiona a sem-cerimônia com a qual Walzer o descarta como fútil. Segundo ele, o problema da esquerda que forneceu oposição à Guerra do Afeganistão, é o de que ela é intransigentemente contra qualquer guerra – algo pouco moderado, para um

¹⁹² Cf. <http://www.dissentmagazine.org/article/?article=598>

Acessado em: 24 de julho de 2012.

¹⁹³ Ibid.

teórico da Guerra Justa. Além disso, acatando o terceiro argumento como válido, a condução da guerra estaria comprometida. Em outras palavras, seria impossível que houvesse a Guerra do Afeganistão. Segundo Walzer:

O último recurso era fazer com que lutar se tornasse impossível. Não usei nenhum argumento que tentava seriamente descrever como essa (ou qualquer uma) guerra podia ser feita sem colocar civis em risco, ou perguntar que grau de risco seria tolerável, ou especificar os riscos que os soldados americanos deveriam aceitar a fim de reduzir os riscos de mortes entre os civis. Todas essas perguntas eram legítimas no Afeganistão, assim como foram nas guerras de Kosovo e do Golfo. Mas, entre os manifestantes antiguerra, “chega de bombas” não era um slogan que resumia uma visão coerente dos bombardeios – ou as alternativas a eles. A verdade é que a maioria dos esquerdistas não estava comprometida com uma visão coerente sobre coisas desse tipo, eles estavam comprometidos em fazer oposição ao conflito, e preparados para se opor à guerra sem levar em conta suas causas ou caráter e sem nenhuma preocupação visível em prevenir futuros ataques terroristas.¹⁹⁴

Walzer também se insurge contra a asserção de que a Guerra do Afeganistão seria injusta a partir do momento que teria provocado mais vítimas fatais do que os atentados do 11 de Setembro. Ele argumenta que se trata de um pensamento falacioso, uma vez que é ignorada a “distinção moral mais básica”: isto é, a intencionalidade dos agentes. Segundo ele:

Uns poucos acadêmicos de esquerda tentaram descobrir quantos civis de fato morreram no Afeganistão, visando um número tão alto quanto fosse possível, na hipótese, talvez, de provar que se o total de mortos fosse maior do que o número de vítimas do ataque às Torres Gêmeas, a guerra seria injusta. No momento, a maior parte dos números não passa de propaganda, não existe uma contagem confiável. Mas a alegação de que os números importam apenas dessa maneira – que 3.120 mortes determinam a injustiça da guerra – é errada. Ela nega uma das melhores e mais básicas distinções morais: entre assassinato premeditado e mortes não intencionais. Essa negação não é acidental (...). Ela é proposital: mortes não intencionais cometidas por americanos no Afeganistão contam como homicídio. Isso não pode ser verdade em qualquer outro lugar, para qualquer outra pessoa.¹⁹⁵

É instrutivo lermos o diagnóstico acerca do estado atual da esquerda norte-americana, emitido por Walzer. Segundo ele, é problemática a coexistência de uma tradição política de esquerda “decente” (*decent Left*, no original) em um país superpoderoso e hegemônico. Não bastasse a ambiguidade da própria expressão, Walzer parece entrar em um estado de negação acerca da própria tradição da qual faz parte. Bom, de qualquer forma, o autor nos oferece o que seria a sua definição de uma “esquerda decente”. Segundo ele:

¹⁹⁴ Ibid.

¹⁹⁵ Ibid.

O fracasso radical da resposta da esquerda aos eventos do último outono levantam uma questão perturbadora: pode existir uma esquerda decente em uma superpotência? Ou, precisamente, na única superpotência? Talvez a culpa causada por se viver em tal país e desfrutar de seus privilégios torne impossível sustentar políticas decentes (inteligentes, responsáveis, com nuances morais). Talvez o ressentimento inflamado, a raiva encravada e o ódio por si mesmo sejam os resultados inevitáveis de longos anos passados numa oposição infrutífera ao alcance global do poder norte-americano. Certamente, todas essas emoções estavam visíveis na reação da esquerda ao 11 de Setembro, no fracasso em registrar o horror ao ataque ou em reconhecer a dor causada por esse fato, no prazer macabro de tantas das primeiras respostas, na alegria mal disfarçada de que o Estado imperialista tinha finalmente tido o que merecia. Muitos na esquerda recuperaram seu equilíbrio moral nas semanas que se seguiram, o que foi pelo menos o início do que deveria ser um longo processo de autocrítica. Porém, muitos outros ainda não se prestaram a refletir sobre o que realmente aconteceu.¹⁹⁶

Trata-se evidentemente de uma retórica hiperbólica, lançada por Walzer. Se é bem verdade que houve aqueles que, na esquerda política, emitiram juízos ambíguos a respeito dos atentados, como vimos no capítulo anterior, aqui também é imperativo que não se tome a parte pelo todo. A própria profusão de argumentos contidos na *Dissent* atesta o exagero discursivo de Walzer e subtrai potência de sua tese.

No entanto, há algo de interessante em um dos argumentos contidos em seu artigo. Walzer discorre acerca da dificuldade da esquerda norte-americana em preservar algum sentido de patriotismo enquanto se opõe às políticas imperialistas dos EUA. Seu argumento é o de que algo diverso poderia ser verificado na experiência histórica da esquerda inglesa. Ele enuncia:

Há alguma maneira de escapar da política de culpa e ressentimento em uma superpotência? Nós poderíamos começar a nos preocupar com essa questão olhando para as políticas de oposição em antigos Estados imperialistas. (...) A Guerra dos Bôeres é um bom exemplo para começar, graças à oposição feroz que despertou na Inglaterra – que não foi marcada, apesar da crueldade da guerra, pelo tipo de ódio por si mesmo que temos visto na esquerda americana. Nem eram os “little Englanders”, hostis à política e cultura inglesa: eles conseguiram marcar uma posição contra o império sem se alienar de seu país natal. De fato, eles estavam mais dispostos a considerar a Inglaterra como o país de origem do liberalismo e da democracia parlamentarista. Afinal, os valores do parlamentarismo (autogoverno, liberdade de expressão, direito de oposição) não apoiavam a regra imperial. A defesa de George Orwell do patriotismo parece uma descrição real dos sentimentos de muitos ingleses liberais e de esquerda antes e depois de seu tempo (mesmo dos marxistas, que tinham em suas fileiras historiadores como E.P. Thompson, que escreveu com simpatia, de fato romanticamente, sobre os ingleses). Mais tarde, durante a época de Margaret Thatcher, e particularmente durante a Guerra das Malvinas, o tom da oposição era mais azedo, mas então não havia mais império, apenas memórias amargas.

Creio que a história da França é parecida. Na maior parte dos anos do império, os esquerdistas franceses tinham tanto orgulho de seu país quanto os

¹⁹⁶ Ibid.

cidadãos de direita – e talvez com mais justificativas. Não era a França o berço do iluminismo, dos valores universais e dos direitos humanos? A guerra da Argélia deu início a um ódio mais familiar, manifestado claramente na defesa que Sartre fez do terrorismo praticado pela Frente de Liberação Nacional (no prefácio que escreveu para *Wretched of the Earth*, de Franz Fanon): “Matar um europeu é matar dois coelhos com uma cajadada, destruindo o opressor e o homem que ele oprime, tudo ao mesmo tempo.” Isso sugeria que matar europeus (eles eram em sua maioria franceses) era algo positivo, mas Sartre não se ofereceu para ser morto e assim libertar um argelino. Seu ódio era generalizado, não voltado contra si mesmo.¹⁹⁷

Aqui também é instrutivo lermos um argumento saído da pena de Todd Gitlin¹⁹⁸, que vai na mesma direção daquele esboçado por Walzer. Gitlin discorre acerca do que caracteriza como o “suicídio da esquerda antiamericana”:

Eis a tragédia da esquerda antiamericana: ao alcançar uma vitória sem precedentes ajudando a acabar com uma guerra, ela cometeu suicídio. (...) Ajudou a retirar os EUA do Vietnã, onde o país não tinha nada de construtivo para fazer, mas o fez ao custo de se desconectar do país. (...) ¹⁹⁹

Gitlin prossegue, agora evocando o nome de Chomsky como exemplo da mentalidade nociva de que enuncia:

(...) Os ataques de 11 de setembro revelaram uma simetria que a esquerda esperava há muito tempo. Os EUA estavam condenados por sua história. (...) Ninguém conseguia enxergar a verdade, exceto os salvos. Havia pouco tempo, pouco interesse, pouca curiosidade em compreender uma seita islâmica fanática que não colocava limites para o que e quem desejava destruir. Não importa quem tenha morrido nos Estados Unidos, os americanos ainda serão vistos como o grande Satã. Assim como Noam Chomsky diminuiu o 11 de setembro (...) numa entrevista dada a uma rádio de Belgrado enquanto as cinzas ainda caíam na parte baixa de Manhattan, dizendo que os Estados Unidos tinham, após os ataques, “exigido que os paquistaneses matassem milhões de pessoas (afegãs) que eram vítimas do Talibã”, e, em artigos e entrevistas em sequência, que os EUA eram responsáveis por muito mais mortes no Sudão. (...) Com a intenção de culpar os EUA, esses antiamericanos selecionaram os relatos e boatos que os interessavam para achar razões respeitáveis para seu sentimento, que eles consideravam como estritamente derivado – não irrepreensível, exatamente, não necessariamente justificável, mas sempre, “finalmente”, baseado nos erros cometidos pelos Estados Unidos.²⁰⁰

¹⁹⁷ Ibid.

¹⁹⁸ Sociólogo norte-americano, Gitlin foi membro atuante da chamada Nova Esquerda dos EUA – chegando inclusive a atuar como presidente da *Students for a Democratic Society* (SDS). Com mais de 15 livros publicados, Gitlin é um intelectual prolífico. Seus artigos de opinião podem ser encontrados em um sem-número de periódicos: *New York Times*, *Washington Post*, *The New Republic*, *Mother Jones* e outros.

¹⁹⁹ GITLIN, Todd. *Varieties of Patriotic Experience*. In: CUSHMAN, Thomas. e RODDEN, John. (ed.) *George Orwell: Into the Twenty-First Century*. United States: Paradigm Publishers, 2004. p. 134.

²⁰⁰ Ibid., p.135.

Aqui é interessante notar um elemento em comum a três dos apologistas da Guerra do Afeganistão citados até aqui: Hitchens, Makiya e Gitlin criticam Noam Chomsky e tratam-no como uma espécie de porta-voz da esquerda norte-americana – nada mais distante da verdade. Essa incongruência analítica ficará tão mais evidente na medida em que avançarmos no exame dos argumentos contidos na *Dissent*.

A exemplo do argumento de Gitlin acerca do “suicídio da esquerda antiamericana”, Walzer discorre a respeito da experiência de dissenso desta tradição política – sobretudo a partir do que caracteriza como as “ações imperialistas do governo dos EUA ocorridas durante a Guerra Fria, bem como de sua liderança do processo de globalização mundial”. Igualmente para Walzer, a radicalização das esquerdas durante este período histórico acabou por aliená-la de um sentido de patriotismo. Ainda que seja no mínimo ambíguo tomar como correto o emprego da expressão “liderança”, por parte de Walzer, é instrutivo examinarmos seus argumentos:

A Guerra Fria, as aventuras imperialistas na América Central, o Vietnã acima de tudo, e então toda a experiência da globalização sob o comando dos EUA: tudo isso, por boas e más razões, produziu uma visão generalizada da esquerda – de que os EUA eram um país egoísta, hedonista, privilegiado e irremediavelmente corrupto. O sentimento de uma missão civilizatória, que deve ter sustentado partes da esquerda francesa e britânica (...) nunca saiu do papel aqui. A ajuda externa, os Corpos da Paz, e a construção da nação nunca tiveram as dimensões de uma “missão”; eram mais as margens da política externa americana: subfinanciada, frequentemente à sombra das operações militares. Certamente havia muito mais razões para se criticar as políticas de cada governo americano desde a 2ª Guerra Mundial (como pode ser visto em quase todas as edições passadas da *Dissent*).

Ainda assim, penso que a esquerda crítica, dos anos do Vietnã em diante (...) tem sido estúpida, exagerada e grosseiramente imprecisa. É o que Philip Roth descreveu em seu romance *Casei com um Comunista*: “a combinação de amargura e de não pensar”. A esquerda perdeu o rumo. Por quê?²⁰¹

É importante que agora passemos ao ponto central da argumentação de Walzer. Ele enumera algumas das razões pelas quais a esquerda norte-americana não teria sido capaz de dar uma resposta moral adequada aos atentados do 11 de Setembro.

Segundo ele, o primeiro motivo estaria relacionado à predominância da teoria marxista do imperialismo e de doutrinas terceiro-mundistas surgidas nas décadas de 1960 e 1970. Walzer argumenta, por exemplo, que a procura por questões econômicas, como as “causas originárias” do terrorismo é, digamos, um efeito colateral de uma cosmovisão marxista primariamente ocupada de um economicismo analítico. Questões como a influência da religião no

²⁰¹ WALZER, Michael. Op.Cit.

comportamento dos agentes, segundo Walzer, seriam minimizadas frente às possíveis motivações econômicas e de classe. Mais que isso, a propósito. Segundo ele, de acordo com esse ponto de vista marxista, mesmo ações expressamente motivadas por questões religiosas, estariam assim condicionadas apenas na superfície, de modo tangencial. Ele argumenta:

A consequência mais evidente é a incapacidade da esquerda de reconhecer ou admitir o poder da religião no mundo moderno. Sempre que escritores de esquerda dizem que a "raiz" do terror é a desigualdade global ou a pobreza humana, essa afirmação é de fato uma negação de que os motivos religiosos realmente contam. Teologia, nessa visão, é apenas um dialeto temporário e coloquial em que se exprime a raiva (...) dos homens e mulheres que são oprimidos.²⁰²

Outro argumento de Walzer é o de que parte significativa da esquerda norte-americana estava pronta a racionalizar qualquer golpe desferido nos EUA, tendo em vista seu *status* de poder imperialista. Ademais, qualquer um que estivesse se insurgindo contra os EUA certamente seria o *oprimido*. Sendo o oprimido, deveria possuir valores políticos compartilhados com a esquerda norte-americana. Estaria claro, então, o lado no qual se posicionar. Esse é o argumento de Walzer. Todavia, é preciso notar, uma vez mais, que aqui ele incorre em uma simplificação. Refiro-me ao tratamento da noção de “imperialismo” por parte de Walzer. O autor a reduz à mera análise esquemática da conjuntura internacional e, além disso, atribui essa visão esquemática das questões relativas à política externa à esquerda norte-americana, de um modo geral.

Meu argumento aqui não é o de que inexistem intelectuais de esquerda a esboçar esse tipo de visão, ou similares. Meu argumento é o de que não se pode atribuir esse tipo de leitura de mundo a um grupamento político tão heterogêneo. Isto é, mais uma vez Walzer toma a parte pelo todo.

O segundo motivo acerca do porquê a esquerda norte-americana “falhou moralmente” ao lidar com os atentados do 11 de Setembro, diz respeito, segundo Walzer, à sua falta de poder, bem como à sua alienação social. Ele argumenta:

Os esquerdistas não têm poder nos EUA e a maior parte de nós não espera nunca exercer o poder. Muitos intelectuais de esquerda vivem nos Estados Unidos como estrangeiros (...), considerando qualquer sentimento patriótico uma rendição ao jingoísmo. É por isso que eles tiveram tanta dificuldade em responder emocionalmente aos ataques de 11 de setembro (...). Igualmente importante, é por que sua participação no debate político após os ataques foi tão estranha; suas propostas (recorrer a ONU, reunir provas contra bin Laden, e assim vai) parecem ter sido desenvolvidas sem nenhuma preocupação com a efetividade ou um sentimento de urgência.

²⁰² Ibid.

Eles falaram e escreveram como se não se imaginassem responsáveis pelas vidas de seus compatriotas. Isso era problema dos outros, o problema da esquerda era... qual era mesmo?

(...) Um resultado bom dessa oposição foi uma animada defesa das liberdades civis. Mas mesmo essa defesa demonstrou uma certa irresponsabilidade deliberada e uma ineficácia, porque tantos esquerdistas correram para defender as liberdades civis enquanto se recusavam a reconhecer que o país enfrentou perigos reais – como se não houvesse necessidade de equilibrar segurança e liberdade.²⁰³

Quanto ao terceiro motivo, Walzer discorre acerca daquilo que caracteriza como o expediente retórico de “culpar a América, em primeiro lugar”. Segundo ele, trata-se de uma postura provocada por um “purismo moral” presente em parte substancial da esquerda. Ao “culpar a América em primeiro lugar”, é como se nos eximíssemos dos ônus advindos da política externa norte-americana. Ao incorrer nessa atitude de autoindulgência, no entanto, a esquerda teria se alienado do resto da população. Walzer afirma:

O purismo moral de culpar os EUA em primeiro lugar: muitos esquerdistas parecem acreditar que fazer isso é como por a culpa em si mesmos, é assumir a responsabilidade por crimes do estado imperialista. Na verdade, quando culpamos os EUA, nós também nos colocamos acima de outros americanos que também merecem a culpa. A esquerda prefere se colocar de lado.²⁰⁴

Se há alguma verdade no que Walzer argumenta acerca da postura autoindulgente de parte da esquerda, também é verdade que ele logo incorre em uma manobra discursiva duvidosa. Discorrendo a respeito daqueles que forneceram oposição à Guerra do Afeganistão, o autor os compara, ainda que de modo oblíquo, aos opositores daqueles que derrotaram o fascismo e o comunismo. As particularidades políticas, bem como o contexto histórico são secundarizados, tudo a fim de pespegar no interlocutor uma aura de hesitação, de fraqueza. Walzer evidencia:

O que quer que os Estados Unidos estejam fazendo no mundo não tem nada a ver conosco. Em algum sentido, é claro, isso é verdade. A derrota do fascismo na metade do século XX e do comunismo nos últimos anos não tem nada a ver conosco. Com alguns de nós, pelo menos, embora esses esforços tenham merecido nosso apoio – ou o nosso “apoio crítico.”²⁰⁵

Quanto ao quarto e último motivo, Walzer discorre acerca da dificuldade da esquerda norte-americana em criticar de modo assertivo qualquer povo que viva sob más condições sociais e econômicas. É como se a esquerda dos EUA possuísse algo como uma “culpa da afluência”.

²⁰³ Ibid.

²⁰⁴ Ibid.

²⁰⁵ Ibid.

Isto é, um constrangimento em viver sob boas condições de vida – ao menos comparativamente, é claro. Ele argumenta:

(...) como podemos viver nos EUA (...) e criticar pessoas que são mais pobres e mais fracas do que nós? Essa era uma grande questão nos anos 60, quando a Nova Esquerda parecia ter descoberto a “opressão” pela primeira vez e todos ficamos do lado dos homens e mulheres oprimidos e fracassamos (...) em criticar o autoritarismo e a brutalidade que frequentemente marcam sua política. (...) a solidariedade com pessoas em perigo me parece ser o compromisso mais profundo assumido pelos esquerdistas. Mas essa solidariedade inclui, ou deveria incluir, a prontidão para falar com essas pessoas quando pensarmos que elas estão agindo da maneira errada, violando os valores que compartilhamos. Até os oprimidos têm suas obrigações, e certamente a primeira delas é a de não assassinar inocentes e de não fazer do terrorismo uma política. Os militantes de esquerda que não conseguiam insistir nesse ponto, mesmo junto àqueles mais pobres e fracos do que nós, abriram mão da política e da moralidade por outra coisa. Eles são radicais somente em sua degradação. (...) ²⁰⁶

Após enumerar as quatro principais motivações que explicariam o mau comportamento, segundo Walzer, da esquerda norte-americana, ele propõe às respectivas soluções.

Com relação à questão ideológica, Walzer sublinha a necessidade de se evitar a aplicação do “marxismo vulgar” que, segundo ele, é corrente na esquerda norte-americana. Isto é, ele advoga a adoção de ideias mais heterodoxas na análise dos problemas ao redor do globo. Ademais, Walzer recorda o papel da moral, tão importante quanto as questões materiais, no que concerne à compreensão da miríade de motivações possíveis dos agentes políticos e sociais. Ele prossegue:

Certamente precisamos de algo melhor do que (...) o marxismo com que tantos da esquerda operam hoje – um marxismo cujo principal efeito é o de transformar a política mundial em um melodrama barato (...). Uma análise materialista mais dura seria boa, contanto que seja sofisticado o suficiente para reconhecer que interesses materiais não esgotam as possibilidades da motivação humana.

O espetáculo dos esquerdistas europeus se esforçando para encontrar uma razão econômica para a Guerra do Kosovo (petróleo nos Balcãs? Um oleoduto? A OTAN queria controlar o Mar Negro?) foi divertido na época, mas não precisa de repetição. No momento, podemos nos contentar com um pouco de humildade, uma abertura às ideias heterodoxas, um olhar aguçado para o mundo real e de prontidão para atender aos argumentos morais e materialistas. ²⁰⁷

O mais importante, entretanto, são os valores que Walzer crê que devem nortear as ações da esquerda dos EUA: um secularismo iluminista, os direitos humanos e a crença, por princípio, no governo democrático. Todos esses três valores deveriam emergir, sobretudo, no momento em

²⁰⁶ Ibid.

²⁰⁷ Ibid.

que fosse travada uma batalha com qualquer forma politizada de religião – a luta contra o radicalismo islâmico plasmaria esse momento, portanto.

Quanto à questão da falta de poder e alienação, Walzer argumenta que historicamente a esquerda norte-americana sempre associou “responsabilidade política” a um *ethos* burguês que seria, por definição, incompatível com qualquer agenda radical. Esse radicalismo teria balcanizado, apartado, a esquerda norte-americana do resto da sociedade. Walzer argumenta:

Mas eles não necessariamente entendem as coisas direito, e quanto mais furiosos ficam e mais trancados em sua postura combativa, mais farão as coisas erradas. O que era necessário após o 11 de Setembro e é necessário agora é um compromisso com os nossos concidadãos que reconheça nossa irmandade. Podemos ser tão críticos quanto quisermos, mas essas são as pessoas cujo destino compartilhamos, somos responsáveis pela sua segurança como eles são pela nossa, e nossa política tem que refletir essa responsabilidade mútua. Quando são atacados, nós também somos, e devemos participar voluntariamente e de forma construtiva dos debates sobre como defender o país. Mais uma vez: devemos agir como se não fôssemos (ou não seremos) sempre impotentes.²⁰⁸

Com relação ao expediente de culpar sempre os EUA em primeiro lugar, Walzer argumenta que uma perspectiva mais moderada deveria ser adotada. Sua proposição, por mais evidente que soe, é a de que cada caso deve ser visto em sua particularidade. Ademais, Walzer argumenta que a natureza do poder dos EUA é ambivalente – bem como suas consequências.

Além disso, ele também recorda que embora uma esquerda internacionalista deva advogar por uma distribuição mais equânime de poder ao redor do globo, ao mesmo tempo não pode nunca ser ignorado o caráter moralmente assimétrico dos regimes que integram o sistema internacional. Ele prossegue:

Na segunda metade do século XX, os Estados Unidos lutaram guerras justas e injustas, fizeram intervenções justas e injustas. Seria um exercício útil (...) testar nossa capacidade de fazer distinções – de reconhecer, digamos, que os EUA estavam errados na Guatemala, em 1954, e certos em Kosovo, em 1999. Por que não podemos aceitar uma relação ambivalente com o poder americano, reconhecendo que ele teve bons e maus efeitos no mundo? Mas, a esquerda internacional não deveria exigir uma distribuição igualitária do poder? (...) Mas, qualquer redistribuição real teria que ser julgada pela qualidade dos Estados que seriam fortalecidos com ela. Contemplando Estados como o Iraque de Saddam Hussein, não acredito que devemos apoiar uma redistribuição política.²⁰⁹

²⁰⁸ Ibid.

²⁰⁹ Ibid.

Em seguida, Walzer continua a se insurgir contra aquilo que caracteriza como a autoindulgência da esquerda norte-americana:

O mundo (e o terceiro mundo) está cheio de ódio, crueldade e de corrupção em qualquer esquerda, mesmo na esquerda norte-americana, para suspender seu julgamento sobre o que está acontecendo. Não é o caso de que somos privilegiados, por isso, devemos nos voltar para dentro e concentrar nossas críticas sobre nós mesmos. Na verdade, a introversão é um dos nossos privilégios; e muitas vezes é uma forma de autoindulgência política. Sim, temos o direito de culpar os outros quando eles merecem a culpa; na verdade, é apenas quando fazemos isso, quando nós denunciemos, por exemplo, o autoritarismo dos governos do terceiro mundo, que vamos encontrar nossos verdadeiros companheiros – os adversários locais dos grandes líderes e das juntas militares, que estão muitas vezes à espera de nosso reconhecimento e apoio. Se valorizamos a democracia, temos de estar preparados para defendê-la, em casa, é claro, mas não apenas nela.²¹⁰

No final de seu artigo, Walzer adota um tom algo mais conciliatório. Por exemplo, ele não hesita em reconhecer a “honorável história” da esquerda norte-americana. Ele argumenta, ainda, acerca do que lhe parece ser o maior êxito na agenda dessa tradição política: a oposição às desigualdades – tanto no plano doméstico quanto ao redor do globo. Todavia, seu argumento é o de que o 11 de Setembro serviu para demonstrar que a esquerda norte-americana “não avançou muito e, quando avançou, nem sempre foi na direção certa”. Em suma, para Walzer a esquerda deveria “recomeçar”.

Em artigo intitulado *Empire and Myopia*²¹¹, saído da pena de Todd Gitlin, vemos uma perspectiva interessante acerca do papel da projeção internacional de poder dos EUA. Não é arriscado afirmar que se trata aqui de uma posição heterodoxa pros padrões da esquerda, refiro-me aqui a uma atitude simpática ao que seria o *status* de superpotência global, ocupado pelos EUA.

É evocando o nome do historiador Anthony Pagden, que Gitlin argumenta acerca da influência benevolente que um império pode exercer, em um dado período histórico. Ele argumenta, por exemplo, que um império não deve significar necessariamente crueldade, violência e exploração de povos subjugados. Um império pode igualmente significar lei, cidadania e estabilidade. Como ele argumenta:

²¹⁰ Ibid.

²¹¹ Cf. <http://www.dissentmagazine.org/article/?article=599>

Acessado em: 24 de junho de 2012.

Verdade seja dita, há algo a ser dito sobre os impérios – não sobre sua crueldade, sua violência, ou a sua exploração de povos oprimidos, mas sobre a lei, a cidadania e a estabilidade que, historicamente, eles podem trazer. (...) Como o historiador Anthony Pagden escreveu em *Peoples and Empire*, “por causa de seu tamanho e grande diversidade, a maioria dos impérios tornam-se universais, sociedades cosmopolitas. Para governar domínios vastos e amplamente separados, os governos imperiais se veem compelidos a ser tolerantes com a diversidade de cultura e às vezes até de crença, desde que não haja nenhuma ameaça à sua autoridade.” As ameaças à sua autoridade têm sido frequentemente combatidas com violência cruel e desproporcional. Mas os dependentes também se submetem ao poder imperial porque desfrutam de benefícios.²¹²

Aqui é difícil não recordarmos do filme *A Vida de Brian*, do excelente grupo humorístico inglês Monty Python. Muitos se lembram do senso de humor cáustico do longa, dirigido às religiões de um modo geral (e ao cristianismo, em particular). Todavia, há outra leitura possível da obra: trata-se de uma sátira política aos grupos revolucionários de esquerda da década de 1970. Não irei me alongar acerca do filme, contudo quero fazer menção a uma cena que vem a propósito das considerações de Gitlin. Em *A Vida de Brian*, há um grupo radical chamado Frente Popular de Libertação da Judéia, que, em determinado momento, entra em reunião e discute a respeito do papel do Império Romano em suas vidas. A cada tentativa de se lançar alguma invectiva contra Roma, há sempre alguém para recordar alguma consequência positiva de estar sob seu jugo. Sempre que a pergunta “O que Roma fez por nós?” é formulada, há alguém para responder algo como “Nos deu um sistema sanitário.”, “Nos deu educação.”, “Nos deu irrigação.”, “Nos deu vinho” e assim por diante.²¹³

Descontado o tom anedótico da cena, há algo análogo à argumentação de Gitlin acerca do possível papel benevolente a ser exercido por um poder imperial.

Gitlin afirma ainda que a atuação de um poder imperial não é tão danosa quanto a presença de autocracias locais. Daí ele crê que a ação do império gera benefícios bidirecionais: tanto para a metrópole do poder, quanto para sua periferia.

A partir dessa premissa, decorre a analogia histórica que Gitlin lança mão. Isto é, ele argumenta que a extensão do poder norte-americano, durante a Segunda Guerra Mundial (e o

²¹² Ibid.

²¹³ É possível visualizar a cena, no *link* a seguir:
<http://www.youtube.com/watch?v=ExWfh6sGyso>
 Acessado em: 25 de junho de 2012.

Para a leitura de um fragmento do diálogo da referida cena, basta consultar o site IMDB no link que segue:
<http://www.imdb.com/title/tt0079470/quotes?qt=qt0471953>
 Acessado em: 25 de junho de 2012.

período que a sucedeu imediatamente), atuou de modo benéfico para os alemães e os europeus ocidentais. Ademais, ele propõe uma simetria política entre, de um lado, a Al-Qaeda e, do outro, a Alemanha Nazista e o Japão Imperial. Uma vez mais observamos uma apropriação retórica e a-histórica da Segunda Guerra Mundial. Valer-se de um mesmo coeficiente para a caracterização de movimentos díspares como os três anteriormente citados, é entrar em um terreno discursivo, para dizer o mínimo, ambíguo. Ademais, Gitlin não hesita em falar sobre a ação benevolente do poder norte-americano para os alemães e japoneses, durante a Segunda Guerra Mundial. Entretanto aqui cabe atentar igualmente para os silêncios na narrativa que ele evoca. Refiro-me aqui a ausência da menção de episódios históricos tais como o bombardeio a Dresden e as bombas de Hiroshima e Nagasaki.

Não proponho aqui qualquer tipo de equivalência moral entre o Eixo e os Aliados. Todavia qualquer menção à Segunda Guerra Mundial que não leve em conta as atrocidades humanitárias perpetradas pelo “lado vencedor” periga ficar envolto em uma aura de suspeição e descrédito. O argumento de Gitlin se estrutura da maneira que se segue:

Um benefício que era melhor ser encarado de frente – é que o império é às vezes melhor do que a alternativa, quando a alternativa é uma autocracia local, ou a al-Qaeda, ou um império rival como a Alemanha nazista ou o Japão Imperial. Ele pode ser melhor não só para a metrópole mais poderosa, mas também para a periferia. A extensão do poder americano em 1945 foi excelente para os alemães e europeus ocidentais em geral.²¹⁴

Há, entretanto, um aspecto interessante presente no ponto de vista esboçado por Gitlin. Ele argumenta que boa parte do que é rotineiramente caracterizado como crítica ao imperialismo norte-americano, não passa de apologia imperialista, porém com o sinal trocado, por assim dizer. Explico. Gitlin argumenta que parte significativa dos críticos da política externa dos EUA advoga um exercício mais “sábio” de poder por parte do governo. Além disso, a toda hora um sem-número de responsabilidades são cobradas pelos referidos críticos. Gitlin é eloquente em sua explanação:

Deixando a al-Qaeda de lado, o problema é o excesso de força dos EUA? Ou os EUA, com sua supremacia militar, sua riqueza, (...) não é inteligente o bastante para lidar com todo esse poder? Ambas as respostas estão certas, porque o império tende a fazer dos vencedores complacentes e estúpidos – talvez mais ainda quando os americanos fingem não ter interesse nos usos desse poder. Muito sobre a versão norte-americana de imperialismo é ignorante, barato e míope. É ignorante porque,

²¹⁴ Cf. <http://www.dissentmagazine.org/article/?article=599>

ao abrigar a fantasia de que os Estados Unidos representam apenas os valores e não o poder, não existe a disposição de enfrentar as responsabilidades do “poder-débito” que os governantes devem ao povo – o que inclui a busca de fins justos e a persuasão dos dependentes de que eles estão recebendo algo valioso em troca de sua submissão. Às vezes, o império pode exercer o poder para alcançar a justiça a uma distância. Se você acredita que os Estados Unidos devem exercer influência sobre Israel, aderir às resoluções das Nações Unidas e abandonar os assentamentos, se você acredita que os Estados Unidos deveriam impor uma solução razoável de dois Estados e ajudar a garantir que, quaisquer que sejam as piores inclinações de palestinos e israelenses, você não é contra o poder americano – você é a favor de um uso particular do poder americano, justo e sábio.²¹⁵

Aqui também é importante nos darmos conta de um ponto de divergência retórico entre Gitlin e a grande maioria dos intelectuais conservadores que apoiaram a Guerra ao Terror, de uma forma geral. Gitlin, por exemplo, não hesita em discorrer acerca das benesses em se ter uma ONU funcional e atuante, no sistema internacional. Algo muito diverso da suspeição neoconservadora dirigida às entidades multilaterais. Ele argumenta:

Nas próximas décadas, é muito improvável que o imperialismo desapareça, mas são possíveis as distribuições mais legítimas do poder. A política imperialista poderia ser mais inclusiva, menos brutal, (...). Para esse fim, não há força global mais legítima do que as Nações Unidas. Precisamos de mais, não menos, poder da ONU; precisamos, por exemplo, de um apoio bem financiado da ONU para policiar a ordem pós-Talibã no Afeganistão – e isso é impossível sem uma forte contribuição norte-americana. Precisamos buscar, e exigir, a sanção do Conselho de Segurança para qualquer outra ação militar (como durante a Guerra do Golfo e depois do 11 de Setembro). O mundo vai precisar das Nações Unidas, da OTAN, de outras intervenções e, com efeito, de protetorados, como no Camboja, Timor Leste, Bósnia e Kosovo.²¹⁶

Gitlin também demonstra oposição ao conceito mesmo de “Guerra ao Terror” – por si só ambíguo e capaz, em suas palavras, de ser “a perennial one: war whenever we get around to it.”

Muito embora Gitlin esboce uma posição algo simpática à ação de um império no sistema internacional, ele igualmente demonstra sua antipatia inequívoca à figura de George W. Bush. Gitlin chega a caracterizar, por exemplo, o resultado da recontagem de votos no estado da Flórida, em 2000, como um “golpe de Estado sem sangue”. Ele argumenta:

As circunstâncias da presidência de Bush não são irrelevantes para a sua inclinação para o unilateralismo. (...) A lição de vida que ele aprendeu é que você pode beber um dia depois do outro por décadas; encobrir vários furos em seu currículo; perder o dinheiro de outras pessoas em maus investimentos e ainda usar mais dinheiro alheio para fazer investimentos ainda maiores, incluindo uma equipe de baseball, que você usa para lançar a sua candidatura ao cargo de governador de um grande estado, em

²¹⁵ Ibid.

²¹⁶ Ibid.

seguida, levantar pilhas de dinheiro para concorrer à presidência; e – desde que você tenha tido a sorte de ter os pais certos – você acaba saindo por cima. Então, você e sua comitiva, incluindo o seu irmão, a equipe dele, e um Supremo Tribunal escolhido durante as longas estadias do seu partido no poder, interrompem a recontagem de votos na Flórida – aí de repente você se dá conta de que está no poder, embora não tenha sido eleito. Você pode muito bem acreditar que nasceu para governar. Uma carreira que culmina em um golpe de Estado sem sangue dá a um homem a sensação de que ele pode se safar de qualquer coisa. O que não o destrói o torna mais forte.²¹⁷

Além disso, Gitlin também se mostra extremamente crítico do que caracteriza como a “dependência política de energia norte-americana”. Ele argumenta que foi precisamente o interesse estratégico na obtenção de recursos petrolíferos no Oriente Médio, que gerou consequência nocivas para a segurança dos norte-americanos a médio e longo prazo. Foi o caso das relações estabelecidas entre os EUA e o governo saudita (que financiou o Talibã no Afeganistão) e os EUA e o xá do Irã (ao longo de três décadas, pelo menos).

Em artigo intitulado *Ends, Means, and Politics*²¹⁸, Jeffrey C. Isaac, professor de Ciência Política vinculado à universidade de Indiana, argumenta acerca de algumas das questões morais que emergiram decorrentes do 11 de Setembro.

Isaac caracteriza a política como a tensão entre os fins almejados e os meios adequados para a sua persecução. Segundo ele, há sempre que se lidar com a incongruência inerente à dinâmica dos dois. No entanto, para o autor, uma tradição particular da esquerda política ignorou essa “incongruência”: o marxismo. Segundo ele:

A política se resume a fins e meios – os valores que perseguimos e os métodos que usamos para persegui-los. Em um mundo perfeito, haveria uma congruência perfeita entre fins e meios: os nossos objetivos sempre seriam possíveis através de meios que seriam totalmente coerentes com eles; a tensão entre fins e meios não existiria. Mas, não haveria necessidade de perseguir somente os fins, pois estes já estariam realizados. Um mundo de justiça absoluta está além da política.

A esquerda tem sido historicamente sobrecarregada com essa imagem de mundo. A visão de Marx sobre o “enigma da história resolvido” e a visão de Engels sobre o “definhamento do Estado” eram duas expressões canônicas da crença em um estado final em que a justiça perfeita poderia ser sempre alcançada.²¹⁹

Todavia, Isaac argumenta que há outra tradição da esquerda que estruturou uma visão de mundo algo diversa. Ele se refere a pensadores que, de um jeito ou de outro, desenvolveram

²¹⁷ Ibid.

²¹⁸ Cf. <http://www.dissentmagazine.org/article/?article=601>

Acessado em: 25 de julho de 2012.

²¹⁹ Ibid.

pensamentos autônomos às premissas do marxismo clássico. Isaac discorre a respeito de intelectuais que refletiram sobre

As relações de classes, partidos e Estado; as consequências do parlamentarismo versus estratégias revolucionárias de mudança social; o problema da hegemonia e dos limites da política de massa, o papel da violência na luta de classes; e o relacionamento entre luta de classes e guerra.²²⁰

Isaac enumera alguns intelectuais que tipificam seu ponto de vista: Karl Kautsky, V.I. Lenin, Leon Trotsky, Rosa Luxemburgo, Georg Lukàcs, Gramsci, John Dewey, Arthur Koestler, Ignazio Silone, George Orwell, Maurice Merleau-Ponty, Jean-Paul Sartre e Camus. Seu argumento é o de que a história do pensamento intelectual de esquerda, no século XX, é a história de argumentos sérios acerca de meios e fins. É a história, segundo ele, de como se alcançar justiça social em um mundo injusto.

O problema, entretanto, é que para Isaac, parte significativa da esquerda contemporânea possui pouca ou nenhuma afinidade com essa tradição em particular. Segundo ele, na verdade, os protestos anti-Guerra do Afeganistão, organizados pela esquerda universitária (*campus left*), se filiam a uma tradição bem específica da esquerda: refiro-me aqui, à Nova Esquerda norte-americana.²²¹ Segundo Isaac, ecos de terceiro-mundismo podem ser ouvidos na retórica da esquerda universitária contemporânea – que segundo ele seria “moralista” e não possuiria “seriedade política” no debate público. Segundo Isaac:

O que é notável sobre muito do debate político sobre a esquerda hoje é a sua incapacidade de se envolver com essa tradição anterior do argumento. A esquerda, especialmente a esquerda universitária – e com isso quero dizer grupos de estudantes progressistas, muitas vezes centrados em torno de organizações de trabalho solidário e ambientalistas – tornaram-se mais moralistas do que politicamente sérios. Alguns discursos moralizantes – sobre Chiapas, Palestina e o Iraque – propagam o terceiro-mundismo que infestou a Nova Esquerda em seus anos finais. Outros – sobre a globalização e os galpões de trabalho escravo – são novos e promissores (veja meu artigo “Thinking About the Antisweatshop Movement”, publicado na *Dissent* no outono de 2001).²²²

Aqui vemos mais um intelectual argumentar acerca do divórcio travado entre a esquerda e a sociedade civil norte-americana. Isaac menciona, por exemplo, a declaração dada pela *Student*

²²⁰ Ibid.

²²¹ Para um instrutivo relato acerca da trajetória política da SDS (*Students for a Democratic Society*), um dos grupos de maior destaque na chamada Nova Esquerda dos EUA, recomendo a leitura de SOUSA, Rodrigo Farias de. *Nova Esquerda Americana: de Port Huron aos Weathermen* (1960-1969). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

²²² ISAAC, Jeffrey C. Op.Cit.

Peace Action Coalition Network, após o 11 de Setembro. Segundo a organização, o governo dos EUA seria “a maior organização terrorista” em atividade no mundo.

De acordo com Isaac, a esquerda universitária possui um grau de identificação maior com uma vítima civil afegã ou iraquiana do que com uma vítima civil norte-americana. Sua explicação acerca desse fenômeno, não diz respeito a qualquer questão relativa a uma possível “deslealdade” dessa esquerda. Isso é interessante, uma vez que se trata de recurso retórico tradicionalmente conservador, o apelo à suposta deslealdade de qualquer um que manifeste dissidência. Isaac não só discorda dessa estratégia argumentativa, como a caracteriza como uma acusação vazia de qualquer mérito intelectual e político. Sua hipótese, na verdade, é a de que essa empatia com o *outro*, em detrimento de uma empatia dirigida a um concidadão, se justifica segundo um simples critério: moralismo. Isaac argumenta:

É por causa de um moralismo debilitante, porque é mais fácil denunciar o errado do que assumir a responsabilidade de corrigi-lo, mais fácil localizar e se opor a um mal remoto do que resolver uma dificuldade imediata. A esquerda universitária diz o que pensa. Mas apresenta pouco interesse em como e por que tantos americanos pensam de forma diferente. (...)

As manifestações de “paz” organizadas em todo o país dentro de poucos dias dos ataques de 11 de Setembro – em que ativistas locais do Partido Verde em geral desempenharam um papel crucial – foram, não importa onde estivessem, um sinal da falta de discernimento e bom senso de seus organizadores. Embora muitas vezes expressassem horror genuíno em relação ao terrorismo, eles concentraram suas energias não no medo e indignação dos cidadãos americanos, mas nos males do governo americano e em sua resposta amplamente apoiada ao terror. Quase ninguém estava prestando atenção, mas eles alienaram quem estava. Isso era totalmente previsível. E é disso que estou falando. As consequências previsíveis não importaram. O que importava era simplesmente a expressão de indignação sobre o que está errado com os Estados Unidos, como se o 11 de Setembro não tivesse realmente acontecido. O que quer que se pense sobre as deficiências da América, deve-se reconhecer que uma preocupação de *práxis* política quanto a isso é tola e autodestrutiva.²²³

A outra consequência desse “moralismo” presente na esquerda universitária, segundo Isaac, é uma miopia dirigida às questões de política global. Ainda que exista uma autêntica preocupação com os efeitos danosos do capitalismo global, Isaac argumenta que a retórica política da esquerda universitária normalmente se resume a duas opções frequentes: (i) expressões de solidariedade com alguns grupos oprimidos e (ii) oposição automática, motivada por um anti-imperialismo latente, a qualquer ação da política externa norte-americana. Ele também faz menção a um discurso que seria característico deste segmento da esquerda: acerca das necessidades humanas e direitos dos trabalhadores, porém com um caráter pouco propositivo, consequência do que seria uma agenda política difusa.

Isaac crê que há uma constante negação, por parte da esquerda universitária, em pensar politicamente acerca das realidades dos Estados, das instituições internacionais, bem como das questões de violência e poder.

²²³ Ibid.

Isaac também aponta a assimetria existente entre a atenção dada pela esquerda universitária aos diversos grupos étnicos oprimidos ao redor do globo. Ele argumenta:

(...) expressões de “solidariedade” para com certos grupos oprimidos – palestinos, mas não os sírios, afegãos civis (mas não com aqueles que deram boas-vindas à libertação dos Talibãs), mas não com quem está em Ruanda, no Kosovo ou na Bósnia (...)²²⁴

É digna de nota a análise que Isaac faz de alguns dos argumentos presentes na retórica anti-guerra da esquerda universitária. Ele argumenta:

Um caso em questão é a petição que circulou no *campus* da Universidade de Indiana, dias após o 11 de Setembro. Elaborada pela Coligação de Paz Bloomington, opôs-se ao que era então uma guerra iminente no Afeganistão contra a Al-Qaeda e clamava por paz. A petição dizia: “A retaliação não vai levar à cura, mas, irá prejudicar pessoas inocentes e promover o ciclo de violência.

Ao invés de se envolver na agressão militar, as autoridades deveriam prender e acusar aqueles indivíduos que se acredita serem diretamente responsáveis pelos ataques e julgá-los em um tribunal de justiça, de acordo com o devido processo de direito internacional.” Essa declaração não era a única do tipo. Declarações similares foram emitidas em campi universitários de todo o país, por alunos locais ou coligações do corpo docente, (...) (o site) *9-11peace.org* a *National Youth and Student Peace Coalition*. Como dito pela *Global Exchange* em sua declaração antiguerra de 11 de setembro: “a vingança não oferece alívio. . . a retaliação nunca pode garantir a cura. . . enfrentar violência com mais violência gera mais raiva e mais mortes sem sentido. Só o amor leva à paz com justiça, enquanto o ódio nos leva para a guerra e injustiça.”²²⁵

O problema é que, se de fato é possível criticar algumas incongruências nos argumentos acima destacados, também é preciso ser crítico às proposições de Isaac. Por exemplo, ele afirma:

Enquanto qualquer resposta militar justificável certamente deve ser regida pelos princípios da Guerra Justa, o critério de evitar absolutamente causar danos excluiria a possibilidade de uma resposta militar. É praticamente impossível “apreender” e processar terroristas ou colocar um fim às redes terroristas sem o uso de força militar. (...) Os “criminosos” em questão não são cidadãos cumpridores da lei, mas assassinos em massa, e não há polícia para “prendê-los”.²²⁶

A questão que deve ser levada em consideração, no entanto, é a de que a própria noção de “princípios da Guerra Justa” não deve permanecer imune ao mais rigoroso escrutínio intelectual. Isaac parece não levar isso em consideração. Ele trata os referidos “princípios da Guerra Justa” como princípios axiomáticos – isto é, detentores de uma verdade intrínseca, que prescindiria de qualquer investigação ou prova.

²²⁴ Ibid.

²²⁵ Ibid.

²²⁶ Ibid.

Além disso, é falaciosa sua assertiva de que é “virtualmente impossível” pôr um fim em uma rede terrorista sem o uso de força militar. De fato, em menor ou maior grau, algum tipo de ação militar invariavelmente será necessária. O problema, entretanto, é que o que Isaac quer dizer com o uso de “força militar”, na verdade, é “declaração de guerra”. Não à toa ele está se referindo à entrada de tropas internacionais, lideradas pelos EUA, no território do Afeganistão.

A questão que me parece ser pertinente é: tratar de modo sobrevalorizado o conflito bélico propriamente dito, não é, por conseguinte, tratar de modo tangencial soluções não-militares, pelo menos não militares *stricto sensu*, igualmente eficazes?²²⁷ Penso agora, sobretudo, em ações de inteligência. A morte de Bin Laden, em 01 de maio de 2011, é um exemplo que ilustra à perfeição a minha argumentação²²⁸. Ainda que o episódio tenha culminado com a efetiva ação (letal) de *Navy Seals*²²⁹, é evidente que parte substancial do êxito da missão se deve ao uso efetivo de dados de inteligência. Ademais, até o presente momento não ficou suficientemente claro o porquê do assassinato de Bin Laden. Houve quem argumentasse que ele deveria ter sido capturado e recebido o devido tratamento legal que o direito internacional lhe dispensava²³⁰. O fato é que, seguindo os princípios lógicos esboçados no artigo de Isaac, os Estados Unidos deveriam ter declarado guerra ao Paquistão, uma vez que era em seu território que o então inimigo público número 1 dos EUA estava abrigado.

Felizmente, nenhuma alternativa parecida com essa foi levada a cabo. Ainda que uma diversidade de críticas possa ser feita com relação à operação que culminou com a morte de Bin Laden, o fato é que a operação, *per se*, desautoriza a argumentação de Isaac – segundo a qual, o

²²⁷ Mesmo tendo em vista o sem-número de vezes que elas podem redundar em retumbantes fracassos. Uma amostra, por exemplo, da inépcia histórica da CIA é contada com verve em WEINER, Tim. *Legado de Cinzas: Uma História da CIA*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.

²²⁸ Sobre esse episódio, é possível ler uma longa e informativa matéria publicada, em 08 de Agosto de 2011, na prestigiada revista norte-americana *The New Yorker*. http://www.newyorker.com/reporting/2011/08/08/110808fa_fact_schmidle?currentPage=all

Acessado em: 17 de junho de 2011.

²²⁹ Os *Seals*, como são chamados, são uma força de operações especiais da Marinha dos Estados Unidos. São historicamente utilizados em operações terrestres envolvendo resgates de reféns, contraterrorismo e ações de defesa interna.

²³⁰ Ver, por exemplo, a coluna assinada por Geoffrey Robertson, em 03 de maio de 2011, no site de notícias *The Daily Beast*.

<http://www.thedailybeast.com/articles/2011/05/03/osama-bin-laden-death-why-he-should-have-been-captured-not-killed.html>

Acessado em: 17 de junho de 2011.

apelo à guerra é inequívoco, uma vez que se queira enfrentar o terrorismo. Não, a utilização estratégica e pontual de inteligência pode auxiliar sim na obtenção do êxito operacional que se deseja.

Isaac argumenta que, comparando com os debates públicos que um dia foram travados pela esquerda, digamos, tradicional (durante as duas Grandes Guerras e a Guerra Civil Espanhola, por exemplo), a esquerda universitária simplesmente não pode ser levada a sério. Trata-se de mais um reducionismo do autor, é evidente. Todavia, aqui é necessário levar em conta alguns dos descontentamentos que Isaac nutre pela retórica da esquerda universitária. Ele sumariza da maneira que se segue:

Essa abordagem não pragmática tornou-se um marco dos comentários da esquerda após a Guerra Fria, dos protestos contra a Guerra do Golfo em 1991, à denúncia da intervenção da OTAN no Kosovo em 1999, liderada pelos EUA, até o atual movimento contra a guerra pós-11 de Setembro. Em cada caso, manifestantes levantaram sérias questões sobre a política dos EUA e suas prováveis consequências, mas de uma forma surpreendentemente ineficaz.

(...) Alguns temas principais: o contexto mais amplo das queixas que supostamente explicam o que levou Saddam Hussein, Slobodan Milosevic ou Osama bin Laden a fazer o que fizeram; a hipocrisia da retórica oficial dos EUA, que denuncia o terrorismo, embora o governo dos EUA tenha muitas vezes apoiado o terrorismo; o dano que será causado a cidadãos iraquianos, afegãos ou sérvios como resultado de uma intervenção, e o ciclo de violência que provavelmente ocorrerá. Essas questões são importantes. Mas elas normalmente são levantadas por críticos de esquerda não para promover um verdadeiro debate sobre alternativas práticas, mas para evitar esse tipo de debate (...).²³¹

Isaac segue argumentando que, ainda que eventualmente a esquerda universitária consiga formular críticas interessantes ao exercício do poder norte-americano no sistema internacional, ainda assim ela historicamente falha ao não conseguir ser propositiva e verdadeiramente efetiva ao responder algumas questões. Ele exemplifica:

Isso nos leva a fazer uma pergunta que a maioria dos ativistas da “paz” prefere não perguntar: O que deve ser feito para responder à violência de um Saddam Hussein, de um Milosevic ou do regime Talibã? Que meios podem pôr fim à violência e levar os criminosos à justiça? Apelos à diplomacia e ao direito internacional são bem intencionados e importantes; eles implicam em uma ética decente e civilizada de ordem global. Mas eles também são vagos e vazios, porque não são acompanhados de qualquer exemplo de como a diplomacia ou o direito internacional podem trabalhar eficazmente para resolver o problema. A esquerda universitária não oferece tal exemplo. Para fazer isso, seria necessário contemplar escolhas trágicas em que o bem moral é de utilidade limitada. Aqui o que importa não é a pureza da intenção, mas o exercício inteligente do poder.²³²

²³¹ ISAAC, Jeffrey C. Op.Cit.

²³² Ibid.

Fazendo menção a escritores como Maquiavel, Weber, Niebuhr e Arendt, Isaac argumenta que o principal equívoco político da esquerda universitária é a noção de “pureza moral”. Ele afirma que, segundo esses escritores, a ideia de “pureza moral” frequentemente compromete a responsabilidade política. Isaac enumera o que considera ser os três principais problemas decorrentes desta noção. Ele enumera:

(...) (1) Não se consegue ver que a pureza de uma intenção não garante a obtenção do que se pretende. Abjurar a violência ou recusar uma causa comum com os partidos comprometidos moralmente pode parecer a coisa certa a se fazer, mas, se tais táticas implicam impotência, então é difícil vê-las servindo a qualquer bem moral além da consciência limpa de seus partidários;
 (2), não se consegue ver que em um mundo de violência e injustiça reais, a pureza moral não é simplesmente uma forma de impotência, é muitas vezes uma forma de cumplicidade na injustiça. É por isso que, do ponto de vista da política – em oposição à religião – o pacifismo é sempre uma posição potencialmente imoral. Categoricamente repudiando a violência, ele se recusa em princípio a se opor a certas injustiças violentas com qualquer efeito; e (3) não consegue ver que a política é feita tanto de consequências não intencionais como de intenções, são os efeitos da ação, e não seus motivos, que são mais significativos. Assim como o alinhamento com o que é "bom" pode gerar impotência, muitas vezes é a busca do “bom” que gera o mal.²³³

Isaac argumenta que a principal lição das experiências comunistas, durante o século XX, foi a de que devemos invariavelmente perguntar, a despeito da sinceridade e do idealismo dos objetivos de um dado programa político, quais serão os possíveis efeitos nocivos daí decorrentes. Nosso julgamento, de acordo com Isaac, deve sempre estar pautado por considerações pragmáticas e avaliações historicamente contextualizadas. De acordo com ele, “O absolutismo moral inibe esse julgamento. Além disso, aliena aqueles que não são verdadeiramente crentes (*true believers*). Também promove a arrogância e solapa a efetividade política.”

Segundo a avaliação de Isaac, o problema fundamental da esquerda universitária residiu em sua má compreensão da natureza dos ataques perpetrados no 11 de Setembro. Segundo ele:

Há uma tendência em alguns setores da esquerda em assimilar a morte e a destruição do 11 de Setembro como as mais comuns (e deploráveis) injustiças do sistema mundial – a fome das crianças na África, ou a repressão dos camponeses no México, ou a ocupação da Cisjordânia e de Gaza por Israel. Mas essa assimilação só é possível se forem ignoradas as modalidades específicas do 11 de Setembro. É verdade que no México, na Palestina e em outros lugares, muitos inocentes sofrem, e isso é errado. Pode até ser verdade que a experiência do sofrimento é igualmente terrível em cada caso. Mas, nem o governo mexicano ou o israelense sequestraram aviões cheios de civis e deliberadamente os jogaram sobre edifícios de escritórios

²³³ Ibid.

lotados no meio de cidades em que civis inocentes trabalham e vivem, com a intenção de matar milhares de pessoas. A Al-Qaeda fez exatamente isso. Isso não torna as outras injustiças sem importância, apenas as torna diferentes. Faz dos sequestros de aviões no 11 de Setembro distintos por seu propósito definidor e maligno de matar pessoas e criar terror e destruição. Essa não foi uma injustiça comum. Foi uma injustiça extraordinária. A premissa do terrorismo é a pura superfluidade da vida humana. Essa premissa é inconsistente com a vida civilizada em qualquer lugar. O terrorismo ameaça as pessoas de qualquer raça e classe, etnia e religião. Se ameaça a todos e ameaça os valores centrais de qualquer concepção decente de uma boa sociedade, deve ser combatido. E deve ser combatido de uma forma compatível com a sua maldade. Injustiças comuns podem ser remediadas. O terrorismo só pode ser interrompido.²³⁴

O problema, como já foi dito anteriormente, é que Isaac pauta sua argumentação segundo os critérios constituintes da doutrina da Guerra Justa. Ele confere, por exemplo, ênfase excessiva na questão da intencionalidade dos agentes. Todavia, como igualmente aqui já foi explicitado, basta que somente discordemos das premissas iniciais que embasam a noção de Guerra Justa, para que o valor retórico do discurso de Isaac seja, de pronto, subtraído.

Em artigo intitulado *In Search of Root Causes*²³⁵, escrito por Benjamin Ross, contribuidor frequente de *Dissent*, há o uso de argumentos similares aos dos autores já examinados aqui. Por exemplo, Ross inicia seu artigo da maneira que se segue:

Um certo tipo de esquerda simplesmente não pode deixar de culpar o imperialismo americano pelo 11 de Setembro. Ao buscar "causas", o seu instinto de designar os Estados Unidos como o vilão domina o seu espírito de investigação crítica. (...) Observando as expressões dos autores do atentado, de uma visão de mundo completamente medieval, eles rapidamente concluem que o terrorismo resulta de pobreza e opressão. Embora nenhum deles defenda os atos terroristas de 11 de setembro, uma vez que dizem as palavras rituais de condenação, movem a discussão para a necessidade de entender uma resposta excessivamente zelosa à injustiça patrocinada pelos EUA.²³⁶

Aqui é interessante atentarmos para a presença de uma ironia involuntária nessas edições de *Dissent*. Refiro-me ao fato de que é com frequência que observamos críticas à suposta ambiguidade da esquerda norte-americana com relação ao 11 de Setembro. O aspecto anedótico, entretanto, dessa crítica, é que até aqui todos os argumentos analisados compartilham um mesmo substrato. Isto é, até aqui, todos os argumentos são invectivas dirigidas à esquerda marxista – e,

²³⁴ Ibid.

²³⁵ Cf. <http://www.dissentmagazine.org/article/?article=603>

Acessado em: 25 de julho de 2012.

²³⁶ Ibid.

especificamente, à noção de imperialismo na compreensão das questões de política externa.

Até aqui, muitas críticas são dirigidas às supostas “racionalizações da esquerda”, sempre de contornos convenientemente pouco definidos. No entanto, se instados a exemplificar o tipo de argumento a que estão aludindo, invariavelmente citam a mesma pessoa: Noam Chomsky.

Parte significativa dos articulistas de *Dissent* tratam argumentos que estão circunscritos a poucos indivíduos (a Chomsky, sobretudo) como se fossem nada menos que o *zeitgeist* intelectual norte-americano. Trata-se de uma falsa percepção, é claro. A medida que o presente estudo avançar, este argumento ficará mais e mais evidente.

2.5 Outono de 2002: por um patriotismo de esquerda

Em artigo intitulado *A Patriotic Left*²³⁷, escrito por um dos editores da *Dissent*, Michael Kazin²³⁸, podemos observar alguns argumentos que não são exatamente novidade para o leitor desta pesquisa. Kazin inicia seu artigo com uma declaração de amor aos EUA. Nada mais simples e significativo.

Eu amo meu país. Eu amo sua cultura apaixonante e infinitamente inventiva, sua paisagem diversificada, a sua história agonizante e maravilhosa. Eu, particularmente, valorizo sua igualdade cívica social e de ideias, a liberdade individual, sua democracia populista – e a luta interminável para colocar em prática suas louváveis, embora às vezes contraditórias, reivindicações. Eu percebo que o patriotismo, como qualquer ideologia poderosa, é uma “construção” com usos múltiplos, alguns dos quais eu abomino. Mas eu persisto (...) no estímulo e orgulho da minha identidade americana.

Infelizmente, este não é um sentimento popular na esquerda contemporânea. Ativistas antiguerra veem o patriotismo como uma cortina de fumaça para a hegemonia dos EUA, enquanto acadêmicos radicais zombam da noção de “excepcionalismo americano” como uma relíquia da Guerra Fria, um mito triunfal que devemos superar o quanto antes. Toda a mobilização em volta do pavilhão da bandeira depois do 11 de Setembro aumentou o desprezo de muitos esquerdistas pelo sentimento que a motivou. “O mundo, não a bandeira, é o símbolo que é desejado agora”, repreendeu Katha Pollitt na *Nation*. Noam Chomsky descreveu as bobagens patrióticas como uma maneira da elite governante de dizer aos seus súditos, “Calem-se e sejam obedientes, eu vou continuar avançando implacavelmente com os meus interesses.”²³⁹

²³⁷ Cf. <http://www.dissentmagazine.org/article/?article=560>

Acessado em: 25 de julho de 2012.

²³⁸ Kazin é professor de História vinculado a Georgetown University. Durante a juventude foi um dos líderes da SDS e chegou, inclusive, a integrar os Weatherman (dissidência radical da SDS). Como historiador, se especializou na história política da esquerda norte-americana.

²³⁹ Ibid.

Kazin argumenta, evocando *American Crucible* (livro escrito pelo historiador norte-americano Gary Gerstle), que a noção de patriotismo é mais complexa do que é frequentemente tratada. Segundo Gerstle, o “nacionalismo racial” presente nos EUA contribuiu, sobretudo, para que brancos racionalizassem o extermínio de nativos americanos ao longo do século XIX e parte do século XX. É verdade. Entretanto, Gerstle recorda que uma versão tolerante deste orgulho patriótico (“nacionalismo cívico”, em suas palavras) foi responsável por inspirar muitos norte-americanos a “liberar a Europa do fascismo e stalinismo e se organizar domesticamente em busca de justiça social e econômica”.²⁴⁰

Segundo Kazin, a grande importância histórica do patriotismo da esquerda dos EUA foi a de tornar inteligível uma agenda de dissenso e rebelião para os seus concidadãos. Isso tradicionalmente se deu situando um programa político de esquerda em uma macronarrativa nacional. Kazin enumera alguns exemplos históricos a seguir:

Para os esquerdistas americanos, o patriotismo era indispensável. Ele fez a sua discordância e rebelião inteligível aos seus compatriotas e os localizou dentro da narrativa nacional, lutando para construir um futuro comum. Tom Paine elogiou sua pátria adotada chamando-a de um “asilo para a humanidade”, que lhe deu um fórum para denunciar impostos regressivos e propor educação pública e gratuita. Elizabeth Cady Stanton editou a “Declaração dos Direitos da Mulher” no centenário da Declaração de Independência e argumentou que negar o voto às mulheres era uma violação da Décima Quarta Emenda. Sindicalistas da Era Dourada, como Eugene Debs e Mother Jones acusaram os empregadores de pisar na individualidade e na autoestima dos trabalhadores. Quando Debs se tornou socialista, ele descreveu sua nova visão (...) como “igualdade de direitos entre todos para gerenciar e controlar” a sociedade. Meio século mais tarde, Martin Luther King, Jr., disse àqueles que o acompanhavam no boicote aos ônibus, “se estamos errados, a Suprema Corte deste país está errada” e proclamou que “a grande glória da democracia americana é o direito de protestar pelo direito.”

Pode-se facilmente listar afirmações análogas de reformadores pioneiras como Jane Addams e Betty Friedan, dos sindicalistas Sidney Hillman e Cesar Chavez, e do ativista gay Harvey Milk. Sem os apelos patrióticos, os grandes movimentos sociais que atacaram as desigualdades de classe, gênero e raça nos Estados Unidos e espalharam sua retórica messiânica em todo o mundo nunca teriam saído do chão.²⁴¹

Kazin recorda ainda de Leon Samson, para quem a noção de “americanismo” serviu como substituta à ideia de socialismo – em suas palavras: “uma ideologia de autoemancipação através da igualdade de oportunidades que inoculou na maior parte dos cidadãos um sentimento contrário à alternativa de consciência de classe”.

Voltando à ideia central de Kazin – isto é, a de que é “difícil pensar em qualquer radical

²⁴⁰ Ibid.

²⁴¹ Ibid.

ou reformista que repudiava por completo o sistema de crenças nacional e ainda assim obteve grande impacto político nos EUA” –, ele argumenta do modo que se segue:

O movimento contra a Guerra do Vietnã incluiu ativistas que preferiam a bandeira Vietcong à norte-americana. Mas a insurgência antiguerra cresceu apenas no final da década de 1960, quando atraiu pessoas que procuravam lideranças patriotas liberais, como King, Walter Reuther e Eugene McCarthy em vez de Abbie Hoffman e os Weathermen.²⁴²

Kazin argumenta que talvez a única exceção a este princípio geral tenha sido a trajetória política de Malcom X – que afirmara ter sido “vítima do Americanismo”, além de nunca ter conseguido vislumbrar qualquer “sonho americano”, mas sim um “pesadelo americano”.

No entanto, Kazin recorda que “Malcolm foi primariamente um porta-voz da ira e do orgulho negro, não alguém que construiu movimentos ou catalisou reformas a fim de beneficiar seu povo”.²⁴³

Algo importante de se notar é o fato de que Michael Kazin reconhece explicitamente as variáveis históricas, políticas e culturais que poderiam contribuir para o recrudescimento do antiamericanismo – tanto no plano doméstico quanto no externo –, nas décadas de 1960 e 1970 nos EUA. Algo pouco frequente na retórica e análise conservadora. Por exemplo, ele não se furta a mencionar a ação infausta da *House Un-American Activities Committee*, bem como das guerras levadas a cabo por uma sucessão de presidentes. Ele recorda, ainda, a célebre declaração do presidente Democrata Lyndon Johnson, acerca da justificativa para a Guerra do Vietnã: “o princípio pelo qual nossos ancestrais lutaram nos vales da Pensilvânia”.²⁴⁴

Ora, não é difícil portanto compreender o apelo moral de identidades de grupo (tais como: latinos, negros, gays etc.) em detrimento de uma narrativa mestre – frequentemente utilizada para justificar guerras externas e a exclusão, no plano interno.

No entanto, ainda que exista uma justificativa extremamente cabível para o divórcio entre a esquerda e o patriotismo, não foi sem consequências políticas que se deu essa dinâmica. Como Kazin aponta:

Tendo abandonado o patriotismo, a esquerda perdeu a capacidade de representar alternativas convincentes para a nação como um todo. Ela Poderia ter levado o crédito por liderar uma sociedade multicultural, (...) mas a direita definiu a agenda política, e o fez em parte porque seus partidários falaram enfaticamente em nome de

²⁴² Ibid.

²⁴³ Ibid.

²⁴⁴ Ibid.

princípios americanos que unia diferentes grupos – empresários contrários aos movimentos sindicais, evangélicos brancos, judeus neoconservadores – para fins mútuos.²⁴⁵

É com interesse que observamos a conclusão do artigo de Kazin. O autor sugere que, se a esquerda norte-americana pretende reverter o processo político que culminou com sua alienação social, pode ser útil recorrer a dois exemplos intelectuais. Acerca do primeiro, ele enuncia:

Durante a Grande Depressão, George Santayana, um cético branco e conservador, observou que “os EUA são a maior das oportunidades e o pior das influências. Nosso esforço deve ser o de resistir à influência e melhorar a oportunidade.”²⁴⁶

Com relação ao segundo, ele discorre:

Ao mesmo tempo, Langston Hughes, que era negro, homossexual e simpatizante comunista, expressava uma visão paralela:

“Deixe que os Estados Unidos seja o sonho dos sonhadores -

Deixe que seja a grande e forte terra do amor

(...)

Oh, sim, eu digo com clareza

Os Estados Unidos nunca foram os Estados Unidos para mim,

E ainda assim eu juro -

Que um dia hão de ser!”²⁴⁷

Kazin argumenta, em resumo, que “a forma mais eficaz de se amar o país, é lutar com todas as forças para mudá-lo”. Esse seria o norte moral e político que a esquerda norte-americana deveria adotar, segundo seu ponto de vista.

2.6 Inverno de 2002: notas sobre o terror

A edição publicada no inverno de 2002 certamente é a mais importante para o presente estudo. Trata-se de uma edição especial, dedicada à análise das respostas de diversos intelectuais aos dilemas morais decorrentes do terrorismo.

No editorial, lemos alguns argumentos políticos de Mitchell Cohen²⁴⁸. Em primeiro lugar, cabe ressaltarmos algo importante: a despeito de como podem soar algumas de suas opiniões, Cohen se identifica como alguém de esquerda. Em segundo lugar, com relação à crítica que ele

²⁴⁵ Ibid.

²⁴⁶ Ibid.

²⁴⁷ Ibid.

²⁴⁸ Professor de Ciência Política vinculado ao Baruch College e ao CUNY Graduate Center. Cohen se define politicamente como um “socialista liberal” e social-democrata.

dirige, e a quem ele dirige, os “suspeitos usuais” são enumerados. Isto é, Chomsky, Edward Said e Alexander Cockburn. É imperativo que aqui passemos aos seus argumentos:

(...) minha política não se transformou. Eu sou de “esquerda” porque acredito que liberdade, igualdade e solidariedade, ligados entre si de forma sensata, ainda que irregular, devem regular as políticas moralmente inteligentes. Mas, também acho que as respostas ao 11 de Setembro que vieram de algumas partes da esquerda – Noam Chomsky, Edward Said, Alexander Cockburn, as mentes “críticas” que são sempre previsíveis – ameaçam dissociar a palavra “esquerda” da política moralmente inteligente. Quase se espera que eles expliquem que os seguidores de Bin Laden atacaram o World Trade Center porque Thomas Jefferson possuía escravos (que foram vendidos para ele, sem dúvida, por “sionistas”).²⁴⁹

Segundo Cohen, a retórica da esquerda contrária à guerra se caracterizou sobretudo pela evasão. Ele argumenta:

Uma tática retórica está em jogo: sempre mudar de assunto. Censura ao terror? Bem, vamos falar sobre “o problema real”, a globalização. Uma crise dentro do Islã? Não, isso é intolerante, vamos discutir a questão “real”, o Orientalismo. (...) ²⁵⁰

Passemos agora à análise dos argumentos presentes nesta edição. Em artigo intitulado *Five Questions about Terrorism*²⁵¹, Michael Walzer lança algumas questões acerca da natureza moral do embate a ser travado contra o terrorismo. As questões propostas por ele, são as que seguem:

- (1) O que é o terrorismo?
- (2) Como é possível explicarmos esse fenômeno?
- (3) Como ele é defendido, ou racionalizado?
- (4) Como devemos respondê-lo?

²⁴⁹ Cf. <http://www.dissentmagazine.org/article/?article=621>

Acessado em: 25 de junho de 2012.

²⁵⁰ Ibid.

²⁵¹ Cf. <http://www.dissentmagazine.org/article/?article=622>

Acessado em: 24 de junho de 2012.

(5) Quais podem ser os indicadores de que estamos obtendo êxito, neste confronto?

Respondendo o primeiro item, Walzer ironicamente afirma: “nós podemos seguramente evitar argumentos pós-modernos acerca do conhecimento e da verdade”. Segundo ele, a definição acerca do que é terrorismo, é clara e objetiva. Walzer prossegue:

O terrorismo é a morte deliberada de pessoas inocentes, de forma aleatória, a fim de espalhar o medo entre toda uma população e forçar a mão dos seus líderes políticos.²⁵²

O problema, porém, é que Walzer afirma haver uma diferença entre as diversas formas de terror praticadas ao longo do século XX. Em sua tipologia, ele propõe três formas distintas.

A primeira se relacionaria com movimentos de libertação, de um modo geral. A segunda, diria respeito ao chamado “terrorismo de Estado”. A terceira, e última, trataria do “terrorismo de guerra”.

Com relação à última definição, aqui vale notar a inclusão, por parte de Walzer, do caso de Hiroshima. É interessante notar que, ao contrário do que um neoconservador faria (com sua narrativa triunfalista e laudatória), Walzer se posiciona de modo crítico com relação ao comportamento norte-americano na Segunda Guerra Mundial. Aqui peço a atenção do (a) leitor (a) para um breve aparte no parágrafo seguinte.

É sabido que uma formação intelectual ocorre de modo lento e gradativo. A reflexão cuidadosa acerca de qualquer assunto exige paciência e, mais do que tudo, *tempo*. No entanto, é importante notar que ao longo de nossas vidas, invariavelmente, vivenciamos aquilo que alguns chamam de “experiências formativas”.

Isto é, tal qual como em um “estalo de Vieira”, passamos a atentar com inaudita clareza para aspectos da realidade que antes passavam oblíquos aos nossos olhos. Trata-se do que ocorreu com o intelectual dissidente Noam Chomsky. Ele já recordou, em mais de um momento, o impacto (emocional, moral e intelectual) que lhe causou, ainda quando criança, a visão da comemoração norte-americana dos bombardeios de Hiroshima e Nagasaki, nas ruas de sua vizinhança.

Foi sobretudo a partir daí, que ele se tornaria o intelectual devotado ao combate daquilo que lhe parecia ser um ufanismo nocivo, um orgulho cívico brutal, emanado dos EUA. É

²⁵² Ibid.

interessante notarmos que, ao menos neste particular, Chomsky e Walzer estão irmanados na caracterização do que foi Hiroshima e Nagasaki: terrorismo de Estado. Passemos, novamente, à análise dos argumentos de Walzer.

Ainda sobre sua definição de terrorismo, ele argumenta:

Mas esta é uma definição que se ajusta melhor ao terrorismo de libertação nacional ou a um movimento revolucionário (o Exército Republicano Irlandês, a Frente de Libertação Nacional [FLN] da Argélia, a Organização de Libertação da Palestina, o Movimento Separatista Basco e assim por diante). Existe também o terrorismo de Estado, comumente usado por governos autoritários e totalitários contra seu próprio povo, para espalhar o medo e tornar impossível a oposição política: os “desaparecimentos” na Argentina são um exemplo útil disso. E, finalmente, há o terrorismo de guerra: o esforço para matar civis em números tão grandes que faz com que o governo seja forçado a se render. Hiroshima me parece ser o caso clássico. O elemento comum é a segmentação de pessoas que são, nos sentidos militar e político, não combatentes: pessoas que não são soldados, funcionários públicos, apenas gente comum. E eles não são mortos acidentalmente no curso de ações em que o alvo era um outro lugar, eles são mortos de propósito.²⁵³

É importante notar que, na definição acima destacada, Walzer sublinha a importância da intencionalidade dos agentes – no que se refere à morte de população civil não-combatente.

Walzer atenta igualmente para a análise do emprego do léxico político. Ele argumenta, por exemplo, que é contrário à ambiguidade que frequentemente imputam ao termo “terrorista”. E se insurge à noção de que a pecha de terrorista ou de *freedom fighter*, em última análise, varia de acordo com critérios e preferências pessoais. Isto é, Walzer é contrário à noção de que não há valor intrínseco, imanente, na expressão “terrorista”. Ele argumenta:

Eu não aceito a noção de que “o terrorista de um homem é o que luta pela liberdade de outro homem.” Claro, o uso do termo é contestado; isso acontece com muitos termos políticos. O uso de “democracia” é contestado, mas ainda temos, penso eu, uma boa ideia do que é democracia (e do que não é). Quando a Bulgária comunista se chamava uma “democracia popular”, isso só enganava aos tolos. O mesmo com o terrorismo. Na década de 1960, quando alguém da FLN colocava uma bomba em um café onde os adolescentes franceses se reuniam para paquerar e dançar e chamou a si mesmo de combatente da liberdade, isso só enganou aos tolos. Havia um monte de idiotas naquela época, e foi nos anos sessenta e setenta que a cultura das justificativas e dos pedidos de desculpas nasceu (mas eu voltarei a isso mais tarde).²⁵⁴

Com relação à segunda pergunta, a primeira questão levantada por Walzer é a de que o terrorismo é uma *escolha*. Isto é, “trata-se de uma estratégia política selecionada dentro de um

²⁵³ Ibid.

²⁵⁴ Ibid.

leque variado de alternativas possíveis”. Walzer se insurge ainda contra as justificativas materiais que procuram dar conta dos atos de terror. Ele propõe um breve experimento de política comparada, ao ilustrar sua tese de que as condições econômicas e sociais não exercem um papel tão significativo para que haja o terrorismo. Ele prossegue:

Não acredito que uma simples explicação materialista funcione, embora tenha havido muita conversa nos últimos meses sobre a miséria humana, a pobreza terrível, as vastas desigualdades globais nas quais o terrorismo está “enraizado em última instância”. Também sobre o horrível sofrimento, como alguém escreveu em um de nossos semanários, aguentado por “pessoas de todo o mundo que foram vítimas da ação militar norte-americana no Vietnã, na América Latina, no Iraque...” O autor destas palavras não parece ter notado que não há terroristas vindos do Vietnã e da América Latina. Miséria e desigualdade não funcionam como explicações para qualquer um dos movimentos nacionalistas terroristas e certamente não para o terror islâmico. Um simples experimento de pensamento em política comparada ajuda a explicar por que eles não funcionam. Certamente é a África que revela as piores consequências da desigualdade global, e o envolvimento do Ocidente na produção e reprodução da desigualdade é em nenhum lugar mais evidente. Há bastante envolvimento local também, muitos governos africanos são cúmplices ou diretamente responsáveis pela miséria de seu povo. Ainda assim, o papel do Ocidente nessa história é grande. Ainda assim, a diáspora africana não é um mar amigável em que os terroristas nadam. O mesmo pode ser dito da América Latina, especialmente a América Central, onde as empresas americanas têm desempenhado um papel significativo na exploração e manutenção da pobreza: mesmo assim, a diáspora latina não é um mar amigável. Precisamos de uma outra explicação.²⁵⁵

Walzer destaca, ao refutar a tese da “explicação material”, o que ele define como a retórica da “criação do inimigo”. Ele explicita:

Precisamos de uma explicação que combine o cultural, o religioso e o político que tem de se concentrar, acredito, na criação de um inimigo, de um povo ideologicamente ou teologicamente degradado ao ponto de estarem disponíveis para matar: é isso que o IRA irlandês fez com os protestantes, a FLN com os argelinos franceses, a OLP com os judeus israelenses. Esse tipo de inimigo é uma criação especial de movimentos nacionalistas e religiosos, que muitas vezes visam não só a derrota, mas a remoção ou eliminação dos “outros”. A propaganda de guerra geralmente tem o mesmo efeito, demonizando o outro, mesmo quando os dois lados esperam que a guerra acabe com uma negociação de paz. Uma vez que o inimigo tenha sido criado, qualquer um “deles” pode ser morto, homens, mulheres ou crianças, combatentes e não combatentes, gente comum. A hostilidade é generalizada e indiscriminada. No caso do terrorismo islâmico, o inimigo é o infiel, cujo líder mundial são os Estados Unidos e cujo representante local é Israel.²⁵⁶

²⁵⁵ Ibid.

²⁵⁶ Ibid.

Com relação ao terceiro item, Walzer argumenta que há duas racionalizações recorrentes dos atos terroristas. A primeira, levaria em conta o *status* de oprimido do perpetrador. Aqui ele indica que de fato frequentemente o perpetrador é (ou foi) oprimido politicamente de alguma forma. O que ele refuta, no entanto, é a relação de causalidade entre os dois fatores.

A segunda racionalização diria respeito ao quinhão de culpa ocidental (e usualmente norte-americana) em criar e provocar as ofensivas dos terroristas – que segundo essa narrativa meramente estariam *reagindo* à exploração e à humilhação impostas externamente.

Walzer ilustra sua argumentação da maneira que se segue:

Existem basicamente dois tipos de desculpas. A primeira olha para o desespero dos “oprimidos”, como eles são chamados (e como eles podem muito bem ser): terror, dizem, é a arma dos fracos, o último recurso das nações. Na verdade, o terror é geralmente o primeiro recurso de militantes que acreditam que desde o início o inimigo deve ser morto e que não estão interessados e nem são capazes de organizar seu próprio povo para qualquer outro tipo de política: a FLN e a OLP recorreram ao terror desde o começo; não houve nenhuma série de tentativas para encontrar alternativas. E, como vimos, há pelo menos uma alternativa – a mobilização de massa, sem violência – que tem se mostrado uma “arma dos fracos” muito mais eficaz.

O segundo tipo de desculpa olha para a culpa das vítimas do terrorismo. Funciona assim para os americanos: nós lutamos a Guerra do Golfo, nossas tropas estão no solo sagrado da Arábia Saudita, nós bloqueamos e bombardeamos o Iraque, apoiamos Israel – o que podemos esperar? É claro que os ataques de 11 de setembro foram um erro, eles devem ser condenados, mas – e esse é um grande “mas” - afinal, nós merecemos, nós sabíamos que isso ia acontecer. (...)

Quero simplesmente negar a legitimidade moral dessas desculpas. Mesmo que as políticas americanas no Oriente Médio e na Ásia Oriental tenham sido ou estejam erradas de muitas maneiras, elas não justificam um ataque terrorista, nem o fazem moralmente compreensível. O assassinato de pessoas inocentes não é desculpável.²⁵⁷

Com relação ao quarto item, Walzer deixa claro o quão problemático pode ser invocar os princípios da Guerra Justa como norte moral e militar para a condução da Guerra do Afeganistão. A premissa mais problemática da Guerra Justa, neste caso em particular, diz respeito à proporcionalidade. Isto é, se não temos como aferir a dimensão exata dos objetivos a serem perseguidos, fica difícil argumentar acerca de qualquer proporção que seja. Walzer discorre:

A regra da proporcionalidade é comumente invocada aqui: civis mortos e feridos, eufemisticamente chamados de “danos colaterais”, não devem ser desproporcionais ao valor da vitória militar buscada. Mas, porque não sei como medir os valores relevantes ou como especificar a proporcionalidade, e porque não acho que ninguém

²⁵⁷ Ibid.

saiba fazê-lo, prefiro concentrar-me na seriedade da intenção de não prejudicar civis, e isso é medido melhor pela aceitação de riscos.²⁵⁸

Walzer argumenta que uma vez que houve a identificação correta da rede terrorista responsável pelo 11 de Setembro, e, além disso, provou-se que o regime Talibã lhe fornecia suporte logístico e financeiro, esses dois fatores são suficientes na caracterização da Guerra do Afeganistão como uma guerra justa – muito embora ele deixe claro que se trata de uma guerra prudente, aí já temos outra questão.

Outro ponto interessante é o fato de que Walzer caracteriza a Guerra do Afeganistão como uma “guerra de prevenção, acima de tudo”. Trata-se de um ponto de vista interessante, uma vez que frequentemente a leem como um conflito meramente reativo, diferentemente do que ocorreria com o Iraque, em 2003.

Walzer argumenta, ainda, acerca das justificativas que o fazem ser contrário ao uso de ações de inteligência, poder de polícia e à ação de tribunais no combate aos terroristas. É aí que certamente reside um aspecto problemático de seu discurso – ciente que estamos de como o sem-número de arbitrariedades cometidas pelo governo George W. Bush foram embasadas intelectualmente e justificadas juridicamente. Walzer afirma:

Não devemos, em minha opinião, pensar na guerra como uma “ação policial”, destinada a entregar os criminosos à justiça. Nós provavelmente não temos provas para fazer isso, e esse pode ser o caso de provas coletadas por meios clandestinos ou pela força de armas em países distantes, provas de que não vêm de arquivos oficiais, tais como os registros alemães que figuraram nos julgamentos de Nuremberg, mas que surgiram a partir de interceptações de e-mail e fontes similares não oficiais, que não seriam admissíveis em um tribunal americano. Provavelmente, nem em tribunais internacionais, embora eu não saiba quais as regras quanto a evidências que se aplicam em Haia. De qualquer maneira, será que queremos mesmo julgamentos agora, enquanto as redes terroristas ainda estão ativas? Imagine as tomadas de reféns e ameaças de bomba que certamente se seguiriam a um julgamento do tipo. O uso dos tribunais militares poderia evitar essas dificuldades, porque as regras em relação às provas poderiam ser relaxadas e os julgamentos realizados em segredo. Mas haveria custos de legitimidade a ser pagos: a justiça, como diz o ditado, não deve apenas ser feita, deve ser vista. Então, pode sim haver julgamentos, contudo, não devemos nos concentrar sobre eles agora; o primeiro objeto da “guerra” contra o terrorismo não é olhar para trás e retribuir, mas, olhar para a frente e prevenir.²⁵⁹

²⁵⁸ Ibid.

²⁵⁹ Ibid.

Ainda com relação ao dilema segurança *versus* liberdade, Walzer desfere um golpe em liberais e libertários e, involuntariamente, provê mais substrato filosófico para as arbitrariedades que viriam a ocorrer a mando do governo federal. Ele prossegue:

Os liberais e libertários saltaram para defender a liberdade, e eles têm o direito de dar esse salto, mas, quando eles (nós) fazem(os) isso, temos de aceitar um novo ônus da prova: temos que ser capazes de argumentarmos para que o devido trabalho policial possa ser feito, e feito de forma eficaz, dentro de quaisquer limites que achemos ser necessários pelo bem da liberdade americana. Se não podemos fazer essa defesa, então temos que estar prontos para considerar a modificação das restrições.

Isso não é uma traição aos valores liberais ou americanos, é na verdade a coisa certa a fazer, porque a primeira obrigação do Estado é proteger as vidas dos seus cidadãos (é para isso que servem os estados), e as vidas dos norte-americanos agora estão visíveis e certamente em risco. Mais uma vez, prevenção é crucial. Imagine o que vai acontecer com as nossas liberdades civis se houver mais ataques terroristas bem-sucedidos.²⁶⁰

Com relação à quinta questão, Walzer dá conta de que desta feita não teríamos acesso aos sinais convencionais característicos do término de uma guerra. Isto é, rendição formal e a assinatura de tratados de paz, por exemplo. Ele argumenta que os sinais acerca da vitória da guerra seriam todos *relativos*. Walzer discorre:

A medida do sucesso será relativa: um declínio nos ataques e em seu âmbito, o colapso da moral entre os terroristas, o surgimento de informantes e desertores vindos de suas fileiras, a movimentação de oportunistas, que consigam farejar quem está levando a melhor, passando para o nosso lado, o silêncio daqueles que certa vez justificaram o terror, um crescente sentimento de segurança entre as pessoas comuns. Nada disso virá rápido ou facilmente.²⁶¹

Como conclusão, Walzer argumenta que não levar a cabo suas sugestões, seria o equivalente à adoção de uma “política de apaziguamento” – uma expressão política que nos remete à Segunda Guerra Mundial, e ao Tratado de Munique, em específico.

Subsequente ao artigo de Walzer, há um texto, escrito por Leo Casey, intelectual que se classifica como pertencente à “esquerda democrática”, que merece ser brevemente examinado.

Casey está de acordo com Walzer, no tocante à definição dos inimigos a serem combatidos: a Al Qaeda e o Talibã. Ele também nutre críticas à parte significativa do movimento contrário ao conflito. No entanto, Casey também alerta para o excesso de arrogância daqueles que acreditam que a guerra possui uma justificativa *per se*. Como ele afirma:

²⁶⁰ Ibid.

²⁶¹ Ibid.

Um curso sensato e de princípios deve ser dirigido entre um movimento antiguerra contra qualquer uso significativo da força contra o Talibã e a Al Qaeda e um sentimento ufanista de que “vale tudo”, preparado para aprovar qualquer ação militar.²⁶²

Além disso, Casey concorda com Walzer no sentido de que “a cultura da desculpa e da racionalização”, presente em certos segmentos da esquerda, segundo os dois, deve ser combatida a todo custo. Casey argumenta:

Finalmente, Walzer e eu concordamos que os intelectuais da esquerda democrática devem desafiar o que ele apropriadamente chama de “a cultura de justificativas e dos pedidos de desculpas” pelos atos de terror que tem surgido em algumas partes da esquerda acadêmica e organizacional.²⁶³

Todavia Casey discorda de Walzer em sua definição do inimigo a ser combatido. Casey argumenta que ao caracterizar o inimigo como o “terrorismo”, Walzer comete um equívoco em tomar um meio para se atingir a um determinado fim, como o fim em si mesmo.

Casey também argumenta que atos de terror podem ser realizados segundo justificativas benevolentes e justas. Aqui é interessante a exemplificação dada por ele:

É possível, embora raro, que atos de terror ocorram em nome de causas políticas que consideramos justas, como as bombas lançadas sobre Dresden e Hamburgo e as bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki durante a luta contra o fascismo.²⁶⁴

Como havia argumentado anteriormente, é interessante observarmos críticas ao terror que um dia já foi perpetrado pelos EUA, uma vez que estamos acostumados às apologias conservadoras dirigidas à política externa norte-americana. Entretanto, Casey elabora uma distinção crucial ao diferenciar atos como o bombardeio de Hiroshima e Nagasaki a atos de terror levados a cabo por outros regimes. Ele argumenta:

Mas o uso sistemático e a contínua confiança no terror é uma característica distinta dos movimentos totalitários e dos Estados, como Hannah Arendt observou em seu estudo clássico sobre o assunto. Os assassinatos em massa no 11 de Setembro são o rosto de um totalitarismo do século XXI, e vão se encaixar melhor na luta

²⁶² Cf. <http://www.dissentmagazine.org/article/?article=623>

Acessado em: 25 de junho de 2012.

²⁶³ Ibid.

²⁶⁴ Ibid.

prolongada para identificar o inimigo por esse nome, em vez de uma descrição dos meios que eles empregam.²⁶⁵

Casey insere, deste modo, os atentados terroristas do 11 de Setembro em um panorama histórico abrangente – uma vez que os caracteriza como totalitários. E o totalitarismo, como sabemos, pode se manifestar em um sem-número de cenários culturais.

Em resposta a Walzer, examinaremos agora os argumentos de Michael Kazin.

Ele argumenta igualmente que os perpetradores dos atentados do 11 de Setembro podem ser classificados como totalitários. Além disso, crê que o momento histórico pelo qual os EUA estavam passando, guardava algumas analogias possíveis com o período político da Guerra Fria.

Kazin argumenta:

Nunca é uma boa ideia travar novamente a última grande guerra. Mas, talvez seja possível aprender uma lição com isso. A atmosfera da política americana desde o 11 de Setembro mostra uma semelhança desconfortável com a Guerra Fria, especialmente durante episódios como a crise dos mísseis em Cuba, a Ofensiva do Tet, e o conflito sobre os mísseis europeus. Mais uma vez, (...) as autoridades federais prometem derrotar os malfeitores totalitários e se preocupam como irão contrariar o apelo do inimigo junto aos povos raivosos e pobres do terceiro mundo. Mais uma vez, os esquerdistas apontam para uma longa história de erros e brutalidades da política americana para explicar, ou justificar, a simpatia em massa que permite que as redes formadas por homens tão violentos prosperem.²⁶⁶

Kazin recorda que tão importante quanto o confronto militar, propriamente dito, é o confronto de ideias – tal como foi o embate com o comunismo, durante o século XX.

Discorrendo ainda sobre as semelhanças com o período da Guerra Fria, Kazin argumenta que as críticas dirigidas pela esquerda aos EUA, após o 11 de Setembro, são análogas ao anti-imperialismo de matriz leninista. Ele prossegue:

Muitas das respostas aos ataques de 11 de setembro da parte dos norte-americanos e da Europa Ocidental têm sido míopes e vergonhosas. Nada que os Estados Unidos fizeram ou deixaram de fazer no mundo pode atenuar a maldade absoluta dessa matança de civis inocentes bem organizada e em alta velocidade. No entanto, não se derrota um inimigo político simplesmente instituindo a imoralidade de seus atos. Os míopes da esquerda apenas repetem, ainda que em linguagem secular, uma lista de queixas contra a Europa, os EUA e Israel que os árabes e outros muçulmanos têm atualizado ao longo de décadas. Essa crítica é, em muitos aspectos, masoquista, fanática e unilateral. Mas, continua a ser, no fundo, uma crítica ao imperialismo e,

²⁶⁵ Ibid.

²⁶⁶ Cf. <http://www.dissentmagazine.org/article/?article=624>

como tal, não é tão diferente dos argumentos lançados pelos regimes leninistas e militantes durante a Guerra Fria.²⁶⁷

Com relação ao modo ideal de combater a ameaça terrorista, Kazin evoca mais uma vez um paralelo com a Guerra Fria – e com a derrota do comunismo, em específico. Segundo ele, os fatores que precipitaram a queda do regime comunista, seriam os mesmos que precipitariam a queda do terror, enquanto sistema ideológico totalitário. Ele enuncia:

A Guerra Fria terminou apenas quando, para usar uma máxima de Lênin (por uma razão que ele abominaria), os comunistas não eram mais capazes de governar à moda antiga e os habitantes do “mundo socialista” se recusaram a viver à maneira antiga. Dentro do bloco soviético, aumentou o conhecimento sobre as sociedades capitalistas que tanto criaram riqueza e, pelo menos na Europa Ocidental e no Canadá, tinham cuidado do bem-estar social gradualmente, minando a ideologia de sacrifício por um futuro paraíso coletivo, mesmo entre os próprios governantes. Na Indochina, os funcionários do partido que conduziram uma guerra vitoriosa contra os militares americanos logo cortejaram as empresas americanas para salvar suas economias. Para melhor ou pior, o fascínio da modernidade ocidental de suas mercadorias, sua tolerância cultural, seu individualismo competitivo reduziu a alternativa comunista a cinzas.²⁶⁸

O argumento, em resumo, de Kazin, é o de que paralelo aos esforços militares é necessário atentar que se trata de uma batalha travada igualmente no campo das ideias. E é precisamente esse motivo que a qualifica como análoga ao combate travado contra o comunismo durante a Guerra Fria. Mais adiante, veremos que ele não está só nesta percepção.

No artigo seguinte, lemos a resposta de James B. Rule²⁶⁹ a Walzer. Não é arriscado afirmar que, de todos os argumentos analisados até aqui, é Rule que detém o tom mais crítico com relação ao governo de George W. Bush. O autor afirma:

Os autores do ataque merecem uma resposta proporcional e coercitiva, mortal, e precisamente orientada para aqueles que foram responsáveis. Isso não quer dizer que toda e qualquer medida militar dos Estados Unidos se justifica. O anúncio feito

²⁶⁷ Ibid.

²⁶⁸ Ibid.

²⁶⁹ Rule é sociólogo vinculado à Universidade de Berkeley e se define politicamente como um intelectual de esquerda. Sua área de interesse é basicamente o estudo das questões relativas às liberdades individuais e o militarismo norte-americano. Rule é membro do corpo editorial desde a década de 1980. Frequentemente colabora com uma diversidade de periódicos. Por exemplo: *The New York Times Book Review*, *Commonweal*, *The Washington Monthly*, *The International Herald Tribune*, *Counterpunch* e *Democracy: A Journal of Ideas*. Outras informações profissionais podem ser acessadas em sua página pessoal:

<http://www.jamesbrule.net/>

Acessado em: 25 de junho de 2012.

por George W. Bush de que o país estava em guerra – sem especificar quem era o inimigo, a forma do combate, ou a natureza da vitória desejada – foi assustador. Nós da esquerda devemos fazer melhor do que dar carta branca a tais projetos vagos. O apoio inicial para a ampla retaliação norte-americana, tanto aqui como no exterior, vai evaporar e com boa razão – se a réplica acaba atingindo todos os tipos de figuras inocentes em vez dos verdadeiros autores.²⁷⁰

Rule, no entanto, concorda com Walzer com relação à sua assertiva de que nenhuma mudança de direcionamento na política externa dos EUA corresponderia a um grau menos elevado de hostilidade no plano internacional. Ele afirma:

Michael Walzer está certo sobre uma coisa: nenhuma mudança possível na política externa norte-americana jamais poderia satisfazer todos os autores aspirantes a ações terroristas. Há muitos deles e eles vêm de muitas direções ideológicas. Nunca devemos imaginar que, de alguma forma, “suavizar” a postura local ou internacional dos EUA vai nos livrar de qualquer necessidade de responder aos atos terroristas.²⁷¹

Todavia, prosseguindo em sua argumentação, Rule se distancia de Walzer, ao afirmar que o senso crítico de qualquer intelectual que se pretenda de esquerda não pode permanecer enevoado frente ao sem-número de ações hostis perpetradas pelos EUA. Se essas ações não foram o fator único, exclusivo, a explicar o 11 de Setembro, certamente elas foram variáveis de grande influência nesta equação. Rule argumenta:

Essa necessidade também não deve nos levar a suspender nossas faculdades críticas – e a nossa postura crítica – a respeito do papel de longo alcance dos EUA no mundo. É nesse ponto que a análise de Walzer falha. Quando ele fala do terrorismo como um novo flagelo do mundo, ele parece estar pensando apenas em atividades terroristas vindas de uma única fonte. Na verdade, a própria América foi e continua sendo uma fonte prolífica de atividades terroristas, isto é, atos coercivos contra populações civis como uma ferramenta política – em todo o mundo. Os autores também são os próprios americanos, seus substitutos e substitutos de seus substitutos. Esquecemos o que as forças americanas fizeram no Vietnã – os assassinatos e outras intimidações violentas destinadas a “secar o apoio” dos camponeses a um inimigo que não conseguimos vencer no campo de batalha? Um dos muitos participantes dessas ações contra civis desarmados que ainda está vivo, Bob Kerrey, agora comanda uma grande instituição de ensino superior em Nova York. Quando suas ações vieram à tona no debate nacional do ano passado, o consenso pareceu ser o de que a guerra é um inferno, e que ninguém poderia atribuir responsabilidade nesses assuntos se não tivesse vivido a situação. Eu discordo.²⁷²

²⁷⁰ Cf. <http://www.dissentmagazine.org/article/?article=625>

Acessado em: 25 de junho de 2012.

²⁷¹ Ibid.

²⁷² Ibid.

Também é significativo que Rule seja o único a mencionar em seus argumentos a influência do fator Israel, no complexo esquema de coisas no qual se enquadra o 11 de Setembro. Ele argumenta:

Mas o caso saliente, no contexto internacional de hoje, é o aliado e protegido dos EUA, Israel, um país cuja própria criação exigiu violência e intimidação para a limpeza de seus territórios de pessoas da etnia errada. Desde então, tanto os vencedores quanto os perdedores nessa luta territorial impuseram sofrimento a civis não combatentes, na esperança de alterar os cálculos dos líderes do outro lado. A ladainha desse “olho por olho” profano – do extermínio de civis em aeronaves e em campos de refugiados aos ataques contra as casas e as vidas das pessoas que acreditava-se estarem associadas com ativistas do outro lado é triste demais para ser detalhada aqui. O tema nunca muda: torne intolerável a vida dos civis de quem dependem os seus inimigos armados e você terá sucesso em minar aqueles que estão no topo. Essa lógica medonha torna inevitável que os custos das ambições dos ativistas sejam pagos por pessoas comuns, cujo único interesse pode ser o de manter suas cabeças abaixadas.²⁷³

O problema principal advindo do fator Israel, segundo Rule, é o fato de que parte significativa do que ocorre naquela região é financiada por dinheiro norte-americano. Ademais, o autor não se furta a mencionar alguns outros episódios nos quais os EUA agiram em desacordo com os ideais de democracia e liberdade usualmente professados. Ele enumera: Vietnã, El Salvador, Nicarágua e Guatemala.

Seu argumento, por fim, é o de que o terror é um método condenável, ocorra onde ocorrer. E que os EUA só estarão em melhor situação se acenarem de modo inequívoco com a renúncia de qualquer forma de ação que lhe seja similar.

A última resposta fica a cargo de Ann Snitow²⁷⁴. Com relação à primeira questão, ela critica o argumento de Walzer acerca da ingenuidade e ineficácia inerentes ao movimento de oposição à guerra. Ela afirma:

(...) não vamos dar nenhum conforto àqueles que querem descartar uma posição antiguerra como algo necessariamente utópico, ingênuo, antiamericano, traiçoeiro, tardio, ou que está fora de questão. Não vamos assumir que os apelos por outra alternativa que não seja a solução militar seja uma capitulação ao terrorismo. Os terroristas não querem a paz. Para eles, o nosso pânico (...) público, os nossos novos sentimentos exagerados de impotência e a consagração do que às vezes

²⁷³ Ibid.

²⁷⁴ Snitow é uma intelectual ativista feminista e professora de Literatura e Estudos de Gênero, vinculada à *New School for Liberal Arts*.

parece ser todo o orçamento dos EUA destinado à segurança são as provas de seu sucesso.²⁷⁵

Snitow também esgrime um interessante argumento com relação ao que ela define como a tentação de ser pautado, de um jeito ou de outro, pelo inimigo combatido. O que ela argumenta, na verdade, é que, os intelectuais engajados no debate sobre as guerras devem se afastar das categorias absolutas utilizadas pelos terroristas. Segundo ela, entretanto, o que estava ocorrendo é que, a pretexto de se combater um mal absoluto, os EUA estavam mimetizando-o.

Com relação à adoção de uma política de “zero de tolerância” ao terror, Snitow está de acordo. No entanto ela argumenta que é imperativo que a atuação dos EUA seja criticada com assertividade em todas as situações em que se lançar em combate.

Também é com proveito que se lê a crítica de Snitow à banalização da retórica que se vale da evocação da Segunda Guerra Mundial como a Guerra Justa arquetípica – isso para não falar na profusão de “novos Hitlers”, sempre surgindo nos lugares mais insuspeitos. Snitow argumenta:

Costumava pensar que, para começar, seria bom esquecer a 2ª Guerra Mundial. Todos aqueles aniversários de 50 anos sinalizaram que a grande guerra justa estava recuando para o passado, a guerra cuja existência complicou todos os esforços posteriores para a construção de movimentos para o desarmamento. Em qualquer discussão sobre a paz, alguém evoca a necessidade de se estar pronto para o surgimento de um outro Hitler.²⁷⁶

Snitow argumenta que gostaria, sim, de ver a Segunda Guerra Mundial sendo utilizada como exemplo. Todavia, como exemplo *daquilo que deve ser evitado a todo custo*. Ela emenda:

Agora, porém, eu quero a Segunda Guerra Mundial novamente como um dispositivo eurístico. Um dos motivos que tornou a Guerra Fria possível era que os guerreiros frios lembravam Stalingrado e a Normandia, a *blitzkrieg* e Dresden. Eles tiveram o bom senso de temer as bombas que tinham acabado de ver no Japão. As estruturas rígidas da Guerra Fria ocorreram porque a Segunda Guerra Mundial era um trauma em massa. Os americanos também sofreram. Ninguém estava disposto a tolerar tamanha devastação generalizada novamente.²⁷⁷

Ao contrário do que se crê usualmente, a Guerra do Afeganistão foi recebida de forma ambígua pela esquerda dos EUA. Muitos teceram loas ao conflito, outros se posicionaram de

²⁷⁵ Cf. <http://www.dissentmagazine.org/article/?article=626>

Acessado em: 25 de junho de 2012.

²⁷⁶ Ibid.

²⁷⁷ Ibid.

modo absolutamente contrário a ela. Tampouco o modo de lidar com os terroristas, de uma forma geral, foi homogêneo.

É precisamente dedicando este capítulo à compreensão da reação desses intelectuais, no imediato período pós-11 de Setembro, que teremos embasamento para a compreensão de alguns dos argumentos que emergiram assim que surgiu a hipótese de se atacar o Iraque. São justamente esses argumentos que examinaremos no capítulo seguinte.

2.7 À guisa de balanço acerca da Guerra do Afeganistão

A abordagem inicial de *Dissent* ao 11 de Setembro foi a publicação de um editorial, na edição do outono de 2001, se posicionando contrariamente à alternativa militar. Segundo esse texto, o combate ao terrorismo deveria ser feito por intermédio de ações policiais e de inteligência e não por uma postura beligerante. A caracterização do inimigo político (o terrorista) se dá classificando-o como hostil aos valores liberais e humanitários – isto é, situando-o como um adversário natural da esquerda. Além disso, o mesmo editorial não hesita em caracterizar o terrorismo como uma insurgência ao “modo de vida americano”. Isto é, o que estaria em jogo não seria uma pauta política tradicional, e sim um embate ideológico.

Na edição do inverno de 2001, assistimos Laurie Calhoun criticar as bases filosóficas da noção de Guerra Justa. De acordo com ela, a consequência direta decorrente do uso dessa noção é a justificação da morte de civis – usando-se a expressão “dano colateral”, e subordinando a moralidade de uma dada ação militar à intencionalidade dos agentes. Em segundo lugar, Calhoun aponta um recurso político igualmente frequente em conflitos militares: a imputação de um mal absoluto ao inimigo e, por conseguinte, a noção de uma suposta irracionalidade deste mesmo inimigo. A ideia de que seria em vão, injustificável, o emprego de qualquer recurso diplomático ou tentativa de cooperação com um ente político desprovido de razão, ou de qualquer princípio ético, mínimo que fosse. Trata-se aqui de um expediente retórico frequentemente utilizado pelos intelectuais de *Dissent* que defenderam o uso de força contra o Iraque de Saddam. Michael Walzer contra-argumenta que a proposição de Calhoun, se levada às últimas consequências, redundaria na inação política. Algo temerário em casos de genocídio e limpeza étnica como o ocorrido no Camboja (na década de 1970) e em Ruanda (em 1990). O problema, entretanto, é que se Walzer é capaz de concluir que a argumentação de Calhoun pode gerar uma impossibilidade prática, ele não responde propriamente às críticas feitas por ela à doutrina da Guerra Justa.

Na edição da primavera de 2002, Kanan Makiya discorre acerca do “débito moral” dos

EUA para com o Iraque, contraído após o desfecho da Guerra do Golfo, na década de 1990. Na verdade, até mesmo os ataques do 11 de Setembro são explicados por Makiya através desse evento histórico. Segundo ele, foi com a permanência de tropas norte-americanas, na Arábia Saudita, no pós-Guerra do Golfo, que pode ser entendido a emergência de Bin Laden como principal inimigo dos EUA. Makiya argumenta que a situação política do Oriente Médio era historicamente análoga à da Alemanha, no pós-Primeira Guerra Mundial.

Na mesma edição, Walzer classifica a Guerra do Afeganistão como uma “guerra de libertação”, “uma guerra humanitária”. Sua principal crítica diz respeito ao que sugere ser uma inflexão, uma intransigência, do movimento norte-americano antiguerra, no que diz respeito à legitimidade (ou falta de) moral da Guerra do Afeganistão. Outro argumento levantado por Walzer diz respeito ao que ele chama de “culpa da afluência”. Trata-se, segundo ele, de um constrangimento presente na esquerda norte-americana em viver em um país democrático, liberal e com poderio econômico e militar sem rival. A crítica a qualquer Estado em condições materiais e com instituições políticas mais frágeis que às dos EUA geraria desconforto por parte da esquerda norte-americana. Ainda segundo Walzer, foi precisamente parte significativa dessa mesma esquerda que tratou o 11 de Setembro como uma reação lógica a anos de exploração imperialista norte-americana ao redor do globo.

Outra “linha mestra” da argumentação de Walzer é sua crítica ao que caracterizou como a incapacidade da esquerda nativa em tomar a religião como um assunto sério e motivador primário dos ataques ocorridos contra as Torres Gêmeas e o Pentágono. Segundo ele, essa esquerda invariavelmente atribuiu os ataques não só à uma reação legítima ao poder imperialista norte-americano, mas também a questões econômicas – especificamente à presença de significativos níveis de desigualdade ao redor do globo. Para Walzer, tratava-se de uma leitura derivativa de uma interpretação marxista da história. Segundo ele, um economicismo que deveria ser superado por uma análise de conjuntura que levasse em conta um número plural de variáveis explicativas.

Ainda na mesma edição, temos os argumentos de Todd Gitlin. De acordo com ele, o ponto de inflexão da esquerda norte-americana mais relevante para a compreensão de sua reação ao 11 de Setembro foi o período que se seguiu imediatamente após a retirada das tropas dos EUA no Vietnã. Segundo ele, a partir desse marco histórico, a esquerda norte-americana se desconectaria da opinião média nacional. Vendo a ação predatória dos EUA no sistema internacional, sobretudo durante a Guerra Fria, sob o pretexto de combater o comunismo (que não por acaso era apresentado como o mal absoluto, como um ente irracional), essa esquerda passou a nutrir um

ceticismo político profundo quanto à viabilidade dos EUA enquanto um país plural e democrático. Cada vez mais, de acordo com Gitlin, um sentimento de antiamericanismo ascendia em suas ações e retórica.

Além disso, Gitlin argumenta acerca das vantagens da presença de um império, no sistema internacional. Segundo ele, os impérios foram responsáveis pela manutenção de um sistema legal, pela extensão da ideia de cidadania a diversos povos e pela estabilidade proporcionada entre os Estados. Gitlin, no entanto, deliberadamente omite o fato de que impérios guerreiam entre si, visando, basicamente, recursos materiais e espólio territorial. Além disso, são responsáveis por um domínio politicamente cruel e violento nas áreas subjugadas. Argumentar acerca da extensão da noção de cidadania aos diversos povos é, no mínimo, um expediente retórico ambíguo.

Jeffrey C. Isaac, também na mesma edição, se posiciona criticamente às manifestações antiguerra nos EUA. De acordo com ele, nessas manifestações invariavelmente se podia notar uma disposição de criticar o governo norte-americano com mais ênfase do que “assumir a responsabilidade” de corrigir os problemas propriamente ditos. Isaac argumenta igualmente acerca da incapacidade do poder de polícia norte-americano ser utilizado contra os perpetradores do 11 de Setembro. Segundo ele, a única resposta viável seria a militar. De acordo com ele, essa reação “ineficaz” do movimento antiguerra pôde ser observada, sobretudo, no pós-Guerra Fria – na Guerra do Golfo (em 1991), na intervenção conduzida pela OTAN no Kosovo (em 1999) e no momento que sucedeu os ataques do 11 de Setembro

Isaac, a exemplo do argumento que Walzer utiliza com Calhoun, classifica como “vagos” e “vazios” os apelos dirigidos à diplomacia e ao direito internacional. Segundo ele, esses instrumentos só seriam eficazes se fossem acompanhados por uma “ética decente e civilizada de ordem global”, algo que não ocorre no sistema internacional. Ainda de acordo com ele, a posição pacifista é “imoral”. Porque, ainda que fundada sob premissas virtuosas, na ânsia de repudiar inexoravelmente qualquer tipo de violência, acaba por prover apoio tácito a um *status quo* que era, *a priori*, violento e injusto.

Na edição do outono de 2002, Michael Kazin afirma o seu orgulho dirigido à identidade americana. Algo incomum para um intelectual norte-americano de esquerda, sobretudo a partir da década de 1960, quando o sentimento de patriotismo começou, cada vez mais, a ser lido pela esquerda dos EUA como anuência acrítica ao *establishment*. Ele recorda que a constante evocação a um ideário de patriotismo norte-americano foi o que viabilizou muitas das conquistas

sociais relativas aos direitos civis – Kazin exemplifica citando Harvey Milk, Luther King e Walter Reuther.

Na edição do inverno de 2002, Mitchell Cohen reafirma sua identidade de intelectual de esquerda. Não é por outro motivo que argumenta que uma política “moralmente inteligente” deve estar sempre pautada por uma combinação de princípios de “liberdade, igualdade e solidariedade”. No entanto, ele se coloca a criticar segmentos da esquerda norte-americana que creditaram o 11 de Setembro a uma suposta “reação inevitável” dirigida ao que seriam os males congêntos dos EUA.

Michael Kazin, na mesma edição, argumenta acerca da natureza das críticas daqueles que se opuseram à Guerra do Afeganistão. De acordo com ele, o léxico empregado por esses críticos era, invariavelmente, uma versão secular das objeções levantadas por árabes e muçulmanos ao longo de décadas. Ademais, ele inscreve o discurso contrário à guerra numa tradição antiimperialista que remonta à Guerra Fria, quando “regimes leninistas” se punham a combater os EUA, a Europa Ocidental e Israel.

James B. Rule e Ann Snitow se posicionam de modo crítico à Guerra do Afeganistão. Segundo Rule, a iniciativa do governo norte-americano declarar guerra (“sem especificar quem era o inimigo, a forma do combate, ou a natureza da vitória desejada”) foi algo temeroso e passível de objeções severas. Rule também atenta para o uso histórico do terrorismo de Estado, por parte dos EUA e de Israel, ao longo do século XX. Algo que, é evidente, despoticizaria o discurso oficial de Guerra ao Terror.

Com relação à Snitow, ela sugere que a Segunda Guerra Mundial deveria ser utilizada de modo heurísticamente inverso ao frequentemente utilizado pelos apologetas da Guerra do Afeganistão. Isto é, ao invés de tecer analogias com a Segunda Guerra, no sentido de legitimar moralmente o conflito de 2001, a sugestão de Snitow é no sentido de atentar para o potencial destrutivo destas. Com isso em mente, os recursos à diplomacia e à cooperação se tornam muito mais persuasivos e interessantes.

Ainda que *Dissent* tenha inicialmente adotado um tom algo conciliatório e tenha se posicionado editorialmente contrária à utilização de recursos militares no Afeganistão, parte substantiva de seus colaboradores apoiou a guerra. Na verdade, mais que isso. Analisando seus argumentos, identificamos menos uma afinidade programática com a agenda política conservadora Republicana e mais uma divergência com relação às táticas e argumentos do

movimento antiguerra – por difuso e heterogêneo que este fosse. No capítulo seguinte, exploraremos os argumentos veiculados em *Dissent* com relação à Guerra do Iraque.

CAPÍTULO 3²⁷⁸

SOBRE O IRAQUE E A AMBIGUIDADE DO IMPÉRIO

3.1 Inverno de 2002: questões humanitárias, critérios e aplicações²⁷⁹

Em que pese o fato da edição do inverno de 2002 ter sido abordada no capítulo anterior, é preciso que se diga que ela foi examinada apenas parcialmente. A estratégia discursiva aqui empregada é a de iniciar discutindo o artigo *The Argument about Humanitarian Intervention*, de Michael Walzer, para só então passarmos à análise dos argumentos empregados acerca da Guerra do Iraque. Essa opção se justifica na medida em que a argumentação de Walzer ocupa lugar de prestígio e centralidade nas discussões acerca do caso iraquiano que será visto logo em seguida.

Walzer centra sua tese na tentativa de responder quatro questões. Em primeiro lugar, em que ocasiões uma intervenção humanitária é justificada? Em segundo lugar, quais são os agentes que, preferencialmente, devem levá-la a cabo? Em terceiro lugar, como eles devem agir? E, por fim, qual é o momento apropriado para se pôr fim a uma intervenção humanitária?

Segundo Walzer, as ocasiões nas quais uma intervenção humanitária é legitimada devem ser as mais raras possíveis. Isto é, não são quaisquer violações humanitárias que, por conseguinte, justificam uma intervenção. Em regra, problemas internos devem ser tratados localmente, de modo autóctone. Walzer se posiciona com inequívoca suspeição diante das tentativas exógenas de ingerência na realidade política alheia. Ele acentua, inclusive, os frequentes erros de leitura da cultura local por parte dos agentes intervencionistas – por mais que estes eventualmente estejam almejando fins virtuosos. Segundo ele:

²⁷⁸ Em determinado momento do ano passado (2011), *Dissent* teve seu *site* reformulado. Uma das consequências foi a impossibilidade de acesso aos artigos das edições que eu estava pesquisando. Embora já tivesse feito o *download* de todos eles, fiquei impossibilitado de “lincá-los” diretamente. A alternativa pela qual optei, foi, neste capítulo 3, “lincar” somente as edições que menciono, cada uma delas – e não, infelizmente, diretamente os arquivos. Segundo uma das editoras de *Dissent*, a quem contatei diretamente via correio eletrônico, em breve os arquivos poderão, novamente, ser acessados na página.

²⁷⁹ Cf. <http://www.dissentmagazine.org/issue/winter-2002>

Acessado em: 30 de dezembro de 2012.

As brutalidades comuns a uma política autoritária, a opressão diária das tradicionais práticas sociais – essas não são ocasiões para uma intervenção; elas devem ser lidadas localmente, pelo povo que conhece a política, que as promulga ou as resiste. O fato de que esse povo não pode facilmente ou rapidamente reduzir a incidência da brutalidade e opressão não é uma razão para que estrangeiros invadam seu país. Políticos estrangeiros e soldados frequentemente podem interpretar equivocadamente a situação ou subestimar a força requerida para mudá-la, ou estimular uma reação “patriótica” em defesa da política brutal e das práticas opressivas. A mudança social é melhor alcançada “de dentro”.

Mesmo temperando seu argumento com algum ceticismo dirigido às chamadas intervenções humanitárias, Walzer deixa claro que, sob determinadas circunstâncias, elas podem se converter na única resposta possível. É o caso, segundo ele, no qual os problemas a serem combatidos são limpezas étnicas e massacres religiosos, por exemplo. Ele afirma:

Porém quando o que está em curso é uma “limpeza étnica” em uma província ou país, ou o massacre sistemático segundo critérios religiosos ou mesmo de uma comunidade nacional, não parece ser possível aguardar por uma resposta local. Agora nós estamos no outro lado do abismo. Os riscos da inação são muito grandes, bem como o sofrimento que já está ocorrendo. Talvez não haja capacidade de resposta entre os envolvidos diretamente, e ninguém, entre os concidadãos, se aventuraria a fazê-lo. As vítimas estão fracas e vulneráveis, seus inimigos são cruéis, seus vizinhos indiferentes. O resto de nós assiste em choque. Essa é uma ocasião para intervenção.

É com igual interesse que vemos Walzer discorrer a respeito de uma das críticas mais recorrentes às intervenções humanitárias: a duplicidade de critérios de justificação. É frequente a acusação de “hipocrisia” dos agentes políticos que agem em determinados casos de desrespeito aos direitos humanos e optam pela inação em outros casos igualmente (ou mais) críticos no que se refere às questões humanitárias. Walzer argumenta, entretanto, que há um dado de realismo político que deve sempre ser acrescentado nesta equação: o poder relativo dos Estados no sistema internacional. Isto é, não é porque não há condições (políticas, militares, econômicas etc.) objetivas de se intervir em um hipotético Estado “x” – flagrante no desrespeito aos direitos humanos –, que se deve optar pela inação em um Estado hipotético “y”, uma vez que neste existam as condições objetivas de se realizar uma intervenção na qual existam ao menos perspectivas de um desfecho político exitoso. Coerência, aqui, não é um ideal a ser perseguido – segundo a leitura de Walzer, bem entendido. Ele argumenta:

Na prática, mesmo com um entendimento minimalista do que são os direitos humanos, mesmo com um comprometimento com nada além da decência, há mais ocasiões para intervenções do que ocorrem, de fato, intervenções. Quando os opressores são muito poderosos, raramente eles são desafiados, a despeito do quão chocante seja a sua opressão. Essa verdade óbvia acerca da sociedade internacional é frequentemente usada como argumento contra intervenções. É hipócrita, críticos

dizem aos políticos “humanitários” ou soldados, intervir em um caso quando você não intervém naquele outro – com se tendo declinado de desafiar a China no Tibet, digamos, a ONU, deveria ter se mantido distante do Timor Leste, para manter sua consistência moral. Todavia consistência aqui não é uma questão. Nós não podemos agir em todas as ocasiões. Nós calculamos os riscos em cada uma. Nós temos que perguntar quais são os custos gerados pela intervenção. Quais são os custos que serão gerados para aqueles que serão resgatados, para aqueles que estão efetuando o resgate e para todos os demais. E então, só aí, podemos fazer aquilo que for possível.

Com relação aos agentes das intervenções humanitárias, Walzer menciona as três forças com maior capacidade de exercer influência no sistema internacional: os EUA, a OTAN e a ONU. É interessante o modo como o autor caracteriza a legitimidade dos três, aos olhos dos chamados “idealistas” e “realistas” políticos²⁸⁰. Com relação aos EUA e à OTAN, Walzer aponta o ceticismo dos idealistas. De acordo com o autor, esse grupo invariavelmente adota uma atitude refratária à disposição frequentemente unilateralista e imperialista dos dois entes. Já com relação às Nações Unidas, são os realistas que questionam sua legitimidade de ação. Isto é, eles apontam com ceticismo o que caracterizam como a “fraqueza política” e “ineficácia militar” da ONU.

Walzer argumenta que dois pontos usualmente levantados pelos críticos das intervenções militares normalmente obscurecem questões importantes. Ele se refere a duas assertivas em especial: (i) A noção de que qualquer ação unilateral é condenável *per se* e (ii) A ideia de que a motivação do agente que realiza a intervenção tem que ser necessariamente virtuosa – sob a pena de deslegitimar por completo a própria intervenção. Walzer menciona três casos nos quais intervenções ocorreram de modo unilateral, embasadas segundo critérios morais duvidosos, e, ainda assim, segundo ele, resultaram em cenários políticos e humanitários melhores do que os até então vigentes. Segundo ele, isso se aplica aos casos do Vietnã no Camboja (1979), da Índia no Paquistão Oriental (atual Bangladesh) (1971) e da intervenção da Tanzânia em Uganda (1978-1979).

Walzer ainda questiona o papel do Conselho de Segurança da ONU na resolução de conflitos internacionais. De acordo com ele:

O que torna as forças policiais eficazes em âmbito doméstico, quando elas são eficazes, é o seu comprometimento com o corpo inteiro de cidadãos e a confiança que emana a partir daí. Porém a Assembléia Geral da ONU e o Conselho de Segurança, até agora, deram poucas evidências de comprometimento, e não há muitas pessoas no mundo hoje em dia que estariam dispostas a confiar suas vidas ao

²⁸⁰ Em linhas gerais, idealistas são aqueles que acreditam que o Estado deve se pautar segundo critérios morais, no sistema internacional. Já os realistas, são aqueles que creem na *realpolitik* como o critério mais seguro e eficaz a ser adotado pelos Estados no plano externo. Para uma análise clássica desse léxico político, ver WALTZ, Kenneth N. *O Homem, O Estado e A Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

poder de polícia da ONU. Assim se, em qualquer um dos meus exemplos, os agentes autorizados da ONU, ou seus equivalentes domésticos, decidissem não intervir, e o fogo ainda estivesse queimando, os gritos ainda estivessem sendo ouvidos, e os assassinos prosseguissem ilesos – então os direitos e obrigações unilateralistas seriam instantaneamente restaurados. Decisões coletivas de agir podem muito bem excluir a hipótese de uma ação unilateral, todavia decisões coletivas de não agir geram o mesmo efeito. Neste caso, o unilateralismo é a resposta dominante quando a consciência comum se choca. Se não há nenhuma resposta coletiva, qualquer um pode responder. Se ninguém está agindo, aja.

O argumento central de Walzer é o de que, fosse convocada a ONU para deliberar acerca do genocídio perpetrado pelo Khmer Vermelho no Camboja e da brutalidade desferida por Idi Amim em Uganda, certamente esse pleito teria sido vetado por algum membro do Conselho de Segurança. Nos casos citados por Walzer, foi benéfico, no cômputo geral, que determinados Estados tenham resolvido agir de modo unilateral.

Walzer argumenta igualmente acerca do que caracteriza como a “urgência moral” em se deparar com uma situação extrema envolvendo, digamos, o massacre sistemático de determinado segmento da população civil de um dado Estado. Estar diante de uma situação como esta, segundo Walzer, gera uma responsabilidade moral imediata. Não agir, se há condições objetivas para que isso seja feito, é anuir com um *status quo* cruel e opressor. Como Walzer destaca:

Não-intervenção, em face de assassinato em massa ou limpeza étnica não é o mesmo que neutralidade em tempos de guerra. A urgência moral é diferente, frequentemente não estamos conscientes acerca das consequências da guerra, mas nós sabemos muito bem as consequências de um massacre.

Segundo o autor, ações multilaterais são equivocadamente tomadas como mais corretas e desejáveis do que as que se dão de modo unilateral. O problema, segundo Walzer, é que se a crítica dirigida ao unilateralismo é a de que ele ocorre de acordo com interesses egoístas de um dado Estado, o mesmo se dá com o multilateralismo. Ainda que a tomada de decisão ocorra por intermédio de barganhas políticas, do concerto entre diferentes Estados, isso não é qualquer garantia de que o resultado final será virtuoso, ou mesmo benéfico para a população (ou segmento dela) que é vítima de violações humanitárias. De acordo com o autor:

Eles não vão agir de acordo com seus próprios interesses em vez de acordo com os interesses da humanidade? Sim, eles provavelmente vão, ou melhor, eles irão agir segundo seus próprios interesses, bem como de acordo com os interesses da humanidade. (...) Em todo caso, de que modo a humanidade estaria melhor servida por um processo multilateral de tomada de ação? Por acaso cada Estado envolvido no processo decisório não age igualmente de acordo com seus próprios interesses? O resultado final seria determinado pela barganha entre as partes interessadas – e a humanidade (de modo genérico) não é uma das partes. Nós podemos esperar que os interesses particulares se cancelem uns aos outros, deixando emergir algo como um

interesse geral (esse, na verdade, é um dos argumentos de Rousseau, acerca de como os cidadãos chegam à chamada “vontade geral”). Mas é igualmente possível que o processo de barganha reflita apenas uma mistura de diferentes interesses particulares, que podem ser ou podem não ser melhores do que os interesses de apenas um agente, para a humanidade. De todo modo, motivações políticas são sempre ambíguas, estejam diversos atores envolvidos ou apenas um. Uma vontade moralmente pura não existe na vida política, e não deveria ser necessário fingir a existência desse tipo de pureza.

Com relação aos meios de se conduzir uma intervenção humanitária, Walzer destaca uma das grandes contradições geradas pelas guerras que são travadas hoje em dia. Se por um lado a tecnologia bélica permite que campanhas ocorram minimizando-se a presença física imediata dos combatentes (é possível lembrar o bombardeio da Sérvia pela OTAN, em 1999), é inevitável pensar que vítimas civis são muito mais frequentes nos dias atuais. Como Walzer pontua:

Esse é o argumento moral contra intervenções livres de riscos, mas também há um argumento prudente. Intervenções raramente obterão sucesso a menos que demonstrem uma disposição em lutar e lidar com as baixas daí decorrentes. No caso do Kosovo, se houvesse um exército da OTAN à vista, antes do início do bombardeio da Sérvia, é improvável que ele tivesse sido necessário – o que atenuaria a questão dos refugiados. O pós-guerra em Kosovo teria sido bem diferente, as tarefas de policiar e a reconstrução teriam sido bem mais fáceis e as perspectivas de sucesso bem melhores.

É importante que passemos agora à tentativa de Walzer responder à seguinte questão: Como proceder após a intervenção? Segundo ele, sua própria opinião sofreu algumas modificações ao longo dos anos. Na época da publicação de seu *Guerras Justas e Injustas* (1977), Walzer assumia como correto o princípio de que as tropas responsáveis pela intervenção tinham a responsabilidade restrita ao impedimento das mortes que estariam em curso. No entanto, o autor reconhece que, sob determinadas circunstâncias, impedir as mortes provocadas por um dado conflito pode não ser o suficiente. No caso do Camboja, por exemplo, Walzer argumenta que, dada a extensão e intensidade do massacre perpetrado pelo Khmer Vermelho, não havia qualquer base de infraestrutura ou mesmo de recursos humanos para que o país pudesse iniciar um processo de reconstrução. Walzer prossegue:

Eu não digo isso para justificar o estabelecimento de um regime satélite vietnamita, e sim para explicar a necessidade, anos depois, da necessidade da ONU criar, “de fora”, um sistema político localmente legítimo.

O outro caso citado por Walzer, no que diz respeito à justificativa de se ocupar um país (ainda que temporariamente) após o término das matanças que justificaram a intervenção humanitária, é aquele nos quais se vê diferenças étnicas e/ou religiosas como as causas primárias

dos massacres. O autor argumenta que, em determinados locais, agir de acordo com a legalidade estrita (isto é, impedir as matanças e retirar as tropas do local) é ignorar a efetividade da missão humanitária e se abster moralmente para as consequências que podem advir daí. Ele argumenta:

A segundo ocasião é exemplificada pelos países – Uganda, Ruanda, Kosovo e outros –, onde a extensão e a profundidade das divisões étnicas fazem com que assim que as tropas interventoras se retirem, os massacres recomecem. Na hipótese de os assassinos originais não retornarem ao massacre, a vingança de suas vítimas pode se mostrar igualmente mortal. A ideia de “in and quickly out” é um tipo de má fé. É a escolha de uma virtude legalista às expensas de uma efetividade política e moral. Se alguém aceita os riscos da intervenção em países como esses, é bom que os riscos da ocupação sejam igualmente aceitos.

O último cenário no qual Walzer exemplifica a noção de que eventualmente intervenções humanitárias redundam em ocupações militares, e este é um desdobramento não somente inevitável, mas também *desejável* (segundo o autor), é o caso em que não temos meramente um exército ou uma força policial que foi derrotada – trata-se de algo mais drástico. Estamos falando aqui de um Estado no qual simplesmente não há qualquer exército ou força policial meramente funcional. Trata-se de um caso hipotético no qual as estruturas mais elementares do Estado se encontram, por assim dizer, “desintegradas”.

O interessante no argumento de Walzer é que, ao contrário dos intelectuais neoconservadores (apologetas da instalação de regimes democráticos por intermédio de intervenções militares), ele não defende qualquer tipo de regime político. Sua única preocupação é com a transformação do caráter violento de determinados Estados – que, não raro, perseguem sistematicamente e executam seus próprios concidadãos. Segundo Walzer, “o novo regime não precisa ser democrático ou liberal, pluralista ou mesmo capitalista. Ele não precisa ser nada, apenas não-violento. Quando o conceito de intervenção é entendido desse modo minimalista, sua legitimidade é aumentada exponencialmente”.

Ainda que Walzer justifique, sob algumas circunstâncias específicas, a necessidade de se recorrer a intervenções humanitárias, ele não deixa de reconhecer os problemas que daí podem advir. E não é por outro motivo que menciona a relevância de uma comunidade internacional ativa, sempre atenta aos possíveis abusos e arbitrariedades da força interventora. Como ele argumenta:

As forças interventoras devem estar preparadas para usar as armas que carregam, e devem estar preparadas para ocupar o território naquilo que pode ser um grande período. A comunidade internacional precisa encontrar meios de fornecer apoio a essas forças – e também, uma vez que o que estão fazendo é perigoso e nem sempre é feito da melhor forma, de supervisionar, regular e criticá-las.

Uma argumentação, também sob este aspecto, muito diferente da adotada pelos neoconservadores – estes sempre tão dispostos a agir unilateralmente e a minimizar a importância da cooperação com os outros atores do sistema internacional.

3.2 Primavera de 2003: paroquialismo x cosmopolitismo²⁸¹

O editorial da edição de *Dissent* publicada na primavera de 2003 é um bom ponto para iniciarmos o exame dos argumentos iniciais dos intelectuais, articulistas da revista, a respeito da Guerra do Iraque. Desta feita, temos um editorial assinado por Michael Walzer. A exemplo de seu artigo publicado na edição do inverno de 2002, aqui Walzer se posiciona contrário à noção neoconservadora de *mudança de regime*. No entanto, não hesita em reconhecer que, se a guerra é inevitável, então é a esquerda quem tem que liderar as batalhas – se não do ponto de vista militar, ao menos do ponto de vista moral.

A primeira grande preocupação da esquerda, segundo Walzer, seria garantir que o menor número possível de baixas civis ocorresse no conflito. Muito embora ele não explicita em que termos esse objetivo poderia ser alcançado.

Outra questão igualmente relevante deveria ser o comprometimento das forças interventoras com a reconstrução econômica e política do Iraque. Aqui é interessante o posicionamento crítico de Walzer com relação ao precedente deixado – na verdade, em curso –, no Afeganistão.

O Afeganistão não é um bom precedente, e nada do que o governo Bush realizou lá inspira confiança no comprometimento com a visão de seus próprios ideólogos: isto é, um Iraque liberal, democrático e federalista. Talvez essa tenha sido uma perspectiva milenarista, certamente aqueles, como nós, que se opuseram à guerra, acharam difícil de imaginar a consecução dessa perspectiva. Mas agora os administradores, trabalhando com os oponentes iraquianos de Saddam, têm que colocá-la em prática do modo mais próximo possível do imaginado.

A questão final, da qual a esquerda deveria se ocupar, segundo Walzer, diz respeito ao unilateralismo da administração Bush. Segundo ele:

(...) [o] unilateralismo para nós é a um só tempo uma atitude arrogante e tola. Em uma série de questões políticas, econômicas, ambientais, nós necessitamos de aliados, e nós necessitamos deles mesmo se (ou precisamente porque) temos que negociar e assumir compromissos para o bem das alianças (...)

²⁸¹ Cf. <http://www.dissentmagazine.org/issue/spring-2003>

Mais uma vez, portanto, fica evidente a diferença existente entre o tom da argumentação de Walzer e as racionalizações vindas do governo de George W. Bush.

Agora, entretanto, é importante que nos detenhamos nos argumentos de Gary Gerstle – professor de História vinculado à Universidade de Maryland –, presentes em seu artigo *Pluralism and the War on Terror*.

Gerstle inscreve a Guerra ao Terror em uma longa tradição norte-americana de instauração de medidas coercitivas em períodos de conflitos militares. Através de um paralelismo entre os EUA do pós-11 de Setembro e o país que enfrentou as duas guerras mundiais no século passado, Gerstle argumenta que, em tempos de guerra, as hostilidades dirigidas a grupos étnicos ou religiosos invariavelmente aumenta de intensidade. A principal vítima, em períodos como esses, seria o suposto caráter plural e cosmopolita norte-americano. Como Gerstle afirma:

Nos últimos cem anos, preocupações acerca de lealdade e unidade geradas pela guerra levaram ao medo de estrangeiros em nosso meio e campanhas de restrição de seus direitos e oportunidades tiveram início. Isso foi especialmente verdade em alguns períodos particulares, como nas décadas de 1910 e 1940, durante as duas guerras mundiais, quando imigrantes e seus filhos constituíam uma grande parte da população. Níveis de pluralismo cultural que eram aceitos em períodos de paz tornaram-se intoleráveis uma vez que os EUA entraram na Primeira Guerra Mundial, e nas duas guerras, particularmente grupos norte-americanos com ascendências alemã e japonesa sofreram repressão. No período imediatamente após à Primeira Guerra Mundial, aconteceria o mesmo com imigrantes vindos do leste e do sul da Europa – que eram acusados de anarquismo e comunismo. Dada essa história, é apropriado perguntar como a “Guerra ao Terror” que os EUA estão lutando desde o 11 de Setembro irá afetar o experimento norte-americano de diversidade e pluralismo.

Gerstle compara (evidenciando as assimetrias e especificidades de contextos, bem entendido) as experiências dos árabes e muçulmanos, nos EUA do pós-11 de Setembro, com as dos alemães, durante a Primeira Guerra Mundial, e a dos japoneses, durante a Segunda Guerra Mundial, nos EUA. A pergunta principal de Gerstle é: Em que bases as crenças e práticas multiculturalistas norte-americanas foram afetadas com o advento do 11 de Setembro?

Com relação aos parâmetros que Gerstle utiliza no estabelecimento de suas analogias históricas, ele afirma:

Alguns podem pensar que a comparação com a Guerra ao Terror com as duas guerras mundiais é injusta. A guerra atual não exigiu nada semelhante à mobilização de recursos econômicos, *matériel* de guerra e pessoal semelhante ao daquelas guerras. Ainda que o senso de vulnerabilidade que nós sentimos, como resultado do sucesso dos ataques no World Trade Center e no Pentágono, seja grande. Certamente a administração Bush interpreta a si mesma como lançada em uma guerra total, não em uma limitada. Somente durante as guerras mundiais e nos

momentos mais tensos da Guerra Fria que o nosso governo se arrogou os tipos de poderes de suspensão de liberdades civis que verificamos agora na figura do *Patriot Act* e de medidas similares. De todo modo, é apropriado perguntar se a intolerância e repressão daquelas eras ressurgiu em face da Guerra ao Terror.

Ainda que Gerstle reconheça o progresso que os Estados Unidos experimentaram nas últimas décadas, no que diz respeito à tolerância e diversidade cultural, ele acentua que restam alguns sérios problemas com relação ao trato do sem-número de grupos étnicos e religiosos que aportam diariamente nos EUA. Se é bem verdade que hoje em dia é difícil imaginar acontecendo à população árabe e muçulmana nos Estados Unidos algo análogo aos campos de concentração criados para abrigar a população nipo-americana²⁸², durante a Segunda Guerra Mundial, é igualmente verdade que outras formas de coerção são facilmente observáveis. Gerstle acentua que dificilmente veríamos hoje em dia ocorrer com a cultura islâmica, nos EUA, algo análogo às cruzadas, ocorridas durante a Primeira Guerra Mundial, pró-assimilação da população alemã residente nos EUA. Todavia talvez o maior paralelo histórico com a situação de árabes e muçulmanos nos EUA pós-11 de Setembro seja com a experiência vivida por judeus e italianos, durante a década de 1920. Gerstle discorre:

E ainda houve um número alarmantemente grande de atos violentos e hostis cometidos contra árabes e muçulmanos desde o 11 de Setembro, bem como uma campanha governamental intensiva no sentido de restringir, até mesmo eliminar, os fluxos migratórios árabe e muçulmano nos EUA. O precedente histórico que ilumina o que está em curso é um mais discreto e insidioso do que os campos de concentração norte-americanos de japoneses e as perseguições à comunidade alemã nos EUA. O que está em curso guarda semelhanças com o sofrido por italianos e judeus, durante a década de 1920, quando foram estigmatizados como inferiores, impedidos de imigrar para os EUA e pressionados a adotar valores “propriamente” americanos. Há terreno fértil para que nos preocupemos com o ressurgimento dessas mesmas políticas.

Gerstle recorda que, assim que começou a ocorrer a detenção indiscriminada e extensiva de árabes e muçulmanos, nos EUA, pós-11 de Setembro, parte do que ele classifica como “a esquerda multicultural” ficou temerosa de que algo similar ao ocorrido com os japoneses, durante a Segunda Guerra Mundial, nos EUA, pudesse ser repetido.

Já com relação aos abusos sofridos pela comunidade alemã, nos EUA durante o período

²⁸² Cf. <http://www.npr.org/blogs/ombudsman/2012/02/10/146691773/euphemisms-concentration-camps-and-the-japanese-internment>

da Primeira Guerra Mundial, e a população árabe e muçulmana dos EUA pós-11 de Setembro, Gerstle vê algumas similitudes. Por exemplo, segundo ele:

O FBI compilou registros de 481 ataques a pessoas com ascendência no Oriente Médio, muçulmanos, e sikhs em 2001, um número muito maior do que os 28 casos registrados no ano anterior. Desse total, o *American-Arab Anti-Discrimination Committee* (AAADC) adicionou mais de duzentos atos de vandalismo contra lares muçulmanos, escolas, mesquitas e negócios, levando o número de incidentes violentos para mais de 700 casos. Nas semanas posteriores ao 11 de Setembro, pelo menos quatro indivíduos foram mortos porque pareciam ser do Oriente Médio. Desde setembro de 2001, o AAADC registrou mais de oitocentos casos de discriminação trabalhista e mais de oitocentos casos de passageiros que, considerados com características do Oriente Médio, foram retirados de voos. (...)

No entanto, Gerstle não hesita em demonstrar os pontos de divergência entre os dois momentos históricos. Por exemplo, no primeiro, o governo federal ocupou papel de proeminência na campanha de propaganda negativa dirigida à população alemã. No segundo, Gerstle recorda que o então presidente George W. Bush se preocupou em deixar claro que a Guerra ao Terror não era dirigida contra o Islã – e sim contra o terrorismo islâmico, algo bem diverso. Além disso, essa posição foi reiterada inúmeras vezes, além de a Casa Branca promover um sem-número de encontros entre o presidente e lideranças do mundo islâmico.

Muito embora o governo norte-americano tenha sinalizado, ainda que superficialmente, uma postura de tolerância e empatia para com o islamismo, convém adotar uma atitude de ceticismo com esse gesto, na aparência, virtuoso. Segundo Gerstle:

Existem razões, é claro, para pôr em dúvidas a sinceridade de Bush no que diz respeito a sua preocupação com o bem-estar dos muçulmanos. Seu governo, afinal de contas, intensificou dramaticamente sua vigilância a imigrantes árabes e muçulmanos. Além disso, pode muito bem ser que sua solicitude com a “América Islâmica” seja motivada prioritariamente por preocupações geopolíticas, especialmente a necessidade de manter países muçulmanos como o Paquistão alinhados aos EUA.

Gerstle assinala que, no tocante às questões relativas à diversidade cultural, o governo conservador de George W. Bush, independente da ausência de altruísmo de suas motivações primárias, se comportou de modo mais tolerante do que o governo liberal de Woodrow Wilson durante a Primeira Guerra. De qualquer forma, Gerstle reconhece que o quadro de relativa tolerância com a população árabe e muçulmana manifestado no pós-11 de Setembro se assentava sob bases frágeis.

Segundo ele, a situação da população árabe e muçulmana, nos EUA pós-11 de Setembro, guarda mais analogias com a experiência histórica dos judeus europeus e dos italianos durante a

década de 1920, nos EUA. Como ele destaca, em 1918 o ódio dirigido inicialmente à população alemã se espalhou para alguns outros povos da Europa. No início da segunda década do século XX, norte-americanos estavam cada vez mais reticentes com alguns segmentos sociais vindos do Velho Continente – aqueles achavam que estes cultivavam lealdades ao Velho Mundo em detrimento de um patriotismo dirigido à América. A Revolução Russa de 1917 apenas agravava um processo que já estava em curso há alguns anos. Judeus do leste europeu e italianos se viam cada vez mais apartados da vida pública norte-americana – a justificativa dada é que havia um número considerável de pessoas identificadas como radicais, bem como simpatizantes de diversos movimentos de esquerda, entre esses dois grupos sociais. A percepção desses dois grupos como perigosos e detentores de valores irreconciliáveis com a noção de americanismo se cristalizou, de certa forma, no ano de 1919, com a onda de ataques lançados por células terroristas anarquistas a indivíduos ricos e autoridades do governo – ambos considerados exploradores e representantes dos interesses capitalistas.

Com a falha geral do governo dos EUA em identificar os reais culpados pela onda de ataques, foi iniciada uma campanha estigmatizando italianos e judeus (sobretudo os do leste europeu) como racialmente inferiores e portadores de ideias perigosas capazes de danificar profundamente o tecido social norte-americano.

A partir do momento que se seguiu ao 11 de Setembro, imigrantes vindos do Oriente Médio experimentaram dificuldades cada vez maiores com relação à entrada em território norte-americano. Ademais, as pressões para que os mesmos imigrantes se comportassem de modo “apropriado”, de acordo com “os valores americanos”, aumentara exponencialmente. Gerstle argumenta que é a partir desse contexto cultural e político que um processo de discriminação sistêmica contra imigrantes poderia ter tido início.

Embora as pressões (difusas) dirigidas às populações árabes e muçulmanas sejam relevantes e demandem atenção, nada semelhante ao que ocorrera durante a Primeira Guerra Mundial é análogo ao que estava em curso no pós-11 de Setembro. Gerstle menciona aquilo que caracteriza como um “multiculturalismo suave”, algo que, segundo ele, tornou-se um consenso até mesmo nas hostes conservadoras.

Esse multiculturalismo suave está tão bem estabelecido que mesmo o Partido Republicano se vê compelido a honrar os seus princípios. Apenas há uma década, Republicanos permitiram Patrick Buchanan argumentar, do púlpito da convenção nacional partidária, a respeito dos danos provocados por minorias aos EUA e à população cristã branca. Agora, afro-americanos ocupam dois dos mais importantes cargos da administração pública, no governo Bush, e aqueles que como Trent Lott, que continuam a argumentar de modo análogo ao de Buchanan, se encontram, como

o próprio Buchanan, repudiados por seu próprio partido. Nessa aquiescência Republicana a essa versão suave de multiculturalismo, nós podemos distinguir uma importante vitória para os princípios da diversidade e do pluralismo.

De todo modo, ainda que Gerstle reconheça a adesão do Partido Republicano a princípios multiculturalistas, ele ressalta o fim instrumental e político desse tipo de expediente. Segundo ele:

Teria sido errado concluir a partir disso que a maioria dos Republicanos passaram por uma verdadeira mudança de valores no que diz respeito à diversidade. (...) As novas atitudes foram adotadas por parte significativa dos Republicanos de modo relutante ou até mesmo cínico, e devem ser interpretadas primariamente como um uso instrumental do prestígio advindo de uma versão “suave” de multiculturalismo.

Gerstle se posiciona inequivocamente contrário à Guerra do Iraque – sua coluna é escrita e publicada em março, dias antes de o conflito ter início. Sua posição se fundamenta basicamente na simetria que ele traça entre o comportamento norte-americano no plano externo e no plano doméstico. De acordo com ele, a cada vez que os EUA agem de modo unilateral no sistema internacional, o multiculturalismo, domesticamente, é ameaçado. Isto se deve à noção de que no unilateralismo invariavelmente subjaz a premissa de que o modo de vida norte-americano e sua cultura são superiores aos demais, uma crença frontalmente em oposição à do multiculturalismo, portanto.

3.3 Verão e Outono de 2003: esquerda e império²⁸³

É interessante que passemos ao artigo de Nathan Newman²⁸⁴, publicado na edição da *Dissent Magazine* do verão de 2003: *Where the Peace Movement Went Wrong?* Nele, podemos observar algumas das críticas que apareceram nas páginas de *Dissent* dirigidas à esquerda que se opôs às guerras do Afeganistão e Iraque.

O aspecto mais interessante do artigo de Newman é que, em que pese o fato de ele se posicionar contrário à Guerra do Iraque, isso não o impede de apontar o que percebe como sendo

²⁸³ Cf. <http://www.dissentmagazine.org/issue/summer-2003>;

<http://www.dissentmagazine.org/issue/fall-2003>

Acessado em: 30 de dezembro de 2012

²⁸⁴ Newman é advogado e sociólogo. Foi diretor executivo da *Progressive States Network*, uma organização política cuja missão é intervir, segundo uma orientação progressista, no debate público norte-americano. Newman escreve basicamente sobre políticas públicas e o sistema legal dos EUA. Algumas informações profissionais podem ser consultadas em seu endereço eletrônico. <http://nathannewman.org/>

Acessado em: 30 de dezembro de 2012.

algumas incongruências da posição antiguerra. Por exemplo, Newman acentua o fato de que em nenhum momento aqueles que se posicionaram dessa forma propuseram alternativas que soassem mais convincentes do que aquelas propostas pela Casa Branca.²⁸⁵

De acordo com Newman, aqueles que se opuseram à Guerra do Iraque deveriam delimitar estratégias mais efetivas de apoio à população iraquiana – sobretudo no que diz respeito à reestruturação do país após os conflitos “de liberação”. Newman comenta, igualmente, sobre a falha da esquerda, de um modo geral, em lançar campanhas educativas públicas acerca das violações dos direitos humanos que estavam ocorrendo com as populações curdas e xiitas, no Iraque. Quando instados pelo então presidente George H. W. Bush a se insurgirem contra o governo de Saddam, ambos os grupos ficaram desamparados política e militarmente. Newman acentua que embora o ônus principal deva recair sobre os ombros do Partido Republicano (uma vez que a guerra fora travada por eles, bem como toda a macro-estratégia fora por eles desenhada), há também um quinhão de responsabilidade a ser compartilhada com a esquerda norte-americana – que se absteve, ainda que parcialmente, de fornecer a solidariedade devida ao povo iraquiano, segundo ele.

De acordo com Newman, em janeiro e fevereiro de 2003 cerca de apenas um terço da população norte-americana estava disposta a apoiar uma intervenção que ocorresse sem chancela da ONU e sem o apoio significativo dos demais atores do sistema internacional. Em meados de março e abril, esse número havia sido acrescido em 40% da população. É precisamente esse crescimento considerável do suporte da população que Gerstle classifica como sendo fruto de uma inabilidade, de uma falta de coordenação e engajamento da esquerda norte-americana, em fornecer um contra-argumento viável ao discurso oficial. Segundo ele:

Os neoconservadores estavam se organizando intelectualmente há anos, publicando livros, organizando conferências e solidificando seus movimentos de base, a fim de criar uma segura base moral que referendasse sua agenda. Enquanto isso, a esquerda não fazia nada semelhante.

A esquerda se encontrava desorganizada politicamente, e não porque contava com poucos recursos, mas porque seus ativistas apenas não fizeram o trabalho necessário para a criação de um engajamento intelectual sério, junto às suas bases. Não tendo feito isso, sua única posição de “unidade” possível foi a mensagem simplista “Não à guerra”, e ninguém, incluindo os propagandistas pró-Hussein, poderiam falar em nome do movimento antiguerra. A mensagem era muito frágil, e falhou.

²⁸⁵ Cf. <http://www.orthodoxytoday.org/articles/MeadWar.php>

Newman argumenta que um dos principais fatores responsáveis pela eficácia reduzida dos protestos da esquerda contrária à guerra foi a sua fragmentação em uma miríade de grupos com poder relativo de influência cada vez mais restrito. Ademais, Newman argumenta que se a esquerda norte-americana quer obter êxito em suas estratégias políticas, é imperativo que ela tenha uma mensagem de solidariedade internacional que seja persuasiva e que legitime seu discurso.

Na edição do outono de 2003 de *Dissent*, o artigo mais relevante para a nossa análise é saído da pena de Michael Walzer. Trata-se de *Is There an American Empire?*. É importante que agora passemos a ele. Walzer relativiza a influência que os EUA são capazes de exercer no sistema internacional. Segundo ele, igualar capacidade militar com poder de coerção é um modo equivocado de se interpretar a política externa. Walzer ilustra seu argumento mencionando dois episódios que haviam ocorrido pouco antes da Guerra do Iraque ser deflagrada. O primeiro deles foi a tentativa norte-americana de pressionar o governo da Coreia do Sul com relação à questão da Coreia do Norte. A primeira optou por não estabelecer qualquer tipo de parceria política ou militar com os EUA – a despeito do poder deste último. O segundo episódio refere-se à recusa do governo da Turquia em permitir que os EUA utilizassem seu território para invadir o Iraque.

Walzer argumenta que o principal desafio norte-americano seria a capacidade de estabelecer um regime no Iraque que fosse dotado de autonomia e independência. Um regime que fosse capaz, inclusive, de dizer “não” aos EUA e de se mover na direção contrária, se assim julgasse adequado fazê-lo.

Walzer menciona um artigo publicado na edição do verão de 2002 do *World Policy Journal*, escrito por Martin Walker, cujo argumento central é o de que os EUA deveriam adotar uma forma de exercício de poder no sistema internacional denominado “império virtual”. Embora Walzer demonstre algumas reservas com a expressão, suas concordâncias com a proposição de Walker são evidentes.

Walzer não se manifesta contrário à noção de império *per se*, na verdade ele faz uma apologia de um exercício de poder norte-americano que seja imperial, em sua natureza, mas que se detenha diante da soberania dos territórios aliados, do direito internacional e das agências multilaterais. Com efeito trata-se de uma posição razoavelmente análoga ao que intelectuais neoconservadores classificaram de “hegemonia benevolente”²⁸⁶. Trata-se, portanto, de uma visão

²⁸⁶ Cf. <http://www.carnegieendowment.org/1996/07/01/toward-neo-reaganite-foreign-policy/lea>

de mundo inequivocamente informada por uma leitura excepcionalista do papel dos EUA ao redor do globo.

3.4 Inverno de 2003: perguntas e respostas²⁸⁷

Na edição publicada no inverno de 2003, há uma análise aprofundada dos termos nos quais estava sendo estabelecida a Guerra do Iraque. Em editorial assinado novamente por Michael Walzer, há uma explicação acerca do modo pelo qual a presente edição analisada fora estruturada. Algumas perguntas foram encaminhadas para os editores de *Dissent* bem como para alguns colaboradores frequentes.

As questões foram as seguintes: (i) Você apoia a guerra? Sob quais circunstâncias? A atual guerra deveria ser de desarmamento ou de “mudança de regime”?; (ii) Você é a favor de um sistema de inspeção do território iraquiano imposto pela ONU? Você seria a favor do uso da força na imposição e manutenção desse sistema?; (iii) Como você avalia a nova doutrina de guerra preventiva do governo Bush?; (iv) Você integraria algum movimento de oposição à guerra? e (v) Quais deveriam ser os objetivos de longo prazo a serem perseguidos na Guerra do Iraque?

Os seguintes intelectuais responderam as questões: Marshall Berman, Mitchell Cohen, Todd Gitlin, Stanley Hoffman, Kanan Makiya, James B. Rule, Ann Snitow e Ellen Willis.

Iniciemos com os argumentos de Marshall Berman²⁸⁸. Segundo ele, a guerra não deveria ter sido travada tendo em vista o incomensurável custo civil daí decorrente. Além disso, Berman acentua o caráter irônico das contingências da história. Isto é, durante anos um fator de “relativa” estabilidade no Oriente Médio fora o equilíbrio de poder gerado pela rivalidade regional entre Irã e Iraque. Com a “quebra” dessa balança de poder, Berman argumenta que seria possível, inclusive, o estabelecimento de uma parceria entre os dois países – contrária, é claro, aos interesses estratégicos norte-americanos. Segundo ele argumenta:

²⁸⁷ Cf. <http://www.dissentmagazine.org/issue/winter-2003>

Acessado em: 30 de dezembro de 2012.

²⁸⁸ Berman é judeu norte-americano, filósofo e cientista político. Associado ao *City College of New York*, está vinculado ao departamento de Ciência Política. Berman se define politicamente como um “marxista humanista” e é membro do corpo editorial de *Dissent*. Além disso, contribui com inúmeros periódicos. Por exemplo: *The Nation*, *The New York Times Book Review*, *New Left Review*, *New Politics*, entre outros. Sua obra mais conhecida é o livro *Tudo que é sólido Desmancha no Ar*, no qual analisa, através de um sem-número de ferramentas analíticas: romances, poesias, urbanismo etc., os efeitos da Modernidade sobre o homem.

Ironicamente, nos anos recentes, uma força de estabilidade no Oriente Médio tem sido o impasse entre o fascismo teocrático dos islamitas e o fascismo secular do partido Baath iraquiano. Ambos possuem grandes arsenais, e ambos são indiferentes, mesmo extravagantes, acerca do descaso às vidas de seus povos. Por décadas eles estiveram um na garganta do outro, a guerra Irã-Iraque, na década de 1980, provavelmente matou por volta de um milhão de pessoas. Todavia uma invasão americana, mais do que qualquer coisa que eu possa imaginar, pode transformar esses inimigos mortais em aliados instantâneos. Como alguém que se importa com Israel pode contemplar essa hipótese sem nutrir um profundo horror? A propósito, depois do 11 de Setembro, como alguém que se importa com os EUA não pode ver esse horror?

Berman na verdade não responde as perguntas propostas no editorial. Ele se limita a destacar sua oposição à guerra e acentuar a importância dos movimentos antiguerra que historicamente emergem na sociedade norte-americana.

Já Mitchell Cohen, coeditor de *Dissent*, caracteriza o regime baathista iraquiano como sendo singular em sua crueldade política – diverso inclusive de regimes assentados em ideologias similares, como o da Síria, por exemplo. É a partir daí que Cohen argumenta que as únicas opções para os EUA não eram mais “Guerra ou paz” e sim “Mais cedo ou mais tarde”. As únicas perguntas que restavam, segundo Cohen, eram: “Quando?”, “Com que intensidade?” e “O que fazer no pós-guerra?”.

A despeito de seu apoio à guerra, Cohen não hesita em demonstrar seu ceticismo com relação ao governo de George W. Bush. Por exemplo, ele manifesta seu despreço pelo que caracteriza como a falta de planejamento adequado para o pós-guerra no Iraque. Além disso, Cohen se demonstra refratário ao unilateralismo alçado ao *status* de doutrina oficial de política externa. Cohen argumenta, a exemplo de outros articulistas de *Dissent*, que o governo Bush se valeu de um cenário de crise internacional para forçar uma série de medidas radicais de direita em âmbito doméstico. Ele igualmente manifesta repúdio diante da falta de disposição do governo federal em cooperar internacionalmente – tanto com instituições como o Tribunal Penal Internacional quanto na adesão de protocolos, como o de Kyoto, por exemplo.

Ainda que Cohen se posicione contrário à ideia de “guerra preventiva”, ao menos com o *status* de política oficial, ele caracteriza o caso iraquiano como singular, heterodoxo. E, como tal, passível de ser contemplado, por assim dizer, com exceções no que diz respeito às estratégias militares a serem adotadas. Ele argumenta:

Sou desconfiado de palavras como “antecipação” e “preempção” porque elas podem ser abusadas politicamente. Elas não deveriam ser uma doutrina. Todavia elas são apropriadas em alguns casos e as prioridades de Saddam demonstraram o porquê de

ele ser um. Sua busca de capacidade nuclear começou há mais de duas décadas, embora abundantes reservas de petróleo façam com que o Iraque não necessite de energia nuclear. As prioridades de orçamento em Bagdá, após a vasta carnificina da Guerra Irã-Iraque (1980-1988), que Saddam iniciou, se alocaram na indústria de alta tecnologia militar e não na reconstrução civil. A principal preocupação de Saddam, desde que as sanções da ONU começaram, foi suas armas, e não seus cidadãos.

O apoio prestado por Cohen à Guerra do Iraque se fundamenta, basicamente, no que ele chama de “débito moral” que os EUA possuíam com o povo iraquiano. Esse débito moral, segundo ele, teria se agravado com o desfecho da Guerra do Golfo na década de 1990 – quando xiitas e curdos foram instados, como já mencionamos, a se insurgirem contra o governo de Saddam, e não lhes foi legado qualquer apoio norte-americano. Cohen não manifesta qualquer otimismo quanto a instalação de um regime democrático no Iraque (como neoconservadores manifestaram, a propósito), no entanto, ele classifica a derrubada do regime Baath como a única forma possível de os EUA saldarem esse “débito moral” com a sociedade iraquiana.

É igualmente interessante atentarmos para o léxico empregado por Cohen. Segundo ele:

Prestarei apoio aos democratas iraquianos, mesmo que eles sejam poucos em número e suas perspectivas difíceis. Eu sou um antifascista antes de ser antiguerra. Eu sou um antifascista antes de ser um anti-imperialista. E eu sou um antifascista antes de ser anti-Bush.

Creio que essa é uma chave adequada para se compreender em que bases se deu o apoio de alguns intelectuais, vinculados à *Dissent*, à Guerra do Afeganistão e à Guerra do Iraque. Eles caracterizaram ambas as guerras como guerras travadas contra um inimigo fascista. O repertório mobilizado de símbolos e memórias em seus discursos não raro estavam relacionados ao papel que uma determinada geração de intelectuais teve durante a Segunda Guerra Mundial.

É preciso que passemos agora aos argumentos de Todd Gitlin. Gitlin se posicionou contrário à guerra alegando as “consequências imprevistas” advindas de um conflito daquela natureza, naquela região. Segundo ele:

Uma guerra norte-americana no Iraque dificilmente transformará desejos em realidade. O que é mais provável é que traga carnificina e terror. Os riscos são muito grandes para justificar uma guerra. Guerras saem de controle e são, afinal de contas, infernais. Esse é o porquê elas devem ser sempre o último recurso. Nas áreas fronteiriças ao Iraque, há simplesmente muitas formas nas quais essa guerra particular pode sair de controle.

A alternativa proposta por Gitlin fora a utilização de um regime de inspeções mais sofisticado do que aquele que estava em curso na época, além da manutenção das zonas de exclusão aérea. É importante que demos a atenção devida a um aspecto particular da argumentação de Gitlin. Refiro-me aqui à sua ênfase na noção de proporcionalidade. Ele

argumenta, por exemplo, que a resposta dos EUA à ameaça (ou suposta ameaça) iraquiana deveria se dar sob os auspícios do direito internacional. Gitlin cita a resolução unânime do Conselho de Segurança autorizando inspeções irrestritas no território iraquiano – e autorizando, igualmente, o uso de força se assim fosse necessário ao cumprimento das inspeções. Esse seria, de acordo com Gitlin, um uso de força proporcional – portanto legítimo. Diferente da utilização de força tendo em vista uma “mudança de regime”, por exemplo.

É com interesse que lemos Gitlin argumentar que sua oposição à Guerra do Iraque se daria procurando coalizões com realistas e conservadores. Algo incomum se levarmos em conta a polarização política norte-americana durante os anos Bush.

Quando passamos aos argumentos de Stanley Hoffmann²⁸⁹, nos deparamos com argumentos igualmente contrários à Guerra do Iraque. Segundo ele, a guerra só teria recebido o seu apoio sob algumas circunstâncias particulares:

Eu apenas apoiarei uma guerra americana contra o corrente regime iraquiano se (1) ele bloqueasse as inspeções e se negasse a cumprir suas obrigações de se desarmar e se uma política renovada e reforçada de bloqueio e sanções falhasse e (2) se o uso da força fosse apoiado pelo Conselho de Segurança da ONU. Não deveria ser uma guerra de “mudança de regime”.

Hoffmann, a exemplo de Gitlin, se posiciona contrário ao unilateralismo da administração Bush, plasmado sobretudo na noção de “guerra preventiva”. Além disso, Hoffmann igualmente reconhece como legítimo o uso da força se este estiver circunscrito à aplicação do sistema de inspeções liderado pelas Nações Unidas.

Hoffmann argumenta que os objetivos políticos norte-americanos deveriam estar restritos aos seguintes: (i) desarmar o Iraque, não porque ele “odeia os nossos valores” e sim porque ele não cumpriu suas obrigações pós-Guerra do Golfo; (ii) mostrar comprometimento com a “ainda relevante” doutrina de contenção e (iii) zelar para que a integridade territorial do Iraque permaneça inalterada.

O argumento analisado a seguir é o de Kanan Makiya. Seu ponto de vista apresenta algumas similaridades com a visão esboçada por Cohen. Por exemplo, Makiya apoia a Guerra do Iraque assentando-se na premissa de que o regime Baath iraquiano possuía uma natureza excepcional – sem qualquer paralelismo até mesmo com os demais regimes autocráticos do Oriente Médio. Além disso, Makiya também menciona o débito moral dos EUA com o povo iraquiano, advindo do desfecho da primeira Guerra do Golfo, na década de 1990. É igualmente

²⁸⁹ Hoffmann (judeu natural da França) é professor de Ciência Política na Universidade de Harvard – onde foi o responsável pela criação do Harvard's Center for European Studies, em 1968.

importante atentar para o léxico empregado por ele, que caracteriza o regime de Saddam como “totalitário”.

Minha posição se baseia na natureza excepcional do totalitarismo do Partido Baath iraquiano (e, portanto, não se estende aos outros Estados maus ao redor do mundo). Ademais, deriva da experiência histórica particular – desde a Guerra do Golfo de 1991 – que liga os EUA ao Iraque. A consequência da guerra, que deixou um ditador no poder e precipitou um dos mais severos regimes de sanção de períodos recentes, gerou uma extraordinária responsabilidade moral nos ombros dos EUA. Essa responsabilidade não teria existido se não fosse por essa experiência histórica particular.

Com relação às inspeções conduzidas pela ONU, Makiya sinalizou um apoio relutante. Segundo ele, as inspeções deveriam ter um fim instrumental: prover legitimidade à ação norte-americana. Todavia Makiya não cria na eficácia das referidas inspeções. De acordo com ele, o regime de Saddam nunca se desarmaria por completo. A propósito, Makiya sinaliza o seu desconforto com duas expressões utilizadas pela administração Bush: “desarmamento completo” e “mudança de regime”. Segundo ele, ambas as expressões eram indicativas da desorientação política da Casa Branca. Sobretudo a ideia de “mudança de regime” – “an unfortunate phrase because it stops short of what the regime is being changed into”.

Makiya também se posiciona contrário à noção de “guerra preventiva” e à ação de grupos contrários à guerra. Se por um lado seu apoio à guerra ocorre com algum desconforto, ele não hesita em caracterizar os opositores da Guerra do Iraque como meros joguetes nas mãos do regime Baath – “um dos piores regimes políticos, desde a Segunda Guerra Mundial, segundo relatórios da ONU acerca de abusos dos direitos humanos”. Mais uma vez observamos uma menção à Segunda Guerra Mundial – um expediente retórico frequente na argumentação pró-Guerra do Iraque, portanto. Agora é preciso que passemos aos argumentos de James B. Rule.

Rule se posiciona contrário à guerra. Segundo ele, um conflito com o Iraque só seria justificável se houvesse um amplo consenso internacional acerca da ameaça iminente do regime Baath. Rule cria que a melhor alternativa possível seria a implantação de inspeções da ONU, ainda que com a ajuda de força militar auxiliar. De acordo com ele:

Eu sou definitivamente a favor de inspeções agressivas conduzidas pela ONU, mesmo que elas tenham que ser implantadas através de força militar. Ações desta natureza podem incluir visitas não anunciadas a locais suspeitos (...) Uma resposta desta natureza não só ajudará a desarmar o Iraque mas também estabelecerá um valioso precedente, se e quando ações similares forem necessárias em situações de risco futuras.

Rule também demonstra seu ceticismo com relação à doutrina de “guerra preventiva” do governo Bush – algo que, segundo sua percepção, seria uma iniciativa danosa ao funcionamento de um sistema de segurança global e multilateral.

Ele demonstra também sua disposição de integrar as fileiras dos diversos movimentos contrários à Guerra do Iraque. Além disso, enumera dois objetivos norte-americanos com relação ao regime iraquiano: (i) contê-lo até que surgisse uma oposição interna razoavelmente articulada pronta para assumir a liderança do país e (ii) só então preparar uma reintegração adequada do Iraque na comunidade internacional.

Analisemos adiante os argumentos de Ann Snitow. Segundo ela, as noções de “ataque preventivo” e “mudança de regime” nada mais eram que “termos orwellianos” utilizados a fim de cobrir com alguma legitimidade retórica o exercício de poder militar norte-americano.

Segundo Snitow, a maior tarefa de uma esquerda e direita que se quisessem democráticas, e atentas aos dilemas globais, não seria o combate ao terrorismo ao redor do globo, e sim a persecução de um internacionalismo desmilitarizado no sistema internacional

Snitow propõe algumas alternativas ao modelo intervencionista esboçado pela presidência de George W. Bush.

Em primeiro lugar, se posiciona frontalmente contrária ao argumento anti-intervencionista. Segundo ela, a responsabilidade dos EUA no sistema internacional é diretamente proporcional ao seu poder e riqueza. Um EUA isolacionista seria “egoísta, ignorante e perigoso”, afirma. Adiante:

Os EUA precisam trabalhar no sentido de obter relações mais recíprocas. Ao invés da postura de “Hands Off”, necessitamos de uma retórica de cuidado, serviço, resgate, troca e suporte mútuo.

Em segundo lugar, Snitow se posiciona crítica à ideia, tão comum a partir da década 1970, de que aos EUA cabe sempre o maior quinhão de culpa com relação aos problemas globais. Como ela recorda, a partir daquele período, a retórica antiguerra ficou cada vez mais próxima, em tom e substância, do antiamericanismo corriqueiro. A rejeição dos chamados “valores americanos” como hipócritas e assentados em bases falsas contribuiu, segundo ela, para a romantização, por parte da esquerda, de regimes repressivos. Em que pese os problemas advindos da hegemonia norte-americana, Snitow acentua que há um etnocentrismo subjacente à noção de que os demais Estados seriam meramente reativos à influência dos EUA, e não agentes

autônomos, plenamente capazes de realizar suas potencialidades. Snitow ilustra melhor o seu argumento a seguir:

Para que as relações multilaterais funcionem, algum acordo internacional acerca de valores compartilhados será necessário. Mas o *Patriot Act* de George W. Bush cancela esses valores básicos norte-americanos. Em vez de rejeitar os ideais norte-americanos como irremediavelmente comprometidos com o nosso exercício amoral do poder, o movimento pacifista precisa lutar contra a perda dos direitos tradicionais – *habeas corpus*, liberdade de busca e apreensão, liberdade de expressão e de assembleia. Ainda que tenham sido aplicados de modo desigual, esses direitos básicos são conquistas americanas, e a lealdade a eles é a paixão amplamente compartilhada pelos americanos. Esse tipo de patriotismo é um recurso precioso para qualquer resistência e não pode ser colocado de lado, de modo imprudente.

O somatório dessas iniciativas, segundo Snitow, contribuiria para que os EUA adquirissem uma maior legitimidade no plano internacional e, conseqüentemente, aumentasse exponencialmente a credibilidade não só de sua retórica mas também de suas ações políticas no plano externo. É preciso que passemos agora aos argumentos de Ellen Willis (1941-2006)²⁹⁰.

Segundo ela, a Guerra do Iraque deveria encontrar uma oposição organizada na esquerda norte-americana. Sobretudo pelo que Willis entendia ser a hostilidade da “Doutrina Bush” aos princípios basilares do direito internacional. Segundo ela:

Dizer que a política de Bush é uma política de guerra preventiva é um equívoco. Se tivéssemos informações de que um país estivesse se preparando para lançar sobre nós um ataque iminente, e se nós atacássemos primeiro, esse seria um possível ataque preventivo defensivo. Atacar um esconderijo de armas ou mesmo uma fábrica de armas, como os israelenses fizeram ao bombardear o reator nuclear iraniano (fazendo ao mundo um favor, na minha opinião), também poderia ser justificado sob argumentos defensivos. Todavia a Doutrina Bush vai mais além, advogando o nosso direito de fazer guerra com qualquer nação que, de acordo com nosso julgamento, seja percebida como uma ameaça ou como um competidor hostil por poder militar. Isso descarta o princípio de que uma guerra só é legítima quando é uma guerra de defesa de uma agressão.

Willis igualmente ressalta a importância de um ativismo contrário à guerra que se estruturasse sob bases mais sólidas e complexas. Ela aponta como um equívoco corriqueiro dos críticos das intervenções realizadas pela política externa norte-americana, igualar sob um mesmo denominador experiências políticas e históricas diversas como as guerras no Vietnã, na Bósnia, no Afeganistão e no Iraque.

²⁹⁰ Willis (judia, norte-americana e ativista feminista) atuou como jornalista, ensaísta e crítica cultural pelo menos desde a década de 1960. Foi a primeira crítica de música pop, na prestigiada *New Yorker*. Escreveu sobre assuntos variados: de *rock and roll* a críticas ao conservadorismo social norte-americano.

Willis vê com algum ceticismo a influência exercida pelo movimento antiguerra na esquerda dos EUA. Segundo ela:

(...) a absorção da esquerda pelo movimento antiguerra acabou por destruí-la como força real de mudança social. E eu temo que se grande parte da esquerda democrática, que praticamente não existe mais como força organizada, se definir como parte do movimento antiguerra, o novo radicalismo de que precisamos nunca irá emergir.

O papel da política externa norte-americana para o Iraque, segundo Willis, deveria estar circunscrito ao apoio aos movimentos seculares e democráticos iraquianos. A ideia principal, segundo a autora, seria fornecer oposição ao nacionalismo autoritário do Partido Baath, mas não de um modo exógeno, como o proposto pela administração Bush, e sim privilegiando a cultura local, bem como a organização política já existente, ainda que incipiente e fragmentada.

3.5 Primavera de 2004: “vocação antitotalitária”²⁹¹

A edição da primavera de 2004 de *Dissent* atesta a pluralidade de posições acerca da Guerra do Iraque. Iniciaremos, a seguir, pela argumenta o crítica   intervenção, saída da pena de Andrew Arato²⁹².

Arato caracteriza a Guerra do Iraque como uma guerra injusta. “Ilegal, nos termos do direito internacional, e imoral, segundo critérios humanitários e democráticos de uma intervenção”. Além disso, ele classifica o governo norte-americano, em especial as agências de inteligência, como culpado por um crime de agressão – além de responsável pelo logro da imprensa, da oposição Democrata e da sociedade civil, de um modo geral. Segundo ele:

É Igualmente uma guerra profundamente irracional, segundo uma perspectiva realista, que é o padrão das doutrinas de contenção e dissuasão. O fato embaraçoso de que o Iraque não possuía armas de destruição em massa foi um fato provavelmente bem conhecido pelos políticos que deturparam e deram enfoques sensacionalistas nos dados de inteligência no pré-guerra. Eles provavelmente são culpados *apenas* de enganar deliberadamente a imprensa, a oposição Democrata e outros governos, além da população americana. Mas, a despeito de quem eles sejam, os perpetradores podem também ser acusados de um crime internacional de agressão (...). Nós somente podemos esperar que eles sejam punidos através do processo democrático.

²⁹¹ Cf. <http://www.dissentmagazine.org/issue/spring-2004>

Acessado em 30 de dezembro de 2012.

²⁹² Arato   húngaro, professor de Teoria Política e Social no Departamento de Sociologia da *New School University*, em Nova Iorque.

Arato classifica a ocupação norte-americana como ditatorial. Segundo ele, o que estava em curso guardava similaridades com os experimentos coloniais de “educação” e “civilização” de povos não-brancos. Arato pontifica que, uma vez não tendo sido encontradas as armas de destruição em massa iraquianas (a justificativa primária para a intervenção, afinal), o governo Bush se viu forçado a lançar mão de uma nova justificativa que viabilizasse a intervenção: tratava-se agora de se mostrar comprometida com o processo de “democratização” do Iraque.

O problema é que, a partir daí, Arato enuncia um paradoxo em que parte significativa da esquerda norte-americana iria se encontrar. Em que pese todas as críticas possíveis à Guerra do Iraque, Arato sublinha o imperativo moral da adoção de um comprometimento com uma alternativa liberal e democrática. O paradoxo político é que o surgimento de um Iraque liberal, democrático e estável poderia validar o modelo de intervenção conduzido pelo governo Bush. Não é por outro motivo que parte substantiva da esquerda norte-americana se opôs de modo integral e irrestrito à Guerra do Iraque – incorrendo, inclusive, segundo Arato, em um sentimento de *schadenfreude* advindo de cada má notícia relativa à guerra.

Arato argumenta igualmente que o governo norte-americano incorrera em um grande erro ao colocar em prática o seu plano de “desbaathificação” do Estado Iraquiano. Ao optar por retirar da burocracia funcionários de baixo, médio e alto escalão, os EUA tornaram o Estado iraquiano fraco e disfuncional. Segundo ele, os EUA deveriam ter seguido o exemplo de transição democrática ocorrido com o Japão no pós-guerra. Segundo ele:

O único sucesso norte-americano em impor um regime democrático ocorreu no Japão, e o sucesso foi devido, em grande parte, em manter a continuidade do Estado. Eu posso acrescentar que ao invés da tentativa de privatizar a economia do país ocupado e tentar comprar seus recursos-chaves, os EUA auxiliaram os japoneses a estabelecer uma economia mista, com um importante papel a ser desempenhado pelas autoridades públicas.

Arato também argumenta criticamente acerca da hostilidade do governo Bush à noção de multilateralismo. Segundo o autor, as autoridades norte-americanas poderiam ter recorrido à experiência com “nation-building” das Nações Unidas. O caso do Timor Leste, segundo ele, indicaria um bom precedente a ser emulado.

Andrew Arato igualmente desqualifica como alheio à tradição democrática norte-americana o processo de apontamento (direto ou indireto) de um conselho que estabeleceria uma nova Constituição para o Iraque. Segundo ele:

Para aqueles iniciados na tradição de Tom Paine, Thomas Jefferson e James Madison, a autoria constitucional é talvez a dimensão mais significativa da soberania popular. Foi angustiante escutar Donald Rumsfeld e Colin Powell, além do administrador Paul Bremer, falarem repetidamente de si mesmos como nomeadores de um conselho que simplesmente elaboraria uma nova constituição para o Iraque. Tal discurso soou como um convite aberto para que alguém passasse adiante o velho dito de Paine acerca de que “A constituição não é o ato de seu governo, mas de seu povo constituindo um governo.”

É interessante notarmos as similaridades entre o argumento acima destacado (vindo da esquerda) e os argumentos vindos de uma direita de matriz burkeana. Conservadores afeitos ao pensamento filosófico e político de Edmund Burke são céticos com relação a qualquer iniciativa de engenharia social. Isto é, qualquer tentativa de criação de um novo modelo social, econômico, político, que seja exógeno e que não leve em conta as tradições locais, os usos e costumes e a cultura da região na qual ocorre a intervenção, é uma tentativa que deve ser vista com suspeição e receio. Um ponto de vista não tão divergente do esboçado por Arato, portanto.

Ainda na edição publicada na primavera de 2004, há uma entrevista conduzida por Thomas Cushman²⁹³ (em suas próprias palavras “um liberal a favor da Guerra do Iraque”), com Adam Michnik – uma das forças de liderança do movimento Solidariedade e editor do principal jornal diário polonês, a *Gazeta Wyborcza*. Michnik se posicionou a favor da Guerra do Iraque e foi um dos seus mais fervorosos defensores na Europa. A entrevista (ocorrida em Varsóvia, em 15 de janeiro de 2004) confere um senso de proporção consideravelmente maior às questões políticas e filosóficas até então discutidas meramente por intelectuais norte-americanos. Embora, é claro, seja significativo que no raro momento em que alguém “de fora” é instado a se posicionar acerca da guerra, esse alguém escolhido tenha uma opinião favorável ao conflito. É possível afirmar que isso se explica devido a um inequívoco recorte editorial de *Dissent*, é evidente.

A primeira pergunta feita por Cushman é a respeito do apoio de Michnik à guerra. Segundo este último, seu apoio se deu motivado pela natureza do regime político iraquiano. Michnik o classifica como “totalitário”. É imperativo que atentemos agora ao léxico empregado, bem como às analogias históricas evocadas. Quando Michnik argumenta que o regime Baath

²⁹³ Cushman é professor de sociologia no Wellesley College. Sua principal área de interesse é a “sociologia dos intelectuais”. Especialmente no que diz respeito ao apoio prestado por intelectuais de esquerda a ditaduras e regimes fascistas. Cushman é editor-fundador da *Human Rights Review* e editor do *The Journal of Human Rights*. Algumas informações profissionais podem ser consultadas em sua página, hospedada no endereço eletrônico do Wellesley College: http://www.wellesley.edu/Sociology/website_Cushman/

iraquiano é um regime totalitário, ele está propondo uma simetria política com os próprios embates que travou contra o comunismo, durante a Guerra Fria. Além disso, é digno de nota o momento no qual Michnik trata Saddam como um ente não racional (impossível de ser abordado com uma negociação política, portanto), e o compara a Hitler. De acordo com Michnik:

Eu vejo a Guerra do Iraque sob três pontos de vista. O Iraque de Saddam Hussein é um Estado totalitário. É um país no qual o povo é assassinado e torturado. Então estou olhando através dos olhos do prisioneiro político em Bagdá, e dessa perspectiva, eu estou muito grato com aqueles que abriram os portões da prisão e que pararam os assassinatos e a tortura. Segundo, o Iraque era um país que apoiava ataques terroristas no Oriente Médio e ao redor do globo. (...) Ainda que não estejamos certos sobre as ligações, o Iraque foi um dos poucos países que não baixaram suas bandeiras na manhã dos ataques. Existem aqueles que pensam que a guerra poderia ter sido evitada através dos meios pacíficos e democráticos. Mas eu penso que nenhuma negociação com Saddam faria sentido, assim como eu penso que nenhuma negociação com Hitler faria sentido. E ainda há uma terceira razão. A Polônia é um aliado dos EUA. É o nosso dever demonstrar que somos um aliado confiável, leal e previsível. Os EUA necessitam de nossa ajuda, e nós devemos concedê-la. Essa não é somente a minha posição. Essa foi igualmente a posição de Havel, Konrad e outros.

Michnik argumenta que sua posição política com relação à Guerra do Iraque é similar à de György Konrád e à de Václav Havel porque os três lutaram contra regimes totalitários no passado. É igualmente interessante destacarmos o momento no qual Cushman argumenta que a posição de Michnik com relação à guerra está diretamente relacionada à sua própria experiência como “revolucionário, antifascista e anticomunista” – inscrevendo assim a posição pró-Guerra do Iraque no mesmo continuum político que a “vocação antitotalitária” de outrora. Michnik afirma que, na verdade, apoiar a Guerra do Iraque foi uma decisão fácil. Segundo ele:

(...) a vida me ensinou que se alguém está sendo chicoteado e alguém está chicoteando essa pessoa, eu devo estar sempre do lado da pessoa chicoteada. Sempre critiquei a política externa norte-americana por esquecer que os EUA devem defender aqueles que precisam ser defendidos. Eu me posicionaria contra a política externa norte-americana se ela apoiasse Saddam Hussein, e eu sempre critiquei os EUA por apoiar regimes militares na América Latina.

Cushman, em determinado momento, indaga Michnik como é possível conciliar a crítica aos sistemas ideológicos assentados em perspectivas utópicas (crítica esta que Michnik fez ao longo de toda sua vida pública) com o apoio a um governo como o de Bush, igualmente movido por objetivos utópicos – a própria noção de mudança de regime sendo a mais patente dessas perspectivas. Ele argumenta que não considerava utópico o projeto de instalação de um regime democrático no Iraque. De acordo com ele, tratava-se de um projeto válido ainda que se

trata-se de uma democracia razoavelmente disfuncional – segundo Michnik, ainda assim algo preferível a um Estado totalitário. A analogia que ele estabelece é com a Rússia: “I don't like many things in today's Russia, but we have to say that there is a difference between Putin and Stalin”.

Cushman aponta a situação de paradoxo em que Michnik se encontra. Se por um lado o intelectual polonês destaca o “imperativo moral” de se depor Saddam, ao mesmo tempo ele não hesita em solapar o direito internacional na hora de fazê-lo. Michnik, por sua vez, contra-argumenta que o direito internacional e as instituições multilaterais não poderiam ser dignas de credibilidade uma vez que, naquele momento, era a Líbia (um regime então flagrantemente hostil aos direitos humanos e às liberdades básicas) quem chefiava a Comissão de Direitos Humanos, em Genebra.

Para Michnik a política externa do governo Bush não era perigosa. O que era perigoso, isto sim, eram as justificativas dadas por Bush a essas mesmas políticas. Ele argumenta:

Eu considero que é sempre perigoso fazer argumentos políticos de um modo religiosamente ideológico. E é sempre perigoso tratar como traidores do país aqueles que pensam de forma diferente. Eu considero que é muito perigoso usar a política externa para conseguir objetivos políticos em âmbito doméstico. Todavia, ainda assim, a decisão de depor Hussein foi correta e justa. É claro, você pode ganhar a guerra e perder a paz, e é disso que tenho medo agora. Eu tenho medo desse espírito ascendente de triunfalismo nos EUA. Então, se o presidente Bush me perguntasse, eu iria aconselhá-lo a utilizar a ONU no Iraque. Eu procuraria uma reconciliação com os países da Europa Ocidental que criticaram a Guerra do Iraque. Eu penso que é um erro não usar a estrutura da OTAN nessa guerra. É impossível para os EUA lidar com o mundo inteiro sem ter ninguém com quem contar. Os EUA precisam buscar aliados... ele deve reunir os países europeus.

Cushman igualmente aponta o que julga ser outra ambiguidade no discurso de Michnik. Ele se refere ao fato de que, durante toda a Guerra Fria, o dissidente polonês advogou estratégias de resistência não-violentas. No entanto, agora, se opondo ao regime de Saddam, Michnik passara a apoiar uma alternativa militar. Cushman se indaga em que circunstâncias e o quê exatamente fundamenta essa inflexão. Seu entrevistado discorre:

Não consigo lembrar de nenhum texto meu onde eu disse que alguém deveria combater Hitler sem o uso de violência; eu não sou um idiota. Contra (o premiê polonês Wojciech) Jaruzelski você podia se opor sem violência, mesmo contra Brezhnev. Isso é claro se você olha para (os dissidentes soviéticos) Andrei Sakharov e Aleksandr Solzhenitsyn. No regime de Saddam, o único lugar no qual a oposição se encontra é no cemitério. (...)

Há ditaduras nas quais você pode se opor sem o uso da violência, por exemplo, o Império Britânico na Índia. Porém no Terceiro Reich de Hitler, essa possibilidade não existia.

Com relação ao segmento acima destacado, é interessante notarmos que, mais uma vez, nos deparamos com uma analogia estabelecendo similaridades entre Saddam e Hitler. Neste ponto, Cushman recorda a Michnik que muitos críticos da Guerra do Iraque (críticos poloneses como Jacek Kuron²⁹⁴, por exemplo) se opuseram à estratégia retórica de propor simetrias entre Saddam e Hitler. No entanto, segundo Michnik:

Bem, é óbvio que Saddam não é Hitler. Pol Pot também não era Hitler. Minha questão fundamental é o que Saddam Hussein teria que fazer para o meu querido amigo Jacek ter que concordar que ele é tão mau quanto Hitler? O que mais ele precisaria fazer? Invadir a Polônia e construir câmaras de gás em Auschwitz uma vez mais?

Ainda que Michnik tenha prestado apoio à Guerra do Iraque, é interessante destacarmos o seu ceticismo com o que viria a ser o pós-guerra. Por exemplo, ele sublinha a falta de sensibilidade norte-americana ao lidar com a cultura, bem como com a sociedade iraquiana. De acordo com ele, a Secretaria de Estado deveria ter deslocado um número maior de pessoas familiarizadas culturalmente e politicamente com o Iraque – coisa que não ocorrera, segundo sua avaliação.

3.6 Inverno de 2004: “ocupações justas e injustas”²⁹⁵

A edição de *Dissent* publicada no inverno de 2004 é uma edição especial, histórica. Trata-se da edição comemorativa de cinquenta anos da revista. Começamos pelo artigo escrito por Mitchell Cohen, acerca da trajetória histórica de *Dissent*.

Cohen menciona algumas das ideias e eixos temáticos cobertos ao longo dos cinquenta anos do periódico. Segundo ele:

Verificando os artigos publicados nos últimos cinquenta anos, você encontrará argumentos acerca da natureza do capitalismo, do socialismo, da democracia e do impacto da Guerra Fria. Também encontrará discussões acerca do macarthismo e cultura de massas. Você vai encontrar avaliações das políticas liberais e conservadoras, além de raiva dirigida ao racismo norte-americano e ao desastre do Vietnã. Você vai encontrar descrições dos movimentos políticos e momentos políticos, além de reflexões sobre cultura e as contra-culturas, feminismo, pluralismo e os sentidos da desigualdade social. Você vai encontrar autores

²⁹⁴ Membro histórico da oposição à República Popular da Polônia. Falecido em 2004, Kuron (educador, historiador e ativista) chegou a exercer por duas vezes a função de Ministro do Trabalho e de Políticas Sociais.

²⁹⁵ Cf. <http://www.dissentmagazine.org/issue/winter-2004>

pensando a respeito do fim do comunismo, o crescimento da globalização e as vicissitudes decorrentes do *status* de superpoder dos EUA. Cinquenta anos cobrem muita política, contenda e ideias.

Cohen menciona que, para muitos, é estranho que *Dissent* ainda se classifique como sendo um periódico de esquerda. Estranho porque, após anos de propaganda conservadora, os termos “liberal” e “esquerda” foram intensivamente associados ao que seriam aspectos nocivos da experiência política norte-americana. Acerca deste tópico, Cohen discorre:

Alguns leitores podem achar estranho o fato de que *Dissent* ainda se intitule um periódico de ideias de “esquerda” e opiniões de “esquerda”. A palavra “esquerda” não está em voga nos dias de hoje. É ainda menos popular do que o termo “liberal”, e igualmente não estava em voga quando surgiu a primeira edição de *Dissent*. Conservadores norte-americanos tentaram, por décadas, estigmatizar os termos “liberal” e “esquerda”, e obtiveram um sucesso público considerável em fazê-lo. Seus esforços foram facilitados pelo fato histórico de que os EUA – em contraste com boa parte da Europa Ocidental –, nunca tiveram um partido socialista de massas que se distinguisse dos comunistas não-democráticos por um lado e dos conservadores não-igualitários, de outro. Quando você pronuncia a palavra “esquerda”, conservadores americanos conjuram imagens dos assassinatos em massa stalinistas com inspirações totalitárias, das implosões de economias nacionalizadas, do apoio a ditadores de terceiro-mundo (gritando “liberação”, enquanto se batem com seus críticos) e de acadêmicos esnobes pós-modernos, capazes de justificar quase qualquer coisa a favor do Outro. O quadro geral não é atraente.

Segundo Cohen, a constituição política de *Dissent* é plural, no que isso se refere aos diversos matizes da esquerda norte-americana. *Dissent* fora fundada por intelectuais que costumavam se identificar como “socialistas democráticos”. Ainda hoje há intelectuais que assim se classificam politicamente e lá escrevem. Cohen também menciona os “*social liberals*”²⁹⁶, os “social-democratas” e a chamada “esquerda liberal” – além, claro, daqueles que rejeitam qualquer tipo de classificação política. Irving Howe, o fundador de *Dissent*, costumava afirmar: “preferíamos a socialização das preocupações à socialização dos meios de produção”.

Cohen discorre ainda acerca das origens intelectuais que animaram o surgimento de *Dissent*. Irving Howe, Emmanuel Geltman e Stanley Patrik (todos eles membros fundadores da revista) tiveram uma trajetória política em comum. Todos os três foram trotskistas – o que, de acordo com Cohen –, os imunizou das “racionalizações políticas dos partidos comunistas”. Em seguida, esses intelectuais se rebelaram contra as próprias premissas formativas de suas visões políticas e abraçaram um radicalismo democrático em consonância filosófica com os EUA – assentado, é evidente, no que seriam “idiomas” e “valores” tipicamente norte-americanos.

²⁹⁶ Optei por grafar a expressão no original, tendo em vista que não há um análogo simétrico em português.

É precisamente esse tipo de radicalismo, calcado numa ideia de americanismo – isto é, de valores que informariam a experiência histórica, política e cultural norte-americana –, que caracteriza a orientação política de *Dissent* (ainda que esta orientação seja de contornos difusos, e muitas vezes, opacos).

Ainda na mesma edição, há um artigo emblemático da posição liberal pró-guerra: *A Friendly Drink in a Time of War*, escrito por Paul Berman²⁹⁷. Ele argumenta que embora a Guerra do Iraque estivesse sendo travada por um conservador, ela contava com o apoio de um número significativo de intelectuais identificados com a esquerda política. Berman exemplifica sua posição citando os nomes de alguns europeus que apoiaram a guerra, como Adam Michnik, Václav Havel e mesmo Tony Blair – um trabalhista, porém classificado por ele como “uma espécie de socialista”.

Berman caracteriza a Guerra do Iraque como uma “guerra antifascista”. Segundo ele, seis motivos principais justificariam o fato de a maior parte da esquerda norte-americana ir na contramão de sua avaliação política.

Em primeiro lugar, Berman menciona a singular falta de carisma de George W. Bush. Para Berman, Bush seria uma figura pública “particularmente repulsiva” – algo que teria “cegado a esquerda para a percepção da urgência da conjuntura atual”. Berman aponta ainda que a esquerda nutriria uma espécie de *schadenfreude* a cada erro político cometido pela administração Republicana.

Em segundo lugar, Berman menciona aquilo que muitos chamam de “*blame America first*”. Isto é, de acordo com ele, grande parte da esquerda teria a tendência de acreditar que os problemas enfrentados no plano externo pelos EUA, emanariam, essencialmente, dos próprios EUA.

Em terceiro lugar, argumenta que um sentimento latente de anticolonialismo faria com que a esquerda visse um aliado em potencial no regime Baath iraquiano – ou, ao menos, uma vítima das circunstâncias, explorada pelo império norte-americano.

Em quarto lugar, Berman aponta que, no esforço de exercitar uma atitude de alteridade cultural, a esquerda norte-americana teria chegado a conclusões racistas e etnocêntricas. Isto é:

²⁹⁷ Berman (membro do corpo editorial de *Dissent* e editor contribuidor da *New Republic*) se notabilizou pela aplicação do conceito de “totalitarismo” às guerras combatidas no pós-11 de Setembro, além ser um de seus mais proeminentes apologetas.

A esquerda não vê porque, muitas pessoas em seus esforços bem intencionados de respeitar as diferenças culturais, concluíram que os árabes, por razões inescrutáveis, gostam de viver sob ditaduras grotescas e não são capazes de nada além disso, ou não estarão prontos pelos próximos quinhentos anos, e árabes liberais devem ser considerados como inautênticos. O que quer dizer, que muitas pessoas, guiadas por seus próprios princípios nobres de tolerância cultural, acabaram por adotar atitudes para com os árabes que só podem ser classificadas como racistas.

Berman lamenta o que seria a decadência dos principais valores da esquerda: o universalismo e a preocupação com as minorias oprimidas. Segundo ele, uma disposição política animada por um espírito universalista contribuiria para que a esquerda se engajasse em um projeto de intervenção no Iraque. Em um dado momento, Berman chega a disparar ironicamente: “Social-democracia para os suecos! Tirania para os árabes! E isso era para ser uma atitude de esquerda?”. Com relação às minorias oprimidas, Berman menciona a situação dos curdos iraquianos – que, de acordo com ele, tinham agora a primeira oportunidade política efetiva de insurreição contra um regime despótico que até então os perseguira sistematicamente.

Em quinto lugar, menciona o que classifica como uma tendência geral na esquerda norte-americana de culpar o Estado de Israel por parte substantiva dos problemas no Oriente Médio. E, sendo assim, igualmente uma tendência geral em enxergar a população árabe essencialmente como vítima, e nunca como agressora.

Em sexto e último lugar, ele discorre acerca da incapacidade da esquerda dos EUA em notar o que seriam as similaridades existentes entre o regime Baath iraquiano e o regime nazista. O problema, contudo, é que Berman não esclarece quais seriam essas semelhanças. Uma vez que as supostas similaridades históricas não são evidenciadas, os elementos retóricos destacados por Berman soam como meramente instrumentais – isto é, evocando-se o combate ao nazismo, a ideia de se combater o terror se torna mais persuasiva e a ameaça emanada do regime Baath se torna mais crível, verossímil.

Passemos agora aos argumentos de Michael Walzer, acerca das justificativas morais da intervenção no Iraque.

Em artigo intitulado *Just and Unjust Occupations*, Walzer discorre sobre os dilemas decorrentes da condução de um processo idôneo de pós-guerra, em território iraquiano. Segundo ele, não há uma relação imediata entre as posições tomadas durante a guerra e as posições que seriam tomadas no pós-guerra. Ou, pelo menos, as primeiras não teriam o poder de determinar as últimas. Isto é, os critérios morais pelos quais a guerra foi pautada não condicionariam as ações que ocorreriam a partir da ocupação efetiva.

De acordo com Walzer, há basicamente duas principais posições acerca de que tipo de

ação os EUA deveriam empreender após ter removido Saddam do governo. A primeira, mais modesta, diz respeito à volta imediata das tropas para casa. Já a segunda, menciona a responsabilidade advinda do início da guerra. Isto é, uma vez que tropas tenham sido mobilizadas na intervenção, agora haveria um comprometimento tácito com o bem-estar do povo iraquiano. Mais que isso, segundo essa posição, os EUA deveriam se comprometer com os recursos que garantissem o início de uma reconstrução política e econômica do país.

Quanto a isso, Walzer enumera alguns dos principais objetivos a serem perseguidos, idealmente. Em primeiro lugar, o governo que sucederia o de Saddam deveria ser eleito pelo povo iraquiano – ou ao menos ser popularmente reconhecido como legítimo.

Em segundo lugar, minorias deveriam estar protegidas de qualquer tipo de perseguição política.

Em terceiro, Estados vizinhos igualmente deveriam estar seguros diante de um Iraque pós-Saddam.

E, por último, os mais pobres deveriam estar protegidos da fome e das privações mais extremas. No entanto, a administração Bush focou menos nos referidos objetivos e mais na ideia de que um Iraque baseado em um regime plenamente democrático e federalista deveria ser o principal objetivo a ser buscado – o que, na prática, se mostrou de difícil consecução.

Walzer também se mostrou cético com relação à aparência inicial do chamado “processo de reconstrução do Iraque”. Sobretudo no que dizia respeito à distribuição de contratos a companhias politicamente conectadas aos EUA. Walzer temia que a legitimidade do processo de reconstrução saísse minada após esse tipo de expediente conduzido pelo governo norte-americano. Segundo ele:

Uma ocupação justa custa dinheiro, não produz dinheiro. (...) Eles clamam levar democracia ao Iraque, e todos nós esperamos que consigam. Mas com muito mais velocidade e efetividade eles levam ao Iraque o capitalismo de compadrio que hoje prevalece em Washington. E isso mina a legitimidade da ocupação e coloca seus supostos objetivos democráticos em perigo. A distribuição de contratos às companhias norte-americanas com conexões políticas é um escândalo. Mas faria alguma diferença se a ONU estivesse distribuindo contratos a companhias politicamente conectadas à França, à Alemanha e à Rússia? Em ambos os casos, deve haver alguém regulando a conduta das companhias – não apenas suas honestidade e eficiência mas também sua disposição em empregar gradualmente administradores e técnicos iraquianos competentes, bem como em compartilhar autoridade com os mesmos. Uma agência internacional com reputada imparcialidade seria o ideal, mas mesmo reguladores norte-americanos, através de um mandato do Congresso, funcionariam melhor do que se não fosse empregada qualquer regulação. A combinação de unilateralismo com *laissez-faire* é uma receita para o desastre.

O argumento central de Walzer é o de que a comunidade internacional, de um modo geral, deveria participar ativamente da reconstrução iraquiana. Ainda que a oposição frequentemente levantada por diversos países tenha sido a de que a Guerra do Iraque teria sido uma “guerra de escolha”, moralmente e politicamente desnecessária, Walzer argumenta que a participação de diversos agentes da comunidade internacional redundaria no benefício geral do sistema internacional. E se o benefício advindo de um Iraque democrático e estável (ainda que relativamente democrático e relativamente estável) seria compartilhado por diversos Estados, por que não haver um comprometimento ativo e efetivo dos referidos Estados? Essa é a indagação feita por Walzer. Segundo ele, aliás, um antídoto efetivo contra o comportamento unilateral norte-americano no Iraque teria sido o comprometimento dos países integrantes da União Européia, no processo de reconstrução do pós-guerra. Todavia, segundo Walzer, o futuro iraquiano dependia de um equilíbrio particularmente frágil. Se por um lado a União Européia gostaria de compartilhar autoridade sem compartilhar responsabilidade, os EUA gostariam de compartilhar custos sem compartilhar autoridade. Algo politicamente insustentável, portanto.

3.7 Verão de 2006: sobre “mudança de regime”²⁹⁸

Em artigo intitulado *Regime Change and Just War*, Michael Walzer discorre acerca de como a noção de “mudança de regime” foi frequentemente utilizada como uma causa supostamente justa para se travar a Guerra do Iraque. Em primeiro lugar, Walzer recorda um dos expedientes retóricos frequentemente adotados na defesa da intervenção de 2003: compará-la à mudança de regime ocorrida na Alemanha, no pós-guerra. Walzer recorda que um dos pontos que diferencia as duas experiências históricas e, portanto, invalida a analogia, é o fato de que o que os Aliados fizeram após a vitória da Segunda Guerra Mundial foi *restaurar* o regime democrático alemão. Algo bem diverso do que seria tentado no Iraque, onde não havia qualquer tipo de experiência anterior nesse sentido.

Outro aspecto evidenciado por Walzer, que diferenciaria as duas experiências, foi o fato de que a mudança de regime ocorrida na Alemanha foi a consequência da Segunda Guerra, e não sua justificativa. Quando Polônia, França e Inglaterra declararam guerra, não estava em questão a mudança ou não do regime político alemão. De acordo com os critérios que fundamentam o

²⁹⁸ Cf. <http://www.dissentmagazine.org/issue/summer-2006>

princípio filosófico da Guerra Justa, tratava-se de uma “guerra justa paradigmática”. Isto é, tratava-se de uma articulação de resistência a uma agressão armada. Outro aspecto importante ressaltado por Walzer é a ideia de que houve um imperativo moral para que o regime nazista fosse substituído, não somente devido às frentes de batalhas particularmente agressivas que travava, mas principalmente devido ao genocídio que perpetrou.

Walzer prossegue acerca da particularidade da Guerra do Iraque – sobretudo no que se refere à doutrina de ataque preventivo da administração Bush. Segundo ele:

Assim, o caso iraquiano não é similar ao alemão, ao japonês ou ao (hipotético caso) de Ruanda. A Guerra do Iraque não é a resposta a uma agressão ou mesmo uma intervenção humanitária. Sua causa não foi (assim como foi em 1991) um real ataque iraquiano em um Estado vizinho ou mesmo uma ameaça iminente de ataque; nem era um real massacre que estava em curso. A causa foi a “mudança de regime”, diretamente – o que significa que o governo norte-americano estava advogando por uma significativa expansão da doutrina de *jus ad bellum*. A existência de um regime agressivo e assassino, ele argumentou, é uma causa suficiente para a guerra. Mesmo que o referido regime não esteja de fato engajado em qualquer agressão ou assassinato em massa. Em termos mais familiares, tratava-se de um argumento para uma guerra preventiva, mas a razão para um ataque preventivo não foi a percepção padrão de que uma mudança perigosa na balança de poder “nos” deixaria frágeis diante “deles”. Foi uma percepção radicalmente nova de um regime mau.

Walzer se posiciona contrário à ideia de que a noção de “mudança de regime”, por si, fornecia uma justificativa legítima para a Guerra do Iraque. Segundo ele, uma intervenção militar deve estar a serviço do impedimento de algum mal que está em curso, e não do impedimento de algum mal *possível de ocorrer*. A intervenção, segundo ele, deve se assentar segundo justificativas concretas e não hipotéticas.

Por fim, Walzer argumenta que para se compreender a Guerra do Iraque, é imperativo que se dê atenção à política de contenção que estava em curso até então. A referida política era composta basicamente de três elementos.

Em primeiro lugar, da prevenção da entrada de armas em território iraquiano – o que afetava igualmente a entrada de produtos farmacêuticos e de alimentos.

Em segundo lugar, de inspeções organizadas pela ONU, a fim de impedir o desenvolvimento de armas de destruição em massa pelo governo de Saddam.

Em terceiro lugar, do estabelecimento das chamadas zonas de exclusão aérea ao sul e ao norte do território iraquiano.

O problema, entretanto, é que com relação ao sistema de contenção, segundo Walzer, há uma leitura ambígua quanto ao êxito de sua aplicação. Por um lado ele foi exitoso – basta recordar que o regime de Saddam foi impedido de adquirir armas de destruição em massa e

igualmente de perpetrar qualquer tipo de violência em larga escala contra a população iraquiana. No entanto, foi insuficiente sob o ponto de vista da prevenção da guerra.

A causa primária da falha do sistema, de acordo com Walzer, foi a disposição unilateralista norte-americana para a guerra – que a todo o momento a favoreceu, em detrimento da contenção. Todavia, ele discorre a respeito de outro aspecto que serviu, ainda que de forma menos evidente, para minar a aplicação do sistema. Segundo ele, os Estados que se opuseram à Guerra do Iraque, frequentemente o fizeram argumentando que a contenção estava funcionando. O problema é que os Estados que assim argumentavam há muito já não estavam comprometidos com a aplicação multilateral do sistema de contenção.

De acordo com Walzer, a ação militar unilateral norte-americana pode ser entendida como uma consequência da hesitação dos demais Estados em contribuir ativamente para a formação de um sistema de segurança coletiva cuja prioridade fosse a contenção do Iraque. Ele argumenta:

A contenção do Iraque de Saddam começou como um empreendimento multilateral, mas no final foram os americanos que acabaram fazendo quase todo o trabalho. Se houvesse muitos Estados, ou talvez apenas um número um pouco maior, comprometidos com a aplicação do embargo, insistindo nas inspeções, com aviões sobrevoando o norte e o sul do Iraque, a revogação unilateral do sistema de contenção pelo governo dos EUA não teria sido possível (ou, pelo menos, não teria sido fácil como foi). Tivesse sido o sistema de contenção um projeto internacional, o poder norte-americano teria, ironicamente, sido igualmente contido por ele.

Segundo Walzer, portanto, a melhor alternativa para se impedir a ação unilateral dos EUA no conflito de 2003 teria sido o comprometimento do maior número possível de agentes, desde o início, com o sistema de contenção aplicado ao Iraque. Algo que não ocorrera, deixando a intervenção norte-americana com poucos “freios e contrapesos” à sua consecução.

3.8 À guisa de balanço acerca da Guerra do Iraque

Na edição do inverno de 2002, Walzer avança acerca das justificativas de uma intervenção humanitária. De acordo com ele, a “mera opressão” de um povo, por seu governo, não é condição suficiente para que forças armadas solapem a soberania de um determinado território. Todavia, se o que está em curso é um processo de “limpeza étnica”, uma intervenção passa a ter a devida legitimidade. Segundo ele, em situações em que não há uma oposição articulada, não raro cerceada pelo governo de turno, a única hipótese de haver uma mudança política efetiva é com o auxílio externo. E, neste caso, segundo Walzer, há que ser evitado o “custo da inação”.

Aqui é significativo atentarmos para o seu argumento acerca de ações unilaterais. De

acordo com ele, é sempre preferível que intervenções ocorram de modo multilateral. No entanto, quando Estados voluntariamente optam por se abster, e há uma limpeza étnica em curso ou um genocídio, esses mesmos Estados que voluntariamente se abstiveram conferem tacitamente legitimidade de ação ao Estado que decidir intervir, ainda que unilateralmente. Até porque, de acordo com Walzer, uma atitude de neutralidade enquanto ocorre uma limpeza étnica ou um genocídio não é o equivalente moral a uma atitude de neutralidade dirigida a uma guerra regular que está em curso. O primeiro caso, de acordo com ele, demanda uma urgência moral muito maior e significativa. Como ele argumenta, as consequências de uma guerra são imprevisíveis. No caso de um massacre, no entanto, a previsibilidade do desfecho é bem maior.

Na edição de inverno de 2003, Mitchell Cohen esboça um argumento que exemplifica bem a posição daqueles que apoiaram as guerras do pós-11 de Setembro. Isto é, ao mesmo tempo em que manifesta despreço à Doutrina Bush (sobretudo à ideia de uma guerra preventiva), ele inscreve a Guerra do Iraque em uma tradição de combate antifascista e anti-imperialista da esquerda.

Na mesma edição, observamos Todd Gitlin se posicionar contrário à Guerra do Iraque. É curioso, uma vez que ele havia tecido duras críticas aos argumentos do movimento antiguerra no momento que antecedeu a intervenção no Afeganistão. Sua maior objeção, com relação à guerra de 2003, se deu devido à possibilidade do conflito atingir Estados fronteiriços da região e a situação sair do controle norte-americano. Gitlin temia que pudesse haver uma mudança significativa na balança de poder no Oriente Médio, com resultados imprevisíveis para os EUA.

No mesmo número, Stanley Hoffmann se manifesta contrário à guerra. Segundo ele, a redação e promulgação da Constituição iraquiana deveria ocorrer de modo autóctone e não deveria, portanto, refletir crenças, valores e tradições exógenos.

Há, ainda, a entrevista de Adam Michnik a Thomas Cushman nesta edição. Nela, o dissidente polonês se posiciona favorável à Guerra do Iraque. No entanto, demonstra algum ceticismo com o que classifica como o “espírito triunfalista” do governo Bush. Além disso, argumenta que seria de suma importância que os EUA buscassem um entendimento com os países da Europa Ocidental que criticaram a guerra, bem como com a ONU. Ademais, Michnik discorre a respeito da importância de integrar a estrutura da OTAN na Guerra do Iraque. Suas reservas com o conflito dizem respeito, basicamente, à condução, e não às justificativas que o embasaram.

Na análise dos argumentos empregados sobre o Iraque, notamos algumas divergências

diante daqueles que foram utilizados com relação à Guerra do Afeganistão. Tomemos o caso de Walzer, por exemplo. Recorro aqui a seus argumentos porque eles possuem proeminência inequívoca ao longo das edições de *Dissent* que analisei. Basicamente dois pontos principais da condução da Guerra do Iraque foram questionados por Walzer. Em primeiro lugar, a replicação daquilo que ele classificou como um “capitalismo de compadrio”. Isto é, empresas e demais grupos capitalistas que possuíam boas relações com Washington passavam a obter inúmeros contratos relativos ao processo de reconstrução do Iraque. Em segundo lugar, Walzer se opõe à iniciativa unilateral de ataque preventivo ao Iraque lançada pelo governo Bush. Enquanto Walzer se referiu à Guerra do Afeganistão como uma “guerra humanitária”, uma “guerra de liberação”, com relação ao Iraque ele se dirigiu de modo bem diverso. Walzer acentuou, por exemplo, que o conflito de 2003 não era sequer a resposta a uma agressão. Além disso, argumentou que não havia qualquer similaridade entre a intervenção de 2003 e a Segunda Guerra Mundial (frequentemente evocada nas defesas às iniciativas militares do governo Bush) e mesmo ao genocídio ocorrido em Ruanda. Houve de fato uma inflexão com relação ao tom de seus argumentos, se compararmos sua reação às guerras lançadas em 2001 e 2003, respectivamente.

Com relação a não utilização das edições de 2005, isso se deve ao fato de que todas abordaram assuntos diversos do eixo temático pelo qual procurei me pautar nesta dissertação.

Inicialmente, e durante parte significativa da redação desta dissertação, tomei como um axioma a ideia de que *Dissent* não possuía qualquer linha editorial definida. Isto é, acreditei que não somente seus articulistas publicavam com total autonomia, mas também que não havia qualquer tipo de direcionamento editorial neste ou naquele sentido – no que diz respeito ao tom, ao tema, ao tipo de abordagem e às ênfases e omissões dos textos. Percebi, entretanto, que estava cometendo uma avaliação equivocada.

Se por um lado é verdade que todos os articulistas de *Dissent* escrevem com autonomia intelectual, e, até onde é possível perceber, sem qualquer tipo de ingerência dos editores, não é possível afirmar que as decisões acerca da seleção das pessoas que escrevem a cada edição se deem de modo aleatório. Durante o período coberto pelo meu corte temporal, dois foram os principais editores de *Dissent*: Michael Kazin e Michael Walzer. Embora os dois não possuam eles mesmos completa afinidade intelectual, é possível afirmar que pelo menos um grande elemento de convergência entre ambos foi identificável ao longo das edições analisadas: um descontentamento pronunciado com os argumentos e táticas da esquerda antiguerra.

É seguro afirmar, portanto, que a seleção dos autores que escreveram nas edições de

2000-2006 se deu de acordo com um *bias* contrário à esquerda antiguerra. Mesmo os autores antiguerra que foram publicados – e aqui é importante notar que isso ocorreu de modo muito mais prolífico durante a Guerra do Iraque –, basicamente se comportaram de modo reativo. Isto é, eles basicamente se defenderam de críticas e acusações de outros articulistas (como Walzer, Cohen, Berman etc.) acerca de uma suposta tibieza e hesitação de seus discursos contrários às guerras.

A reação dos intelectuais de *Dissent*, sobretudo daqueles que apoiaram as guerras, igualmente pode ser explicada pelo que Schlesinger classificou como o impulso de moralização das questões relativas à política externa. De acordo com ele:

(...) razões morais cinicamente exploradas podem fazer menos mal ao mundo que razões morais ardentemente aceitas como verdade. A compulsão de converter conflitos de interesse em conflitos entre o bem e o mal prejudica a diplomacia, que é, antes de mais nada, a composição de interesses conflitantes. A moralização desloca as relações do modo político, que é condicional, para o modo ideológico, que é incondicional. E a moralização muitas vezes acaba por combinar as mais elevadas intenções com as consequências mais calamitosas. “Eu não gosto de acertar numa aldeia”, disse um piloto americano a um jornalista no Vietnã. “A gente sabe que está matando mulheres e crianças. Mas tem de decidir que a causa da gente é nobre e que a tarefa precisa ser executada.” Quanto mais ardorosamente a pessoa decidir que sua causa é nobre, tanto mais facilmente rejeitará qualquer acomodação e lutará pela vitória final dos princípios a que serve. Pouca coisa tem sido mais nefasta em política internacional que a retidão excessiva.²⁹⁹

O pós-11 de Setembro demonstrou que a esquerda política norte-americana é mais diversa do que em geral se supõe. O embate endógeno mais evidente foi acerca do papel a ser desempenhado pelos EUA no sistema internacional. Alguns argumentaram que uma visão mais restrita e parcimoniosa do poder norte-americano era o conveniente naquele momento. Outros advogaram pela projeção internacional de poder, orientada segundo fins morais. O principal ponto aqui é que aqueles que se posicionaram a favor da Guerra do Afeganistão e da Guerra no Iraque o fizeram agindo de acordo com o que julgavam ser valores políticos e filosóficos de esquerda. Isto é, a agência norte-americana no pós-11 de Setembro foi defendida segundo critérios humanitários e solidários. Longe dos argumentos paroquialistas comumente associados à retórica conservadora, o que vimos emergir de *Dissent* foi um apelo interventor pautado por uma ideia análoga à noção kantiana de cosmopolitismo.

²⁹⁹ SCHLESINGER Jr., Arthur. *Os Ciclos da História Americana*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1992. p. 82-83.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciei esta pesquisa, minha ideia inicial era empreender uma busca acerca das motivações, oblíquas ou evidentes, que levaram intelectuais associados à esquerda política (em sua diversidade de matizes) a apoiar iniciativas militares de um governo federal conservador. Na verdade, mais que isso. A ideia inicial era cotejar os discursos pró-guerra de intelectuais de esquerda com os discursos pró-guerra de intelectuais de direita – neoconservadores, especificamente. E, a partir daí, descrever e analisar os elementos retóricos de convergência e divergência entre ambos os grupamentos. No entanto, algumas modificações (umas discretas, outras severas) ocorreram de lá pra cá.

Em um primeiro momento, acreditei que uma possibilidade de explicação para as apologias às guerras do pós-11 de Setembro, emanadas da esquerda norte-americana, seria a presença de elementos culturais, de longa duração, não necessariamente circunscritos a somente uma determinada tradição intelectual. Valores, memórias e um repertório comum, mesmo um léxico político comum, talvez pudessem ser identificados tanto nos apologetas de esquerda quanto naqueles identificados com a direita. Em resumo, eu estava lidando com o conceito de cultura política, como chave cognitiva para a compreensão do problema que tinha em mãos.

A hipótese de uma cultura política compartilhada me parecia razoável, uma vez que segundo suas definições mais correntes (Rodrigo Patto Sá Motta e Sirinelli, por exemplo) trata-se de algo fluido, dinâmico e permeável a influências exógenas (da mesma forma que capaz de ser agente e exercer influência, bem entendido). Da mesma forma que seria um equívoco tratar a ideia de cultura política de modo intercambiável com a noção de ideologia política (igualmente polissêmica, aliás), seria igualmente equivocado propor uma simetria entre agremiação política e cultura política. Não há esse simétrico perfeito. Uma cultura política hipotética x pode muito bem influenciar, ainda que de modo desigual, diferentes agremiações políticas hipotéticas y e z. Daí minha hipótese inicial, de que haveria um substrato filosófico, político e cultural, comum a intelectuais de esquerda e direita, nos EUA, isso explicaria a convergência discursiva de muitos deles. Isso explicaria, talvez, o porquê de iniciativas políticas do Partido Republicano terem sido tão bem acolhidas pelo Partido Democrata.

De todo modo, inicialmente classifiquei aquilo que alguns autores chamaram de wilsonianismo, como uma cultura política. Este, pensei, seria o principal elo a unir polos distintos da arena política norte-americana na defesa das guerras do Afeganistão e do Iraque. Na caracterização do que é o wilsonianismo, recorro aos argumentos utilizados por G. John

Ikenberry³⁰⁰. Segundo ele, seis ideias principais constituem suas bases epistemológicas.

Em primeiro lugar, a noção de que a fundação de uma ordem pacífica deve sempre se assentar sob uma comunidade de Estados democráticos. A guerra é um produto típico de “sistemas sociais antiquados”. Uma vez que o sistema internacional seja composto de Estados com governos transparentes e que respeitem o Estado de Direito, a paz estará assegurada.

Em segundo lugar, a ideia de que o livre comércio e as trocas sociais e econômicas, daí advindas, exercem um papel modernizador e civilizatório nos Estados, minando a tirania, o oligopólio e fortalecendo a construção de uma comunidade internacional.

Em terceiro lugar, a perspectiva de que a lei e os organismos internacionais de cooperação igualmente exercem um efeito modernizador e civilizatório nos Estados. Embora aqui seja interessante fazer um pequeno aparte. Segundo Ikenberry, é importante que não tomemos de modo anacrônico esse princípio. Isto é, a própria visão de Wilson deve ser vista como condicionada (mas não determinada) pelo contexto histórico em que ele viveu – os EUA do século XIX. Sua compreensão do direito internacional não estava associada à noção de um corpo jurídico internacional, primariamente formal, legalmente vinculador, de comprometimentos que mitigariam a soberania de um Estado, transferindo-a, ainda que parcialmente, a um ente supranacional. Sua visão estava mais associada a uma dinâmica socializante, criadora de normas e expectativas que os Estados iriam, gradativamente, adotando em seus próprios ordenamentos jurídicos internos.

Em quarto lugar, uma ordem pacífica estável deveria ser construída em torno do que Wilson caracterizou como uma “comunidade de poder”. Isto é, em torno da noção de segurança coletiva. Um sistema de pacificação deveria estar comprometido com controle de armas, desarmamento, autodeterminação e liberdade de navegação. Essas ideias teriam sido plasmadas na Liga das Nações.

Em quinto lugar, todas essas condições (democracia, segurança coletiva, comércio, direito) seriam possíveis porque Wilson cria que a História se movia de modo unidirecional e progressivo. Isto é, de um jeito modernizador e evolutivo. Foi isso que ele chamou de “a nova ordem das coisas”. E, é evidente, nessa “nova ordem das coisas”, caberia aos EUA o papel de liderança. Sobretudo no combate às antigas noções autocráticas, militaristas e despóticas ao redor

³⁰⁰ IKENBERRY, G. John. *Woodrow Wilson, the Bush Administration, and the Future of Liberal Internationalism*. In: IKENBERRY, G. John; KNOCK, Thomas J.; SLAUGHTER, Anne-Marie; SMITH, Tony. *The Crisis of American Foreign Policy: Wilsonianism in the Twenty-First Century*. United States of America: Princeton University Press, 2008.

do globo. Um horizonte democrático e regido pela lei deveria se avizinhar, portanto. Acabei mencionando a sexta característica. Isto é, acerca do papel a ser desempenhado pelos EUA no sistema internacional.

Segundo Ikenberry, a visão de Wilson encarnava a um só tempo um internacionalismo liberal e um imperialismo liberal (ou um intervencionismo liberal). Se por um lado havia o comprometimento com os valores democráticos e pacíficos, como aqueles expressos nos 14 Pontos de Wilson, por outro lado não podemos ignorar as intervenções militares no México, em 1914 e 1916.

Durante algum tempo pensei que essas ambiguidades e tensões discursivas caracterizariam o fenômeno que observei ocorrer em *Dissent*. No entanto, julguei mais adequado descartar essa hipótese – uma vez que a ânsia por inscrever fenômenos micro na longa duração (a discussão encontrada em *Dissent* na assim chamada tradição wilsoniana) poderia, involuntariamente, minimizar particularidades, especificidades históricas, e igualar desiguais. Tudo a fim de preservar uma taxonomia que, em um primeiro momento, pareceu-me adequada. Não seria uma iniciativa analítica prudente, portanto.

Outra questão importante que contribuiu para a invalidação do uso que eu faria do wilsonianismo, foi a maior atenção que passei a dar a períodos históricos mais recentes. Isto é, no momento em que procurei ajustar minha perspectiva e a minimizei, um encadeamento histórico mais coerente passou a emergir. Meu problema inicial era compreender por que intelectuais associados à esquerda política norte-americana prestaram apoio às guerras travadas no pós-11 de Setembro. Todavia, a iniciativa de se utilizar o wilsonianismo como categoria analítica não evidenciava qualquer resposta que procurava – pior, talvez adicionasse umas tantas outras perguntas. Tampouco olhar para o 11 de Setembro como ponto de inflexão parecia auxiliar em qualquer coisa. É Tony Smith³⁰¹ quem vem com uma elaboração interessante acerca do meu problema. O fenômeno observado em *Dissent* pode ser lido como a manifestação de uma visão política informada pelo que ele chamou de “internacionalismo liberal”. Aqui é imperativo que deixemos claro que não me refiro aqui à tradição política liberal norte-americana – ciente que estou acerca das ambiguidades e paradoxos intrínsecos ao campo da chamada *liberal-left*. Refiro-me aqui, isto sim, a um conjunto de visões e leituras de mundo que dizem respeito, *estritamente*, ao papel a ser exercidos pelos EUA no sistema internacional.

³⁰¹ SMITH, Tony. *America's Mission: The United States and the Worldwide Struggle for Democracy in the Twentieth Century*. New Jersey: Princeton University Press, 1994.

O internacionalismo liberal não está circunscrito (e não é limitado) a meramente pessoas que esposam uma visão política liberal. Trata-se de algo mais complexo. Podemos encontrar elementos retóricos em parte da esquerda norte-americana (como é o caso dos intelectuais de *Dissent*, por exemplo) como até mesmo em conservadores (como é o caso observado no argumento de alguns neoconservadores).

De acordo com Smith, para compreender a influência do internacionalismo liberal no pós-11 de Setembro temos que nos deter no contexto cultural e político decorrente do fim da Guerra Fria. Segundo ele, três fatores primordiais informam o porquê daquilo que caracteriza como “imperialismo liberal” ter conseguido adquirir proeminência nessa agenda.

Em primeiro lugar, e mais relevante, Smith sublinha a importância da emergência da “teoria da paz democrática”. Trata-se, simplificando, do argumento de que democracias não entram em guerra com outras democracias. Segundo esse argumento, governos democráticos têm uma disposição maior em dirimir conflitos através de cooperação e resoluções pacíficas com suas repúblicas irmãs. De acordo com essa ideia, as práticas não-violentas estabelecidas entre sociedade e Estado, em âmbito doméstico, “contaminariam” as relações exteriores desses mesmos Estados. Uma vez que sociedades que vivem sob governos democráticos estão integradas economicamente e através de instituições multilaterais, a propensão para a violência tende a diminuir consideravelmente. Smith exemplifica seu argumento com a ilustração do caso da União Européia – segundo ele, uma região fratricida que, em duas gerações, conseguiu estabelecer uma zona de paz e relativa (mais relativa ainda, após a crise do euro, é evidente) prosperidade ao abraçar um credo liberal internacionalista.

O caso da Europa Ocidental, de acordo com aqueles que advogam a “teoria da paz democrática” (que argumentam que se trata de uma teoria empiricamente verificável), poderia ser um exemplo a ser emulado ao redor do globo. Segundo eles, o governo norte-americano deveria ver a promoção da democracia e dos direitos humanos como um fator de interesse nacional. Como Smith recorda, a ideia seria transformar o estado de natureza hobbesiano (no qual a vida seria cruel, brutal e breve) naquilo que Kant definiu como “paz perpétua”.

Em segundo lugar, Smith aponta que basicamente durante o período compreendido entre as décadas de 1950 e 1980, o *mainstream* acadêmico norte-americano era muito refratário a qualquer noção de que uma democracia poderia ser implantada, em um Estado qualquer, via intervenção militar. Ele cita, por exemplo, os argumentos contidos em *Polyarchy*, livro de Robert Dahl – segundo Smith, um dos trabalhos mais relevantes e representativos no que diz respeito à

literatura que se ocupou dos processos de democratização ao redor do mundo. De acordo com Dahl, os processos de democratização são muito complexos e precariamente compreendidos, o que é, segundo ele, motivo suficiente para que adotemos uma postura cética para com qualquer dessas iniciativas.

No entanto, um fator conjuntural atuou como uma inflexão na tendência até então observada no *mainstream* acadêmico dos EUA: o fim da Guerra Fria. A abertura de mercados e a onda democrática que se seguiu, chegando a lugares díspares como (a antiga) Tchecoslováquia, Chile, Polônia, Coreia do Sul, Hungria e África do Sul, para citar apenas alguns exemplos, mudou a percepção geral relativa à viabilidade das transições democráticas ao redor do globo. Havia um êxito aparente no processo que estava em curso. Isto é, havia a emergência, em âmbito internacional, de uma classe média relativamente próspera e da interdependência entre os diversos povos.

Em 1990, observamos o aumento do número de organizações humanitárias em território norte-americano. Além do fato de que alguns “grandes homens” (como Vaclav Havel, Nelson Mandela e João Paulo II) influenciaram, de um jeito ou de outro, a política internacional na direção de um futuro mais democrático e igualitário.

Logo a ideia de que a conjunção de “grandes homens” com “grandes ideias”, sob determinadas conjunturas históricas, poderia atuar decisivamente no sucesso dos processos de transição democrática, adquiriu cada vez mais proeminência. Afinal de contas, não havia sido essa a história da própria Revolução Americana e do surgimento da Constituição dos EUA? Se processos de democratização ocorreram na Polônia, na Hungria, no Chile e na África do Sul, e se todos esses processos culminaram na criação de regimes mais ricos, mais livres e mais pró-americanos, por que não acreditar que algo análogo poderia ocorrer com a Turquia, com a China e com a Rússia, por exemplo?

O terceiro fator primordial para compreendermos a emergência do internacionalismo liberal, veio do direito internacional – que passara a relativizar e redefinir o conceito de “soberania”. “Direito de intervir” virou “dever de intervir”, uma vez que um Estado não honrasse sua “responsabilidade de proteger”. As experiências históricas dos genocídios ocorridos em Ruanda e na Sérvia (durante a década de 1990) atuaram na construção de uma percepção, agora amparada por fundamentos legais internacionalistas, de que se um Estado não fornece segurança à vida de seus cidadãos, ou pior, se ele os persegue sistematicamente, logo ele renuncia tacitamente ao direito a sua soberania. Portanto, organismos multilaterais como a ONU e a

OTAN passam a ter a prerrogativa de intervenção.

De acordo com Smith, foi precisamente a conjunção desses três fatores que propiciou a emergência de uma metanarrativa de caráter liberal internacionalista. Como já argumentei, essa metanarrativa foi utilizada não somente por liberais, mas igualmente por esquerdistas e direitistas. Essa é uma explicação possível para boa parte dos argumentos pró-Guerra do Afeganistão e pró-Guerra do Iraque, encontrados em *Dissent*. Existem, é claro, algumas dificuldades conceituais. Como uma visão de mundo neocon (com seu pessimismo antropológico) poderia ser conciliável com um entendimento internacionalista liberal da política externa, no qual a cooperação e o entendimento mútuo são meios e fins possíveis de serem obtidos? A conjuntura internacional, nesse particular, atuou como um facilitador na conciliação de campos, aparentemente, inconciliáveis. Na verdade, aproximações entre os dois grupamentos já estavam em curso pelo menos ao longo da década de 1990 – quando alguns intelectuais de esquerda se posicionaram no sentido de influenciar a administração Clinton a atacar Slobodan Milosevic, no que foram prontamente apoiados pelo coro neoconservador.

Uma preocupação que quero deixar evidente aqui é no sentido de não minimizar as diferenças entre intelectuais de esquerda e os neoconservadores que apoiaram as guerras do pós-11 de Setembro. Os intelectuais de *Dissent*, de um modo geral, não pensavam em si mesmos como nacionalistas ou apologistas do império. Pelo contrário. Em regra, eles se viam como cosmopolitas movidos por um impulso político historicamente associado à esquerda: solidariedade.

A conjunção do histórico de desrespeito aos direitos humanos do regime de Saddam e o argumento neocon de que a ação norte-americana redundaria em fins benéficos para o Iraque e para o Oriente Médio como um todo, persuadiu muitos intelectuais de esquerda a prestarem apoio à intervenção de 2003. É claro que as consequências da inação multilateral durante o genocídio ocorrido em Ruanda potencializaria o discurso daqueles que advogavam agora pela atuação ativa no sistema internacional.

Além dos casos que examinei extensivamente nos capítulos 2 e 3 (refiro-me aqui, claro, aos intelectuais de *Dissent*, sobretudo, mas igualmente a Christopher Hitchens, Vaclav Havel e a Adam Michnik) é interessante que passemos ao caso referente a Michael Ignatieff, mencionado por Smith.

Mesmo Ignatieff, historiador proeminente, fundador e então diretor do Carr Center for Human Rights Policy, da Kennedy School of Government, na Universidade de Harvard, apoiou a

administração Bush, fornecendo justificativas intelectuais para a Guerra do Iraque. Segundo ele, parte significativa das organizações pró-direitos humanos “pareciam estar mais ultrajadas com a possibilidade de ação norte-americana do que com os abusos que um dia denunciaram”. É Ignatieff, inclusive, quem vai utilizar a expressão “império humanitário”. Uma vez que os EUA estivessem em território iraquiano, o objetivo seguinte seria “reordenar toda a região”. No entanto, a exemplo dos intelectuais de *Dissent*, sempre deixara claro o seu descontentamento com o unilateralismo norte-americano, bem como com a falta de suporte multilateral da Guerra no Iraque.

Em uma analogia com o processo de independência norte-americano, Ignatieff insinua, inclusive, que os EUA deveriam atuar no caso iraquiano de modo análogo ao que a França atuou com relação as 13 Colônias.

Acerca do suposto caráter imperialista da esquerda norte-americana pró-direitos humanos, é igualmente interessante passarmos à análise de David Rieff³⁰². Segundo ele, durante a Guerra do Vietnã, na década de 1960, e nas “guerras por procuração” dos EUA na América Central, na década de 1980, a estratégia retórica usual da esquerda humanitária dos EUA era denunciar os abusos cometidos pelo seu próprio governo, e denunciar a influência nociva de sua hegemonia e (desproporcional) influência no sistema internacional – era uma estratégia antiimperialista, portanto. De acordo com Rieff, todavia, um ponto de inflexão discursivo ocorreu durante os massacres nos Bálcãs, durante a década de 1990. A percepção de um suposto “momento unipolar” vivido pelos EUA aguçou a ideia de que, se massacres e abusos humanitários podem ser detidos por via militar, então os EUA possuem o dever moral de fazê-lo.

Rieff menciona também que um fator adicional circunstancial explicaria o impulso intervencionista militar de parte da esquerda norte-americana. Segundo ele, as operações de paz conduzidas pela ONU falharam, de um modo geral, durante a década de 1990. E mesmo os tribunais *ad hoc* para a antiga Iugoslávia e Ruanda, bem como o Tratado de Banimento de Minas Terrestres e o Tribunal Penal Internacional, só poderiam, segundo Rieff, serem vistos como um trabalho ainda em curso. De acordo com ele, “ninguém nutria seriamente a expectativa de que qualquer um desses instrumentos pudesse evitar uma nova Ruanda”³⁰³.

Rieff argumenta, ainda, que o tipo de ambiguidade existente entre o ativismo norte-

³⁰² RIEFF, David. *At The Point of a Gun: Democratic Dreams and Armed Intervention*. United States of America: Simon & Schuster, 2005.

³⁰³ *Ibid.* p. 162.

americano pró-direitos humanos pode ser ilustrado à perfeição na figura de Samantha Power. Ele menciona o livro *Genocídio: A Retórica Americana em Questão*, como o exemplo mais bem acabado do que é o argumento “imperialista humanitário”. Em linhas gerais, trata-se de “um chamado às armas” aos que acreditam no exercício humanitário e benevolente do poder norte-americano no plano externo. Power acusa um sem-número de governos (de ambos os partidos) de omissão, ou mesmo de atuação conjunta a regimes despóticos, ao longo do século XX. Segundo ela, mesmo em casos nos quais a retórica oficial do governo dos EUA assumia tons morais, o comportamento, invariavelmente, era pragmático, pautado segundo interesses econômicos e estratégicos.

Rieff menciona também o nome de Michael Ignatieff como alguém que, a exemplo de Power, estava comprometido intelectual e politicamente com a construção de um “imperialismo humanitário”. Rieff discorre acerca da compreensão de Ignatieff de que “os EUA seriam a última esperança de democracia e estabilidade para países como Iraque, Somália e Haiti”.

Segundo ele, mesmo quando ativistas pró-direitos humanos como Power se posicionaram contrários à condução da Guerra no Iraque, eles criticaram, em regra, a condução (decisões políticas e militares, principalmente) da guerra pelo governo Bush, mas nunca a decisão em si. A propósito, isso não se aplica a Ignatieff, que a momento algum foi contrário ou mudou de posição a respeito do conflito – sempre foi favorável.

Um argumento análogo é feito por Tony Judt, em seu *Reflexões Sobre um Século Esquecido 1901-2000*. No entanto ele se refere ao termo “liberal”, que distingue como o equivalente a uma centro-esquerda, de acordo com a arquitetura política norte-americana. Ele argumenta:

Sem dúvida, os defensores liberais de Bush se desapontaram com seus esforços. Todos os jornais que citei e muitos outros publicaram editoriais criticando a política de encarceramento de Bush, o uso da tortura e acima de tudo a incompetência básica evidenciada pela guerra do presidente no Iraque. Mas aqui também a Guerra Fria oferece uma analogia reveladora. Como os admiradores ocidentais de Stálin, após as revelações de Krushev, ressentiram-se com o ditador soviético menos por seus crimes do que por desacreditar o marxismo que professavam; do mesmo modo, defensores intelectuais da Guerra do Iraque – entre eles Michael Ignatieff, Leon Wieseltier, David Remnick e outras figuras proeminentes da elite liberal norte-americana – não concentraram seus lamentos na catastrófica invasão (que todos apoiaram), e sim na incompetência da execução. Eles se irritaram com Bush por ele dar má fama à “guerra preventiva”.³⁰⁴

³⁰⁴ JUDT, Tony. *Reflexões Sobre um Século Esquecido 1901-2000*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2008. p. 429.

Voltando aos argumentos de Rieff, sua conclusão é a de que a “esquerda humanitária” norte-americana não é capaz de fornecer uma oposição sólida aos efeitos nocivos da projeção de poder dos EUA porque os direitos humanos se tornaram, “ainda que aplicados de modo inconsistente”, aquilo que classificou como “a ideologia oficial do império norte-americano”.

Rieff classifica como “milénarista” a crença da esquerda (sobretudo da norte-americana, mas não somente dela) na promoção dos direitos humanos ao redor do globo. A agenda humanitária, inclusive, para ele se tornou uma espécie de “religião secular” dos EUA.

O próprio Rieff admite já ter advogado a presença militar dos EUA – nos Bálcãs e na região dos Grandes Lagos, na África Oriental. No entanto, ele argumenta que, por exemplo, no caso dos Bálcãs, seu argumento se afinava mais com suas próprias afinidades políticas e menos com a esquerda humanitária. Isto é, ele pensava que a forma mais viável de derrotar os nacionalistas e fascistas seria contar com o apoio militar dos EUA. No entanto, ele via a criação de um regime plenamente democrático, conduzido por entes externos, com ceticismo e preocupação.

Tony Judt destaca uma ambiguidade interessante, presente na esquerda norte-americana pró-Guerra do Afeganistão e pró-Guerra do Iraque. Segundo ele, durante todo o tempo esses intelectuais procuraram se distinguir “das ilusões e mitos da velha esquerda”. No entanto, esses mesmos intelectuais reproduziram, talvez de modo inconsciente, alguns dos “piores” traços característicos à política e ao debate praticado por essa velha esquerda. Judt enuncia:

Talvez eles se vejam do outro lado; mas eles revelam a mesma mistura de fé dogmática e provincianismo cultural, isso sem mencionar um entusiasmo exuberante pelas violentas transformações políticas, às custas de outros povos, que marcaram seus companheiros de viagem, predecessores atuantes durante a divisão ideológica da Guerra Fria. A utilidade dessas pessoas a regimes ambiciosos e radicais é amplamente conhecida. Na verdade, intelectuais áulicos do gênero foram inicialmente identificados pelo próprio Lênin, que cunhou o termo que melhor os define. Hoje, os guerreiros de poltrona dos Estados Unidos são “inocentes úteis” da Guerra contra o Terror.³⁰⁵

Judt também recorda que o fenômeno observado nos EUA não ficou ali circunscrito. Alguns intelectuais da esquerda europeia igualmente forneceram defesas vigorosas das iniciativas militares do governo de George W. Bush. Foi o caso de Adam Michnik (que, como foi visto, não à toa foi entrevistado por Thomas Cushman em *Dissent*), Vaclav Havel e André Glucksman. Judt arrisca uma hipótese explicativa que dá conta da face europeia deste fenômeno.

³⁰⁵ Ibid. p.430-431.

Segundo ele, a partir da década de 1980, especialmente no Leste Europeu, a agenda dos direitos humanos provocou uma reordenação da ordem política, “deslocando alianças políticas convencionais como base para a ação coletiva”. O efeito gerado, de acordo com Judt, foi uma pronunciada inflexão de linguagem. Essa transformação retórica gerou o que Judt chamou de “envolvimento abstrato dos direitos” e de “posição ética inflexível” direcionada a regimes considerados malignos. O comprometimento com esse tipo de ética universalista cobrou um preço caro, segundo ele. As escolhas políticas passariam cada vez mais a ser apresentadas em termos binários. Noções como “Mal”, “Guerra ao Terror” e “islamofascismo” tornar-se-iam então muito mais persuasivas. Judt argumenta que esse tipo de inflexão de análise levou a um sem-número de intelectuais confundir sua própria retidão moral com a “miopia” política da administração Bush.

O fenômeno observado em *Dissent* é complexo e desafia as mais variadas interpretações. Ainda que possamos argumentar que as reações observadas, os discursos examinados e a retórica empregada dos intelectuais estudados se articulem com aquilo que classifiquei como “cultura política *liberal left*”, e que, portanto, inferências possam ser feitas a partir daí, é mais prudente examinarmos esse fenômeno político em sua particularidade, uma vez que analogias históricas podem derivar em um terreno instável e de contornos indefinidos.

É seguro concluir que parte da esquerda norte-americana, no ímpeto de se dissociar do que classificava como hesitação e fraqueza de tom no movimento antiguerra, adotou uma retórica “dura” e significativamente beligerante no pós-11 de Setembro – ainda que, como vimos, essa retórica estivesse invariavelmente associada à persecução de valores progressistas. Ainda assim, assistimos um segmento significativo da esquerda basicamente se comportar de modo reativo. Receosa de perder o apoio popular para a retórica nacionalista e militarista da direita, que ganhara potência e reverberação com os atentados, esse segmento da esquerda se deixou guiar por princípios absolutos morais que viabilizaram, ironicamente, o êxito de um sem-número de políticas e ações dessa mesma direita. O caso analisado em *Dissent* exemplifica este argumento à perfeição.

FONTES

A) Dissent Magazine Back Issues: 2000-2006:

<http://www.dissentmagazine.org/issue>

B) Referências Bibliográficas:

AMBROSIUS, Lloyd E. *Wilsonianism: Woodrow Wilson and His Legacy in American Foreign Relations*. New York: Palgrave Macmillan, 2002.

ARON, Raymond. *República Imperial: Os Estados Unidos no Mundo do Pós-Guerra*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

BACEVICH, Andrew J. *The New American Militarism: How Americans are seduced by war*. New York: Oxford University Press, 2005.

BALINT, Benjamin. *Running Commentary: The Contentious Magazine that transformed the Jewish Left into the Neoconservative Right*. New York: Public Affairs, 2010.

BEINART, Peter. *The Good Fight*. New York: HarperCollins, 2006.

_____. *The Icarus Syndrome: A History of American Hubris*. New York: Harper, 2010.

BELL, Daniel. *O Fim da Ideologia*. Brasil: Editora Universidade de Brasília, 1980.

BERCOVITCH, Sacvan. *The American Jeremiad*. Madison: University of Wisconsin Press, 1978.

BERLOWITZ, Leslie; DONOGHUE, Denis; MENAND, Louis. (org.) *A América em Teoria*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1993.

BERMAN, Paul. *Terror and Liberalism*. New York: Norton, 2004.

_____. *Power and the Idealists: Or, The Passion of Joschka Fischer, and its Aftermath*. Brooklyn, NY: Soft Skull Press, 2005.

_____. *A Tale of Two Utopias: The Political Journey of the Generation of 1968*. New York: W. W. Norton & Company, 1996.

_____. *The Flight of the Intellectuals*. Brooklyn: Melville House Publishing, 2010.

BLOOM, Alexander. *Prodigal Sons: The New York Intellectuals and Their World*. New York: Oxford University Press, 1987.

BOWDITCH, Alyssa e ETZIONI, Amitai. (ed.), (2006), *Public Intellectuals: An Endangered Species?*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers INC.

BROWN, Michael E.; LYNN-JONES, Sean M.; MILLER, Steven E. *Debating the Democratic Peace*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1996.

BUCHANAN, Patrick J. *A Republic Not an Empire*. Washington: Regnery Press, 2002.

_____. *Where The Right Went Wrong*. New York: St. Martin's Griffin, 2005.

CHOMSKY, Noam. *11 de Setembro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COHEN, Nick. *What's Left? How Liberals Lost Their Way*. Great Britain: Harper Perennial, 2007.

COLE, Darrel. *When God Says War is Right: The Christian's Perspective on When and How to Fight*. Colorado Springs: Waterbrook Press, 2002.

COTTEE, Simon; CUSHMAN, Tomas (ed.). *Christopher Hitchens and His Critics: Terror, Iraq and the Left*. New York: New York University Press, 2008.

CUSHMAN, Thomas. (ed.) *A Matter of Principle: Humanitarian Arguments for War in Iraq*. Los Angeles: University of California Press, 2005.

_____.; RODDEN, John. *George Orwell: Into the Twenty-First Century*. Boulder: Paradigm Publishers, 2004.

DAWLEY, Alan. *Changing the World: American Progressives in War and Revolution*. Princeton: Princeton University Press, 2003.

DEPOE, Stephen P. *Arthur M. Schlesinger, Jr., and the Ideological History of American Liberalism*. Alabama: The University of Alabama Press, 1994.

DIGGINS, John Patrick (ed.) *The Liberal Persuasion: Arthur Schlesinger Jr. and the Challenge of the American Past*. Princeton: Princeton University Press, 1997.

_____. *Why Niebuhr Now?* Chicago: The University of Chicago Press, 2011.

EHRMAN, John. *The Rise of Neoconservatism*. New Haven: Yale University Press, 1996.

FRIEDMAN, Murray. *The Neoconservative Revolution: Jewish Intellectuals and the Shaping of Public Policy*. New York: Cambridge University Press, 2005.

FUKUYAMA, Francis. *O Dilema Americano: Democracia, poder e o legado do neoconservadorismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

GADDIS, John Lewis. *Surprise, Security, and the American Experience*. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

GLEASON, Abbott. *Totalitarianism: The Inner History of the Cold War*. New York: Oxford University Press, 1995.

HARTZ, Louis. *The Liberal Tradition in America*. New York: A Harvest Book, 1991.

HITCHENS, Christopher. *A Vitória de Orwell*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *A Long Short War: The Postponed Liberation of Iraq*. New York: Plume, 2003.

_____. *Amor, Pobreza e Guerra*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

_____. *Hitch-22*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2011.

HODGSON, Godfrey. *The Myth of American Exceptionalism*. Michigan: Sheridan Books, 2009.

IKENBERRY, G. John; KNOCK, Thomas J.; SLAUGHTER, Anne-Marie; SMITH, Tony. *The Crisis of American Foreign Policy: Wilsonianism in the Twenty-First Century*. Princeton: Princeton University Press, 2008.

JACOBY, Russel. *O Fim da Utopia: política e cultura na era da apatia*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

JEFFERS, Thomas L. (ed.) *The Norman Podhoretz Reader*. New York: Free Press, 2004.

JUDT, Tony. *Reflexões Sobre um Século Esquecido 1901-2000*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2008.

JUMONVILLE, Neil (ed.). *The New York Intellectuals Reader*. New York: Routledge, 2007.

KAGAN, Robert.; KRISTOL, William. *Present Dangers: Crisis and Opportunity in American Foreign and Defense Policy*. San Francisco: Encounter Books, 2000.

_____. *Do Paraíso e do Poder: Os Estados Unidos e a Europa na nova ordem mundial*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

_____. *Dangerous Nation*. New York: Alfred A. Knopf, 2006.

_____. *O Retorno da História*. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

KAZIN, Michael. *The Populist Persuasion: an American History*. Ithaca: Cornell University Press, 1995.

KRISTOL, Irving. *Neoconservatism: The Autobiography of an idea*. New York: Elephant Paperback, 1999.

_____. *The Neoconservative Persuasion: Selected Essays, 1942-2009*. New York: Basic Books, 2011.

LEVIN Jr., N. Gordon. *Woodrow Wilson and World Politics: America's Response to War and Revolution*. Oxford: Oxford University Press, 1968.

LIND, Michael. *Made in Texas: George W. Bush and the Southern takeover of American Politics*. New York: Basic Books, 2003.

LUCAS, Scott. *The Betrayal of Dissent: Beyond Orwell, Hitchens and the New American Century*. London: Pluto Press, 2004.

MANN, James. *Rise of the Vulcans: The History of Bush's War Cabinet*. New York: Penguin Books, 2004.

MANN, Michael. *O Império da Incoerência: a Natureza do Poder Americano*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

MATTSON, Kevin. *Intellectuals in Action: The Origins of the New Left and Radical Liberalism, 1945-1970*. University Park: The Pennsylvania State University Press, 2002.

_____. *When America was Great: The Fighting Faith of Postwar Liberalism*. New York: Routledge, 2004.

MAKIYA, Kanan. *Cruelty and Silence: War, Tyranny, Uprising, and the Arab World*. New York: W. W. Norton & Company, 1994.

_____. *Republic of Fear: The Politics of Modern Iraq*. California: University of California Press, 1998.

MCAULIFFE, Mary Sperling. *Crisis on the Left: Cold War and American Liberals, 1947-1954*. Amherst: The University of Massachusetts Press, 1978.

MCDUGALL, Walter A. *Promised Land, Crusader State: The American Encounter with the World Since 1776*. New York: Mariner Books, 1997.

MELZER, Arthur M. *et al* (ed.), (2003), *The Public Intellectual: Between Philosophy and Politics*. New York: Rowman & Littlefield Publishers INC.

MORONE, James A. *Hellfire Nation: The Politics of Sin in American History*. New Haven: Yale University Press, 2003.

NASH, George. *The Conservative Intellectual Movement in America: since 1945*. Wilmington: Basic Books, 1976.

NIEBUHR, Reinhold. *The Irony of American History*. Chicago: The University of Chicago Press, 2008.

NINKOVICH, Frank. *The Wilsonian Century: U.S. Foreign Policy Since 1900*. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.

PERLMUTTER, Amos. *Making World Safe for Democracy: A Century of Wilsonianism and Its Totalitarian Challengers*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1997.

PODHORETZ, Norman. *World War IV: The Long Struggle Against Islamofascism*. New York: Doubleday, 2007.

_____. *Why Are Jews Liberals?* New York: Doubleday, 2009.

RAIMONDO, Justin. *Reclaiming the American Right: The Lost Legacy of the Conservative Movement*. Wilmington, Delaware: ISI Books, 2008.

REID, Donald M. *et al* (ed.) (1996), *Intellectuals and Public Life: Between Radicalism and Reform*. Ithaca: Cornell University Press.

- RÉMOND, René. *Por uma história política*: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.
- RIEFF, David. *At The Point of a Gun: Democratic Dreams and Armed Intervention*. New York: Simon & Schuster, 2005.
- ROSEN, Gary (ed.) *The Right War?* New York: Cambridge University Press, 2005.
- RYN, Claes G. *The New Jacobinism: Can Democracy Survive?* Washington: National Humanities Institute, 1991.
- SCOBLIC, J. Peter. *U.S. vs. Them: How a Half Century of Conservatism has Undermined America's Security*. New York: Penguin Group, 2008.
- SCHLESINGER Jr., Arthur. *Os Ciclos da História Americana*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1992.
- _____. *The Vital Center: The Politics of Freedom*. Boston: Transaction Publishers, 2009.
- SEYMOUR, Richard. *The Liberal Defence of Murder*. New York, 2008.
- SHARANSKY, Natan. *The Case for Democracy: The Power of Freedom to Overcome Tyranny & Terror*. New York: PublicAffairs, 2006.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da (ed.). *Uma Nação com Alma de Igreja: Religiosidade e Políticas Públicas nos EUA*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- SJOBORG, Laura. *Gender, Justice, and the Wars in Iraq: A Feminist Reformulation of Just War Theory*. Lanham: Lexington Books, 2006.
- SMITH, Tony. *America's Mission: The United States and the Worldwide Struggle for Democracy in the Twentieth Century*. New Jersey: Princeton University Press, 1994.
- STEIGERWALD, David. *Wilsonian Idealism in America*. Ithaca: Cornell University Press, 1994.
- STELZER, Irwin (ed.) *The Neocon Reader*. New York: Grove Atlantic, 2004.
- TEIXEIRA, Tatiana. *Os Think Tanks e sua Influência na Política Externa dos EUA*. Rio de Janeiro, Editora Revan, 2007.
- WALD, Alan M. *The New York Intellectuals: The Rise and Decline of the Anti-Stalinist Left From the 1930s to the 1980s*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1987.
- WALZER, Michael. *Arguing about War*. New Haven: Yale University Press, 2004.
- _____. *Just and Unjust Wars*. 2006. New York: Basic Books.
- WATTENBERG, Ben J. *Fighting Words: A Tale of How Liberals Created Neo-Conservatism*. New York: Thomas Dunne Books, 2008.
- YGLESIAS, Matthew. *Heads In the Sand: How the Republicans Screw Up Foreign Policy and Foreign Policy Screws Up the Democrats*. Hoboken: John Wiley & Sons, Inc., 2008.